

CAUSA PÚBLICA



CAUSA PÚBLICA

Coordenação de Rita Marnoto

INSTITUTO DE ESTUDOS ITALIANOS
DA FACULDADE DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Título: *Causa Pública*

Coordenação e tradução: Rita Marnoto

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra/Instituto de Estudos Italianos
da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Série: “Leonardo”, 6

Coordenação da Série “Leonardo”: Rita Marnoto

Design e produção editorial: FBA

Impressão e acabamento: Tecniforma – Oficinas Gráficas, SA

Data de edição: 2011

ISBN: 978-989-26-0130-4

Depósito Legal: 338793/12

Conteúdos sujeitos a avaliação por especialistas

A Série Leonardo encontra-se indexada na EBSCO

INTRODUÇÃO

O SEXTO VOLUME DA SÉRIE LEONARDO assinala a confluência entre duas datas. No passado ano de 2010, foi comemorado em Portugal o centenário da instauração da República (1910-2010), ao passo que no presente ano de 2011 estão a ser celebrados os 150 anos da Unificação política de Itália (1861-2011).

Sob o título de *Causa pública*, aqui se reúne um conjunto de ensaios em torno de uma reflexão sobre a essência conceptual do domínio público que conta com contributos provenientes de vários domínios disciplinares. Os trabalhos críticos que neste volume são compilados estendem-se do âmbito da língua (Omar Calabrese, Rita Marnoto) ao da literatura (Armando Gnisci, Clelia Bettini), da história das instituições (Giuseppe Galasso, Massimo Morigi, Marco Gomes, Nando dalla Chiesa) e ao campo específico das relações entre Portugal e Itália, no âmbito da história e da ideologia literárias (Jorge Pais de Sousa) e do Direito (Rui Manuel de Figueiredo Marcos). A matriz bilingue da veste linguística dos textos vai ao encontro dos leitores que têm vindo a mostrar o seu interesse por esta colecção.

A proveniência dos ensaios é diversa. Alguns deles resultam de projectos de colaboração internacionais com Universidades italianas. Outros, estão mais directamente ligados a conferências que foram proferidas no âmbito dos Estudos Italianos da Faculdade de Letras de Coimbra, nomeadamente no VI Encontro de Italianística, em 2010, “A República em Itália. Rupturas e Continuidades”.

Mas este sexto volume da Série Leonardo marca a passagem a um novo modelo editorial, em colaboração com a Imprensa da Universidade de Coimbra. A partir de agora, à versão em papel acrescenta-se a informatizada, no propósito de mais directamente chegar até um público que se interessa por matérias de italianística.

Ao Director da Imprensa da Universidade de Coimbra, Senhor Doutor Delfim Leão, são devidos agradecimentos pela abertura com que concebeu este projecto e pela dedicação com que o pôs em prática. Aos colaboradores nesta *Causa pública*, fico muito grata pela disponibilidade em todos os momentos manifestada.

RITA MARNOTO

1.
LÍNGUA E LITERATURA



DE QUE FALAMOS QUANDO FALAMOS
DE LITERATURA COMPARADA.
UMA DISCIPLINA PARA A REPÚBLICA¹

ARMANDO GNISCI

I'd love to learn how things got to be how they are
(Gostava de aprender como as coisas acabaram por ser como são)

MARILYN MONROE

Ita res accendent lumina rebus
(É por isso que as coisas acenderão luzes nas coisas, A. Gnisci)

LUCRÉCIO

Nos, autem cui mundus est patria velut piscibus equor
(Nós, para quem a pátria é mundo, como a água para os peixes, A. Gnisci)

DANTE ALIGHIERI

ESCREVI ESTE TEXTO para todos os que foram meus alunos, para que recordem o que temos vindo a estudar juntos, desde 1983. Quero que saibam, de forma exacta, o que temos vindo a estudar e o que continuaremos a estudar juntos. Escrevi-o também para os meus colegas, para que possam saber, através desta breve exposição, o que estudei durante todos estes anos ao longo dos quais nos fomos cruzando de passagem pelos corredores ou em congressos. Também não posso esquecer todos

¹ A matriz deste título – que tanto me agrada, quer nas suas implicações matriciais, quer no uso que dele pode ser feito no título de um trabalho ou no corpo de um texto crítico – é o de um conto de Raymond Carver, *What we talk about when we talk about Love*. A bibliografia apresentada no final deste ensaio inclui outro exemplo de um título que segue a matriz de Carver. À correspondência entre a formulação em inglês e em italiano, acrescenta-se, a partir deste momento, a correspondência em português.

os meus leitores, por poucos que sejam, leitores casuais, leitores desconhecidos, leitores impensáveis. Asseguro-lhes que eles estão no meu pensamento. Sempre escrevi para a juventude, ou seja, para os cidadãos em formação. Depois de tantos anos a ensinar, tenho a certeza disso.

Este texto é exemplo de um *saber da república*. Com a palavra *república* pretendo recordar, precisamente, o significado antigo, tantas vezes caído no esquecimento, de *coisa e/que é/bem comum*. As palavras *democracia* e *política* encontram-se hoje esvaziadas de sentido, ou melhor, estão inquinadas pela mentira e pela vulgaridade que inundam o nosso presente.

Uma disciplina, hoje, já não constitui só um saber científico-crítico institucional e académico – académico no melhor dos significados e na melhor das práticas possíveis, enquanto processo co-evolutivo de pesquisa e de ensino no seu conjunto – que se interessa por um objecto de conhecimento próprio, o qual é cada vez melhor delimitado e descrito através dos seus manuais.

Quer sejam as relações entre as literaturas nacionais, quer a linguística ugro-fínica, o Maneirismo nas artes ou a cirurgia do pé, por exemplo, a serem estudados, o termo-conceito da disciplina, se o considerarmos na óptica de quem a pratica, a desenvolve e a faz crescer, significa “sector do conhecimento institucional partilhado ao nível internacional”. Uma disciplina, além disso, vive na sociedade, e nas chamadas sociedades democráticas devia garantir a certeza do saber, tal como a magistratura garante a certeza do direito.

Entendo que, ao longo da sua evolução, a partir dos tempos iniciais da Academia platónica e aristotélica, até às últimas décadas do século XX e às primeiras do século XXI, uma disciplina tenda a ser vista, cada vez mais, como uma vasta região de encontro mundial entre estudiosos e estudantes que praticam um saber mais ou menos específico, e uma linha defensiva de história, livros e instrumentos, de teorias e de métodos, de práticas, de aquisições e de actualizações contínuas e rápidas no seio do horizonte de uma comunicação planetária, sempre mais densa e refinada. E, enfim, também e inevitavelmente, uma corporação académica, na qual, porém, pululam escolas de pensamento, tendências poéticas diversificadas e com orientações diferenciadas que

se encontram ligadas entre si. Vão e vêm num contínuo movimento que admite reconhecimentos e confrontos, aferições e falsificações. Devo contudo acrescentar que esta definição transitória não representa nem sustém a existência de uma verdadeira e própria transformação geral e total de todas as disciplinas conhecidas e aceites, uma espécie de revolução global de todos os paradigmas do conhecimento, mesmo se o século XX foi um século que introduziu uma revolução, que ainda não teve o seu desfecho, em todos os campos epistémicos, científicos e tecnológicos. Mais simplesmente, quero dizer que a nossa abordagem de um panorama geral do saber compreende disciplinas novas, disciplinas mortas e moribundas, disciplinas paradas e disciplinas que caminham ao ritmo de aberturas e impulsos dinâmicos, críticos e progressivos.

Se aceitarmos de bom grado esta síntese, ela pode ser não só reconhecida como simples e sucinta arrumação do existente, mas, ao mesmo tempo, entendida e posta em prática no sentido de proporcionar implementos e melhorias, como valor *augusto* – valor que aumenta o valor – de uma complexidade variegada e partilhada, enquanto tal, em todo o mundo e em todos os sectores do conhecimento.

Torna-se necessário, pois, aceitar esta perspectiva de valorização transdisciplinar e planetária, na sua identidade crítica e comunitária, na sua responsabilidade ética e política e na sua importância distintiva, relativamente a outras disciplinas vizinhas e aparentadas. Depois da bomba atómica de 1945, de tantos outros horrores do século XX e ainda dos tempos que correm, este é, no mínimo, o passaporte a requerer aos operadores da ciência, ou seja, do saber do saber, regulamentador das várias disciplinas, humanísticas ou não. Contudo, só muito raramente é concedido e é apresentado.

Chegados a este ponto, é tempo de nos determos pelos vastos arredores das disciplinas literárias, em particular da Literatura Comparada. A etiqueta colocada nesta nossa disciplina, que os estudiosos franceses da primeira metade do século XX designavam como *Littérature Générale et Comparée*, continua a indicar, hoje, o estudo da literatura numa perspectiva mundial e geral.

Que queremos então dizer quando falamos de Literatura Geral e Comparada numa perspectiva mundial? Hoje, esta etiqueta mais comprida, a ter necessariamente em linha de conta, pretende enfatizar o estudo, *antes de mais e constitucionalmente* – bem como criticamente,

sempre –, da literatura numa dimensão *mundialista*, histórica e transdisciplinar. Para nós, italianos – e, respectivamente, para cada continente de civilizações (com civilizações no plural) que se reconhecem também numa dimensão continental –, isso significa que a nossa identidade literária nacional é imediatamente pensada, por um lado, no seio da comunidade literária europeia e, por outro lado, através da comum língua-história-geografia que nos une e nos permite ler pensar falar e comunicar, como italianos. O mesmo se poderia dizer para os portugueses.

Nestes últimos anos, os italianos têm vindo a ser levados e têm vindo a ser convidados, várias vezes, a interrogarem-se, se não a reconhecerem-se, numa possível complementaridade da sua própria identidade, sempre plural e móvel, em torno de uma figura sul-europeia-mediterrânica. Para isso contribuiu um discurso intelectual, como a “teoria meridiana” de Franco Cassano, a minha poética da creolização e a poética transnacional da mediterraneidade napolitana de Iain Chambers, para além das intervenções de tantos outros escritores. Mas mais do que isso, em meu entender, o destino das aventuras dos migrantes albaneses e curdos, que antes eram e depois continuaram a ser africanos, dos migrantes do Norte de África mediterrânico e dos filhos dos ex-colonizados por Mussolini e por Graziani, provenientes do Corno de África (eritreus, etíopes, somalis), que chegaram às nossas costas, foram rechaçados pelos polícias da nossa pátria, reduzida a uma fortaleza da *Legia Nord*, setentrionalista e racista, ou mortos, tantos, e sepultados nos cemitérios marinhos do canal de Otranto e da Sicília, entre Malta e Lampedusa. Destinos vistos com olhos cada vez mais indiferentes e cobardes pelos italianos ligados nessa *Legia*. Testemunho exemplar desta triste situação, é o oferecido pela peça do Director do jornal *La Repubblica*, Ezio Mauro, a 26 de Agosto de 2009, sob título, “Un anno, 4 mesi e 21 giorni viaggio dalla morte all’Italia”, que começa na primeira página, alargando-se depois à segunda e à terceira páginas. Mauro *transcreveu* de forma magnífica o relato de dois cidadãos eritreus pertencentes ao grupo dos únicos cinco migrantes que se salvaram. Viajavam na barcaça que atravessou o canal mediterrânico entre a Líbia, Malta e a Itália, deixando no mar 73 cadáveres.

Tudo isto leva a reflectir sobre a etiqueta burocrática e oficial usada por lei, em Itália, para designar a nossa disciplina, o plural Literaturas

Comparadas. É bizarra, mas não costuma ser justificada, nem em âmbito legislativo, nem burocrático-ministerial, nem crítico, pelos ilustres acadêmicos envolvidos, e apesar de ser implicitamente aceita por todos, não é por mim. Estaria bem se vivêssemos num mundo em que existissem, *só e antes de mais*, literaturas nacionais mais ou menos bem definidas em corpos rígidos e blindados – cadáveres, *autrement dit* –, com muitas criadas à volta deles, uma das quais lhes limpa o pó e se diverte a compará-los. Vivemos, pelo contrário, *mesmo estando em Itália*, num mundo complexo e total, um *Tout-Monde*, como escreve o poeta da Martinica Édouard Glissant, que se *assemelha* à assim chamada literatura mundial, a que é concretamente lida e entendida, sobretudo em tradução, por todos nós e mais ou menos simultaneamente por todo o planeta, e que se *assemelha* à Literatura Geral e Comparada, que é a disciplina que a estuda e a ensina. E a Literatura Mundial e a Literatura Comparada *assemelham-se ao mundo* porque *traduzem*, para cada um de nós e para uma comunidade planetária de todos-juntos.

Estou a seguir um raciocínio que incide sobre o fundo dos factos que fazem a história, pelo que sou levado a suster que a nossa disciplina, com o seu nascimento franco-alemão tardo-setecentesco, se pode reconhecer, hoje, na sua sucessiva denominação germânica, dotada de uma valência e de uma legitimidade mundiais, de ciência geral e comparada da literatura, *Vergleichende Literaturwissenschaft*. Não se trata de a proclamar mãe do conhecimento literário, mas de praticar a ideia de uma verdadeira e própria *República Mundial das Letras*. República como coisa comum a todos. Acrescento que nas outras línguas europeias ocidentais – impostas, além do mais, e difundidas, em todos os continentes através do colonialismo e do modernismo – a nossa disciplina tem vindo a ser sempre declinada no singular, como já sabemos pelo que toca ao francês e ao alemão, o mesmo se passando com *Comparative Literature* ou com a *Literatura Comparada*. Podíamos afirmar que tanto no grande continente vertical do Novo Mundo, como em qualquer outro tempo e em qualquer outro lugar à face deste planeta, nunca ninguém declara a existência de um saber que tem o nome de Literaturas Comparadas, no plural. Nesta infeliz singularidade, talvez nós, italianos, sejamos únicos no mundo. Tal como somos únicos quando, no tratamento de cortesia, usamos o pronome *Lei*, que é o pronome da terceira pessoa do singular na forma feminina (*Ela* em português), em vez do mais

corrente *tu/voi* (*tu/vós* em português). Tratamos por *Lei* quem quer que apareça, até um monstro.

Tentemos então definir e entender quais são, hoje, as relações entre a Literatura Comparada e os Estudos Pós-coloniais.

Por que razão esta ligação em particular, pode-se perguntar. Porque estamos a falar da Literatura Comparada hoje, no ano de 2010. A questão que diz respeito à distinção dialéctica entre Literatura Comparada e Estudos Pós-coloniais, conforme me proponho tratá-la em termos que são necessariamente breves, serve para ilustrar e para discutir, precisamente, quanto de importante e de actual sucede literariamente no mundo de hoje, sem descurar o dinamismo-turbo de certas disciplinas, e do que é que andamos a estudar e a discutir quando falamos de Literatura como *studium*. Paixão e ao mesmo tempo aplicação, recordando que os gregos, para aplicação, diziam *askesis*.

Parto da hipótese de trabalho – um percurso pelo qual escorre a minha poética – de que a Literatura Comparada é uma disciplina que de há algum tempo a esta parte tem vindo a sofrer uma evolução indissociável das condições de existência, da legitimidade e da operatividade que caracterizam a abertura dinâmica e crítica, nos termos que anteriormente referi. E de que os Estudos Pós-coloniais são a mais famosa e actual das últimas escolas-na-moda internacionais para pesquisa cultural, sendo ao mesmo tempo uma poética nova no plano mundial, daquelas que entram e saem da área disciplinar da Literatura Comparada, e tantas vezes a atravessa que acaba por a habitar de forma costumeira. Os Estudos Pós-coloniais, de facto, são estudos que proliferam há alguns anos em todas as universidades do mundo, usando, na maior parte dos casos, os clichês anglísticos para investigações, actualmente dotadas de uma grande segurança e até repetitivas, que se servem dos Estudos Culturais, dos Estudos Interculturais e dos Estudos Pós-coloniais em sentido redutor, dos Estudos Feministas em quantidades essenciais e dos Estudos de Tradução.

Com este fardo e com este equipamento, os Estudos Pós-coloniais pretendem-se colocar, e cada vez mais se estão de facto a colocar, numa posição hegemónica e antropofágica, ameaçando engolir a Literatura Comparada, declarando-a mais ou menos abertamente passadista, superada e eurocêntrica. Na verdade, em Itália estamos longe deste conflito, que se desenrola sobretudo através dos oceanos, pelo que nem

nos damos conta dele, nem ele nos interessa muito, mesmo ao longe. Expoente exemplar e até portador da solução final para esta ofensiva hegemónica, é a teoria de assalto que proclama a morte de uma disciplina, precisamente a Literatura Comparada, lançada há alguns anos pela crítica indo-estado-unidense Gayatri Charavorty Spivak, autora de *Death of a Discipline*.

Se se seguir o meu ponto de vista e o meu raciocínio, parece que Spivak não contribui para a morte de nada, porque uma extinta Literatura Comparada não corresponde à sua descrição, a de uma disciplina académica, eurocêntrica, moribunda ou em estado de doença terminal. Pelo contrário, afirma-se cada vez mais como disciplina que se transforma de maneira exemplar, reconhecendo crítica e produtivamente o próprio caminho, à medida que o vai fazendo. Tantas vezes, mesmo quando se encontra em condições académicas subalternas.

E isto porque a própria Literatura Comparada indica que o seu caminho disciplinar se inspira numa emancipação epistémica, crítica e histórica, a qual é constantemente transformada em filosofia metódica e em valor acrescido, a somar ao progresso normal do conhecimento científico.

Em suma, se quase toda a gente já há algum tempo reconhece que a astrologia é uma balela, e as disciplinas que têm os nomes que lhes são dados por manuais históricos de literaturas nacionais parecem por vezes unidades de cuidados intensivos, diferentemente, a Literatura Comparada transformou-se em rede mundial de um saber aberto e vigilante, na qual entram e da qual saem velhos alunos de alunos de Arturo Graf, de Horst Rüdiger, pequenos teorizadores, mais ou menos jovens estudiosas pós-colonialistas anglófonas de Varsávia e de Kuala Lumpur, estudiosas de tradutologia australianas e texanas, semiólogos de *gossip* e desastres, e ainda outros e tantos outros que desenvolvem um trabalho muito positivo.

Estarão certamente a pensar que este professor que sou eu está a puxar a brasa para a sua sardinha, como é hábito. Todas as disciplinas se armam, se defendem e se publicitam mais ou menos deste mesmo modo. Por isso, não se percebe porque é que a Literatura Comparada havia de ter prerrogativas especiais, até únicas. E convinha saber o que diz exactamente Spivak no seu livro e que efeito teve no mundo. E também saber porque havia de ter razão Gnisci e não Spivak. Vou então esclarecer os dois aspectos que acabei de enunciar.

O efeito do livro de Spivak, longe de ter provocado a morte de qualquer disciplina, foi o de tantos Departamentos de Estudos Pós-coloniais ansiarem recebê-la como conferencista e o de ser recorrentemente citada em tantos *papers*.

Procurarei então explicar porque tenho razão eu, ou melhor, repetir os motivos em virtude dos quais tenho razão, acrescentando alguns dados e alguns esclarecimentos mais. A Literatura Comparada, a partir do Pós-guerra, teve, tal como outras disciplinas, grande sucesso nos Estados Unidos. Isso deveu-se também ao contributo de ilustres professores europeus que se refugiaram ou emigraram da Europa para a América, desde Auerbach a Poggioli, de Jakobson a Wellek, Remak e tantos outros. Seguidamente, chegaram aos Estados Unidos investigadores de todo o mundo, chineses, vietnamitas, caraíbas, sul-americanos, árabes, indianos, africanos, como Bhabha e Spivak, Glissant, Ngugi wa Thiong'o, Edward Said, Walter Mignolo, Peter Carravetta, etc. De então até hoje, transferiu-se e implantou-se por todo o mundo. Em 1997, fui convidado para ir à China, fazer a abertura do Congresso dos comparatistas chineses, com uma conferência plenária sobre globalização e literatura mundial. Os investigadores chineses da matéria eram, já nessa altura, mais de 900. Defendo, pois, sem receio de exagerar, a ideia de que a Literatura Comparada é a disciplina mais mundialista no campo literário, e também a que melhor se descolonizou do eurocentrismo, à semelhança do que aconteceu com a antropologia cultural.

Diria que é demasiado difícil refutar este argumento, que descreve uma situação real e bem conhecida no mundo académico literário planetário, bem como, por assim dizer, no espírito dos nossos tempos.

A Literatura Comparada, a partir do Pós-guerra, começou a superar criticamente o próprio eurocentrismo, antes de mais ao reconhecê-lo e ao desconstruí-lo através de um debate transcultural e intercontinental. Antes dos investigadores europeus, fizeram-no os investigadores estado-unidenses e canadianos. Esse debate tornou-se depois mundial, com chineses, japoneses, africanos, centro-americanos, sul-americanos, indianos e árabes. O nosso debate não incide apenas sobre assuntos sectoriais e específicos, mas sobre *todas as questões literárias colocadas em questão por todos*. O debate não era e não é entre filólogos e literatos, mas entre estes e linguistas, filósofos, antropólogos, historiadores e tantos outros.

Pessoalmente, sinto-me orgulhoso por ter participado nesta aventura desde o início da década de 1980 e por ter contituído para agitar as suas águas de forma produtiva.

Além disso, a Literatura Comparada introduziu no âmbito dos seus estudos e na sua própria agenda disciplinar um motor intercultural, depois de um primeiro período de vida eurocêntrico, como o mostrou Franca Sinopoli no seu ensaio de introdução ao *Manuale storico di letteratura comparata*, de 1997.

Deve ser posto em relevo o facto de a Literatura Comparada ter decidido criar uma agenda mundial e democrática para o seu próprio caminho e para o seu próprio destino, e que nessa agenda tenha inserido, desde *The Bernheimer Report, 1993. Comparative Literature in the Age of Multiculturalism*, a questão da sua identidade disciplinar numa sociedade multicultural. De então a esta parte, pode-se verificar como a situação da disciplina evoluiu nesta direcção, lendo, depois do livro de Spivak, o livro do jovem comparatista norte-americano de Yale, Haun Saussy, que editou em 2006 *Comparative Literature in an Age of Globalization*.

A Literatura Comparada despoletou, em âmbito crítico, uma revisão e uma verificação contínuas dos seus poderes, a partir do momento em que decidiu pensar-se e assumir-se como disciplina tipicamente mundial, pela sua consistência e pela sua prática, e mundialista, pela proposta de valores que em si encerra. Da mesma feita, foi desafiando as outras disciplinas dos estudos literários, a estilística, a história da crítica literária, a teoria da literatura, a sociologia da literatura, as histórias de literaturas e filologias de literaturas nacionais e transnacionais como é o caso, por exemplo, da filologia românica ou da filologia germânica. Abriu um inquérito às suas pretensões, aos seus poderes e aos seus privilégios.

Note-se que uma disciplina mundialista não é o mesmo que uma disciplina cosmopolita ou uma disciplina nómada, etiquetas que hoje estão muito na moda. Lia há pouco tempo a entrevista de um jovem maestro venezuelano de renome mundial que dizia que ele e todos os músicos das Caraíbas e da América latina tocam Beethoven e outros grandes compositores europeus como obras-monumento, mas com o espírito de quem está a interpretar uma partitura escrita há uma semana. Parece-me que acontece a mesma coisa, mas em sentido

oposto, quando os maestros europeus e norte-americanos interpretam músicos populares como Astor Piazzola nos grandes concertos ditos clássicos. Veio-me ao pensamento Daniel Barenboim e alguns outros, mas tinha-me esquecido, por um instante, que Barenboim é argentino.

Na verdade, o perfil histórico-evolutivo da Literatura Comparada mostra e representa o melhor exemplo de uma relação justa entre uma disciplina literária e o próprio tempo, uma relação virada para o presente da vida e para o futuro, e não só para antigo, na celebração de Sófocles e Li Po, Cervantes e Basho.

Para explicar melhor o que se entende por uma disciplina mundialista, vou recorrer a um esquema muito simples, com duas formulações paradigmáticas. A primeira é dada pela sigla NEM, que significa Nação-Europa-Mundo, uma sequência aparentemente lógica e natural, mas insidiosamente estereotipada e ideológica. Façamos incidir um pouco de luz sobre esta diagnose. A Nação, substitua-se a nação de cada um. Consideremos, como exemplo, uma maioria que se reconhece na Itália. Que a literatura seja estudada, antes de mais e por dever, como a própria literatura nacional, do ensino médio ao superior e por aí fora, é um dado de facto na história das nações europeias. Mas se reflectirmos sobre o assunto de forma distanciada, damo-nos conta de que nenhum italiano lê livros de literatura seguindo a história da literatura italiana por séculos e períodos literários, de S. Francisco a Dante e depois até Petrarca, e assim sucessivamente. Se formos por este caminho, alguns de nós, quando fizermos 90 anos, estaremos ainda a ler Alfieri e Parini, e nunca havemos de chegar às *Cosmicomiche* de Calvino ou à poesia de Montale e de Caproni. Todos nós chegámos ao mundo da literatura, começando por ler as fábulas de Grimm e as que Calvino recolheu, de Andersen e de Gaarder, do Mago de Oz, os livros de Scarry, o misterioso Príncipezinho, e depois ainda nos podiam oferecer Lovecraft e Asimov, Pessoa e Os Três Mosqueteiros, e também se podia descobrir Kafka e Flaubert, Virginia Woolf e Jane Austen, Dickens, Dostoiévski e todos os outros, até Pennac e Banana Yoshimoto. É esta a vossa pura e verdadeira história da literatura pessoal, de cada um de vós, de nós, de leitores fortes que com 90 anos se nutrem de Ingerborg Bachmann e de Thomas Bernhard, de Cormack McCarthy, de Szymborska, de Herta Müller e de Calvino.

Apenas digo que tudo isto é muito opaco. De Mundo, afinal, não tem nada.

Mas bastará mudar de sigla e de paradigma e a opacidade desaparece. Passemos então à segunda formulação, MEN, em vez de NEM. Trata-se da sigla inversa, Mundo-Europa-Nação, neste caso a Itália, que é o que se pratica na Literatura Comparada.

O Mundo é a nossa pátria, diz Dante Alighieri no *De vulgari eloquentia*, “Nos, autem cui mundus est patria velut piscibus equor (1.6.3; “Nós, para quem a pátria é mundo, como a água para os peixes”).

Está tudo dito. Europeia é a nossa mente. Italiana ou portuguesa é a nossa língua-história. MEN permite-nos pensar e levar por diante os nossos estudos fora desse espaço opaco, sob a luz que as coisas fazem incidir sobre as coisas, como diz Lucrécio, e leva-nos a pensar de maneira mundialista, enquanto europeus, a língua italiana. MEN é uma proposta da Literatura Comparada.

A terminar, retomo as três citações colocadas a seguir ao título deste texto, que são o que se chama, em linguagem culta, *exerga* ou *epígrafe*, termos greco-latinos que significam fora do texto e também frases lapidares, motes, etc., e que bem podiam ser ensinados aos computadores. Talvez tivessem suscitado uma certa perplexidade, quando lidas antes do texto, numa conjugação imprevista e bizarra, que coloca Monroe antes de Lucrécio e de Dante. Além disso, dei uma volta à tradução dos versos do *De rerum natura*, do meu tão querido Tito Lucrécio Caro. *Ita*, de facto, costuma ser traduzido, e bem, por *assim*, mas neste caso preferi interpretá-lo como *ad hoc*, o advérbio modal antigo que tem uma abrangência mais lata e acomodatória, a qual, aliás, pode ser perfeitamente suportada pelo *ita* latino.

As duas epígrafes de Marilyn e de Lucrécio formam um modelo crítico e sentimental de como se pode construir, conjuntamente, um pensamento participante e mútuo, feminino e masculino, moderno e antigo, velho-novo-mundo, desejo de conhecimento e educação do conhecimento, exigência-correspondência. O que Marilyn desejava era saber como se fazem e como evoluem as coisas, aquelas coisas que existem perante a urgência do conhecimento e perante quem quer que seja. Por sua vez, Lucrécio mostra, como Kant o virá a fazer, modernamente, na famosa asserção final da *Crítica da razão prática*, que as coisas dimanarão e dimanam incessantemente luz sobre as coisas, e que o olho

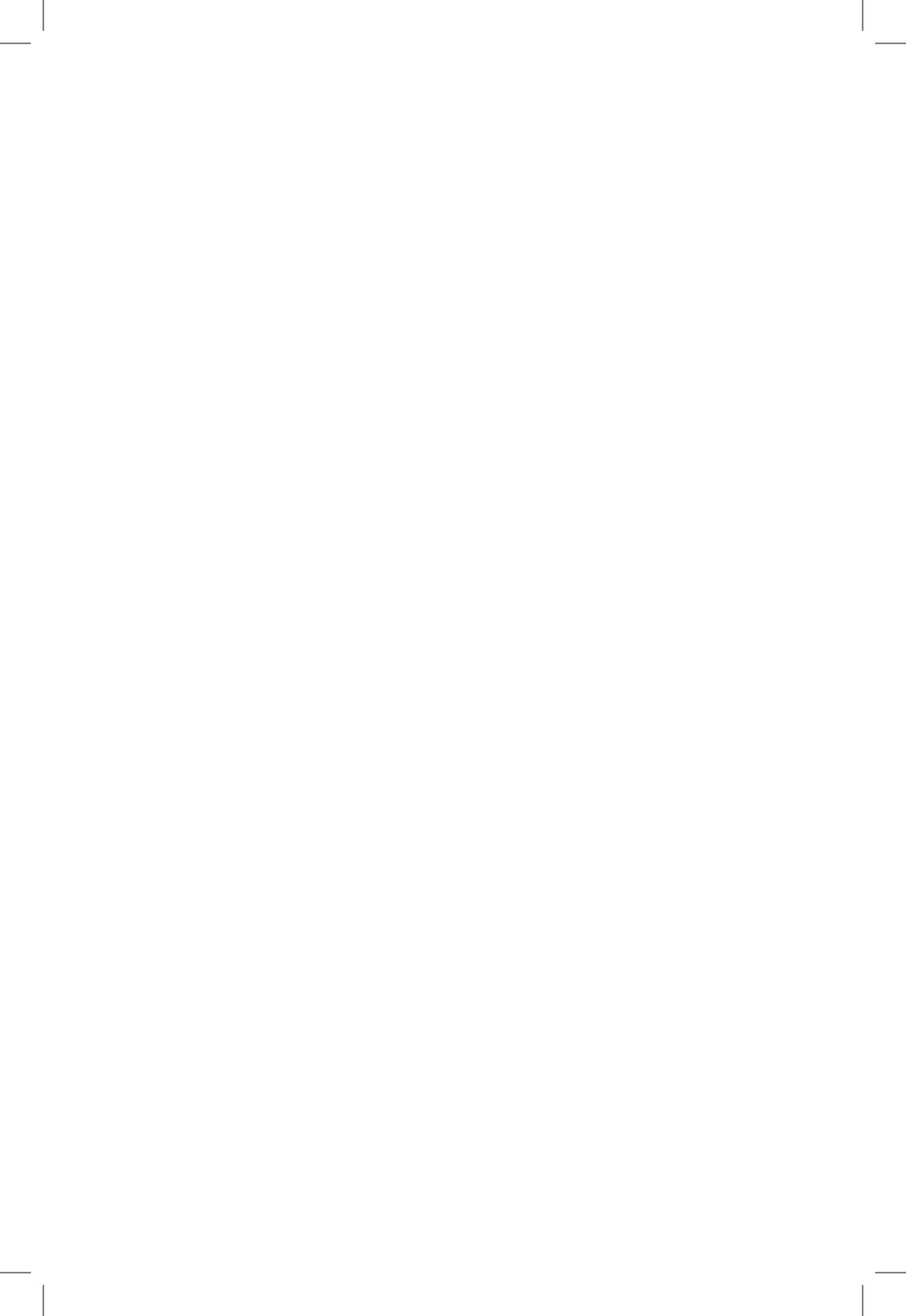
que está no meio e vê a luz entre nós, que fala dela, que a indaga, a traduz e a explica a todos, faz evoluir o saber, *assim* contribuindo para a sua difusão. Andando lá no meio. E em conjunto.

O filósofo epicurista sírio-palestiniano Filodemo de Gadara, activo em Herculano, e contemporâneo de Lucrecio, escreveu que *nos devemos salvar um ao outro*.

BIBLIOGRAFIA

- Chambers, Iain, *Mediterranean Crossing. The Politics of an Interrupted Modernity*, 2007; *Le molte voci del Mediterraneo*, trad. Sara Marinelli, Milano, Raffaello Cortina, 2007.
- Durisin, Dyoniz/Armando Gnisci (ed.), *Il Mediterraneo una rete interletteraria*, Roma, Bulzoni, 2000.
- Glissant, Édouard, *Tout-Monde*, Paris, Gallimard, 1993; *Tutto-Mondo*, ed. Marie-José Hoyet, trad. Geraldina Colotti, Marie-José Hoyet, Roma, Edizioni Lavoro, 2009.
- Glissant, Édouard, *Introduction à une poétique du divers*, Paris, Gallimard, 1996; *Poetica del diverso*, trad. Francesca Neri, Roma, Meltemi, 1998.
- Gnisci, Armando/Franca Sinopoli, *Manuale storico di letteratura comparata*, Roma, Meltemi, 1998.
- Gnisci, Armando (ed.), *Letteratura comparata*, Milano, Bruno Mondadori, 2002 (1.ª ed. 1999).
- Gnisci, Armando, “What we Europeans talk when we talk about Postcolonialism”, *Jadavpur Journal of Comparative Literature*, 44, 2007, pp. 7-20 (Department of Comparative Literature Jadavpur University Calcutta).
- Gnisci, Armando, *Decolonizzare l'Italia*, Roma, Bulzoni, 2007.
- Gnisci, Armando, *L'educazione del te*, Roma, Sinnos, 2009.
- Gnisci, Armando/Nora Moll/Franca Sinopoli, *La letteratura del mondo nel XXI secolo*, Milano, Bruno Mondadori, 2010.
- Moll, Nora, *Ulisse tra due mari*, Isernia, Cosmo Iannone, 2010.
- Pireddu, Nicoletta, “Between the Local and the Global. Comparative Literature in the Land of Dante”, *Recherche Littéraire/Literary Research*, 25, Summer 2009, pp. 26-33.
- Saussy, Haun (ed.), *Comparative Literature in an Age of Globalization*, Baltimore, J. Hopkins UP, 2006.

- Sinopoli, Franca (ed.), *Il mito della letteratura europea*, Roma, Meltemi, 1999.
- Sinopoli, Franca (ed.), *La letteratura europea vista dagli altri*, Roma, Meltemi, 2003.
- Sinopoli, Franca (ed.), *La dimensione europea nello studio letterario*, Milano, Bruno Mondadori, 2009.



O ITALIANO, UMA LÍNGUA PARA A ITÁLIA UNIDA

RITA MARNOTO

A CONSTITUIÇÃO é, como se sabe, um texto normativo de base para o estabelecimento da língua oficial de um país. Assim, a Constituição da República Portuguesa¹ afirma, no ponto 3.º do seu Artigo 11.º (Símbolos nacionais e língua oficial), que “A língua oficial é o português”. Para além disso, o valor patrimonial da língua portuguesa é declarado em vários passos do seu articulado². Aliás, esta situação encontra paralelo na Constituição de muitos outros países. Assume particular relevo naqueles casos em que os fenómenos de variação e as variedades linguísticas têm uma expressão forte, como é o caso da Alemanha.

Neste contexto, a situação italiana afigura-se bastante singular, tendo em linha de conta que a Constituição da República Italiana não explicita qual a sua língua oficial³. O que não impede, porém, que no seu texto

¹ Decretada pela Assembleia Constituinte na sessão plenária de 2 de Abril de 1976. As últimas alterações foram introduzidas pela VII Revisão Constitucional, cujo texto oficial foi publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 155, de 12 de Agosto de 2005. Ver <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx> (Agosto-2011).

² Assinalem-se, no Artigo 9.º (Tarefas fundamentais do Estado), “f) Assegurar o ensino e a valorização permanente, defender o uso e promover a difusão internacional da língua portuguesa”; e o Artigo 78.º (Fruição e criação cultural), “2. Incumbe ao Estado, em colaboração com todos os agentes culturais: [...] c) Promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum; d) Desenvolver as relações culturais com todos os povos, especialmente os de língua portuguesa, e assegurar a defesa e a promoção da cultura portuguesa no estrangeiro”.

³ O fim da monarquia e o nascimento da República Italiana foram sancionados pelo referendo realizado a 2 de Junho de 1946. A nova Constituição foi publicada em 27 de Dezembro de 1947 e entrou em vigor a 1 de Janeiro do

fiquem consagrados direitos de vária ordem no âmbito da expressão linguística, nomeadamente os que dizem respeito a grupos específicos.

Logo no Artigo 3.º, é reconhecida a paridade dos cidadãos perante a lei, sem distinção de língua, sexo, etc.⁴. Por sua vez, no Artigo 6.º estipula-se a tutela das chamadas minorias⁵ linguísticas⁶. Além disso, o célebre Artigo 116.º outorga um estatuto especial às regiões de Friuli Venezia Giulia, Sardenha, Sicília, Trentino-Alto Adige/Südtirol (Trento e Bolzano) e Valle d’Aosta/Vallée d’Aoste, regulado por legislação própria, que lhes confere direitos especiais, também no campo linguístico⁷.

É o Decreto-lei n.º 482, de 15 de Dezembro de 1999⁸, a declarar, no ponto 1 do seu Artigo 1.º, que a língua oficial da República de Itália

ano seguinte. As designações por vezes utilizadas de Primeira e de Segunda República, para distinguir dois períodos que têm por zona de fronteira o saneamento institucional ocorrido na década de 1990, baseiam-se numa distinção que não é rigorosa, porquanto a Constituição da República de Itália se manteve, salvaguardadas as suas revisões, ao longo de uma linha de continuidade que se estende até ao tempo presente. Para o texto da Constituição de 1947, ver http://it.wikisource.org/wiki/Italia,_Repubblica_-_Costituzione,_testo_originale#TITOLO_VLE_REGIONI.2C_LE_PROVINCIE.2C_I_COMUNI (Agosto-2011); e para o texto actualmente em vigor, ver <http://www.governo.it/Governo/Costituzione/disposizioni.html> (Agosto-2011).

⁴ “Tutti i cittadini hanno pari dignità sociale e sono eguali davanti alla legge, senza distinzione di sesso, di razza, di lingua, di religione, di opinioni politiche, di condizioni personali e sociali”.

⁵ A designação de minoria, usada em muitos campos, é imprópria, ao confundir critérios quantitativos com critérios de valor, pelo que muito facilmente se presta a manipulações numéricas, qualitativas e de amostragens.

⁶ “La Repubblica tutela con apposite norme le minoranze linguistiche”.

⁷ “Il Friuli Venezia Giulia, la Sardegna, la Sicilia, il Trentino-Alto Adige/Südtirol e la Valle d’Aosta/Vallée d’Aoste dispongono di forme e condizioni particolari di autonomia, secondo i rispettivi statuti speciali adottati con legge costituzionale”.

⁸ Publicada na *Gazzetta Ufficiale*, n.º 297, de 20 de Dezembro de 1999. Ver <http://www.parlamento.it/parlam/leggi/99482l.htm> (Agosto-2011). O italiano é também língua do Estado do Vaticano (juntamente com o latim), da República de S. Marino, da Suíça (com o alemão, o francês e o romanche), da Ordem de Malta, da Croácia (a seguir ao croato) e de algumas zonas dos Balcãs.

é o italiano. No entanto, o título conferido a essa medida legislativa evidencia bem, desde logo, que a sua incidência é de índole orgânica: *Norme in materia di tutela delle minoranze linguistiche storiche*. Da articulação dessa definição com uma vasta e complexa esfera de fenómenos, resulta, no quadro do direito internacional, uma das mais avançadas normativas, no respeito pelo plurilinguismo e na valorização e na tutela de outras línguas e de outras culturas:

Articolo 1

1. La lingua ufficiale della Repubblica é l'italiano.
2. La Repubblica, che valorizza il patrimonio linguistico e culturale della lingua italiana, promuove altresí la valorizzazione delle lingue e delle culture tutelate dalla presente legge.

Articolo 2

1. In attuazione dell'articolo 6 della Costituzione e in armonia con i principi generali stabiliti dagli organismi europei e internazionali, la Repubblica tutela la lingua e la cultura delle popolazioni albanesi, catalane, germaniche, greche, slovene e croate e di quelle parlanti il francese, il franco-provenzale, il friulano, il ladino, l'occitano e il sardo.

A partir daqui, o texto legislativo alarga-se na especificação de medidas no âmbito do ensino, da edição e de tantos outros campos da actividade cultural, através das quais são tuteladas quer as línguas estrangeiras faladas em Itália, quer as variedades linguísticas com implantação histórica.

As dificuldades que se colocam ao linguista, na construção de um quadro classificatório que sistematize a situação italiana, são exemplificadas pelas observações com que habitualmente se iniciam obras de referência ou de compilação dedicadas à matéria. Assim, por exemplo, no *Compendium of the World's Languages*⁹:

The vexed problem of distinguishing between 'languages' and 'dialects' arises more acutely in relation to the Romance vernaculares of Italy than in any other context in contemporary Europe.

⁹ George L. Campbell, *Compendium of the World's Languages*, London/New York, Routledge, 1991, vol. 1, p. 251.

That there is a standardized, national, literary language known as ‘Italian’ is beyond dispute. [...] The problem arises in relation to the many regional vernaculars, some of which at least are considered by some to be languages and by others to be dialects. The relevance of dialectal writers for the history of Italian literature is well known and is especially true of the theatre: the most significant Italian playwrights have often used their native vernacular rather than standard Italian.

Além de focar a porosidade das relações entre língua e dialecto, este texto traz à colação outros factores de complexificação, como sejam a expressão literária e o uso do vernáculo nativo em alternativa ao italiano standard. Mas nem a definição de um italiano standard, nem a identificação do vernáculo nativo com uma linguagem diferente do italiano são lineares, como veremos.

É certo que o teatro, pelo tipo de comunicação directa que visa estabelecer com o público, atribui às variedades diatópicas uma importante função expressiva. Esse fenómeno tem plena actualidade, se o mais recente Prémio Nobel das letras italianas (1997), Dario Fo, intersecta no seu teatro variações linguísticas diacrónicas com fenómenos dialectais e linguagem dos *mass media*, numa corrosiva deformação que é explorada em sentido crítico. Diferentemente, a fase do teatro dialectal de Pirandello saldou-se pelas manifestas dificuldades comunicativas experimentadas perante um público que não era o da sua ilha natal, a Sicília, o que levou o dramaturgo a passar ao italiano. Mas o fenómeno em muito transcende a esfera do teatro. Recorde-se a artificiosa mistura de níveis de língua, variantes diatópicas heterogéneas, estrangeirismos, arcaísmos, gírias ou linguagens técnicas especializadas, na narrativa de Carlo Emilio Gadda; a recuperação do dialecto de Casarsa levada a cabo por Pier Paolo Pasolini, em âmbito lírico e por via filológica, um dialecto do Ocidente do Friuli que nunca falou; ou ainda o sucesso dos policiais daquele Andrea Camilleri que faz do dialecto siciliano veículo privilegiado de uma visão de irónico desengano.

O italiano é um código linguístico cujas realizações comportam variações que incidem sobre todos os seus planos, da fonética, à morfossintaxe ou ao léxico, de tal forma que a própria aplicação do conceito de norma tem vindo a suscitar muitas perplexidades.

O carácter altamente problemático e problematizante deste conjunto de dados, que se caracteriza por uma vincada incidência histórica, é sintetizado pela designação conceptual de *questione della lingua*. *Questione* em sentido aberto e como projecto que, ao indagar um processo em acto, incide sobre a própria *lingua*. Como tal, a densidade histórica que consigo carrega é uma das melhores chaves para a sua compreensão.

O primeiro tratado a explorar o carácter orgânico da língua vulgar¹⁰, através de considerações de ordem teológica, exegética, filosófica, retórica ou literária, é o *De vulgari eloquentia* de Dante Alighieri. Foi escrito nos primeiros anos do século XIV, mas ficou incompleto. Ao escolher o latim como língua veicular para uma obra que defende a língua vulgar e analisa o seu uso, Dante fez uma opção claramente estratégica. Na verdade, o público que primordialmente visava era constituído por aquele círculo de eruditos mais renitente em admitir o uso intelectual do vulgar, e que como tal lia exclusivamente latim. Já nesse tratado a grande diversidade dos vulgares que na época eram falados é descrita nestes termos¹¹:

Quare autem tripharie principalis variatum sit, investigemus; et quare quelibet istarum variationum in se ipsa variatur, puta dextre Ytalie locutio ab ea que est sinistre (nam aliter Paduani et aliter Pisani locuntur); et quare vicinius habitantes adhuc discrepant in loquendo, ut Mediolanenses et Veronenses, Romani et Florentini, nec non convenientes in eodem genere gentis, ut Neapoletani et Caetani, Ravennates et Faventini, et, quod mirabilis est, sub eadem civitate morantes, ut Bononienses Burgi Sancti Felicis et Bononienses Strate Maioris.

Mas vejamos agora porque é que a língua de base se diferenciou em três ramos. E porque é que cada uma dessas variedades comporta diferenças dentro de si mesma, como o falar da parte direita da Itália e o da parte esquerda (por

¹⁰ Os termos de *vulgar* ou *língua vulgar* designam uma língua usada numa certa região geográfica, resultante da gradual transformação de um latim vulgar; cf. Erich Auerbach, *Introduction aux études de philologie romane*, Frankfurt am Main, Klostermann, 1949.

¹¹ Dante Alighieri, *De vulgari eloquentia. Monarchia*, a cura di Pier Vincenzo Mengaldo e Bruno Nardi, Milano, Arnaldo Mondadori, 1996 [Classici Ricciardi-Mondadori], 1.9.4, pp. 74-75.

exemplo, os paduanos falam de um modo diferente dos pisanos), e também porque é que falam de maneira diversa pessoas que moram muito próximas umas das outras, como os milaneses e os veroneses, os romanos e os florentinos, e até populações afins, como as de Nápoles e as de Caieta [Gaieta], as de Ravena e as de Faenza, ou ainda, o que é mais espantoso, gente que mora numa mesma cidade, como os bolonheses de Borgo San Ferdinando e os bolonheses de Strada Maggiore.

A incisiva fragmentação do atlante linguístico e do xadrez administrativo peninsular não impedem Dante de identificar convictamente uma língua, o italiano, nas suas variedades diatópicas. Por paradoxal que pareça, é no seio dessa pluralidade que a situa. Desta feita, o autor do *De vulgari eloquentia* rasga vias primordiais para a compreensão da variação linguística italiana, nos termos em que hoje é concebida. Trata-se de uma situação caracterizada por um policentrismo que se estrutura através de valências múltiplas.

Na verdade, Dante considera a variação linguística como um processo natural, que liga qualquer linguagem falada a um tempo, a um espaço e a uma população, e como tal inerente à sua inevitável evolução¹². Diverso é o caso do latim, língua que, em seu entender, é artificial e não sofre modificações por ser regulada através de normas gramaticais, ensinadas nas escolas. Sendo o vulgar, em geral, a língua que é espontaneamente usada desde o berço pelo mundo inteiro, na sua diversidade, considera-o mais nobre: *nobilior est vulgaris*¹³. Desta feita, Dante tem a ousadia de inverter uma relação hierárquica

¹² “Si ergo per eandem gentem sermo variatur, ut dictum est, successive per tempora, nec stare ullo modo potest, necesse est ut disiunctim abmotimque morantibus varie varietur, ceu varie variantur mores et habitus, qui nec natura nec consortio confirmantur, sed humanis beneplacitis localique congruitate nascuntur.”, *ib.*, 1.9.10, pp. 78-79 (“Se, portanto, a língua falada por uma mesma população muda gradualmente ao longo dos tempos, como ficou dito, e não pode de forma alguma permanecer igual a si mesma, daí resulta necessariamente que se diversifiquem, dos mais variados modos, as línguas daqueles que vivem separados e longe uns dos outros, à semelhança das variações de hábitos e de modas, coisas que não se estabilizam nem pela natureza, nem por um acordo comum, mas resultam das livres escolhas dos homens e da sua proximidade no espaço”).

¹³ *Ib.* 1.1.4, pp. 32-33.

de incidência secular. Aliás, a dialéctica conceptual que sustém tão surpreendente conclusão é irrepreensível, porquanto firmada sobre o princípio aristotélico que prescreve a primazia da natureza sobre o artifício.

Às censuras que desfere contra o friulano, o milanês ou o romanesco, o autor da *Commedia* acrescenta ásperas críticas às variedades linguísticas usadas em Florença e na Toscana, que classifica como *municipais*, por se circunscreverem a um círculo comunicativo restrito. Contrapõe-lhes o apreço que manifesta pelo siciliano dos poetas reunidos em torno do imperador Frederico II e pelo bolonhês de Guido Guinizzelli. A língua que advoga, *ilustre, cardinal, áulica, curial* e literariamente nobilitada, é, pois, uma língua mista¹⁴.

Dante identifica catorze grandes variedades de vulgar faladas em Itália¹⁵. Ao longo dos séculos, as propostas de configuração do mapa dialectológico italiano foram-se multiplicando, e o seu desenho, na actualidade, está longe de ser consensual, gerando mesmo uma certa controvérsia. Mas as duas grandes isoglossas que o estruturam encontram-se bem definidas, o eixo Rimini - La Spezia, que acompanha os Apeninos setentrionais, e o eixo Nordeste - Sudoeste entre Ancona e Roma, que em parte segue o percurso do rio Tibre. Ficam assim delimitadas três grandes áreas dialectais, a setentrional, a central e a meridional.

A partir daqui, vários são os recortes possíveis. Remeto para um quadro dialectal que leva a chancela de muitas instituições de ensino italianas. É apresentado num dos manuais actualmente mais utilizados

¹⁴ Ver *ib.*, 1.11 ss.

¹⁵ Para uma descrição de conjunto da variação linguística em sentido diatópico e diacrónico, a *Historische Grammatik der Italienischen Sprache und ihrer Mundarten* (Bern, A. Francke AG, 1949, 3 vols.; trad. Salvatore Persichino, *Grammatica storica della lingua italiana e dei suoi dialetti*, Torino, Einaudi, 1966, 3 vols.) de Gerhard Rohlfs continua a ser um óptimo instrumento de trabalho. Numa perspectiva mais recente de cariz sócio-linguístico, ver *Introduzione all'italiano contemporaneo. La variazione e gli usi*, a cura de Alberto A. Sobrero, Bari, Laterza, 2004, 10.^a ed.; *Introduzione all'italiano contemporaneo. Le strutture*, a cura de Alberto A. Sobrero, Bari, Laterza, 2005, 8.^a ed.; ver também a respectiva bibliografia.

nas Escolas Superiores e nas Universidades, *Il filo rosso*¹⁶. São sete as áreas dialectais que nas suas páginas são enumeradas:

1) Os dialectos galo-itálicos (Piemonte, Ligúria, Lombardia, Emilia Romagna). Resultam da latinização das populações celtas que, a partir do VI séc. a. C., foram ocupando esses territórios, anteriormente habitados por lígures e etruscos. Esses dialectos, a Nordeste, encontram-se ligados por relações de continuidade transfronteiriça com os dialectos alpinos provençais (ou, mais propriamente, occitanos) e franco-provençais (segundo a designação oitocentista de Isaia Ascoli, à qual se tende a preferir, na actualidade, a de arpitanos).

2) Os dialectos vénetos (Véneto e Trentino). Partilham com os dialectos galo-itálicos características comuns a todos os dialectos setentrionais.

3) O ladino e o friulano (Dolomiti e Friuli). Dante, no *De vulgari eloquentia*, notava a crueza do *Ces fas-tu*¹⁷. Têm a particularidade de formarem a segunda pessoa do singular em *-s*, e de fazerem o plural também em *-s*.

4) Os dialectos toscanos (Toscana). São nitidamente separados dos dialectos setentrionais pela isoglossa Rimini - La Spezia, e no âmbito dos dialectos centrais são dotados de uma forte especificidade. O substrato anterior ao latim é o etrusco, uma língua pouco conhecida mas que, por ser bastante diferente do latim, não favoreceu fenómenos de contaminação. São a base do italiano, apesar dessa identificação não ser linear, ao contrário do que muitas vezes se afirma de forma simplista. Neste mesmo grupo se insere o corso, ligado ao toscano arcaico.

5) Dialectos centro-meridionais (Lácio, Úmbria, Marcas, Abruzzo, Molise, Campania, Basilicata, Puglia setentrional, Calábria setentrional). Em toda esta vária área se verificam fenómenos comuns de modificação vocálica e consonântica.

¹⁶ Marco Santagata/Laura Carotti/Alberto Casadei/Mirko Tavoni, *Il filo rosso. Antologia e storia della letteratura europea. 1.1. Duecento e Trecento*, Bari, Laterza, 2006, pp. 7-9. Esse quadro tem por referência Giovanni Battista Pellegrini, *Carta dei dialetti d'Italia*, Pisa, Pacini, 1977.

¹⁷ *De vulgari eloquentia* 1.11.6, pp. 96-97 (“Que fazes tu?”).

6) Dialectos meridionais extremos (Sicília, Calábria meridional, Salento). Abrangem, além do território insular, franjas meridionais da Península Itálica. A sua absoluta diferenciação dos restantes dialectos italianos propulsionou uma forte consciência antropológica, a qual, associada a factores sociais, levou a um certo distanciamento em relação ao italiano.

7) Sardo (Sardenha). A Sardenha foi conquistada em 238 a. C. e o veículo linguístico da sua colonização foi um latim arcaico, anterior à modificação da quantidade e do timbre vocálicos. Ao longo dos tempos, o isolamento insular contribuiu para a sua evolução em sentido conservador.

Este quadro deixa em aberto muitos aspectos da distinção entre língua e dialecto. Numa perspectiva legal, o referido Decreto-lei n.º 482, *Norme in materia di tutela delle minoranze linguistiche storiche*, reconhece o estatuto de língua ao franco-provençal (1), ao friulano, ao ladino (3) e ao sardo (7), conforme se viu. No entanto, qualquer reflexão que vá para além dessa formulação taxativa fica envolvida numa rede de contingências quase insolúveis. A situação linguística italiana caracteriza-se, de facto, por uma enorme complexidade, decorrente da interpenetração orgânica de uma multiplicidade de factores e de um policentrismo cuja dinâmica implica constantes metamorfoses. Termos que revertem, afinal, naquele nó de questões já captado pela genialidade de Dante.

Tomando como referência um ponto de vista estritamente descritivo, a delimitação de línguas e dialectos, quer em termos relacionais, quer nas suas subespécies, é aleatória. A comparação sistémica não pode deixar de se confrontar com a fluidez das amostragens e com a própria intangibilidade da noção de semelhança linguística. Se o sardo tem afinidades com os dialectos toscanos, há dialectos que se podem considerar mais distantes do italiano do que de outras línguas românicas. O ladino e o friulano recobrem vários núcleos de falantes, sem que seja possível definir de forma peremptória uma norma única. A codificação em gramáticas e dicionários, bem como o uso literário, ou a respectiva possibilidade, não diferenciam com suficiente clareza os dialectos italianos das línguas. Poder-se-ia suster que a implantação geográfica do dialecto é mais circunscrita, a sua codificação menos restritiva, e que o seu léxico não inclui vocabulário científico e especia-

lizado. Contudo, tende-se a privilegiar, hoje em dia, factores de ordem antropológica e histórica.

Mesmo assim, não deixe de se ter presente que, no plano antropológico e sócio-linguístico, o franco-provençal, o friulano, o ladino e o sardo mantêm uma relação com o italiano semelhante à dos dialectos. Nas práticas linguísticas, o italiano tende a erigir-se, de forma mais ou menos estável, em língua de referência para um nível considerado alto ou para uma intercomunicação mais alargada. Além disso, a própria tendência para a homogeneização linguística, que anda associada a tantos factores, pode levar à submersão de identidades que ainda em tempos extremamente recentes eram dotadas de grande vitalidade. Os *grichi* de origem grega, falados em zonas circundantes das áreas urbanas de Reggio Calabria e de Lecce por cerca de 35 000 pessoas de comunidades dispersas, encontram-se hoje em processo de absorção pelos dialectos centro-meridionais, à semelhança do que aconteceu com variedades dialectais hoje extintas.

Há que reconhecer que o dialecto ou, de um modo mais geral, as variedades diatópicas, ainda não se libertaram totalmente, hoje, num dos países mais industrializados do mundo, do estigma e dos preconceitos que os associam ao limiar de pobreza e ao analfabetismo. Trata-se, na verdade, de uma visão marcada pela situação de miséria que dominou a Itália, em particular o Meridiano, na segunda metade do século XIX, e que depois foi retomada pelo triunfalismo fascista. A Itália foi objecto de duas grandes campanhas antidialectais, em 1890-1905 e em 1935-1942. Ambas serviram um programa político. No primeiro caso, está em jogo o intuito de fortalecer a unidade de uma entidade política recentemente criada, o Estado italiano, proclamado em 1861 por Vittorio Emanuele II, através da superação de divergências locais. A língua de toda a Itália vale, pois, como emblema do sucesso dessa empresa. No segundo caso, o objectivo de suturar as falhas de uma Unificação ainda a completar é posto ao serviço de desígnios totalitários. Numa atmosfera em que todos os actos do cidadão são vigiados, também a língua deve ser submetida a um apertado controle.

O processo histórico de formação das diversas variedades linguísticas italianas desenrola-se em paralelo, logo a partir da passagem do latim para os latins vulgares falados nas várias regiões de Itália, e depois para

os vulgares correlatos¹⁸. Cada uma dessas variedades é legítima herdeira do latim, do qual deriva através de uma evolução gradual e em continuidade. Não existe, portanto, uma hierarquização, como acontece quando a variação tem por charneira uma língua vulgar já formada, à qual mais facilmente pode ser atribuído um prestígio superior, como acontece noutras situações linguísticas da Europa.

A evolução dos latins vulgares para os vários vulgares italianos costuma ser situada entre os séculos VI e X, aproximadamente. Nos séculos IX e X, surgem os primeiros textos escritos, ligados a finalidades práticas. Mas este contínuo evolui através de sucessivas estratificações. As grandes áreas dialectais, tal como foram anteriormente apresentadas, coincidem com as zonas de ocupação dos povos que precederam os romanos. Estudos especializados mostram que várias características dos dialectos setentrionais os aproximam das línguas celtas, e algumas características dos dialectos centrais parecem aproximá-los do osco-umbro. Outros factores evidentes são as fronteiras naturais orográficas ou de relevo, a divisão administrativa e a repartição das dioceses medievais.

Até ao século XVI, a designação de vulgar serve para denominar variedades linguísticas utilizadas de forma autónoma, também literariamente. O incremento do seu uso anda intimamente ligado à produção e a actividades práticas de cariz comercial. Mas o vulgar que tem a primazia cronológica, no uso literário, é o siciliano, com o círculo de poetas que na primeira metade do século XIII gravitava em torno do imperador Frederico II¹⁹. A afirmação do toscano como

¹⁸ À sinopse histórica de Bruno Migliorini, *Storia della lingua italiana*, introduzione di Ghino Ghinassi, Milano, Bompiani, 2007 [reed., 1.ª ed. 1960], há acrescentar as mais recentes investigações que ficam contidas em *Storia della lingua italiana*, a cura di Pietro Trifone e Luca Serianni, Torino, Einaudi, 1993-1994, 3 vols.; ou apresentações gerais, como Ilaria Bonomi/Andrea Masini/Silvia Morgana/Mario Piotti, *Elementi di linguistica italiana*, Roma, Carocci, 2008 [reed.].

¹⁹ Assinalem-se recentes pesquisas, em fase de desenvolvimento, no sentido da retrodatação e de uma possível expansão geográfica das primeiras experiências poéticas em vulgar; ver Alfredo Stussi, “Versi d’amore in volgare tra la fine del secolo XII e l’inizio del XIII”, *Cultura Neolatina*, 59, 1, 1999, pp. 1-69; Giuseppina Brunetti, *Il frammento inedito “Resplendente stella de albur” di*

veículo de expressão literária ocorrerá no século seguinte, com Dante e a *Commedia*, Petrarca e o *Canzoniere*, e Boccaccio e o *Decameron*. No entanto, a linguagem destes três escritores, as chamadas *três coroas*, está longe de ser uniforme. Gianfranco Contini, através de uma formulação que fez história, distinguiu o plurilinguismo e o pluri-estilismo de Dante do monolinguismo e do mono-estilismo de Petrarca²⁰. A língua de Dante logo granjeou enorme prestígio em Itália e na Europa. Contudo, era como uma plataforma móvel, cujo sucesso só foi possível, na Itália do século XIV, em virtude do seu polimorfismo. A Petrarca, caberá um papel fundamental no campo gramatical e das escolhas fonéticas e lexicais, sobretudo para a poesia, ao passo que Boccaccio se virá a erigir em grande mestre da prosa. Mas será necessário esperar pelo século XVI para que o seu valor modelar se afirme plenamente.

A eleição do latim de Cícero como modelo, ao tempo do Humanismo, tem por contraponto as grandes flutuações que se registaram na evolução do vulgar durante todo o século XV. A este panorama, apôs Gianfranco Folena a célebre legenda de *crisi linguistica del Quattrocento*²¹. A operação de recuperação e revitalização das letras latinas iniciada por Petrarca e por Boccaccio foi continuada pelos grandes humanistas italianos do século XV e alargada também ao grego, num ambiente de alta erudição. Por sua vez, o vulgar era muito usado no âmbito administrativo e prático, e até em algumas chancelarias. Mas, neste caso, a inexistência de um padrão de referência propulsionou fenómenos de interferência, bem como a criação linguagens mistas que evoluíam em roda livre. Na comunicação inter-regional, foram privilegiadas as chamadas linguagens de *koine*, híbridos que funcionavam como uma espécie língua franca, resultantes do cruzamento entre

Giacomino Pugliese e la poesia italiana delle origini, Tübingen, Niemeyer, 2000; Rosario G. Coluccia, “La scuola poetica siciliana tra limiti cronologici e dislocazioni territoriali”, *Contributi di Filologia dell’Italia Mediana*, 14, 2000, pp. 25-45.

²⁰ Gianfranco Contini, “Preliminari sulla lingua del Petrarca”, *Varianti e altra linguistica. Una raccolta di saggi (1938-1968)*, Torino, Einaudi, 1984, pp. 169-192.

²¹ Gianfranco Folena, *La crisi linguistica del Quattrocento e l’“Arcadia” di Sannazaro*, con una premessa di Bruno Migliorini, Firenze, Olschki, 1952.

elementos de proveniência latina, toscana e de implantação local, e como tal particularmente variáveis. Todavia, latim e vulgar de forma alguma eram campos extremados, se aqueles mesmos eruditos que estudavam as línguas antigas com rigoroso fervor filológico, dedicaram igual brio à edição e ao comentário de textos em vulgar, como é o caso do Cristoforo Landino editor da *Commedia*.

Deste panorama efervescente, ressalta a tentativa de hegemonia toscana capitaneada pela casa de' Medici, em duas grandes frentes estritamente relacionadas, uma política, outra linguístico-literária. A acção de Leon Battista Alberti, Angelo Poliziano e Lorenzo de' Medici, não só como governante mas também como intelectual e poeta, foi, a esse propósito, fundamental. O primeiro elaborou em 1440 uma gramática do florentino do seu tempo que deixou em manuscrito, portanto meio século antes da de Nebrija. Organizou também um concurso de poesia em vulgar sobre o tema da amizade, o *Certame coronario* de 1441. O mais directo veículo de difusão exterior desse programa foi, porém, a *Raccolta aragonese*, assim chamada por se tratar de uma compilação de poesia toscana oferecida em 1477 a Frederico de Aragão, o erudito filho do Rei de Nápoles. Precede-a uma carta escrita, segundo tudo leva a crer, por Angelo Poliziano e dedicada à exaltação do florentino.

Os motivos do falhanço desta campanha foram muitos, e um dos mais prementes é o apontado por Carlo Dionisotti, quando nota o desfasamento diacrónico entre os seus referentes²². Na verdade, a casa de' Medici visava uma actuação no presente, que identificava nos seus membros os governantes de um estado forte e no florentino contemporâneo a sua língua. Todavia, os grandes exemplos que trazia à colação, as três coroas, pertenciam a um passado com dois séculos de história e falavam uma língua bastante diferente da da Florença do século XV.

Só a partir da função codificadora desempenhada, no século XVI, pelo petrarquismo, se passa à efectiva afirmação do italiano literário, o que tem por correlato a designação dos restantes vulgares como dialectos. Esta mudança de estatuto não afecta a substância desses vulgares, que prosseguem a sua evolução ao longo de uma linha de continuidade ininterrupta.

²² Carlo Dionisotti, *Geografia e storia della letteratura italiana*, Torino, Einaudi, 2009, reed.

Um dos grandes pilares da operação reguladora levada a cabo nos inícios do século, as *Prose della volgar lingua* editadas em Veneza, no ano de 1525, por Pietro Bembo, expõe, logo nas suas primeiras páginas, ambiciosos anseios comunicativos, a projectar do presente para um futuro, que são porém contrariados por uma desvairada quantidade de variedades linguísticas²³:

[...] ciascun che scrive, d'esser letto desidera dalle genti, non pur che vivono, ma ancora che viveranno, dove il parlare da picciola loro parte e solo per ispazio brevissimo si riceve; il qual parlare assai agevolmente alle carte si manderebbe, se niuna differenza v'avesse in lui. Ora che, qualunque si sia di ciò la cagione, essere il vediamo così diverso, che non solamente in ogni general provincia propriamente e partitamente dall'altre generali provincie si favella, ma ancora in ciascuna provincia si favella diversamente, e oltre acciò esse stesse favelle così diverse alterando si vanno e mutando di giorno in giorno, maravigliosa cosa è a sentire quanta variazione è oggi nella volgar lingua pur solamente, con la qual noi e gli altri Italiani parliamo, e quanto è malagevole lo eleggere e trarne quello essemplio, col quale più tosto formar si debbano e fuori mandarne le scritture.

Neste passo, Pietro Bembo coloca uma questão de fundo, a variação linguística no seu alcance pragmático, pelo que diz respeito à incidência diatópica e diacrónica. Se, por um lado, são poucos os italianos de proveniência geográfica distinta que se conseguem entender, por outro lado, a comunicação sofre restrições temporais, em virtude das mudanças que continuamente se verificam. Por consequência, o autor das *Prose* interroga-se acerca das possibilidades de compreender, no futuro, o que então se escreve.

Tratava-se, pois, de eleger um código linguístico susceptível de funcionar como denominador comum, no registo escrito e para fins literários ou intelectuais. E o modelo foi Petrarca para a poesia e Boccaccio para a prosa. Com esta escolha, Pietro Bembo redime as fragilidades da tentativa de hegemonia cultural toscana levada a cabo no século anterior, estabelecendo uma ligação directa entre passado e futuro. Quer isto dizer que o modelo advogado não é o de uma variante linguística

²³ Pietro Bembo, *Prose e rime*, a cura di Carlo Dionisotti, Torino, Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1992, n. ed., p. 74.

contemporânea, mas histórica, colhida nos fulgores do século XIV. Aliás, o primeiro grande exemplo de revisão linguística de uma obra no sentido da sua aproximação dos referidos modelos vem de fora da Toscana, com a *Arcadia* de Sannazaro²⁴.

O italiano nasce então como língua literária. A Itália, enquanto unidade política, não existia, mas a instituição literária era dotada de uma tal força gregária, no plano antropológico, que foi a partir dela que se construiu um dos principais símbolos da identidade de uma nação, por sinal uma nação sem existência política: a língua.

A língua do Petrarca do *Canzoniere* reunia, em particular, todas as condições para se erigir em exemplo. O seu vocabulário era claro e homogéneo, com o privilégio de étimos latinos, a sua estrutura retomava a limpidez do toscano, e a escolha das sonoridades obedecia a princípios de refinada harmonia. E, no entanto, Petrarca só viveu na Toscana até aos oito anos, idade com que acompanhou a família nas vias do exílio.

A difusão e o uso literário da sua língua foram propulsionados, no século XVI, pela conjugação de uma série de factores²⁵. O *Canzoniere* de Petrarca apresentava-se, por si, como um exemplo concreto, pronto para ser imitado. Mas o seu re-uso foi também facilitado por instrumentos de mediação, como a gramática, o rimário, o repertório de temas, o dicionário de figuras de retórica, etc., que tiveram um enorme êxito editorial, numa fase de franca expansão da imprensa. Às sucessivas edições do *Canzoniere*, cerca de duas centenas ao longo do século XVI, veio-se acrescentar, na segunda metade da centúria, uma outra tipologia de imensa difusão, a antologia poética de vários autores.

A imitação de Petrarca foi um fenómeno que infiltrou a sociedade de corte, convertendo cada cortesão num potencial poeta. Fazia parte de uma prática antropológicamente codificada pelos tratados

²⁴ Desenvolvi o assunto em *A "Arcadia" de Sannazaro e o bucolismo*, prefácio Aníbal Pinto de Castro, Coimbra, FLUC, 1996.

²⁵ Ver Amedeo Quondam, *Il naso di Laura. Lingua e poesia nella tradizione del Classicismo*, Modena/Ferrara, Panini, 1991; id., "Petrarquistas e gentis-homens", *Petrarca 700 anos*, coordenação de Rita Marnoto, Coimbra, Instituto de Estudos Italianos da FLUC, 2005, pp. 187-248; Marco Santagata, "Nascer duas vezes. Vicissitudes da lírica italiana dos primeiros séculos", *Estudos Italianos em Portugal*, n. s., 1, 2006, pp. 13-39.

de comportamento, como é o caso de *Il Cortegiano* de Baldassar Castiglione. O petrarquismo, enquanto sistema de repetição, espelhava, pois, os anseios de integração gregária de grupos sociais que só há pouco tempo tinham tido acesso ao universo das letras.

A língua do petrarquismo era, porém, uma língua escrita, escolhida de forma normativa por entre várias opções possíveis e entre muitas polémicas, uma língua que não era falada. Uma norma e uma autoridade representadas por um pai ausente, Petrarca. A língua materna, por assim dizer, era outra, era a língua que se começava a falar desde criança, a *favella*.

Nos séculos seguintes, as variedades linguísticas dialectais utilizadas por toda a Itália continuaram o seu processo de evolução ao longo de uma linha de continuidade. Algumas delas foram veículo de expressão literária. Adquiriram maior importância naqueles momentos em que o isolamento regional e a fragmentação política se fizeram sentir mais intensamente.

Por sua vez, a obra lexicográfica da Accademia della Crusca, com a publicação do seu primeiro dicionário em 1612, foi, ao longo dos tempos, um factor de estabilização do italiano. A Arcádia Romana terá sido a derradeira instituição da Itália pré-unitária a exercer um papel normalizador da língua.

Quando, em 1861, o Rei Vittorio Emanuele II da casa de Sabóia proclama o Reino de Itália, a questão da língua sobe à ribalta, mas sob uma nova perspectiva, a de uma centralidade político-administrativa até então inexistente. O italiano continuava a ser uma língua preponderantemente escrita, dominada por uma reduzidíssima percentagem de pessoas, que varia entre 2,5% e 10%, conforme os censos e o entendimento do objecto linguístico em causa. Era premente estabelecer qual a língua da Itália unida, mas a definição de uma língua a ensinar nas escolas, a usar na administração pública, etc., não era nem linear, nem evidente. Desde inícios do século XIX que, em clima romântico, se travava um vivo debate entre puristas, que advogavam um regresso à língua das três coroas; classicistas, que propunham a revitalização da linha que liga o século XIV, o século XVI e o Neoclassicismo; e os defensores da variedade dialectal, enquanto abertura a uma base cultural alargada.

Neste quadro, foi ganhando evidência a figura de Alessandro Manzoni. Não era um linguista, e muito menos um investigador

especializado, mas um escritor cujas opções, em matéria de língua, lhe tinham conferido um retumbante sucesso, com o romance *I promessi sposi*. Trabalhou afincadamente em sucessivas redacções do seu texto, entre 1821 e 1845. A sua perspectiva era essencialmente prática, dando muita importância à necessidade de encontrar um idioma comum, capaz de responder a necessidades comunicativas prementes. Milanês por nascimento, escolheu o florentino falado na contemporaneidade pelos grupos de cultura elevada como língua de eleição. Apesar de os seus escritos teóricos serem poucos, a seguir à unificação foi um actor extremamente influente no campo da política linguística.

Dada a sua popularidade como autor de *I promessi sposi*, os primeiros governos da Itália unida confiaram-lhe intervenções de destaque. O Ministro da Pubblica Istruzione, Emilio Broglio, nomeou, em 1867, uma comissão para a difusão da *buona lingua e della buona pronunzia*, presidida, precisamente, por Alessandro Manzoni. No ano seguinte, um Manzoni já em idade avançada redige a famosa *Relazione sull'unità della lingua e i mezzi per diffonderla*, na qual reafirma a importância da adopção do florentino falado na contemporaneidade como arma para neutralizar a selva dos dialectos. Elemento não despreciando deste projecto, é a transferência da capital, de Turim para Florença, em 1865.

De entre as propostas de Manzoni, ganhava relevo a sistematização lexical. Entre 1870 e 1897, saem os quatro volumes do *Novo vocabolario della lingua italiana secondo l'uso di Firenze, ordinato dal Ministero della Pubblica Istruzione, compilato sotto la presidenza del Commendatore E. Broglio*, portanto do próprio Broglio e de Giovan Battista Giorgini, e em 1887, o *Novo dizionario universale della lingua italiana*. A grande receptividade deste último deve-se em particular à adopção da grafia ortoépica e à especificação das formas fora de uso. Mas a concentração das atenções nos problemas do léxico deixou na sombra planos muito importantes, como o da sintaxe. Para além disso, são notórias, não raro, as dificuldades em determinar qual das variantes do florentino falado tomar por referência.

O programa estatal suscitou muita polémica e a sua aplicação, que tinha na rede escolar um forte baluarte, não foi fácil²⁶. À parte a região

²⁶ Situação descrita por Tulio De Mauro, *Storia linguistica dell'Italia unita*, Bari, Laterza, 2008 [reed.].

da Toscana, não havia professores preparados para ensinar a nova língua. Nas restantes regiões de uma Itália unida, era necessário contar com o brio dos docentes, que muitas vezes procediam de forma intuitiva, por ausência de uma formação específica. O italiano era frequentemente ensinado em aulas dadas em dialecto, continuando a ser uma língua tendencialmente escrita, mas pouco usada na prática quotidiana.

Neste campo, as posições defendidas pelo linguista, formado na escola histórica alemã, Graziado Isaia Ascoli, quando vistas à distância do tempo, surpreendem pela sua clarividência. Interveio publicamente em 1873, no *Proemio* do primeiro número do *Archivio Glottologico Italiano*, por ele fundado. Coloca a tónica sobre a veleidade de impor uma língua por via legal, à margem das condições para a sua adopção. Preconiza, pois, a redução do analfabetismo, a valorização da formação cultural e a difusão da literatura dos grandes autores, como fundamento de qualquer projecto linguístico, de tal forma que, a partir dessa base, possam ser os próprios italianos a construir a sua língua de intercomunicação.

Apesar de não ter colhido o apoio oficial, a posição de Ascoli foi aquela a que o tempo conferiu a primazia. Desde logo, a transferência da capital de Florença para Roma, em 1871, debilitou os propósitos de hegemonia linguística florentina. No vinténio fascista, foi validada a introdução no italiano de muitas palavras originárias de Roma. O florentino ou, de uma forma mais geral, o toscano, está na origem das características fonéticas do italiano, servindo também de referência à flexão pronominal e à flexão verbal. Todavia, no plano lexical, a origem topológica dos vocábulos é muito diversa, com frequentes casos de geo-sinónimos. Vários foram os factores que impulsionaram esse intercâmbio, a começar pelas migrações internas e pela rápida urbanização. Fundamental foi também a acção dos meios de comunicação de massas, a imprensa periódica, logo nos primeiros anos do século XX, a rádio, a partir de 1926, e depois o cinema, que em Itália teve um êxito retumbante. No pós-Guerra, a reorganização da rede escolar e a entrada da televisão (1954) nas casas dos italianos deram mais solidez a esse processo. O italiano é, pois, uma língua de compromisso, formada a partir de uma base toscana, mas com contributos de muitas outras regiões.

A designação específica desta língua herdada através de uma tradição literária secular, codificada por gramáticas, ensinada nas escolas italianas

e no estrangeiro, e que o Decreto-lei n.º 482 declara ser a língua oficial da República italiana, suscita aos linguistas algumas perplexidades. As denominações de italiano standard, italiano comum, italiano sem adjectivação, etc., não são consensuais. A variação tem um impacto tal, que a modalidade usada é uma possibilidade expressiva entre outras. Na actualidade, as condições para a caracterização do italiano standard, por exemplo, no plano fonético, são extraordinariamente lábeis.

Poder-se-á admitir que a norma se identifica com o desempenho de um grupo de profissionais que frequentou escolas de dicção, como acontece com locutores de televisão, actores, tradutores-intérpretes, especialistas em dobragem, etc. Mas então, essa língua seria dominada por um número de pessoas extraordinariamente restrito, e o conceito de espontaneidade linguística cairia por terra, definindo-se o standard como uma abstracção didáctica. A pronúncia das oclusivas e das fricativas, para um florentino, não coincide com o standard. Já pelo que diz respeito à escrita, no ensaio, no jornalismo de difusão nacional ou na linguagem científica, as marcas da variação diatópica não têm relevo. A saber, então, como articular esta restrição diamésica e diastrática com a noção de standard, ou até que ponto é possível definir com rigor normas diversas.

Hoje em dia, considera-se que, por um lado, italiano standard, italiano comum ou italiano sem adjectivação, e, por outro lado, dialectos e falares regionais, são os pontos extremos de uma espiral ao longo da qual se vão desenvolvendo múltiplos fenómenos de intersecção. Essa linha tem duas grandes referências, os dialectos italianizados e os italianos regionais, mas é afectada por muitos fenómenos de descontinuidade.

Os primeiros, os dialectos italianizados, são resultado da tendência para um uso menos intenso das variantes diatópicas, com o conseqüente avanço do italiano. O italiano funciona, pois, como um superstrato que se sobrepõe parcialmente ao dialecto. Os planos mais expostos à italianização são o lexical e o semântico, ao passo que o fonético e o morfológico mostram maior estabilidade, sendo as modificações introduzidas, ou não, no plano sintáctico, uma questão bastante discutida. Consideremos alguns exemplos de âmbito lexical, que implicam fenómenos de interferência fonética. Muitas das palavras que mais recentemente surgiram nos dialectos, provindas do italiano, servem

para designar novos referentes, como o toscano central *autobusse* (it. *autobus*); ou o lombardo *aceleradur* (it. *acceleratore*). Trata-se, porém, de um campo entre tantos outros. O siciliano é um dos dialectos que tem vindo a adoptar palavras pertencentes a campos semânticos muito diversos. Assim, *accurgirisinni*, em vez de *mintirissin'addùnu* ou *mintirissin'accùra* (it. *accorgersene*); *rriciùta*, em vez de *rriciù* ou *rricipu* (it. *ricevuta*). Quando várias designações são possíveis, tende a prevalecer a que se aproxima mais do italiano, como o piemontês *negossi* relativamente a *buteja* (it. *negozio*), o napolitano *addormentasse* relativamente a *addormisse* (it. *addormentarsi*).

Quanto ao italiano regional, ou aos italianos regionais, são as variedades de italiano que apresentam características de variação diatópica em todos os planos do código. O dialecto funciona, pois, como um substrato que influencia a língua que se lhe sobrepõe. Na Lombardia, é comum que sejam pronunciadas como fechadas as vogais tónicas de *bosco* e *sporco*, que em Florença são abertas. Mas no Piemonte, as vogais tónicas de *corsa*, *forma* e *verde* são geralmente abertas, ao passo que em Florença são tendencialmente fechadas. Nos sufixos *-etto* e *-mente*, em Nápoles e, de uma forma mais geral, no Meridiano, o [e] pronuncia-se aberto, ao contrário do que sucede no resto da Itália. Pelo que diz respeito aos sons consonânticos, na Toscana, bem como em áreas adjacentes, é extremamente difusa a aspiração das oclusivas surdas intervocálicas. A Norte da isoglossa Rimini - La Spezia, as consoantes duplas tendem a passar a simples, e não se faz duplicação sintáctica. No plano da morfossintaxe, assinala-se, para esta mesma área, o uso dominante do *passato prossimo*, mesmo quando a sua função é a de um *passato remoto*.

Segundo os dados do Istituto Nazionale di Statistica, os índices de uso do dialecto, em Itália, estão a decrescer, em concomitância com o aumento do número de pessoas que usa só ou predominantemente o italiano²⁷. Pelo que diz respeito aos dialectófonos exclusivos, trata-se actualmente de grupos residuais, numa faixa etária avançada.

²⁷ Estes e outros dados podem ser consultados em [http://www.istat.it/salastampa/comunicati/non_calendario/20070420_00/\(Agosto-2011\)](http://www.istat.it/salastampa/comunicati/non_calendario/20070420_00/(Agosto-2011)). Convém reter, dos inquéritos linguísticos deste Instituto, os aspectos gerais, tendo em linha de conta a reduzida extensão das amostragens.

É esta a percentagem da população italiana que usa só ou predominantemente o italiano no seio da família:

1987-1988	41,5%
1995	44,4%
2000	44,1%
2006	45,5%

Correlativamente, a adopção prevalente do dialecto no seio da família, que é a situação comunicativa em que é mais usado, tem vindo a baixar:

1987-1988	32%
1995	23,8%
2000	19,1%
2006	16%

Entre estas duas margens, situa-se a percentagem das pessoas que tanto se servem do italiano como do dialecto no seio da família:

1987-1988	24,9%
1995	28,3%
2000	32,9%
2006	32,5%

Todavia, a ideia geral de que a inevitável evolução linguística ligada a factores internos e a factores externos implica um gradual definhamento dos dialectos não deverá descartar outras leituras, com referência ao caso italiano, tendo em linha de conta o processo histórico em curso, pelo menos desde a unificação. Na verdade, a riqueza do italiano, sobretudo no plano lexical, resulta de sucessivas transferências e acumulações, as quais, no tempo presente, continuam a ter grande vitalidade, dele fazendo uma língua com grande abertura à formação neológica. Dos dialectos vénetos, passaram para o italiano *ciao*, *imbranato*, ou *giocattolo*, que coexiste com *balocco*, de proveniência toscana; do romanesco, *fregarsene*, *fasullo*; do napolitano, *malocchio*, *scantinato*; do Meridão, *tamarro*.

Por finais da década de 1970, começaram a ser adoptados, nas escolas, manuais atentos às variedades regionais do italiano e aos dialectos, numa perspectiva descritiva. Aliás, nas regiões de Itália que têm um estatuto especial, o ensino pode-se fazer noutras línguas, apesar de essa opção de aprendizagem, legalmente promulgada, não atrair particularmente os jovens.

A Itália de hoje enfrenta novos desafios linguísticos, tanto no plano interno como no plano externo, ligados àquela que já foi chamada a nova ordem linguística mundial. O inquérito *Italiano 2000. Indagine sulle motivazioni e sui pubblici dell'italiano diffuso fra stranieri*, vem mostrar os novos públicos que, fora de Itália, se interessam pela aprendizagem da língua²⁸. O italiano é a quarta ou a quinta língua estrangeira mais estudada no mundo, mas os motivos desse destaque deixaram de estar predominantemente ligados a uma cultura de nível elevado. Relacionam-se também com os estilos de vida, com a produção industrial, ou com a tradição. Dos 21 milhões de emigrantes que no século XIX saíram de Itália, um terço não regressou. Eram predominantemente dialectófonos, o que os levou a adoptar a língua do país de acolhimento como veículo de comunicação entre eles próprios, mas hoje os seus descendentes estão a recuperar o italiano. Num outro plano, para as massas de migrantes que atravessam as fronteiras italianas, vindos do Oriente europeu, do Norte de África ou de zonas hispânicas, o domínio do italiano é um importante componente da sua integração. Mas assiste-lhes também o direito de aprenderem a sua língua nativa nas escolas de Itália.

A complexidade da situação linguística italiana, aqui apresentada nos seus traços essenciais, pode ficar sintetizada numa imagem final, onde se sobrepõem a língua que em 1999 foi declarada língua oficial da República Italiana, e a primeira língua vulgar à qual foi dedicado um tratado orgânico, o *De vulgari eloquentia* de Dante Alighieri. Entre os dois planos, corre um processo histórico fruto do qual uma das suas variantes se sobrepôs às outras, por razões de prestígio linguístico-

²⁸ Que se pode consultar em <http://www.iic-colonia.de/italiano-2000/> (Agosto-2011); ver também a leitura que das suas conclusões foi feita por Massimo Vedovelli, “Nuove motivazioni e pubblici della lingua italiana”, *Estudos Italianos em Portugal*, n. s., 1, 2006, pp. 309-335.

-literário e histórico, servindo de ponto de referência para uma língua que evoluiu de forma extremamente rápida, também graças à sua imensa capacidade de inclusão. Ou seja, de ser uma língua que, entre Unificação e República, é causa pública.



ITALIA ANNO ZERO. BREVE STORIA DI UNA LETTERATURA FONDATA SUL LAVORO

CLELIA BETTINI

LA REPUBBLICA ITALIANA ciascuno di noi se la porta appresso nei luoghi più remoti della terra, stampata su un libretto rosso-marrone che solo di rado osserva, quando lo presenta a una hostess sorridente o perché lo sfoglia annoiato in attesa di oltrepassare qualche barriera doganale. Che cosa è oggi la Repubblica Italiana per un italiano? Che tipo di movimento critico deve compiere il nostro pensiero attorno alla Natura e alla condizione fisica e morale della nostra *Res Publica*? Per quanto mi compete, ho creduto di farlo attraverso la letteratura, perché è il mio pane quotidiano e perché forse è uno dei pochi ambienti naturali in cui mi sento davvero a mio agio. E ho deciso di partire dalle parole di Pietro Calamandrei. Giurista e professore universitario, intrattenne con il regime fascista una battaglia quotidiana, fino a prendere parte alla Resistenza fra le fila del movimento *Giustizia e Libertà* e fu uno dei fondatori del *Partito d'Azione* che fu chiamato a rappresentare nell'Assemblea Costituente dalla quale sarebbe uscita la prima Costituzione dell'Italia repubblicana. Nel 1955, pochi anni dopo l'entrata in vigore della carta costituzionale, in un celebre discorso agli studenti medi e universitari di Milano, Calamandrei dichiarava:

[...]voi giovani alla Costituzione dovete dare il vostro spirito, la vostra gioventù, farla vivere, sentirla come vostra, metteteci dentro il senso civico, la coscienza civica, rendersi conto (questa è una delle gioie della vita), rendersi conto che nessuno di noi nel mondo non è solo, non è solo, che siamo in più, che siamo parte, parte di un tutto, un tutto nei limiti dell'Italia e del mondo. Ora, vedete, io ho poco altro da dirvi. In questa Costituzione c'è dentro tutta la nostra storia, tutto il nostro passato, tutti i nostri dolori, tutte le nostre sciagure, le nostre glorie. Sono tutti sfociati qui in questi articoli e, a sapere intendere, dietro questi articoli ci si sentono delle voci lontane.¹

¹ Cfr. Pietro Calamandrei, *Diario, 1939-1945*, a cura di Giorgio Agosti, Firenze, La Nuova Italia, 1982.

Calamandrei esortava dunque i giovani di un'Italia in costruzione a vivere anima e corpo la Costituzione, perché essa conteneva in sé tutto ciò che eravamo stati e tutto ciò che eravamo all'alba di un nuovo mondo, che sembrava finalmente libero. Quella lunga carta fatta di ben 139 articoli si configura nelle parole del giurista come un baule specchiato, in cui possiamo vederci così come siamo oggi, ma anche ritrovare e custodire l'eredità culturale e umana di tanti secoli, un bagaglio inestimabile che forma in gran parte la nostra identità. Prendiamo dunque in mano la Costituzione e *volgiamo il guardo* al suo principio, o meglio, ai principi fondamentali su cui si regge la Repubblica Italiana, codificati nei primi 12 articoli, sicuramente vi troveremo un ottimo punto di partenza per una riflessione sulle *rottture* e le *continuità* della nostra *Res Publica* che, anche se non ancora centenaria come quella portoghese che in questi giorni ricordiamo, può vantare ormai più di sessant'anni d'esistenza.

Il primo articolo della Costituzione Italiana – se fosse un testo letterario diremmo il suo *incipit* – recita:

L'Italia è una Repubblica democratica, fondata sul lavoro.
La sovranità appartiene al popolo, che la esercita nelle forme e nei limiti della Costituzione.²

Dopo vent'anni di atrocità fasciste con la complicità della monarchia, l'Italia sceglie dunque di mettere al primo posto della sua legge di base la nuova natura di *res publica*, di bene collettivo che appartiene ed è costituita dal popolo. Ma non solo, l'Italia che rinasce dalle ceneri, questo nuovo gigante collettivo e multiforme si fonda sul *lavoro*. Basta un rapido controllo delle costituzioni repubblicane europee ancora in vigore per rendersi conto dell'unicità del caso italiano. La costituzione francese del 1958 mette al primo posto la centralità della *Republique* e la sua natura democratica e laica, quella della Germania attuale invece l'intangibilità della dignità umana, così come quella del Portogallo post-rivoluzionario, che vi fonda la propria ritrovata libertà repubblicana affiancandovi l'uguaglianza democratica e la solidarietà.

² Costituzione della Repubblica Italiana, vide <http://www.governo.it/governo/costituzione/principi.html> (agosto 2011).

Tuttavia, in nessuna si parla del lavoro come uno dei valori su cui si fonda lo Stato. È evidente che, storicamente, si deve leggere questo riferimento come una traccia della componente socialista e comunista del processo di liberazione dal nazifascismo. Se confrontiamo l'articolo 1 della Costituzione italiana con il suo equivalente sovietico, vi si legge una profondità eterogenea al dogmatismo e una lungimiranza che oggi suona quasi come un monito. Se l'Unione delle Repubbliche Socialiste Sovietiche era "uno Stato socialista degli operai e dei contadini"³, la Costituzione italiana sceglie di riferirsi al *lavoro* in senso lato, svincolato da una prospettiva di classe. È stato scritto più volte che la Costituzione, nel suo essere più un programma per una società futura che la regolamentazione di una presente, riflette la ferma volontà del popolo italiano di ricostruire un paese raso al suolo e dunque l'importanza che il *lavoro* assume all'interno della Carta, in diverse forme, è da interpretarsi in questo senso, come suggerisce l'articolo 4, 2° comma: "ogni cittadino ha il dovere di svolgere, secondo le proprie possibilità e la propria scelta, un'attività o una funzione che concorra al progresso materiale o spirituale della società"⁴. Le risorse fisiche e intellettuali di tutto il popolo italiano erano dunque garanzia di un miracolo economico e sociale che tutti sentivano ormai imminente.

Gli scrittori italiani non restarono estranei a questo appello generale. L'urgenza che chiama ogni scrittore, la necessità quasi trascendente che lo spinge a scrivere ciò che ritiene imprescindibile, aveva spinto molti a raccontare le vicende della Resistenza, negli anni immediatamente successivi alla fine del conflitto. Nei primi anni della Repubblica l'asse di interesse si sposta inequivocabilmente sul *lavoro*. Come già sottolineava Asor Rosa, questa tendenza alla commistione tra *intelletto* e *lavoro* è senza dubbio di ascendenza gramsciana, sebbene prenda poi forme tra le più diverse. Ma ciò che cambia nella letteratura e negli scrittori

³ Si cita qui dalla Costituzione del 1947, in vigore all'epoca della Assemblea Costituente, cfr. Università di Torino, Dipartimento di Scienze Giuridiche, Archivio di Diritto e Storia costituzionali, http://www.dircost.unito.it/cs/pdf/urss_costituzione_1947_ita.pdf (agosto 2011).

⁴ Per un commento storico e interpretativo ragionato della Costituzione della Repubblica italiana, si rimanda a Raffaele Bifulco, Alfonso Celotto, Marco Olivetti, *Commentario alla Costituzione*, Torino, UTET giuridica, 2008.

dell'Italia repubblicana è una nuova interconnessione con la *massa*, intesa non solo come popolo dei lavoratori italiani, ma in generale come collettività. Si comincia a scrivere in un linguaggio nuovo, che va oltre l'introspezione e si inoltra entro i confini delle *vite degli altri*, non solo per documentare, ma per comprendere la costruzione di un nuovo orizzonte culturale e sociale.

Affrontare il rapporto tra *letteratura e lavoro* nell'Italia repubblicana non è certo una sfida di poco conto. Per farlo in modo esauriente sarebbe necessario uno spazio assai maggiore di quello che abbiamo a disposizione e risorse intellettuali che tenderebbero all'infinito. Tuttavia ho scelto di tentare, con l'intento di suggerire degli spunti di riflessione più che una riflessione *tout court*, dai quali si possa partire per approfondire e ampliare una possibile mappatura della presenza del tema del *lavoro* all'interno della letteratura italiana contemporanea. Il mio tentativo passa essenzialmente attraverso la lettura comparata di alcuni testi italiani chiave, pubblicati dal 1959 al 2009, con l'obiettivo di riscontrare eventuali *rottture e continuità* nel modo di abordare il tema del lavoro. Ho creduto fosse questa una delle chiavi di lettura possibili dell'evoluzione della Repubblica italiana che mi preesisteva e che, spero sempre in nuove e migliori forme, mi sopravviverà, soprattutto perché permette di riportare all'attenzione questioni culturali collaterali ai testi e i loro autori.

Il primo testo sul quale ho scelto di riflettere è *Donnarumma all'assalto* di Ottiero Ottieri, pubblicato nel 1959⁵. Sono trascorsi esattamente undici anni dall'entrata in vigore della Costituzione e l'Italia è in pieno fermento economico, in virtù di una ripresa industriale che sembra quasi miracolosa. In questo panorama di rinascita si inserisce, atipica in Italia, l'esperienza di Adriano Olivetti, dalla quale non si può prescindere parlando del rapporto tra *letteratura* e, più in generale, *Cultura* e il mondo del *lavoro*. Alla guida della azienda fondata dal padre, Olivetti concretizza l'incontro impossibile tra *Capitale* e *lavoro*, convinto che il profitto, obiettivo di qualunque fabbrica, debba essere reinvestito in attività che promuovano il "progresso materiale o spirituale della società". Nascono così fabbriche esemplari di vetro e metallo, dove

⁵ Prima edizione: Ottiero Ottieri, *Donnarumma all'assalto*, Milano, Bompiani, 1959.

criteri come la bellezza dell'ambiente di lavoro, la presenza concreta della Cultura *in* fabbrica, danno vita a edifici che sono vere e proprie opere di architettura contemporanea, provvisti di biblioteche fra le più fornite del paese, alle quali tutti i dipendenti hanno libero accesso, anche in orario di lavoro. Olivetti garantiva condizioni di lavoro che neppure le feroci lotte sindacali che infiammeranno l'Italia di lì a poco sono mai riuscite a conquistare: la riduzione da 48 a 45 ore di lavoro settimanali, il diritto a un'assistenza sanitaria di qualità, l'asilo nido per tutti i figli dei dipendenti – fossero questi dirigenti o semplici manovali – e nove mesi di maternità retribuita per le donne lavoratrici. Un semplice raffronto con la legislazione attuale, che prevede un totale cinque mesi per le donne in maternità e con una retribuzione pari all'80% del rispettivo stipendio, ci fa comprendere la forza innovatrice del pensiero di Olivetti.

La cifra del modello proposto dall'imprenditore di Ivrea è certamente quella di una visione del mondo industriale indissolubilmente legata a quello della Cultura. La fabbrica deve divenire un luogo dove il lavoratore possa evolversi, migliorare, istruirsi, in modo da contribuire attivamente al miglioramento dell'intera società. È per questa ragione che Olivetti chiede la collaborazione di intellettuali del calibro di Geno Pampaloni, Franco Fortini, ma anche Ottieri e Volponi, due degli autori su cui ho scelto di soffermarmi. Ottiero Ottieri viene assunto alla Olivetti come psicologo, per lavorare alla selezione del personale, o come diremmo oggi, con l'incarico di responsabile delle Risorse Umane. Nell'ottica della Olivetti, infatti, i dipendenti non dovevano essere assunti solamente in base alle proprie competenze specifiche, ma anche alle caratteristiche personali di ciascuno. Tale criterio di selezione potrà oggi sembrare ovvio, ma non lo era sicuramente nell'Italia dei primi anni del secondo Dopoguerra. E proprio dall'esperienza alla Olivetti nasce *Donnarumma all'assalto*, storia di uno psicologo che viene mandato in una nuovissima fabbrica nel Sud Italia, per selezionare il personale. Narrato in prima persona sotto forma di diario, il romanzo di Ottieri raccoglie le riflessioni sul mondo industriale e la sua possibile interazione con la Cultura e la letteratura che l'autore elaborò durante la sua permanenza alla Olivetti di Pozzuoli, creata con l'obiettivo principale di portare lavoro in una delle zone economicamente più arretrate dell'Italia dell'epoca. Naturalmente la fabbrica rispecchiava

tutti i criteri di bellezza e umanità che abbiamo visto essere la cifra del pensiero e della prassi olivettiana, tuttavia il tentativo di Ottieri di trasformare in prodotto letterario quell'esperienza ne rivela le insanabili contraddizioni. Per quanto lo psicologo protagonista creda realmente nel rinnovamento che la fabbrica può determinare, deve ben presto fare i conti con una realtà atavicamente rurale, dove il lavoro è pura necessità di sopravvivere, di scampare alla miseria. I moderni criteri di scelta del personale si scontrano inevitabilmente con il carico emotivo dell'incontro con l'umano. Casi disperati si susseguono nell'ufficio dello psicologo, lo inseguono per strada e gli fanno la posta sotto casa, senza ch'egli possa fare niente per cambiare la loro situazione. L'afflizione di Ottieri traspare ancora più nitida quando comprende di detenere il potere di far fare o meno un determinato mestiere ai molti candidati che si presentano in fabbrica, mentre egli non è in grado di svolgere il lavoro che rifiuta ai molti postulanti. L'episodio in cui cerca di portare a termine una mansione tecnica considerata semplice senza riuscirci segna l'insanabile divario tra il lavoro intellettuale e quello manuale⁶. Ottieri si confronta costantemente con le posizioni di Simone Weil sull'alienazione del lavoratore operaio, sebbene non faccia alcuna allusione esplicita, così come cancella qualunque riferimento alla realtà presente, in modo da rendere il suo racconto non solo più universale, ma più letterario. È costretto però a riconoscere che nei dintorni della *sua* fabbrica, la vera alienazione non è rappresentata dal non-possesso degli strumenti produttivi, ma dalla disoccupazione, che “precede ogni problema industriale, pur essendo contemporanea di una civiltà industriale”⁷. Ottieri sperimenta una forte incapacità nel comprendere la realtà operaia, nonostante l'entusiasmo dell'esperienza di Olivetti, ma soprattutto nel riuscire a rappresentarla. E il personaggio di Donnarumma, nella sua forza ottusa, è la prova evidente di questa impossibilità. Pretende di entrare a lavorare senza sottoporsi ai test di routine, perché “vuole faticare”, esigenza viscerale che scaturisce dal profondo dell'umanità con cui il mondo della fabbrica deve fare i conti. Alla fine del romanzo, quando il protagonista riparte per il nord,

⁶ Id., *Donnarumma all'assalto*, Milano, Garzanti, 2004, pp. 45 sgg.

⁷ *Ib.*, p. 174.

si avverte un pesante senso di frustrazione, che troverà espressione, solo tre anni dopo, sulle pagine de *Il Menabò* di Vittorini e Calvino.

Vista la crescente importanza del tema del lavoro industriale all'interno del dibattito culturale italiano, Elio Vittorini decise di dedicare un intero numero de *Il Menabò* proprio al rapporto tra Letteratura e Industria⁸. La preoccupazione principale di Vittorini era in sintonia con il senso di frustrazione sperimentato da Ottieri, dislocata oltre qualsiasi implicazione ideologica. Come ha scritto Italo Calvino, in quel momento ciò che maggiormente interessa a Vittorini “più che la tematica, è un rapporto diverso col mondo che va espresso con mezzi linguistici diversi”⁹. L'industria era infatti avvertita come un “fattore globalmente costitutivo della società”¹⁰ e dunque parlare del lavoro industriale significa necessariamente parlare del mondo, con una sintassi e un lessico fortemente influenzato dal rumore delle macchine. Tutti i contributi teorici raccolti nel numero 4 della rivista convergono su questa insormontabile difficoltà, preoccupazione che suscita non poche polemiche all'interno dell'ambiente intellettuale italiano, specialmente di quello marxista. La discussione prosegue sul numero successivo della rivista, dove viene pubblicato, nonostante le dichiarate riserve teoriche di Vittorini¹¹, un saggio di Umberto Eco che apre la riflessione che darà vita a uno dei libri fondamentali per la cultura del Novecento, *Opera aperta*. La portata delle angosce vittoriniane si stempera nella concezione che Eco ha dell'opera d'arte, non come esempio puntuale di un movimento o di un divenire, ma come espressione del suo intrinseco divenire, del proprio essere in atto. Non è necessario inseguire a tutti i costi un puro rinnovamento della forma, ma fare attenzione a tutte quelle *forme* che sono *modi di formare l'informe*¹². Anche Calvino, nel suo memorabile intervento *La sfida del labirinto*, converge su una posizione affine a quella di Eco. Dopo un'analisi estremamente lucida del mondo contemporaneo, che ancora oggi risulta a tratti impressionante

⁸ Cfr. *Il Menabò di Letteratura*, 4, 1961 [Torino, Einaudi].

⁹ *Il Menabò (1959-1967)*, a cura di Donatella Fiaccarini Macchi, presentazione di Italo Calvino, Roma, Edizioni dell'Ateneo, 1973, p. 11.

¹⁰ *Ib.*, p. 41.

¹¹ Cfr. Elio Vittorini, “Premessa”, *Il Menabò*, 5, 1962 [Torino, Einaudi], pp. 3-4.

¹² Cfr. Donatella Fiaccarini Macchi, *Il Menabò (1959-1967)*, p. 46.

– come quando descrive il vuoto lasciato dall’ideologia militante sul piano individuale, ricordando il rischio che “il territorio che due secoli e più di storia del pensiero laico sono riusciti a sottrarre al dominio dei teologi è sul punto di cadere in mano ai negromanti – afferma che ciò che si pretende alla letteratura è “un’immagine cosmica [...] cioè al livello dei piani di conoscenza che lo sviluppo storico ha messo in gioco”¹³. In sostanza, quello che si chiede alla letteratura, perché non si avverta quello scarto che Ottieri aveva sperimentato sulla propria pelle, è di riflettere, come un prisma da infinite facce, la complessità del divenire storico e non limitarsi a inventare nuove forme estetiche astratte da applicare quasi meccanicamente.

Memoriale di Paolo Volponi¹⁴ è forse il romanzo dedicato al tema del lavoro industriale che si avvicina di più alle richieste avanzate sulle pagine de *Il Menabò*. È necessario insistere sul fatto che, sebbene questi romanzi esprimano un forte disagio che si leva dagli stridori di fabbriche ispirate alla Olivetti, non è certo casuale che siano stati scritti da chi condivise nel profondo le aspirazioni e i sogni di uno dei personaggi chiave dell’Italia del secondo dopoguerra. E’ evidente che altrove né il disagio, né le contraddizioni che scuotevano la coscienza degli scrittori avrebbero potute emergere sino a depositarsi sulla pagina scritta.

L’innesto del mondo industriale sul sostrato prevalentemente agricolo dell’Italia degli anni Sessanta si manifesta in *Memoriale* nelle sue conseguenze sull’individuo, realizzando, almeno parzialmente, le aspettative di Calvino. Il romanzo esce nello stesso anno in cui fa la sua comparsa il quinto numero de *Il Menabò*, mentre sulle pagine delle riviste culturali italiane il dibattito sul rapporto tra Letteratura e Industria si fa sempre più infuocato. La prima differenza che salta agli occhi rispetto al *Donnarumma* di Ottieri e al successivo *Taccuino industriale* pubblicato su *Il Menabò* è la compiutezza di *Memoriale*. Non si tratta di un tentativo dichiarato, della ricerca di un compromesso tra oggetto letterario e documento sociologico, ma di un’opera letteraria che assolve al suo compito, pur restando *aperta*, sulla strada di Umberto Eco.

¹³ Italo Calvino, “La sfida al labirinto”, *Il Menabò*, 5, 1962 [Torino, Einaudi], pp. 85-99.

¹⁴ Prima edizione: Paolo Volponi, *Memoriale*, Torino, Einaudi, 1962.

Memoriale è costruito come un insieme di metafore che si intrecciano all'interno di quella che potremmo definire la metafora dominante, ovvero quella che associa i *malanni* di cui il protagonista soffre e la *fabbrica* dove entra a lavorare al ritorno dalla guerra. Il nome del personaggio stesso è una metafora. Quello di battesimo, Albino, evoca il pallore di uno uomo malato, mentre nel cognome Saluggia si può leggere un riferimento chiaro al paese omonimo del Canavese, zona del Piemonte di cui è originario, ma anche al nome dialettale del salice piangente, curvo sotto il peso della sua stessa natura. Albino Saluggia è un caso clinico che avrebbe fatto la felicità di Freud. Ha un rapporto difficile con la figura materna e, di conseguenza, con la sessualità, soffre di evidenti manie di persecuzione e ha una forte tendenza asociale. Dopo una drammatica esperienza di prigionia in Germania, al rientro a Candia, paese della sua famiglia, alla fine del 1945, per la prima volta si manifestano quelli che per tutto il racconto chiama i suoi *mali*, ai quali cerca di sottrarsi fuggendo alternativamente in due direzioni opposte, verso un incontro con il mondo naturale o verso il mondo metallico e scintillante della fabbrica. Egli è convinto, a fasi alterne, che l'uno o l'altro possano salvarlo dalla rovina che ogni giorno sente avanzare inesorabile. Ed è proprio questa alternanza, in base alla quale Albino identifica come propri carnefici i medici della fabbrica che lo dichiarano tubercolotico e lo obbligano a curarsi, o la madre simbolo del mondo rurale che lo ha generato, che rivela il senso ultimo dell'opera di Volponi. Si pensi per esempio a quando stabilisce una corrispondenza tra il sanatorio dove non sente mai i malati parlare della malattia, e la fabbrica dove non sente mai i lavoratori parlare del lavoro¹⁵. *Memoriale* è più simile a un poema che a un romanzo, soprattutto per la forza con cui impone la sintesi di certe sue immagini¹⁶. Credo che una immagine su tutte possa esprimere il suo significato storico, oltre che letterario, e la troviamo proprio nelle pagine finali del romanzo, quando Albino, solo come sempre, si trova in mezzo al grande sciopero che preannuncia un autunno caldo ancora

¹⁵ Paolo Volponi, *Memoriale*, Torino, Einaudi, 1981, p. 39.

¹⁶ Si veda quanto scritto in proposito da Giudici, che definiva *Memoriale* “un esempio di poesia non più in versi”. Cfr. Giovanni Giudici, *La letteratura verso Hiroshima*, Roma, Editori Riuniti, 1976, pp. 307-312.

lontano. Egli non prende coscienza e non si unisce alla lotta, simbolo della virtù salvifica del lavoro industriale non alienato, ma si limita a osservare, dall'alto della torre di guardia:

guardavo quei punti, quadrati e a strisce, dove la campagna è attaccata dalla fabbrica e dalle case intorno agli stabilimenti. Vedevo quanto perde la povera campagna, nata insieme all'uomo; quanta vita le viene raschiata per le scorie, i sassi, la polvere, i metalli, le stradacce. E gli uomini stanno tutti proprio su quei quadrati e strisce, come s'ammucchiano le mosche proprio sulle ferite.¹⁷

Non è il lavoro industriale in sé che può salvare l'uomo dagli effetti della Storia, così come il sanatorio non cura necessariamente il tubercolotico. E' necessario compiere uno salto, uscire dalla realtà in cui si è immersi e guardarla dall'esterno per capire su cosa ci si deve, per così dire, "accanire a riflettere". Ed è questa capacità positiva di estraniarsi che il folle Albino Saluggia raggiunge grazie alla fabbrica e alle persone che vi conosce. Volponi chiede dunque ai suoi lettori di fermarsi a riflettere senza cadere nella trappola dell'ideologia.

Esce nel 1962, un altro romanzo fondamentale dedicato al tema del lavoro esce nel 1962, *La vita agra* di Luciano Bianciardi. Il romanzo di Bianciardi è una vera e propria cinta muraria che si erge a protezione dell'individuale che Calvino sentiva in pericolo, con gli strali che più di ogni altro feriscono, quelli dalle satire lucide. Come faceva notare Carlo Bo, la storia autobiografica raccontata da Bianciardi non si esaurisce nella ricerca incompiuta dell'identità dell'io narrante, attraverso la rappresentazione "di un quadro o di un ambiente [su cui esercitare la satira]", ma in una costruzione narrativa complessa in cui è racchiusa *tutta la vita*¹⁸. Bianciardi porta sulla pagina non più solamente la tematica del lavoro industriale, che pure è motore dell'intera vicenda, visto che il protagonista emigra a Milano con l'idea anarchica di far scoppiare il torrione dell'azienda responsabile dell'esplosione di grisù che ha causato centinaia di morti in una miniera maremmana, ma anche

¹⁷ *Ib.*, p. 210.

¹⁸ Citato in Geno Pampaloni, "Introduzione" a Luciano Bianciardi, *La vita agra*, Milano, Rizzoli, 1974, p.VI.

quella del *lavoro culturale*, per la prima volta raccontato senza peli sulla lingua. Troviamo descritte le logiche mercantili che presiedono alle scelte editoriali di una casa editrice che dovrebbe condividere tutt'altro orizzonte ideologico, a evidenziare la stupidità di un mondo ottuso che in nulla differisce da qualunque altro sistema aziendale. Le stesse regole di profitto ad ogni costo, lo stesso sfruttamento della forza lavoro, le stesse condizioni di miseria e precarietà che spaventano il lettore di oggi, quando prende coscienza che nell'arco di quasi cinquant'anni, poco o nulla è cambiato nell'industria culturale italiana. Luciano è implacabile, con il suo sguardo sulla metropoli impazzita, sferra fendenti con la sciabola di una lingua nuova che si abbatte sulla futilità vuota delle *taccheggiatrici vibratili aziendali*, le segretarie con i tacchi a spilli che tormentano il primo dipendente *intellettuale* sottoposto a *mobbing* della letteratura italiana. Ma ne *La vita agra* troviamo anche la dura esistenza delle nuove periferie di inurbati, l'autistica quotidianità delle sezioni di partito, la rassegnazione di molti e la serenità di quel tipo di osteria dove il consorzio umano si incontrava e di cui ormai non è rimasta alcuna traccia. Ritengo che il romanzo di Bianciardi sia la prima grande prova del fatto che parlare di lavoro in Letteratura, *latu sensu*, significa parlare di *tutta la vita*, come diceva Carlo Bo, perché le due cose sono inscindibili. E il terremoto politico, sociale e culturale del Sessantotto sarà la conferma che ne *La vita agra* Bianciardi aveva già colto gran parte del flusso di coscienza e azione che si agitava nelle viscere della società italiana.

Vorrei riflettere ancora, prima di arrivare ai nostri giorni, su un romanzo dedicato al lavoro pubblicato alla fine degli anni Settanta, in un momento in cui il tema di lavoro e della lotta operaia assume entro i confini della Repubblica italiana – e non solo – i colori plumbei della violenza. Si tratta dell'unico romanzo *d'invenzione* pubblicato da uno scrittore che non è mai pleonastico ricordare, una voce fondamentale della nostra letteratura: Primo Levi. *La chiave a stella* contiene già nel titolo la sintesi minimale della riflessione sul lavoro che costruiscono il chimico-scrittore, voce narrante del romanzo, e il tecnico specializzato Libertino Faussonne. I due si conoscono sulle riva del Volga, nel cuore dell'epopea sovietica che ancora tanto fascino esercitava in Italia, dove Faussonne si è recato per costruire uno dei suoi giganteschi tralicci. Il romanzo è costruito come un dialogo,

caratteristica che lo inserisce, secondo Giuseppina Santagostino, a pieno titolo nell'ambito della satira¹⁹. Se la figura di Albino Saluggia evocava un pallido salice ricurvo, quella di Libertino Faussonne porta sulla scena un "comico cane sciolto" a cui non possiamo sempre dar credito. Molto si è scritto su questo romanzo che fugge ai canoni della letteratura sul lavoro, dove non si parla più di Industria ma quasi si auspica un ritorno a una dimensione artigianale. I lunghi racconti in cui Faussonne descrive nei particolari la costruzione dei suoi enormi tralicci, opere ciclopiche che porta a termine quasi da solo, muovendosi come un abile marinaio fra le gabbie e le vele d'un veliero, hanno però il merito di indicare una chiave di lettura nuova rispetto alle opere che abbiamo sin qui ricordato. Faussonne, come il chimico-scrittore che lo intervista, ama il proprio lavoro a cui ha dedicato tutta la sua vita. Faussonne, figlio di un artigiano devoto alla propria professione, doveva infatti chiamarsi Libero, e non Libertino, ma i funzionari fascisti non lo permisero, così il padre, ignaro del significato reale della parola, si limitò ad alterare il nome come diminutivo. E la rivelazione del *nomen omen* di Faussonne è preceduta da una delle pagine più profonde mai scritte sul senso e il valore del lavoro, che vale la pena di riportare:

Se si escludono istanti prodigiosi e singoli che il destino ci può donare, l'amare il proprio lavoro (che purtroppo è privilegio di pochi) costituisce la migliore approssimazione concreta alla felicità sulla terra: ma questa è una verità che non molti conoscono. Questa sconfinata regione, la regione del rusco, del boulot, del job, insomma del lavoro quotidiano, è meno nota dell'Antartide, e per un triste e misterioso fenomeno avviene che ne parlano di più, e con più clamore, proprio coloro che meno l'hanno percorsa. Per esaltare il lavoro, nelle cerimonie ufficiali viene mobilitata una retorica insidiosa, cinicamente fondata sulla considerazione che un elogio o una medaglia costano molto meno di un aumento di paga e rendono di più; però esiste anche una retorica di segno opposto, non cinica ma profondamente stupida, che tende a denigrarlo, a dipingerlo vile, come se del lavoro, proprio od altrui, si potesse fare a meno,

¹⁹ Si veda Giuseppina Santagostino, "Tecnologia e rappresentazione in Primo Levi", in *Letteratura e Industria*, Atti del XV Congresso AISLLI, "Il XX secolo", Firenze, Olschki, 1997, pp. 1039-1052.

non solo in Utopia ma oggi e qui: come se chi sa lavorare fosse per definizione un servo, e come se, per converso, chi lavorare non sa, o sa male, o non vuole, fosse per ciò stesso un uomo libero. E' malinconicamente vero che molti lavori non sono amabili, ma è nocivo scendere in campo carichi di odio preconcepito: chi lo fa, si condanna per la vita a odiare non solo il lavoro, ma se stesso e il mondo. Si può e si deve combattere perché il lavoro rimanga nelle mani di chi lo fa, e perché il frutto del lavoro stesso non sia una pena, ma l'amore o rispettivamente l'odio per l'opera sono un dato interno, originario, che dipende molto dalla storia dell'individuo, e meno di quanto si creda dalle strutture produttive entro cui il lavoro si svolge.²⁰

Anche Levi sposta dunque l'attenzione dal collettivo all'individuale e non solo, dalla attribuzione di responsabilità a enti o eventi esterni, passa a concentrarsi sul ruolo dell'individuo. Il lavoro non è qui un mezzo per migliorarsi, neppure una condizione da descrivere come intrinsecamente votata alla sofferenza, bensì come una componente essenziale della dignità e della vita umana. Tuttavia, Levi indica la strada della lotta, perché è consapevole del fatto che soltanto attraverso una reale riappropriazione del lavoro contro l'alienazione dell'operaio di Chaplin, gli uomini potranno essere liberi. Dalla penna di chi ha sofferto come Levi l'orrore di una prigionia per noi quasi inconcepibile e che con quella gabbia ha dovuto fare i conti fino alla fine, questo grido di libertà ci colpisce, credo, con grande veemenza.

La libertà di Faussonne, intento a costruire i suoi bestioni fra le grandi pianure del Volga o in mezzo alle nevi dell'Antartide, stride se messa a confronto con l'esistenza che conducono i personaggi di uno dei libri più significativi usciti negli ultimi anni in Italia. Nei racconti de *L'ubicazione del bene* di Giorgio Falco vivono tutti prigionieri della propria vita all'interno di un gruppo di villette a schiera, *ubicate* in un immaginario sobborgo di Milano, Cortesforza. L'immagine della *corte* e del castello *sforzesco* trasportano il lettore immediatamente all'interno di un ambiente delimitato da confini. Si tratta però di un ambiente asfittico e culturalmente degenerato, come lo stesso Falco spiega, infatti il nome si scrive tutto attaccato e con la *s* della famiglia Sforza ridotta

²⁰ Primo Levi, *La chiave a stella*, Torino, Einaudi, 1978, p. 81.

a una minuscola toponimica²¹. I racconti di Falco non sono centrati sul tema del lavoro, quello che l'autore ci regala è un ritratto feroce della realtà presente, finzione che ritiene comunque migliore della realtà. Tuttavia gli esseri umani larvali che popolano il borgo inurbato esistono in gran parte in relazione alla propria attività lavorativa. I loro spostamenti nello spazio sono determinati essenzialmente dal lavoro, dove si recano in automobile, lungo la Tangenziale Ovest. Cortesforza è dominata da una disperazione atarassica e infestata da ogni genere di animale repellente: topi, gatti malati, larve, serpenti. La prima professione con cui entriamo in contatto è appunto quella di Pietro, un personaggio che abbandona un lavoro stabile per mettersi a vendere disinfestanti e resta bloccato dal proprio fallimento all'interno della sede della sua nuova impresa. Il contrasto con il passato emerge in tutta la sua forza quando Falco descrive la famiglia della moglie, che abita al piano sotto al loro:

I genitori di Paola sono pensionati. Hanno vissuto un'epoca in cui gli operai potevano comprare due appartamenti. I genitori di Paola desideravano un genero che facesse una solida carriera nella multinazionale. Che ne sanno loro, cosa c'è fuori, pensa Pietro. I genitori di Paola si alzano al mattino, accendono il televisore, ascoltano le notizie flash mentre preparano la colazione e aspettano che Paola porti Michele [il figlio piccolo].²²

I genitori di Paola sono il risultato delle lotte operaie che infuocavano l'Italia descritta da Ottieri e Volponi, due pensionati che desiderano un genero che lavori *sotto padrone* in una multinazionale, guardano la TV appena si svegliano e non hanno altra funzione nella società che quella di badare ai nipoti, in modo che i genitori possano lavorare. Nel racconto seguente, Falco descrive i bambini, nei giorni di festa “costretti nei seggioloni, [...] muovono le braccia come croupier alienati scontenti per le mance”²³. Non solo gli operai non sono usciti da una condizione

²¹ Intervista a Giorgio Falco, su *Fahrenheit*, RadioTre, del 10 giugno 2009, cfr. http://www.radio.rai.it/radio3/fahrenheit/mostra_libro.cfm?Q_EV_ID=289218 (agosto 2011).

²² Giorgio Falco, *L'ubicazione del bene*, Torino, Einaudi Stile Libero, 2009, p. 8.

²³ *Ib.*, p. 25.

di alienazione, come si auspicava, ma i loro nipoti la esperiscono sin dalla prima infanzia. Nel microcosmo di Cortesforza coesistono operai stranieri illegali che muoiono in ospedale dopo aver avuto un incidente sul lavoro e prestigiosi concorsi per cani addestrati denominati *Bellezza e Lavoro*, in un miscuglio in cui la dignità e la libertà del lavoro auspicata da Levi risultano assenti²⁴. Amicizia e lavoro sono considerati concetti incompatibili, annullando qualunque tipo di solidarietà di classe, evento comprensibile in un mondo in cui le persone vivono perennemente sul filo del rasoio, in una condizione di pseudo-benessere che rapidamente si può trasformare in povertà. Nel racconto *Un altro ancora*, il narratore descrive uno di quei cannocchiali a gettoni “la cui presenza ci stupisce quanto le bilance incatenate ai pali dei lungomare”. In effetti, da quei cannocchiali arrugginiti raramente si vede qualcosa, sopravvivono come relitti di un’epoca ormai dimenticata. Guardando uno dei quei cannocchiali, puntanti sul passato remoto, il narratore immagina

la fabbrica lontana nel tempo, gli operai [che] hanno assemblato tutti i pezzi [...] I tecnici dell’azienda produttrice, nei loro assicuranti camici bianchi, avranno certificato la prova, firmando un documento, analizzato poi dal capo dipartimento e dal direttore tecnico, in quella nitida sequenza gerarchica, emblema della modernità. Poi i tecnici saranno risaliti stanchi dopo la giornata di lavoro, avranno preso le loro antiche berline...²⁵

Il cannocchiale arrugginito del 2009 sembra puntato sulla realtà industriale descritta dagli scrittori italiani degli anni Sessanta, come se nei tre minuti concessi dalla moneta si potessero rivedere tutti quei processi storici che ci hanno portato ad essere ciò che siamo. Ma non è questo che avviene.

Fra i racconti di Falco, quello che più di ogni altro interpreta la realtà del mondo del lavoro nell’Italia di oggi è senza dubbio *Oscar*. L’io narrante è un manager che va a un incontro di lavoro in una delle villette *ubicata* a Cortesforza. L’estraniante crudeltà dell’universo aziendale emerge con potenza dalla lingua di Falco che avrebbe trovato il

²⁴ *Ib.*, pp. 58 e 66.

²⁵ *Ib.* p. 117.

consenso di Vittorini. Si veda la descrizione della giornata di lavoro appena trascorsa:

Sono uscito dall'ufficio alle otto e mezza, dopo una giornata rovinata dallo storno bancario di un cliente *Top corporate*. Stefanato [il collega che abita a Cortesforza] ha strappato questa azienda al nostro principale competitor, ha promesso il mondo, ma alla prima fattura il cliente ha capito che il mondo non esiste, il mondo è fattibile fino a un certo punto. Il cliente ha contestato l'importo, bloccato il pagamento e adesso tutto quello storno sporca la mia percentuale di scaduto operativo, sono troppo esposto, proprio a pochi giorni dalle nomine dirigenziali.²⁶

Gli anglicismi tipici del mondo degli affari e l'ossessiva ripetizione delle *t* e delle *r* rendono il racconto fastidioso e irritante, carico d'astio, immagine che collima perfettamente con una determinata classe di professioni tipiche del nostro tempo, centrate interamente sul *mercato*. Il *mercato* diviene per questi personaggi l'equivalente dell'Internazionale dei lavoratori per i protagonisti di altre vicende, visto che lo definiscono come il luogo “ove avvengono cose rivoluzionarie che noi condividiamo”²⁷. Proseguendo nella lettura, si scopre che ciascuno dei colleghi possiede un *pesce siamese combattente*, anch'essi pesci infestanti che “vivono dappertutto, anche nelle risaie, in due dita d'acqua, dove c'è poca corrente, se occorre respirano aria”²⁸. Quando si ritrovano, buttano i pesci in una vasca e li fanno combattere, spesso fino alla morte, scommettendo, ma non per soldi, bensì perché “con i combattimenti dei nostri pesci acquistiamo chiarezza nei rapporti lavorativi”²⁹. L'io narrante ha un nuovo pesce, più forte degli altri, che con la sua vittoria conferisce al padrone lo statuto di nuovo dirigente, metamorfosi questa che lo fa sentire autorizzato a “pisciare nel lavandino, in modo che il getto finisca proprio sul miscelatore” del bagno del collega³⁰. Nessuna traccia di umanità in questa allegoria

²⁶ *Ib.*, p. 54.

²⁷ *Ib.*, p. 57.

²⁸ *Ib.*, p. 58.

²⁹ *Ib.*, p. 58.

³⁰ *Ib.*, p. 59.

animale mutante, solo il preludio di un tempo di sopraffazione volgare che forse stiamo già vivendo.

La comicità sinistra del nostro tempo *devastato e vile* è la cifra di altro libro di racconti, uscito anch'esso nel 2009 per i tipi di Sellerio, che conta con la partecipazione di diversi scrittori³¹. La raccolta porta il titolo significativo di *Articolo 1*, tanto è che quando per caso mi ci sono imbattuta, pensando già a questa riflessione su Letteratura e lavoro, ho trovato nella scelta dell'editore una prova del fatto che non stessi percorrendo un sentiero senza sbocco. Più che sui racconti, commissionati apposta per la raccolta, vorrei fermarmi a riflettere sulla nota dell'editore. Esordisce dicendo: "in tempi come questi, di crisi, di precariato, di cassa integrazione, in tempi in cui il lavoro diventa più raro e più duro da svolgere, nulla appare più appropriato del racconto sul lavoro"³². La Storia, dunque, spinge di nuovo gli scrittori a parlare di lavoro, così come aveva fatto col Vittorini del *Sempione* nel 1947 o il Pratolini di *Cronache di povere amanti* nel 1948, all'alba della nostra Repubblica. L'urgenza torna a farsi sentire, insieme al dolore della denuncia, la pressione del reale che esige una risposta dall'arte per essere non solo rappresentato, ma compreso, vissuto e non subito. Il lavoro, suggerisce ancora l'editore di *Articolo 1*, "è la vera sostanza umana [...] e quando questa possibilità cessa, tutto quanto crolla, si deturpa, appassisce, scende di genere"³³.

Una riflessione sul significato del lavoro, per quanto semplice, che illumina il senso di questo percorso letterario che mi avvio a portare a termine: l'idea cioè che "si partecipa sul serio alla universale conversazione umana, in quanto si è lavoratori". Ecco perché l'articolo su cui si fonda la nostra Costituzione ancora oggi, nonostante tutto, afferma che la *L'Italia è una Repubblica democratica fondata sul lavoro*. Si deve cercare di fare in modo che continui ad esserlo.

³¹ Camilleri/Cornia/Pariani/Rea/Recami/Stassi, *Articolo 1*, Palermo, Sellerio, 2009.

³² *Ib.*, p. 10.

³³ *Ib.*, p. 11.



DIECI PAROLE CHE HANNO CONFUSO L'ITALIA

OMAR CALABRESE

NEL CORSO DEGLI ULTIMI DECENNI, il linguaggio politico italiano è decisamente cambiato. Ciò è dovuto principalmente al fatto che i media, in particolare la televisione, sono diventati il palcoscenico della politica e il loro linguaggio ha così assunto le modalità della comunicazione televisiva, il carattere di duello polemico, di scontro perenne che la caratterizza. Dopo una prima fase di semplificazione e inasprimento dei toni, la tendenza attuale sembra essere quella di anestetizzare il linguaggio, di fare smarrire il senso profondo delle parole e delle frasi che si utilizzano, in modo da intaccare il sistema di valori di cui sono espressione.

Nel testo che segue, si analizzano dieci parole emblematiche di questa trasformazione linguistica in atto. Alcune di loro sono termini di vecchia e nuova tradizione ideologica che vengono sostanzialmente neutralizzati, mentre altre appartengono alla lingua standard e sono sottoposte a una manipolazione linguistica che le rende duttili agli scopi più immediati di un discorso politico dove sono state sapientemente introdotte.

Il fenomeno è, d'altra parte, conosciuto in tutto il mondo, e ha dato luogo, soprattutto negli Stati Uniti e in Inghilterra fin dagli anni Trenta a un movimento per un corretto uso del linguaggio nell'amministrazione della cosa pubblica, detto comunemente *plain language*, che ha ottenuto molti successi a partire da Franklin Delano Roosevelt e Winston Churchill, fino a Bill Clinton. Esiste anche una vasta letteratura teorica sull'argomento, legata soprattutto alla semantica generale (da non confondersi con la semantica propriamente detta) di Alfred Korzybski, Samuel Ichiye Hayakawa e Stuart Chase. Gli autori appena citati si applicavano, per l'appunto, all'analisi degli usi distorti del linguaggio politico, economico e amministrativo, nel quale rinvenivano degenerazioni tali da richiedere, come dirà poi Gregory Bateson, un'*ecologia della mente*. Non siamo troppo lontani dal concetto di *guerriglia semiologica* predicato da Umberto Eco tra gli anni Sessanta e Settanta, che doveva consistere

nell'uso liberatorio e alternativo dell'analisi semiotica dei testi, capace di smascherare i trucchi persuasivi nascosti nelle parole del potere.

1. GIUSTIZIALISMO

IL TERMINE GIUSTIZIALISMO è originariamente associato al Partito Giustizialista, espressione del movimento politico dei *descamisados*, fondato in Argentina da Juan Domingo Perón alla fine degli anni Quaranta del XX secolo. Non a caso, nei paesi ispanofoni, l'accezione del termine oggi più comune in Italia è invece tradotta con *giudizialismo*.

In Italia il termine venne introdotto per la prima volta negli anni Ottanta, nell'ambito di alcuni processi per mafia. Oggi tale termine è utilizzato (senza alcuna correlazione con l'originario significato argentino) per indicare, in tono generalmente spregiativo, il presunto abuso di potere, da parte dell'ordine giudiziario ed in particolare da organi della pubblica accusa, ai fini di distorcere il quadro politico. Spesso chi utilizza il termine in tale senso lo contrappone al *garantismo*, che invece è un principio fondamentale del sistema giuridico. Le garanzie processuali e la presunzione di non colpevolezza hanno un valore prevalente su qualsiasi altra esigenza di esercizio e pubblicità dell'azione penale anche nella sua fase pre-giudiziale. Tale principio è sancito dalla Costituzione.

Generalmente, gli utilizzatori del termine *giustizialismo*, che tendono a definire se stessi *garantisti*, prendono posizioni nette anche contro i media che si occupano di casi giudiziari legati a politici, in quello che hanno talvolta definito *processo mediatico*. Sono ad esempio decisamente contrari a che siano pubblicate le notizie riguardanti avvisi di garanzia, nonché le intercettazioni telefoniche, in particolare per i processi in corso. L'improprio utilizzo del termine fu sottolineato da Francesco Saverio Borrelli nel suo ultimo intervento pubblico in toga, quello di inaugurazione dell'anno giudiziario del 2002, in cui pronunciò le celebri parole "Resistere, resistere, resistere".

L'uso della parola giustizialismo, con ulteriori accenti ideologici, è esemplificata dalla lettera inviata da Silvio Berlusconi al giornale *Il Foglio*:

Fermare i "golpisti" giustizialisti, i magistrati "politizzati" che vogliono scegliersi i governi che preferiscono, impedire che dopo la caduta di Craxi, del

primo governo Berlusconi “si consumi per la terza volta un furto di sovranità”. Silvio Berlusconi prende carta e penna e scrive al *Foglio*, giornale della moglie diretto dall'amico (e suo ex ministro) Giuliano Ferrara, per rilanciare con parole durissime la battaglia contro i nemici di sempre e riscrivere la storia politica dell'Italia dal 29 aprile 1993, giorno in cui il Parlamento diede l'autorizzazione a procedere contro Bettino Craxi fino ad arrivare alla sentenza di condanna di Cesare Previti. Ma Berlusconi promette: “Reagiremo per tempo”.

“Dieci anni dopo ci riprovano” è la tesi che dovrebbe giustificare la necessità del violento atto d'accusa, e i soggetti sono sempre gli stessi. I “comunisti del Pds e del loro partito giudiziario”. Ovvero coloro che imposero il “voto segreto” che portò all'autorizzazione a procedere contro Craxi, che “incardinarono con brutalità decisionale” la riforma che portò all'abolizione dell'immunità parlamentare. Eugenio Scalfari e *Repubblica* (“Il giornale dell'ingegner De Benedetti” dice Berlusconi) il braccio armato, necessario per fare pressione sui parlamentari chiamati a decidere su Craxi scatenando “un'opinione pubblica montata sugli scudi del gruppo editoriale debenedettiano e dei suoi amici per aprire a colpi d'ariete la porta alla reazione giustizialista, per distruggere la sovranità del Parlamento e instaurare la Repubblica delle procure. Nei mesi successivi questo e non altro accadde in Italia”.

(“Berlusconi: Reagiremo contro i golpisti giustizialisti”, *La Repubblica*, 30 aprile 2003)

Le associazioni sono chiarissime. Gli attributi del giustizialismo sono “golpe”, “furto di sovranità”, “reazione”, “ordito”, “violazione”. Ma come può funzionare un tale slittamento semantico? A mio avviso, per assonanza fra “giudice” e “giustiziere”, ovvero il boia, alcune delle cui proprietà sono fatte slittare sul versante dei magistrati.

2. SINISTRA RADICALE

SINISTRA RADICALE è una contestata polirematica in uso dal 2003, sulla falsariga dell'uso americano moderno del termine *Radical*, indicante una categoria politica riferita all'area parlamentare più estrema della sinistra, spesso con riferimenti alle correnti ideologiche che affondano le loro radici nel marxismo. Il termine si differenzia politologicamente sia da *estrema sinistra* che dai movimenti e partiti dell'area radicale.

Oggi le tesi condivise all'interno della sinistra radicale e i valori ufficialmente dichiarati dai maggiori partiti della sinistra radicale sono la laicità, il pacifismo, l'ambientalismo, la critica all'imperialismo e agli eccessi del capitalismo, la solidarietà verso i popoli del terzo mondo e verso le fasce più deboli della popolazione (come gli immigrati), e, ovviamente, la difesa dei diritti dei lavoratori. La sinistra radicale è anche legata al variegato movimento no-global. Anche i Partiti Umanisti vengono avvicinati alla sinistra radicale, benché non abbiano origini marxiste.

I partiti italiani comunemente identificati dai media con la locuzione *sinistra radicale* sono il Partito della Rifondazione Comunista, il Partito dei Comunisti Italiani e la Federazione dei Verdi. Non vengono compresi, in linea di massima, i movimenti e i partiti tradizionalmente inclusi nella definizione di estrema sinistra. La Federazione dei Verdi in particolare, precedentemente considerato un partito moderato di centrosinistra, sotto la guida di Alfonso Pecoraro Scanio ha sposato molte delle tesi della sinistra radicale. Questi partiti in occasione delle Elezioni politiche italiane del 2008 si sono federati, insieme a Sinistra Democratica, nel gruppo la Sinistra - l'Arcobaleno. Altri partiti della sinistra radicale sono Sinistra Critica e il Partito Comunista dei Lavoratori, entrambi nati dalle scissioni in seno a Rifondazione Comunista.

Per quanto riguarda l'origine della denominazione, il termine *radicale* nasce nel XVIII secolo per indicare quei partiti che esprimono favore o cercano di indurre riforme politiche senza compromessi, inclusi cambiamenti dell'ordine sociale di maggiore o minore portata. Durante il XIX secolo iniziò ad essere impiegato il termine *sinistra radicale* per raggruppare quelle formazioni politiche liberali progressiste che si distinguevano dai liberisti classici e che avevano posizioni simili a quelle ora tenute da molti partiti di centrosinistra.

Proprio in virtù di queste origini il termine *radicale* è ancora oggi presente in Europa nel nome di molti partiti di centro e centrosinistra, che non appartengono però ai partiti dell'attuale *sinistra radicale*. Il Partito Radicale stesso ha attirato l'attenzione su questa situazione, inserendo nel suo sito un link all'articolo "Ci imbrogliaano persino sul termine radicale", tratto da Infodem, <http://www.infodem.it/analisi.asp?id=2285> (agosto-2011).

Il primo uso distorto del sintagma sinistra radicale appartiene a Walter Veltroni in una intervista concessa a Beppe Severgnini e pubblicata sulla rivista *Prospect*:

Veltroni “a sorpresa” in una intervista concessa a Beppe Severgnini e pubblicata sulla rivista *Prospect*. La sinistra dura va liquidata? E il numero due dell’Ulivo: “Io penso di sì. La sinistra ha una doppia anima: un’anima di testimonianza e un’anima di governo. In Italia ha prevalso la prima. La radicalità di questa sinistra non è la sana radicalità di chi vuole applicare dei principi ad un’azione di governo: è radicalità fine a se stessa. Rompere con questa sinistra è condizione necessaria per essere credibili come forza di governo. Ogni concessione, ogni tentazione di indulgere alle sollecitazioni del passato è sbagliata”. E ancora, a proposito delle sconfitte collezionate dalla sinistra inglese e americana prima di andare al governo, Veltroni [...] ha osservato che “la sinistra ha voluto le sue sconfitte. La sinistra ha perso perché ha voluto perdere. La sinistra non ha mai voluto concorrere a governare: altrimenti il Pds sarebbe nato prima...”. (“Veltroni: va liquidata la sinistra ‘radicale’”, *Corriere della Sera*, 20 marzo 1996)

In questo caso, la desemantizzazione è abbastanza sottile. Consiste nel trascurare e mettere fra parentesi la componente liberale classica, e nel conservare invece il senso presente nell’italiano standard, che limita il contenuto a “estremista, drastico, intransigente”, dunque per definizione non disponibile al dialogo, che, per i critici, è una componente essenziale dei progressisti democratici, o, dall’altro lato, dei moderati. Si procede alla cancellazione della tradizione storica dell’espressione, eseguita facendo divenire il sintagma un sintagma bloccato, con la conseguente perdita di memoria del sostantivo e dei suoi attributi connessi.

3. CASTA

UNA CASTA È CIASCUNO dei gruppi sociali che costituiscono una gerarchia rigida in alcune società del passato. In società di questo tipo, per un individuo appartenente ad una casta è molto difficile o impossibile entrare a far parte di una casta diversa, in particolare se di rango più elevato. Il concetto di casta si riferisce originariamente alla società indiana, ma è utilizzato per estensione anche in altri contesti ed in senso

improprio anche per riferirsi a qualsiasi gruppo sociale chiuso, anche in società che non sono ufficialmente divise in caste.

La parola casta, che in portoghese significa puro, non contaminato (e si avvicina anche all'italiano *casto*) raggruppa due concetti legati tra loro, ma differenti e talvolta antagonisti, nella società indiana. A Goa, durante il periodo coloniale, i portoghesi utilizzavano i termini seguenti per etichettare gli abitanti dell'enclave: i *castiços*, portoghesi nati in India da genitori portoghesi; i *mestiços*, i meticci indo-portoghesi; i *reinols*, funzionari nati in Portogallo e inviati in India; i *canarins*, gli indiani che rifiutavano con fierezza di essere assimilati ai *mestiços* e che i portoghesi qualificavano come *casta*, che vuol dire quelli dal sangue puro.

La casta è un sistema di stratificazione gerarchica della società. Il termine deriva dal portoghese del XVI secolo che si riferiva al sistema complesso sviluppato in India con l'induismo. Le caste influiscono anche sulla suddivisione del lavoro, diversificando quindi lo stato sociale di ogni cultura. Le caste sono molto relazionate alla religione, che si trasformò in uno strumento di controllo sociale, tuttora potente in India. Intorno al 1500 a.C. gli ariani (gruppo nomade indoeuropeo) si imposero in tutto il paese, in seguito al crollo della civiltà della valle dell'Indo. Il sistema delle caste trovò una giustificazione religiosa nel primo dei testi sacri dell'induismo, il *Rig Veda*, e fu poi riaffermata nella *Bhagavad-Gita*, che indica come via per accedere a una condizione migliore nella successiva incarnazione le regole della propria casta. Inizialmente le caste erano quattro: *ksatriya* (il re e i guerrieri), *brahmani* (sacerdoti), *vaishya* (agricoltori e mercanti) e *shudra* (servi). Ma con l'emergere di nuove attività e gruppi sociali il sistema subì un'evoluzione e si sviluppò una serie di sottocaste o *jati*. Il concetto di "purezza rituale" portò alla stigmatizzazione dei fuori-casta, gli "intoccabili", il cui lavoro veniva considerato impuro. Ogni casta ha il proprio *dharma*, ossia una serie di doveri da compiere. Si tratta perlopiù di preghiere, di servizio nei confronti della comunità, di dominio delle proprie passioni. Secondo le dottrine induiste, la casta nella quale un individuo nasce è il risultato delle sue azioni in una vita precedente. In questa visione le ineguaglianze fra gli uomini sono quindi motivate da azioni passate, ed hanno del resto un valore provvisorio, valgono cioè fino alla morte dell'individuo e alla sua successiva reincarnazione. Al di fuori delle dette classi vi sono i Paria, i fuori casta, cioè gli infimi tra

gli infimi per un indiano. Sono altrimenti detti gli intoccabili in quanto chi li sfiora anche solo accidentalmente deve immediatamente andare a purificarsi. Fanno lavori umili quali lo spazzino o il lava bagni.

Se il buddhismo, il giainismo e il sikhismo rappresentano forme di ribellione al sistema delle caste, anche all'interno dell'induismo vari personaggi vi si opposero nel corso dei secoli, dai mistici del movimento bhakti a molti brahmani, che furono per questo perseguitati e uccisi, fino a Gandhi, che rinominò gli intoccabili *harijan*, "popolo di Dio". Nel *Rig Veda* (10, 90), è indicato che tutte le caste derivano dal Purusa, il Dio primordiale: i *brahmana* dalla bocca, gli *kshatrya* dalle braccia, i *vaishya* dalle cosce e gli *shudra* dai piedi.

Dopo l'indipendenza, la nuova Costituzione indiana ha accolto i principi di un sistema laico ed egualitario e sono state promulgate leggi e iniziative per favorire l'integrazione degli intoccabili. All'erosione del sistema, tuttavia, hanno contribuito soprattutto la modernizzazione e l'emersione di una classe media urbana, il cui *status* è definito in base alla riuscita economica piuttosto che all'appartenenza a una casta sociale. Ciononostante, gli intoccabili continuano a vivere in condizioni di miseria, e molte antiche usanze sono ancora radicate.

La diffusione del lessema *casta*, nel linguaggio politico dell'Italia degli ultimi anni, è legata al primo libro pubblicato nel 2007 da Gian Antonio Stella e Sergio Rizzo, giornalisti del *Corriere della Sera*. Porta come titolo *La casta* e come sottotitolo *I politici italiani diventati intoccabili*. Affronta nei vari capitoli diversi aspetti della politica, mettendo in luce gli sprechi, gli scandali e i privilegi ingiustificati. Ma il libro prende spunto da una frase di Walter Veltroni: "Quando i partiti si fanno caste di professionisti, la principale campagna antipartiti viene dai partiti stessi e affronta nei vari capitoli i diversi aspetti della politica, mettendo in luce gli sprechi, gli scandali e i privilegi ingiustificati".

L'uscita del libro di Stella e Rizzo e il suo straordinario successo hanno aperto un acceso dibattito in tutt'Italia su come tamponare le situazioni paradossali descritte nelle sue pagine. I vari incontri che i due autori hanno tenuto durante tutta l'estate del 2007 hanno riscosso sempre un notevole successo. Alcuni sostengono che l'inchiesta sia diventata una sorta di manifesto del "movimento dell'antipolitica", che a partire dall'autunno del 2007 si è fatto portavoce del crescente disagio dei cittadini nei confronti della politica, tanto che sono usciti anche altri

libri che riprendono gli stessi contenuti, come, ad esempio, *Impuniti* di Antonello Caporale. Inoltre, i due autori hanno scritto un secondo libro che è un ideale seguito del *best-seller*, *La deriva*, dedicato stavolta alle contraddizioni del sistema Italia, e con un capitolo che riprende i contenuti de *La casta*. Possono considerarsi una continuazione ideale due saggi di Stefano Livadiotti, *L'altra casta. L'inchiesta sul sindacato* (2008) e *Magistrati. L'ultracasta* (2009), entrambi pubblicati da Bompiani.

Ecco le osservazioni di Piero Ostellino, pubblicate dopo l'uscita del libro di Stella e Rizzo:

Antropologicamente, siamo un popolo di sudditi, non di cittadini. Non siamo neppure capaci di tradurre le nostre reazioni agli sprechi, alle inefficienze, ai privilegi, non dico in azione, ma neppure in pensiero politico. Chiacchieroni di uno scompartimento ferroviario, esauriamo la nostra protesta nella retorica populista e nell'anti-politica qualunque. "Ha letto *La casta*? Ha visto quanto guadagna un sindaco? Se penso a mio figlio che fa l'impiegato all'Enel e non ce la fa ad arrivare a fine mese... Lo sa che il Quirinale costa quattro volte Buckingham Palace?" Ma, poi, nessuno sembra capire che - quale che sia il governo in carica - la fonte degli sprechi, delle inefficienze, dei privilegi è lo Stato interventista e invasivo; sono la burocrazia pletorica e costosa; il parassitismo diffuso e protetto. Nessuno sembra capire che, ai vertici dello "Stato predatore", un'oligarchia vorace e irresponsabile (la casta) rastrella più ricchezza che può dalla popolazione per redistribuirla a se stessa e ai propri clienti. Prevale la "mistica" dello Stato etico, padre-padrone, ieri incarnato dal Duce, oggi dalla propria parte politica al governo: alla domanda se vogliamo burro o cannoni rispondiamo ancora una volta cannoni. L'espressione "rivolta fiscale" - che ho evocato non come auspicio, né come incitamento ma, ipoteticamente, come il solo modo per cambiare una situazione che la Casta non ha alcun interesse a cambiare spontaneamente - ha spento in questi miei lettori ogni barlume di protesta. Eppure, gli Stati Uniti sono nati da una rivolta fiscale; i parlamenti delle moderne democrazie sono sorti per controllare le spese del sovrano; tutti gli Stati nazionali europei sono figli, a loro modo, di rivolte. Due rivoluzioni, qualche testa tagliata di re e regine, lo scisma della chiesa anglicana hanno fatto l'Inghilterra moderna; che recentemente ha attraversato altre due rivoluzioni, questa volta pacifiche, quella di Margaret Thatcher e quella di Tony Blair. La Francia si è consolidata nelle guerre di religione, ha fatto la Grande Rivoluzione dell'89, è passata dalla Quarta alla Quinta repubblica con De Gaulle e oggi ha eletto presidente un figlio di

immigrati, il quale ha nominato ministro della Giustizia un'extra-comunitaria e degli Esteri un extra-parlamentare. La nazione tedesca ha avuto le guerre fra principati e imperatore, Martin Lutero e la Riforma protestante. L'Italia è passata attraverso due controriforme. Quella del Concilio di Trento, che ha bruciato sul rogo Giordano Bruno; quella fascista, una rivelazione più che una rivoluzione. Il Risorgimento non è stato un fatto di popolo, ma frutto dell'abilità diplomatica di Cavour e della conquista militare piemontese. La Resistenza, pur con tutti i suoi meriti, è stata più una fuga dalla coscrizione obbligatoria del Bando Graziani che una rivolta - piuttosto tiepida fino a quel momento - contro la dittatura. Vittime del terrorismo non sono caduti gli uomini della Casta, ma i riformisti che la volevano combattere. Il solo movimento che, sia pure grossolanamente, si è battuto contro la Casta è stato, in questi anni, la Lega, con "Roma ladrona" - la traduzione lombarda di Casta - e la prospettiva, per quanto utopistica e discutibile, della "secessione" del Nord. In questi giorni di polemiche, la maggioranza accusa l'opposizione che "così perderemo tutti". No. La Casta si salverà. Chi si sta definitivamente perdendo è il Paese. Che è peggiore della Casta che ha portato e che mantiene al potere. Per opportunismo. (Piero Ostellino, "Siamo un popolo di sudditi e non di cittadini Così la Casta sopravviverà", *Corriere della Sera*, 23 giugno 2007)

Una casta, insomma, è sostanzialmente un gruppo di potere orientato al rastrellamento del denaro attraverso la politica, e l'uso del termine accresce la denigrazione verso i suoi presunti appartenenti.

4. ESCORT

LA PAROLA non esiste in italiano. In inglese significa "scorta (armata) a cose e persone; accompagnatore di persone, per protezione o cortesia, durante viaggi o visite".

Il primo riferimento della parola escort a prostituta riguarda Fawn Hall, la segretaria della Casa Bianca coinvolta nell'Irangate:

Due fra le più note riviste per soli uomini (o uomini soli) che si contendono a suon di milioni di dollari Fawn Hall, l'ormai celebre segretaria della Casa Bianca coinvolta nello scandalo Irangate, rimarranno deluse. *Penthouse* ha offerto 500 mila dollari (circa 650 milioni di lire) per farla posare nuda, *mentre* *Playboy*

la vuole inserire (sempre nuda) fra i ritratti delle celebrità. Lei, bionda e alta ex collaboratrice dell'Uomo di Sigonella, che grazie all'Irangate è passata di colpo dalle stanze della Casa Bianca alle copertine di mezza America, ha fatto sapere che queste offerte sono *disgusting*, cioè disgustose, e che non accetterà mai di posare nuda, magari ricoperta di dollari, tra soldatini di plastica e piccoli *ayatollah* come qualcuno le ha offerto. In America però sanno bene come conquistare gli eroi del momento e sono altrettanto convinti della validità del proverbio latino *pecunia non olet*. E' solo una questione di tempo, dice Elizabeth Norris, manager di *Playboy*, per ora la signorina Hall è preoccupata dalle vicende legali dello scandalo Irangate, ma quando tutto sarà finito verrà il nostro momento. Per il momento la Hall rimane molto irritata, soprattutto per il fatto che una rivista sugli *escort service* (i servizi di dame di compagnia per uomini soli) ha pubblicato una sua foto in copertina. (Enrico Franceschini, "Fawn Hall segretaria di North non poserà per *Playboy*", *La Repubblica*, 6 marzo 1987)

A sua volta, è questo il primo articolo sul caso *Berlusconi-escort*, del 2009:

Cinque ragazze già ascoltate dagli investigatori. L'accusa precisa di una di loro: "Mi hanno pagata per passare due notti a Palazzo Grazioli con Silvio Berlusconi". E un fascicolo della magistratura con un'accusa chiara: induzione alla prostituzione. La procura di Bari sta indagando su un presunto giro di prostitute che, partendo dalla Puglia e non solo, avrebbero partecipato alle feste organizzate dal premier a Palazzo Grazioli e Villa Certosa. Berlusconi non è indagato e rimanda al mittente tutte le accuse indirette: "E' solo spazzatura" tuona da L'Aquila. E' sotto indagine, però, un giovane imprenditore di sua conoscenza, Gianpaolo Tarantini, classe 1975, barese di nascita ma ormai romano d'adozione. L'uomo avrebbe conosciuto Berlusconi in Sardegna lo scorso anno quando ha affittato una casa a pochi passi da Villa Certosa. Tarantini è un imprenditore molto attivo nel mondo della sanità, finito sotto la lente d'ingrandimento del pm Giuseppe Scelsi che lo ha indagato per un presunto giro di mazzette. Nell'ambito di questa indagine, i militari della Guardia di Finanza hanno ascoltato anche altro: Tarantini avrebbe contattato molte donne, spesso escort, perché partecipassero alle feste di Berlusconi. Per confermare il contenuto delle conversazioni gli investigatori stanno ascoltando alcune di queste ragazze. La figura chiave dell'inchiesta è Patrizia D'Addario, 42 anni, che ieri in un'intervista

al *Corriere della Sera* ha raccontato la sua verità: “Sono stata a due feste a Palazzo Grazioli, invitata da Tarantini - ha detto al quotidiano. Ho le prove di quello che dico, comprese le registrazioni. La prima volta, lo scorso ottobre, eravamo una ventina. Berlusconi ci ha mostrato i video del suo incontro con Bush e le foto delle sue ville. La notte, poi, sono tornata in albergo. Per questo Gianpaolo mi ha detto che mi avrebbe dato soltanto mille euro, rispetto ai duemila pattuiti”. Una volta però la D’Addario sarebbe rimasta a dormire a palazzo Grazioli. “Era la sera dell’elezione di Obama. Con me c’erano altre due ragazze, una la conoscevo”. La signora ha raccontato di non aver più rivisto Berlusconi. Se non, di passaggio, durante il tour elettorale del premier a Bari ai primi di giugno. La D’Addario, dopo essersi vista promettere un posto alle europee, è finita alle comunali nella lista del ministro Raffaele Fitto che a Bari appoggia il candidato sindaco di centrodestra. Ha preso soltanto sette voti, “mi hanno tradita”. “E’ la solita spazzatura con la quale cercano di disarcionarmi, ma io resto in sella e continuo a lavorare per governare l’Italia” risponde però Berlusconi. “Ancora una volta si riempiono i giornali di spazzatura e di falsità. Io non mi farò condizionare da queste aggressioni e continuerò a lavorare come sempre per il bene del Paese”. (Gabriella De Matheis/Giuliano Foschini, “Soldi, festini e prostituzione. Una donna accusa Berlusconi”, *La Repubblica*, 18 giugno 2008)

Si tratta, in apparenza, quasi di una forma di autocensura, che oggi sarebbe decisamente rara, nel linguaggio di cronaca. Piuttosto, si può pensare all’ennesimo slittamento semantico. Si mantiene, sì, l’idea della prostituzione contenuta potenzialmente nella parola, ma si suggerisce anche l’idea del lusso e dell’*alto bordo* delle ragazze reclutate a pagamento, suggerendo così il concetto di una organizzazione sociale delle classi dirigenti dotate di risorse economiche. Escort, insomma, nasconde un’ideologia di classe, che rende politicamente più efficace l’uso del termine.

5. RIFORMISTA

IL RIFORMISMO è una metodologia da applicare alle iniziative politiche, con l’intento di favorire un’evoluzione degli ordinamenti politici e sociali mediante la teorizzazione e l’attuazione di riforme. Le riforme possono in certi casi essere gradualì e progressive. In altri casi possono

avere un contenuto più ampio ed introdurre dei cambiamenti consistenti all'interno della struttura pre-esistente. Il termine riformismo è in contrasto con quello di rivoluzione. Riformare si rifà all'idea di riorganizzare o di ridisegnare attraverso l'utilizzo di metodi democratici, in contrapposizione ai metodi autoritari spesso usati dai regimi prodotti dalle rivoluzioni.

In origine il termine *riformismo* nacque per distinguere all'interno del movimento socialista coloro che sostenevano graduali riforme anziché la rivoluzione propugnata dai massimalisti. Per decenni poi il termine è stato sinonimo di *socialdemocrazia*, anche se solo nel corso della metà degli anni Ottanta si può dire che i socialdemocratici riformisti abbiano prevalso sui più radicali comunisti, nella lunga battaglia all'interno della sinistra europea. A questo punto essere riformisti ha significato più che altro proporre riforme graduali, di fronte alla sfida posta dai liberali e dai conservatori, guidati da leader come Ronald Reagan e Margaret Thatcher, i quali si sono proposti come sostenitori delle riforme più radicali, tanto che, di fatto, essi sono conservatori solo nei valori, ma non certo nelle politiche pratiche. Se ciò ha inizialmente arroccato la sinistra riformista in difesa dello stato sociale contro quella che veniva definita una controriforma, ben presto questa, spinta da leader innovatori e centristi come Tony Blair e Gerhard Schröder, ha sposato l'assunto secondo cui se si vuole conservare lo stato sociale lo si deve riformare più o meno gradualmente.

In quanto tale, l'essere riformisti ha preso nuova linfa nel nuovo dibattito interno alla sinistra, a parti rovesciate, tanto che i radicali di oggi chiedono sempre riforme radicali, ma più che altro si pongono a difesa incondizionata dello stato sociale che i riformisti credono di dover riformare. In questo senso il termine *riformista* continua ad avere senso all'interno della sinistra, meno che mai nel confronto tra destra e sinistra, visto che, spesso, i conservatori e i liberali spingono per riforme più radicali ma nel senso opposto da quelle proposte dalla sinistra estrema. Alcuni propongono perciò di usare il termine *riformatore* per la destra e quello *riformista* per la sinistra, laddove la prima è più radicale e la seconda più moderata e graduale, in vista della conservazione dello stato sociale. In questo senso i liberali progressisti e i cristiano-sociali vengono definiti *riformisti* perché sostenitori di riforme più graduali dei loro colleghi liberali conservatori e dei liberisti e democristiani, tanto

da portare i primi a forti convergenze con la socialdemocrazia, come è accaduto in Italia (Democrazia e Libertà alleata con i Democratici di Sinistra), Irlanda (Fine Gael alleata con i Laburisti) e Francia (convergenze tra Union pour la Démocratie Française – UDF, e Parti Socialiste – PS), per fare solo tre esempi.

Il Partito Socialista Italiano seguì la socialdemocrazia quando ruppe il “patto di unità d’azione” con il Partito Comunista Italiano e prese parte ai governi di centrosinistra (governi Moro). Dal 1972 in poi anche i settori più moderati del Partito Comunista Italiano hanno abbracciato sempre più idee riformiste (corrente Migliorista). Sotto la guida di Bettino Craxi invece, il Partito Socialista Italiano ha deciso di continuare l’esperienza di governo con la Democrazia Cristiana, il Partito Repubblicano Italiano, il Partito Socialista Democratico Italiano e, questa volta, anche con il Partito Liberale Italiano. Dopo lo scioglimento del Partito Comunista Italiano, che nel 1991 ha dato luogo alla nascita del Partito Democratico della Sinistra e dal 1998 al partito dei Democratici di Sinistra (nato dall’unione del Partito Democratico della Sinistra, Federazione Laburista, Cristiano Sociali, Sinistra Repubblicana, Riformatori per l’Europa e Comunisti Unitari), l’evoluzione in senso riformista del partito che fu di Palmiro Togliatti si è pienamente compiuta. Non tutti accettarono però la svolta riformista. Infatti la componente di sinistra del Partito Comunista Italiano ha dato vita al Partito della Rifondazione Comunista. Secondo alcuni, sebbene il Partito Democratico della Sinistra – Democratici di Sinistra abbia fin dai primi anni Novanta una linea riformista, esso è più vicino ad una cultura di tipo genericamente socialista, che ad una moderna socialdemocrazia sul modello del Partito Laburista britannico, di cui sopra, o di tanti altri partiti di centrosinistra europei.

Inoltre, dopo il 1993-1994, non si è mai avuta una vera *riconciliazione* tra le due maggiori famiglie della sinistra italiana, quella di origine comunista e quella socialista, tanto che, dopo la morte del Partito Socialista Italiano e del Partito Socialista Democratico Italiano, la maggior parte dei membri e degli elettori di questi due partiti hanno trovato rifugio, se non nei diretti successori come il partito dei Socialisti Democratici Italiani e il Nuovo Partito Socialista Italiano, in Democrazia e Libertà – La Margherita e in Forza Italia (la quale ha tra i suoi maggiori esponenti Giulio Tremonti, Franco Frattini, Fabrizio Cicchitto, Renato

Brunetta, Chiara Moroni e Stefania Craxi, tutti provenienti dalla storia del riformismo socialista del Partito Socialista Italiano).

La tradizione *riformista* italiana, a lungo rappresentata dal Partito Socialista Democratico Italiano e poi abbracciata anche dal Partito Socialista Italiano in opposizione al Partito Comunista Italiano, e i suoi uomini sono oggi confluiti prevalentemente in tre partiti: Il Popolo della Libertà (dove, attraverso Forza Italia, sono confluiti molti ex-PSI), il Partito Democratico e il Partito Socialista. Invece, da parte della critica marxista ortodossa, il riformismo può anche assumere la connotazione di una linea politica che si limita all'attuazione spicciola e di contenute riforme e miglioramenti settoriali nell'ambito del sistema capitalistico, senza prevederne la trasformazione in senso socialista.

Effettivamente, in Italia gli equivoci sono correnti. Si leggano alcune frasi tratte da un'intervista a Pier Ferdinando Casini apparsa sul *Corriere della Sera* nel 2009:

Dal suo ufficio quasi sul tetto di Montecitorio, Pier Ferdinando Casini è al centro della direttrice che dal Quirinale porta al Cupolone - le foto con Napolitano e con Ratzinger alle pareti -, ma oggi è più prosaicamente al centro dell'invettiva di Berlusconi ("colpa dell'Udc, e di An, se non abbiamo avuto le elezioni anticipate") e delle avances di D'Alema ("noi andremo con i centristi, Rifondazione con Turigliatto"). Due mosse che comunque meritano una risposta. "Tutti abbiamo avuto nettissima la percezione che ventilare le elezioni fosse un aiuto a Prodi - è il ragionamento dell'ex presidente della Camera -. È chiaro anche a un bambino che il voto anticipato è un ricostituente per il governo, l'unico modo per ricompattare la maggioranza: non a caso Prodi è stato l'unico, con Berlusconi, a evocarlo. L'unica alternativa seria era un governo di responsabilità nazionale, che ovviamente avrebbe dovuto comprendere anche Forza Italia; ma è stato il centrosinistra a escluderlo. Per questo dalla crisi, che Napolitano ha gestito in modo perfetto, noi siamo usciti battuti. Ma questa scelta sbagliata pesa come un macigno sulla gente seria che pure c'è dall'altra parte". A D'Alema Casini risponde non solo che l'appoggio al governo Prodi è impensabile ("combatto la sinistra radicale anche perché favorisce il populismo radicale di destra"), ma che pure la prospettiva di un accordo con la sinistra riformista, se non impossibile, è di là da venire. "So bene che nel centrosinistra ci sono personalità che, per quanto io consideri antagoniste, hanno senso di responsabilità. So che D'Alema non è Turigliatto

e Fassino non è Diliberto. Non a caso D'Alema ha compreso che la stagione di Prodi si avvia alla conclusione; e lo stesso Prodi l'ha realizzato, se è vero che non ha ripetuto il delirio di onnipotenza del discorso di insediamento ma ha tenuto una linea minimalista. Future alleanze, però, possono avere solo carattere transitorio; e questo credo lo pensi lo stesso D'Alema". L'idea di Casini è che "popolari europei e socialisti europei sono alternativi, e possono convivere solo in determinate contingenze. Come in Germania, dove saggiamente la sinistra riformista governa con i cattolici anziché con Verdi e comunisti, o come in Austria". All'obiezione che la Grosse Koalition è un governo politico e non tecnico, Casini replica che "anche il governo di responsabilità nazionale, cui continuo a credere, sarebbe un governo politico". La riforma elettorale non è un "falso problema", come la definisce Berlusconi, ma non è neppure l'unico: "Non si fa un governo solo per la riforma elettorale; la nuova legge sul modello tedesco sarebbe la cornice di un programma breve ma non banale, che deve prevedere la riforma della previdenza, le liberalizzazioni, la continuità in politica estera". Sulle alleanze future, l'Udc sta discutendo molto. Buttiglione ipotizza un accordo con la sinistra riformista in seguito alla riforma elettorale alla tedesca. L'ex segretario Follini sostiene che l'alleanza debba precedere la riforma elettorale, ed evoca il centrosinistra anni '60.

(Aldo Cazzullo, "L'ex presidente della Camera: noi con la sinistra riformista? Future alleanze, ma transitorie", *Corriere della Sera*, 2 marzo 2007)

Come si vede, si tratta di un caso nel quale riformista e radicale sono diversi, ma comunque orientati nella medesima direzione, e l'unica prospettiva esistente è l'alleanza occasionale e variabile con il centro.

Ma in molti discorsi di esponenti del centrodestra (ad esempio Tremonti e Gelmini) il riformismo viene indicato come una qualità essenziale del rinnovamento proposto dal Popolo della Libertà. In questo modo, l'equivoco sul reale contenuto delle riforme proposte è assai produttivo, perché ancora una volta neutralizza un orientamento politico tradizionale.

6. BARONE

DA UN DIZIONARIO, si sa che barone è "chi esercita e amministra un grande potere economico; chi, in un ambiente professionale, è fornito

di un certo potere e autorità e ne dispone con abuso e senza controllo, per tornaconto personale”. A dire la verità, in tempi più recenti l’uso politico di barone risale ai movimenti del ’68, quando così veniva definito un professore ordinario capace di determinare le scelte sociali dell’Università. Successivamente, è stato esteso agli ambienti della medicina ospedaliera (spesso anche loro universitari), e oggi è diventato onnicomprensivo. Al punto che qualunque professore, ma anche qualunque dirigente amministrativo, è un barone. La conseguenza è quella di associare questa terminologia con un presunto sistema di privilegi esistente nelle organizzazioni sociali pubbliche, soprattutto nella scuola e nelle amministrazioni. Si vedano alcuni esempi.

Il primo esempio, dall’articolo “Quando il barone è a mezzo servizio”, riguarda le istituzioni ospedaliere e l’assenteismo dei medici:

Di fronte al *caso Ponti*, alle manette che sono scattate ai polsi del primario di chirurgia maxillo-facciale del San Camillo di Roma, accusato di impossibile ubiquità perché il suo cartellino ospedaliero risulta timbrato e, quel giorno alla stessa ora, il chirurgo demoliva nasi e stirava rughe in una clinica privata, il mondo dei primari, dei cattedratici non invoca la sacralità della professione, non scende nella trincea del sacerdozio offeso. Si tiene ancora al realismo. Nessuno entra nel merito della vicenda che la magistratura, dopo avere scarcerato il sospetto di truffa aggravata ai danni dello Stato, sta ancora vagliando. Nessuno condanna o assolve, prima che lo facciano i giudici. Ma tutti partono lancia in resta contro un sistema e leggi “studiate per essere disattese”, per aprire varchi alla confusione, per costringere a cercare premi di sudatissime carriere al di là degli ospedali e degli istituti universitari. Il sistema è quello del tempo pieno e tempo definito che, secondo Staudacher “dà adito a interpretazioni un po’ arbitrarie e un po’ personali” e che (è l’opinione di tutti) è stato sin dall’inizio minato dalla demagogia egualitarista di magrissime buste paga: quasi un’istigazione ad arrangiarsi, a trovare il necessario e più del necessario all’esterno delle strutture pubbliche. Da quando è scattata la riforma, il medico ospedaliero o universitario può scegliere di lavorare unicamente per il Servizio sanitario nazionale (40 ore settimanali) o *part time* (30 ore settimanali), stando, in questo secondo caso, a cavallo fra l’impiego statale e la libera professione. Il 70 per cento dei medici ha optato per il tempo pieno, ma i vertici, nella stragrande maggioranza, hanno preferito la seconda soluzione. Primari, direttori di cliniche universitarie (sono complessivamente

poco più di un migliaio con punte di 174 a Roma, di 191 a Napoli, di 169 a Genova e di 151 a Milano) e aiuti, hanno tenuto i piedi in due scarpe perché “anche Caterina da Siena ha un tubo digerente” e quel tubo non lo si riempie, non lo si gratifica con le buste paga del ministero. [...] “Prendiamo poco più di un portantino”, dice Giancarlo Isacchi, professore associato alla cattedra di ematologia di Roma, “Sono a tempo definito. Guadagno 662 mila lire. Aggiungeteci le indennità e supero di poco il milione. Basta un intervento in una clinica privata e un chirurgo di nome può raggranellare questa cifra in meno di un’ora. Se la retribuzione fosse adeguata, chi si scannerebbe a correre da una sala operatoria all’altra, ad ammazzarsi di lavoro per tenere fede al proprio orario nelle strutture pubbliche e, dopo, dedicarsi alla libera professione? La Francia, tutti i Paesi civili mettono i medici pubblici nelle condizioni di poter vivere tranquillamente con lo stipendio statale. Da noi, la volontà di lavorare esclusivamente dentro le strutture ospedaliere o universitarie è premiata con 150-200 mila lire in più rispetto al già misero salario del tempo definito”. Da qui, nei gradi alti dell’esercito medico, la scelta di sdoppiarsi fra pubblico e privato. “Molti fra quelli che avevano optato per il tempo pieno hanno chiesto di poter fare macchina indietro. La legge glielo consentiva e gli è stato concesso”, dice Staudacher. La fuga continua. [...] “Un giorno, il primario deve lavorare 15 ore; l’altro ne bastano tre. Il cartellino non garantisce la professionalità del medico. Garantisce soltanto una presenza impiegatizia”. Proprio sul cartellino sarebbe scivolato Lionello Ponti, uno dei tanti primari a tempo definito: 30 ore settimanali in ospedale a ricostruire facce devastate dagli incidenti stradali e il resto in clinica privata come “bisturi rosa”, come pagatissimo chirurgo estetico. Secondo i magistrati, avrebbe sgraffignato qualche ora al San Giovanni. Lui smentisce categoricamente e, forte di molte testimonianze, ricorda le operazioni notturne di emergenza, i ritorni in ospedale fuori orario per le necessità di pronto intervento e sempre “senza firmare il cartellino, senza timbrarlo per documentare gli straordinari”. Non è la prima volta che la magistratura punta gli occhi e tira le reti sull’assenteismo dei medici. Dalle deplorazioni, dalle sospensioni si è passati alle manette. L’uomo della strada ne trae la sensazione di un abissale degrado della deontologia. [...] “Io sono lontano mille miglia dall’idea che il medico sia, per sua natura, buono, serio e missionario”, dice Italo Sanguineti “Anzi, per la natura stessa della sua professione, per il suo sentirsi investito del potere di vita, è spesso fundamentalmente reazionario. Ma le hanno davvero inventate tutte per metterci sotto. Ci hanno trattato a pesci in faccia in nome del livellamento demagogico, del *tutti uguali*. E’ stato

un voltar pagina all'italiana: una sorta di giustizialismo peronista. Era più che sacrosanto mettere ordine, farla finita con un potere anche schiavistico, spuntare le unghie ai primari, ai baroni universitari. Ma le unghie ce le hanno tranciate, dimenticando che, negli ospedali, non si producono profilati di ferro e procedendo per balzelli e contratti iugulatori. C'è chi si è adattato senza tirare a campare; c'è chi vivacchia e chi, in questa commistione fra pubblico e privato, se ne approfitta perché il sistema ha vie di fuga e permette speculazioni, piccoli e grandi imbrogli. Ho l'impressione che, in certe zone, questa storia degli orari sia una gran pacchia. Si entra, si firma, si timbra e si esce. A pagarla sono i più, quelli che fanno ancora il mestiere con passione e faticano negli ospedali per un milione e poco più al mese. In ospedali che spesso sono diventati ricoveri, cronicari e non possono dare più niente dal punto di vista della gratificazione scientifica. In ospedali che non sono più in mano ai baroni, alla loro egemonia, al loro paternalismo, ma ai proconsoli dei politici. Purtroppo, qualcuno ci ha perso nel cambio. Un fatto è certo. In Italia, il vero malato non è mai stato peggio”.

(Guido Vergani, “Quando il barone è a mezzo servizio”, *La Repubblica*, 22 maggio 1984)

Il secondo esempio, tratto dall'articolo “Ecco la nostra ricetta per eliminare i baroni”, riguarda gli ambienti accademici e universitari e concerne le proposte studentesche avanzate dall'Onda, il movimento di protesta nato negli atenei e nelle scuole superiori nell'autunno del 2008:

Abolire le due fasce di docenza, associati e ordinari, unificandole, per combattere i concorsi pilotati dai baroni. Più finanziamenti per le borse di studio, le case dello studente, le mense universitarie. Lotta senza quartiere a chi affitta le stanze a prezzi di usura agli studenti fuori sede. Abolizione dei contratti atipici che favoriscono il mercato del lavoro nero negli atenei e creazione di un solo tipo di rapporto di collaborazione per i ricercatori. Stabilità di reddito tra la fine di un contratto e quello successivo. Salario minimo garantito per tutte le categorie *precarie* che navigano a vista nel mondo del lavoro. L'Onda anomala dopo aver invaso Roma si è messa al lavoro e presenta la sua *autoriforma* dell'università. Tre workshop terminati sabato sera nelle facoltà occupate della Sapienza e ieri mattina assemblea plenaria all'aperto, nel grande spazio alle spalle del Rettorato. Duemila delegati arrivati venerdì da tutti gli atenei hanno approvato

con un grande applauso la piattaforma. Il ministro Mariastella Gelmini s'è detta disponibile al dialogo perché scuola e università “non sono né di destra né di sinistra”. Anzi, ha aggiunto, “questo governo che crede nel cambiamento è un governo per certi versi di sinistra”. [...] Tra le linee programmatiche della “riforma dal basso” degli studenti ci sono l’abolizione del numero chiuso e delle diverse classi di docenza, il superamento del “sistema 3+2”, l’eliminazione dei crediti e della frequenza obbligatoria. Dopo i workshop di sabato, con circa 200 interventi, nel secondo giorno di assemblea sono state presentate proposte che hanno raccolto un ampio consenso, come il riconoscimento di “corsi di autoformazione” attraverso seminari autogestiti, l’abolizione dei contratti dei precari con nuove assunzioni e l’abbassamento delle tasse universitarie, da eliminare per gli iscritti appartenenti a fasce deboli. Annunciata una “campagna di azione” per l’accesso gratuito a cinema, musei e trasporti e sono stati proposti “scioperi bianchi” dei precari contro “il lavoro nero nelle università, svolto da stagisti, tirocinanti e dottorandi”. Un altro dei punti è il finanziamento diretto dei gruppi di ricerca, senza passare per i docenti. “Da questa assemblea è uscita una piattaforma condivisa, dimostrando che abbiamo anche idee e non sappiamo dire solo dei no - ha commentato Giorgio Sestili, studente di Fisica - adesso ci auguriamo anche che i docenti valutino le nostre proposte”. Dopo aver dormito con coperte e sacchi a pelo tra i banchi, gli studenti sono ripartiti per le loro città dandosi appuntamento al 28 novembre, per una nuova giornata di agitazioni diffuse nel Paese contro la legge 133, e il 12 dicembre per lo sciopero generale.

(Mario Reggio, “Ecco la nostra ricetta per eliminare i baroni”, *La Repubblica*, 17 novembre 2008)

Infine, il terzo contiene un commento di Mario Pirani alla riforma Gelmini:

“Nessuno è in grado di far desistere il ministro dalla volontà di riformare profondamente il sistema universitario italiano” afferma Mariastella Gelmini, titolare del dicastero che sovrintende a tutto l’universo formativo, dalle elementari agli atenei ed anche alla ricerca. Non ho dubbi sulla buona volontà del ministro, meno certo sono sulle sue possibilità di superare le ostilità trasversali delle varie consorterie accademiche e di partito che si frappongono alle misure più significative da lei annunciate e sempre rinviate. Già in una precedente rubrica ho segnalato i trabocchetti predisposti, come comprovano

i numerosi messaggi che continuo a ricevere in queste settimane di attesa. [...] Un ordinario di Letteratura italiana contemporanea, intervenendo anche lui sulla questione decisiva dei concorsi, invece, afferma che: “La legge in cantiere imposta su basi corrette la soluzione dei problemi del localismo e della scarsa trasparenza. Tuttavia non sono pochi nella stessa legge, i punti critici, che potrebbero far rovinare l’intero sistema. Il più importante di tutti consiste nella legittimazione di una sorta di *docenza liquida*, vale a dire dei contratti di ricerca o di attività didattica integrativa istituiti dalla Legge Moratti. Tali contratti sono stati attivati a migliaia per gonfiare l’offerta didattica, con l’invenzione anche di sapere di scarsa consistenza scientifica e magari di effimero appeal, e in casi più rari sono stati resi necessari dal blocco del turn over. Gli insegnamenti a contratto producono effetti di oggettivo oscuramento dei requisiti di competenza ed esperienza scientifica dei docenti. Se ne deduce che per qualche Ateneo sarebbe forse conveniente sul piano finanziario sostituire gradualmente una certa percentuale di vecchi *baroni* con contrattisti, scelti in piena discrezionalità (tra giornalisti, personaggi della tv e dello spettacolo, esponenti del mondo dell’impresa e delle professioni, o anche politici di secondo rango).

(Mario Pirani, “Pensaci Mariastella basta la buona volontà?”, *La Repubblica*, 13 luglio 2009)

7. QUESTO/A

UN ALTRO VOCABOLO che testimonia dell’uso anestetico o eccitativo del linguaggio politico è piuttosto sorprendente. Si tratta, infatti, del deittico questo/a. Ecco la definizione di un dizionario, “persona o cosa vicina nello spazio o nel tempo a chi parla; intensivo: *questo schifo di musica, questa benedetta pioggia*”. Come si vede, è previsto dall’italiano l’uso intensivo dell’aggettivo, ma di solito deve essere accompagnato da un altro termine che ne stabilisce l’isotopia euforica o disforica, e consente il suo rafforzamento. In politica, tutto ciò è omesso, dato per scontato, e l’intensità determina ragionamenti impliciti spesso abbastanza paradossali. Si leggano questi quattro esempi:

“Berlusconi: questa sinistra è un regime. È un sistema felpato, in guanti bianchi, non porta i carri armati, ma pretende subalternità”. [...] Fa caldo, ci sono

trenta gradi, piazza Duomo è piena. Berlusconi accusa “la voglia di regime del governo comunista” e annuncia “la lunga marcia verso la riconquista del Paese”. Ma arriva subito la replica da Palazzo Chigi: “Berlusconi straparla perché ha capito che l’inciucio non si può fare”. E non finisce qui.

(Venanzio Postiglione, “Centomila in Piazza del Duomo per la protesta del Polo. Record di applausi per Fini quando attacca il capo dello Stato. La polemica. Berlusconi: questa sinistra è un regime”, *Corriere della Sera*, 4 maggio 1997)

Come si vede, “questa sinistra” è denigratorio – e va bene -, ma presuppone inferenze curiose. Ad esempio, che se la sinistra fosse un’altra non dovremmo parlare di “regime”. Pertanto, la colpevolizzazione degli oppositori è raddoppiata, e trasforma in vittima giustificata i protagonisti dello schieramento alternativo.

“E’ strano e curioso che una frazione della sinistra si sia tirata addosso la responsabilità, anche con una certa dose di primitiva ingenuità, di aver fatto cadere questo governo” – attacca il vicepremier. “Allora io vi dico una cosa da vecchio: non serve il Partito Democratico per capirlo. Che questa sinistra non va bene ce lo ha insegnato già il Pci, questa sinistra non serve al Paese. Quale sinistra? Quella dei dissidenti, delle ‘piccole schegge’, di chi ‘si è sottratto al mandato degli elettori’”.

(Fabrizio Caccia, “D’Alema: questa sinistra non serve al paese”, *Corriere della Sera*, 25 febbraio 2007)

Le parole di D’Alema ripetono il medesimo schema di Berlusconi. “Questa sinistra” denuncia la contraddizione di “frazioni” interne, riprendendo, senza dirlo, il vecchio slogan di Lenin su “l’estremismo, malattia infantile del comunismo”. E infatti le qualificazioni (“primitiva ingenuità”, “piccole schegge”, che lascia intendere “impazzite”) sono assolutamente evidenti.

Prodi: questa maggioranza non ha alternative se realizza il programma. [...] Scandisce le parole, tutti devono capire: “Sono qui per realizzare il programma con questa coalizione”. Poi rafforza il concetto: “Io non vedo alternative a questo governo”. [...] “molti si applicano in direzioni diverse ed è un’applicazione a cui in questi giorni in tanti si dedicano”. Un gioco al quale si opporrà fino all’ultimo: “È un tormentone che ritorna - aggiunge al Tg1 - ma non cambierò

squadra né direzione: stiamo realizzando il nostro programma e lo stiamo facendo bene”.

(Francesco Alberti, “Prodi: questa maggioranza non ha alternative se realizza il programma”, *Corriere della Sera*, 27 luglio 2006)

Con Prodi e “questa maggioranza non ha alternative se realizza il programma” ci troviamo nel caso assolutamente opposto. Si legittima una maggioranza come unica possibile. Ma, ancora una volta, l’aggiunta “se realizza il programma” introduce ambiguità, perché alimenta l’idea o la minaccia di nuove alleanze laddove il programma invece non sia eseguito.

Sulle intenzioni di questo governo nella lotta all’evasione fanno testo lo smantellamento di un insieme di importanti provvedimenti di prevenzione dell’evasione e la riduzione delle sanzioni in caso di mancato o ritardato pagamento delle imposte. La riduzione dei controlli sui posti di lavoro, volti a prevenire il lavoro nero, ci espone ancor di più al rischio di immigrazione clandestina, che sfrutta proprio l’ampia area di irregolarità presente nel nostro paese. Bene ricordarsi che i disperati che arrivano sulle coste siciliane rappresentano meno del 10% dei clandestini che oggi arrivano in Italia. In Africa si è troppo poveri per emigrare. E’ l’unica area del mondo rimasta in gran parte tagliata fuori dai grandi flussi migratori degli ultimi due decenni. Ma abbiamo fatto patti col diavolo pur di non far arrivare gli africani da noi. (Tito Boeri, “Governo, 15 mesi di vita spericolata”, *La Repubblica*, 31 luglio 2009)

8. FEDERALISMO/DECENTRAMENTO

CON IL TERMINE federalismo si intende un gruppo o un corpo di membri che sono raggruppati (dal latino: *foedus*, patto) da un capo rappresentativo di governo, che può essere identificato in un monarca o in divinità (come nella teologia), o in un’assemblea generale o parlamentare (come in politica). L’accezione più diffusa del federalismo è quella politica. Si tratta della dottrina in cui il potere è costituzionalmente diviso tra un’autorità governativa centrale e delle unità politiche di sottogoverno (province, regioni, ecc.), il cui insieme è spesso chiamato *federazione*. I due livelli di governo sono indipendenti ed

hanno sovranità nelle loro competenze. I sostenitori di tali posizioni sono generalmente chiamati *federalisti*. In teologia, il federalismo è sinonimo della *Teologia dell'Alleanza*. È un termine comunemente usato in trattati teologici sin dal XVII secolo (prima ancora dell'utilizzo politico), a partire dai pensatori riformati. Il Federalismo descrive la relazione tra Adamo e gli uomini nati della carne (ovvero tutto il genere umano), allo stesso modo tra Cristo e coloro che sono in aggiunta nati in Spirito (i.e. all'Umanità rigenerata; vedi *Giovanni* 3,1-8 e *Romani* 8,1-17 e in particolare 5,12-21). In Teologia, le due parti (cioè la testa rappresentante e i membri rappresentati) non condividono la sovranità.

La causa del federalismo è portata avanti dalla teoria federalista, la quale asserisce che il federalismo implichi un sistema costituzionale robusto che ancori la democrazia pluralista e che incentivi la partecipazione democratica tramite una cittadinanza duale in una repubblica composta. La classica dichiarazione di questa posizione può essere trovata in *The Federalist*, l'insieme di scritti pubblicato a fine Settecento per sostenere la Costituzione americana, che ritiene che il federalismo aiuti a concretizzare il principio del governo della legge, limitando l'azione arbitraria da parte dello Stato. Primo, il federalismo può limitare il potere del governo di violare i diritti, poiché esso crea la possibilità che se il potere legislativo desidera ridurre la libertà, non ne avrà il potere costituzionale, mentre il livello di governo che possiede tale potere non ne avrà il desiderio. Secondo, i procedimenti di formazione delle decisioni di tipo legalistico che caratterizzano i sistemi federali limitano la velocità con la quale il governo può reagire.

L'argomento che il federalismo aiuta ad assicurare la democrazia e i diritti umani è stato influenzato dalla teoria contemporanea della scelta pubblica. E' stato asserito che nelle più piccole unità politiche, gli individui possono partecipare più direttamente che in un governo monolitico unitario. Inoltre, gli individui insoddisfatti per le condizioni in uno Stato possono scegliere di andare in un altro. Certamente, questo argomento assume che una libertà di movimento tra stati sia necessariamente assicurata da uno stato federale. Comunque, la capacità di un sistema federale di proteggere le libertà civili è stata messa in discussione. Spesso c'è confusione tra i diritti degli individui e quelli degli stati. In Australia, per esempio, alcuni dei più notevoli

conflitti intergovernativi degli ultimi decenni sono stati il diretto risultato dell'intervento federale che aveva il fine di assicurare i diritti delle minoranze e hanno reso necessarie delle limitazioni dei poteri dei governi degli stati. È anche essenziale evitare confusioni tra i limiti posti dalla revisione giudiziale, cioè dal potere costituzionale delle corti di annullare le azioni del parlamento e del governo, e lo stesso federalismo. Se, da un lato, alcuni stati degli USA hanno deplorabili retroterra di negazioni di libertà civili a gruppi razziali, donne e altri ancora, d'altra parte le leggi e le costituzioni di altri stati americani hanno protetto queste minoranze per mezzo di diritti legali e protezioni che vanno oltre quelle presenti nella costituzione statunitense e nella Carta dei Diritti degli Stati Uniti d'America.

Per quanto riguarda l'Europa, si ricordi che nel 1941, quando il conflitto sembrava ancora destinato ad essere vinto dalle forze dell'Asse, tre illuminate menti del panorama intellettuale italiano stendono quello che verrà ricordato come il Manifesto di Ventotene. La gestazione di quest'opera, da parte di Altiero Spinelli ed Ernesto Rossi, esiliati sull'isola di Ventotene appunto, durò all'incirca sei mesi. Furono ispirati da un libro scritto da Junius (pseudonimo usato da Luigi Einaudi) pubblicato circa vent'anni prima. Il *Manifesto di Ventotene*, steso nel 1941 da Spinelli, e Rossi insieme con Eugenio Colorni e Ursula Hirschmann, è un fondamentale documento che traccia le linee guida di quella che sarà la carta dei diritti fondamentali dell'Unione europea. I tre intellettuali prevedero la caduta dei poteri totalitari e auspicarono che, dopo le esperienze traumatiche della prima metà del Novecento, i popoli sarebbero riusciti a sfuggire alle subdole manovre delle élites conservatrici. Secondo loro, lo scopo di queste sarebbe stato quello di ristabilire l'ordine prebellico. Per contrastare queste forze si sarebbe dovuta fondare una forza sovranazionale europea, in cui le ricchezze avrebbero dovuto essere redistribuite e il governo si sarebbe deciso sulla base di elezioni a suffragio universale. L'ordinamento di questa forza avrebbe dovuto basarsi su una *terza via* economico-politica, che avrebbe evitato gli errori di capitalismo e comunismo, e che avrebbe permesso all'ordinamento democratico e all'autodeterminazione dei popoli di assumere un valore concreto.

Dall'idea precisa della pace discende dunque l'idea federalistica della distribuzione del potere politico, e per ciò stesso l'esigenza di

identificare le condizioni storico-sociali che consentono d'instaurarla e di mantenerla nell'ambito di una parte del genere umano o di tutto il genere umano. Ormai non è più vero che la creazione degli Stati Uniti d'Europa (dell'Europa occidentale-atlantica, solo di questo realisticamente si parla) significhi creazione di diritto sovranazionale così come precedentemente inteso, né costituisce in alcun modo, di per sé, un passo in quella direzione. Gli stati nazionali europei sono già stati superati in realtà dalla loro riduzione a stati regionali, con tutti i limiti di impotenza. L'uropeismo prevalente ha oggi un valore eminentemente *difensivo*. Significa la conquista per il popolo europeo di un suo stato di dimensione adeguata per sostenere il confronto internazionale atto a tutelare i propri interessi, ad essere perciò una potenza nel mondo attuale. Europeismo cioè che vuole essere momento di scontro politico fra la concezione democratica-parlamentare e quella totalitaria, fra chi privilegia i diritti della persona e chi li sottopone gerarchicamente agli interessi dello stato, fra chi rivendica la necessità che il diritto non sia limitato dalle frontiere e chi difende la barbarie in nome della sovranità nazionale e del principio di non ingerenza.

Le istituzioni comunitarie sono del resto paralizzate dall'incapacità di concepire un unico governo europeo perlomeno nelle materie di competenza comunitaria. Gli egoismi nazionali e gli interessi dei grossi centri di potere economico e politico lo impediscono sistematicamente. Del resto questa ipotetica autorità sovranazionale non potrà mai essere legittimata democraticamente finché non potrà ricevere la fiducia da un Parlamento Europeo, quale unica espressione della sovranità popolare europea, dotato degli effettivi poteri d'indirizzo, controllo e legislativi. La crisi delle istituzioni comunitarie è quindi innanzitutto crisi e insufficienza di quel diritto comunitario rimasto incompiuto nei Trattati nonostante i tentativi evolutivi sanciti dalle sentenze della Corte di Lussemburgo.

Il regionalismo è la tendenza a concedere autonomia legislativa ed amministrativa alle regioni. I suoi fautori sostengono che il decentramento regionale offra maggiori garanzie contro ogni attentato alla libertà. Esso risponderebbe agli effettivi bisogni della vita del paese (autonomie amministrative che comportano una maggiore conoscenza dei problemi economici della singola regione), varia nella sua unità, e permetterebbe una struttura dello Stato più articolata e democratica.

Trovò ampia espressione nel Risorgimento italiano. Tuttavia, dopo l'unità, prevalse il criterio dell'accentramento, nonostante Cavour, Marco Minghetti e Luigi Carlo Farini fossero fautori del decentramento politico e di un'articolazione federale dello stato.

Tale tendenza si fece nuovamente viva nel primo dopoguerra, ma fu stroncata dal fascismo che, agendo nella direzione opposta, arrivò a sopprimere addirittura le autonomie locali, facendo dipendere i comuni e le province direttamente dall'esecutivo centrale. Ritornò, quindi, nel secondo dopoguerra e la nuova Costituzione conferì alle regioni ampio rilievo istituzionale. Tuttavia l'autonomia delle regioni, accolta nella Costituzione repubblicana (1948), venne applicata soltanto nel 1970 a causa delle dure opposizioni politiche del governo centrale alla possibilità di amministrazioni regionali rette da forze di opposizione, come in Emilia e in Toscana. Il regionalismo della Democrazia Cristiana porta la stessa data di nascita del movimento politico dei cattolici e si richiama al principio della sussidiarietà che, con sintesi efficace, fu espresso da Papa Pio XI.

Invece, il termine *devoluzione* è un anglicismo del tipo calco linguistico (da *devolution*), tendente a soppiantare il termine italiano decentramento, utilizzato nella Costituzione italiana ma sempre meno usato sia nel linguaggio politico che in quello giornalistico. Nel diritto costituzionale, devoluzione o decentramento sono sinonimi e indicano il trasferimento delle competenze e dei poteri dalla sede del governo centrale verso le sedi dei governi locali o periferici. La costituzione italiana prevede come sedi del governo locale le regioni, le province e i comuni, e prevede tra loro un principio di sussidiarietà. Nella storia, specie quella dell'*Ancien régime*, devoluzione indica la successione al trono, come nel caso della cosiddetta guerra di devoluzione.

Pur esistendo il termine italiano *decentramento*, il vocabolo inglese *devolution* viene usato nell'attualità politica italiana per indicare il passaggio di attribuzione di poteri su talune materie (per esempio scuola e sanità) dallo stato alle regioni. È entrato nell'uso comune a seguito del dibattito suscitato dalla Lega Nord che, per la propria azione politica, ha preso ampio spunto dal termine utilizzato nel 1997 da giuristi e giornalisti per definire il passaggio di alcuni poteri dal Parlamento britannico di Londra a quello insediato nello stesso anno nella capitale della Scozia, Edimburgo. Lo scopo di questo passaggio è attribuire

i diritti e i doveri connessi alla gestione delle materie oggetto del processo di devoluzione ad organi dello stato più vicini ai cittadini che beneficiano di tali servizi, in applicazione del principio di sussidiarietà.

Il termine, in ultima analisi, viene utilizzato impropriamente, visto che in Italia il decentramento esiste già, sancito dalla Costituzione o da sue puntuali riforme, come quella della fine degli anni Sessanta. Il federalismo è divenuto oggi una parola di *proprietà* politica, e cioè della Lega Nord. Consiste nel predicare una autonomia di *stati* indipendenti molto più solida di quella regionale e viene fortemente associato alla questione della spesa pubblica derivante dai proventi fiscali.

Il senso idiolettale (leghista) stretto della parola è testimoniato da queste frasi, utilizzate per presentare una rivista *federalista* a Milano nel 1994, ciò che può essere considerato come il nucleo di partenza di quel movimento (ancorché il concetto lanciato dalla Lega Nord fosse molto precedente):

Oggi viene presentata una rivista che riunisce studiosi di varie tendenze per dibattere il tema del federalismo caro a Cattaneo: *Federalismo e Società*. Rusconi: “salvare la nazione al di là della forma statale che può assumere”. Se Umberto Bossi, nella fretta di correre all’abbraccio con Berlusconi, lascia cadere lo stendardo del federalismo, in Padania c’è qualcuno che è pronto a raccogliarlo, quanto meno come istanza culturale. Stasera, all’Hotel Duomo di Milano, si festeggia la nascita di una nuova rivista, *Federalismo e Società*. Non è una trovata dell’irriducibile Miglio, né l’ennesimo foglio di propaganda leghista. E’ un’iniziativa *trasversale* che vede insieme intellettuali di area progressista e moderata. Il direttore è il manager Mario Unnia. Nel comitato scientifico, tra gli altri, Luigi Bonanate, Fabio Luca Cavazza, Marcello Fedele, Giorgio Galli, Renato Mannheim, Massimo Teodori, Alberto Martinelli, Gianfranco Morra. “Vogliamo dare vita a una specie di foyer”, spiega Unnia, “dove si possa discutere di Stato federale, di neoregionalismo e dei problemi connessi, senza pregiudizi ideologici o di parte. Perché nell’Italia della Seconda Repubblica e nell’Europa del dopo Maastricht il federalismo è diventato un argomento cruciale”. Per la verità il clima di questa campagna elettorale pare più propizio ai ring che ai cenacoli. Fa un po’ specie vedere nella Milano del 1994 dei gentiluomini che si ritrovano al caffè a scambiarsi pacate opinioni sulle sorti della patria, come ai tempi di Verri o di Cattaneo, mentre fuori i sanculotti delle opposte fazioni si prendono a randellate. [...] Dice Unnia: “I vecchi Stati nazione

sono sul viale del tramonto. In tutta Europa, dalla Catalogna alla Germania, soffiava un vento autonomista sempre più gagliardo. I governi nazionali, stretti tra l'incudine della Comunità e il martello dei poteri regionali, vedono il loro spazio politico restringersi di giorno in giorno. E intanto il tessuto degli affari tende a travalicare i confini dei singoli Paesi, disegna delle aree forti, delle macro regioni omogenee dal punto di vista economico e commerciale. Se si guarda alla mappa del prodotto lordo regionale, la Padania gravita sui Laender tedeschi più ricchi, collegati a loro volta a Parigi, a Londra, ai porti del Mare del Nord". (Riccardo Chiaberge, "Destra o sinistra pur che sia federalismo. Oggi viene presentata una rivista che riunisce studiosi di varie tendenze per dibattere il tema del federalismo caro a Cattaneo", *Corriere della Sera*, 15 febbraio 1994)

Va rilevato, in questo caso, che vi sono stati tentativi di impedire che federalismo indicasse una appartenenza esclusiva di partito (vedi le posizioni di Massimo Cacciari o di Gian Enrico Rusconi fra i molti altri).

9. MODERATO

SECONDO IL *DIZIONARIO DI POLITICA* di Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, centrismo "indica, secondo la tradizionale visione geometrica della politica, [...] la posizione intermedia per antonomasia, [...] non vi è dubbio che il centrismo corrisponde al moderatismo, ma mentre per i centristi *in medio est virtus*, per gli oppositori esterni, centrismo è sinonimo di indecisione, di immobilismo, di opportunismo, e così via".

Recentemente, Berlusconi ha iniziato a impiegare la parola in maniera sistematica per evitare di pronunciare le parole "destra" e "centrodestra", che non a caso non appartengono al suo linguaggio. In questa maniera, il vocabolo – finora patrimonio delle tendenze appunto centriste (cattoliche o liberal-democratiche) – ha finito per attribuire un contenuto centrista positivo alla coalizione di governo del centrodestra, che invece è formata anche da gruppi appartenenti all'estrema destra italiana, e che nei suoi programmi propone numerose proposte di carattere reazionario. Ma anche a sinistra si è tentato di introdurre il termine nel quadro ideale di cattolici e socialisti (o ex-comunisti) uniti nel centrosinistra.

Questo atteggiamento ha meritato delle critiche talora molto pesanti. Si legga, ad esempio, la lettera aperta di Ivan Della Mea al segretario di Rifondazione Comunista, Fausto Bertinotti, dopo i risultati delle elezioni politiche del 1994, “Caro Bertinotti, non nel nome di Marx”:

Caro Fausto Bertinotti, oggi, io, faticato comunista dal 1955, sono senza tessere. Da tempo, dal congresso di Rimini, forco, brigo, mi incazzo e mi scazzo e farnetico un partito, forse neanche un partito, la grazia di un movimento, comunista, di cui avverto, sempre più, la necessità, l’urgenza. Non nel nome di Carlo Marx e nemmeno in quello di Gramsci, figuriamoci se nel nome di Occhetto o di Cossutta, bensì nel nome di Pinchellini e Zuretti e Garavaglia e nel mio di nome. Né mi angoscia la fine del modello comunista nei Paesi del socialismo (ir)reale: come modello faceva schifo e col comunismo c’entrava poco o nulla, più nulla che poco. Il mio comunismo, lo so, è pericolosamente libertario e internazionalista e terzoquartoquintomondista, è romantico e neoleopardiano, sogna una rivoluzione *in progress*, mai fermata a rimirarsi, mai stanziale, sempre discussa e discutibile, una rivoluzione nomade, per un comunismo nomade, fatto di arte e mestiere, di baratti senza balzelli, dissacrante ogni concetto di Stato e di Nazione, e di proprietà e di potere: io, il potere, ogni potere, lo vedo abolito; un comunismo non fotografabile dai giapponesi, impossibile (come il vero cristianesimo) da clonare: con un comunismo così si sogna lieve ma si vive duro e si muore pirla. Con un comunismo così, questa campagna elettorale c’entra un tubo. Bene che vada, io vedo, in prospettiva, “le magnifiche sorti e progressive” della sinistra intruppate in un centro moderato, giust’appunto di “sinistra” sinistra, virilmente contrapposto e altalenante con un centro moderato di destra: tutto questo, mi si insegna oggi, è e fa democrazia; sarà, ma io la vedo piatta, omologata e omologante e tutta dentro la banda delle benpensanti compatibilità. Caro Fausto inteso come Bertinotti e viceversa: non cerco orizzonti con bandierine rosse infisse, non identità, non appartenenze, non propaganda fide, non tessere; tutto questo non mi serve, né mi interessa; cerco uno a cui poter dire nel mentre che si fa un tratto di strada comune “compagno ti conosco” e, siccome variante comunista, gradirei essere cercato. Fatti vivo. Ivan Della Mea
(*Corriere della Sera*, 30 marzo 1994)

L’uso di moderato è una chiara attenuazione della componente reazionaria potenzialmente presente nella tradizionale articolazione del

concetto di destra, e serve ad accentuare l'aspetto della mediazione, della razionalità e della misura che appartengono piuttosto all'idea di centro.

10. IMPRESA

L'IMPRESA, sotto il profilo giuridico, è un'attività economica professionalmente organizzata al fine della produzione o dello scambio di beni o di servizi. Ciò è quanto si desume dalla definizione di "imprenditore" che all'art. 2082 fornisce il vigente Codice civile.

L'impresa è perciò caratterizzata da un determinato oggetto (produzione o scambio di beni o servizi) e da specifiche modalità di svolgimento (organizzazione, economicità e professionalità). Sotto il profilo economico, va aggiunto che deve essere condotta con criteri che prevedano una adeguata copertura dei costi con i ricavi, altrimenti si ha consumo e non produzione di ricchezza. Inoltre l'impresa può essere definita come un sistema sociale-tecnico aperto e un sistema è un complesso di interdipendenze di parti rispetto ad un obiettivo comune e quando si tratta di un sistema sociale-tecnico le parti sono costituite da beni e persone (attrezzature, risorse umane, conoscenze e rapporti sociali). Un sistema aperto, inoltre, scambia con l'esterno conoscenza e produzione. Pertanto, l'impresa è un complesso di interdipendenze tra beni e persone che operano scambiando con l'esterno conoscenza e produzione e perseguendo un comune obiettivo consistente nella produzione di valore.

Vediamo in che termini è presentata, attraverso immagini climatiche, una certa impresa politica:

Un articolo come questo, che accosta la crisi del clima temperato a quella della politica moderata - una tropicalizzazione della politica - è quasi uno scherzo d'estate. Però, vediamo. Che le società siano fortemente tributarie del clima è un'ovvietà. Meno ovvia è la rapidità della mutazione climatica che attraversiamo, frutto precipuo (c'è poco da vantarci) della consumazione della natura per mano umana. Oggi un trapasso come quello dal *pleistocene* all'*olocene* è un lancio di agenzia, minuto per minuto. Avevamo preso per progresso la capacità di svincolarci dal condizionamento della natura: alla fine

siamo questo, condizionatori dell'aria. Ora le cose si complicano. [...] Una forza quasi della natura ha risospinto a galla dal fondo un'impresa politica che restaurasse la moderazione democristiana col nome di Forza Italia, ma le vicende della giustizia l'hanno dirottata verso un estremismo specialistico e magari riluttante, facendone tuttavia una rivale insospettata di altre aspirazioni moderate e di centro. Che torni la meteorologia temperata di ieri è impossibile da credere, a questo punto, anche se il sentimento comune è che sarebbe bello. Sempre le cose che si perdono, e specialmente quelle che sembravano mediocri, insinuano una nostalgia. Che torni in politica è quasi altrettanto impossibile, salvo che la gente sia invasa da questo sentimento, che sarebbe bello. Influenzare la meteorologia è facile, il genere umano c'è riuscito oltre ogni aspettativa. Viviamo nell'*antropocène*, l'ultimo dei tempi. Ma è facile solo all'andata: al ritorno è difficilissimo. Riempire il cielo di biossido di carbonio, un gioco da ragazzi. Svuotarlo, altro affare. Se cominciassimo subito una seria terapia scalare, gli effetti di convalescenza non si farebbero sentire prima di qualche decennio. Del resto Kyoto è stato nel 1997, sei anni fa, e l'Amministrazione americana non ha ancora smesso di fumare. Anzi, finanzia gli scienziati che dicano che non fa male (strano governo: che dichiara innocui i gas serra sui bronchi del cielo, e rincara gli avvertimenti di morte sui pacchetti di sigarette). In politica, il vecchio clima, la memoria delle stagioni di una volta, l'abbronzatura ragionevole e graduale, l'ombrellone meridiano, la granita nel fresco del dopocena, si fa sentire negli appelli a tenere bassi i toni: quasi inudibili, nel chiasso della discoteca. Oltretutto, il tempo della politica democratica, e tanto più della sua soggezione al sondaggio, è disadatto al tempo della mutazione climatica. Ci sarebbe bisogno di autorità più durevoli e disinteressate: ma ecco che torniamo al rischio del dispotismo e del modo di produzione asiatico. Ho letto che il prelievo di acqua - a luglio scorso - è per il 75% agricolo, e il consumo finale è al 96% agricolo, e solo il 2% degli acquedotti: continuo a chiudere il rubinetto mentre mi lavo i denti, ma sono diventato più pessimista. Sono confortato dalle statistiche che assicurano che non c'è un vero aumento dei delitti privati per effetto della calura estiva. Anzi, si ammazza e si bastona di più la moglie d'inverno. Può darsi. Pregio delle statistiche bennate è di negare la realtà della scena che abbiamo davanti agli occhi. Però mi dicono i visitatori che dalle finestre aperte per il caldo si sentono urla e minacce esasperate prorompere dalle altre finestre sul cortile, anche quelle dei vicini più insospettabili. Un certo nervosismo si avverte anche qui da me. Succede per i privati di ogni risma, perché non dovrebbe succedere alla vita pubblica? Del resto, epiteti come

piromane o incendiario sono da tempo di casa nella conversazione politica. Fu cruciale, nella storia del pianeta, la transizione dall'agricoltura a pioggia all'agricoltura idraulica. Adesso bisogna rifarla, qui da noi. Non siete tentati dalla metafora della politica a pioggia e della politica idraulica? La metafora delle desertificazione è già consumata. A climi estremi, estremi rimedi, forse? Speriamo di no, da qualunque parte provengano. La voglia viene, si capisce. Però, quando la temperatura si alza troppo, ne va della sopravvivenza comune. La previsione delle possibilità di crescita nel secolo entrato è di 6° C, per far fuori i dinosauri ne bastarono, pare, 7. Erano più robusti di noi, più carini anche, in media. Bisognerebbe raffreddare le cose. In Francia c'è un gran casino perché il recinto della centrale nucleare di Fessenheim è arrivato l'altro giorno a 48,7°, e la legge dice che a 50° bisogna spegnere: così la direzione ha pescato l'acqua di una falda freatica adiacente e ha inaffiato la centrale. Non è legale, ma è andata. Chissà se la politica non debba fissare un tetto di decibel ai suoi toni, come le discoteche, un limite di gradi centigradi al suo surriscaldamento, come le centrali nucleari. Un suo principio di precauzione. Un ritorno a certi dolci pendii collinari umbri o marchigiani, come negli affreschi francescani, come nei paesaggi di Tullio Pericoli.

(Adriano Sofri, "Se anche la politica diventa tropicale", *La Repubblica*, 14 agosto 2003)

Ecco come l'impresa politica ha assunto il palcoscenico del linguaggio.

In conclusione, abbiamo dunque visto, per grandi linee, le strategie discorsive messe in atto nell'attuale linguaggio politico. Queste tendenze si appoggiano fortemente sui media, che per natura le seguono, e dimostrano una prevalente sistematicità da parte della destra.

L'elaborazione di un uso linguistico (stile comunicativo, idioletti e socioletti di appartenenza) fondato sulla neutralizzazione semantica e sull'eventuale riformulazione dei significati lessematici è associata allo spostamento di intere porzioni del sapere comune, che sono anestetizzate, deviate. Ci troviamo dinanzi a un lavoro stilistico sottile, che tende a costruire una dimensione passionale del discorso, disforizzandolo o euforizzandolo a seconda della bisogna.

Quel che ne deriva è che il discorso politico, oggi, produce forme di manipolazione degli utenti di grandissima efficacia, basate sostanzial-

mente sull'abbassamento delle consapevolezze linguistiche e culturali della popolazione. A mio avviso, l'unico progetto che rimane a coloro che ancora tengano alla cultura come visione critica dei fenomeni che ci circondano è quello di lavorare sull'analisi e sullo smascheramento. Insomma, se mi si consente una citazione marxiana fuori tempo e fuori moda, "la rivoluzione non c'è stata, bisogna ancora leggere molto".



2.

HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES



PODER E INSTITUIÇÕES EM ITÁLIA

GIUSEPPE GALASSO

COMO BEM SE SABE e tem vindo a ser reiteradamente repetido, as instituições representam o *dever ser*, o direito, o sistema de ordenação, ao passo que o poder representa o *ser*, ou seja, a política, as relações de força concretas entre os vários agentes da vida social. No quadro dessa dialéctica entre *ser* e *dever ser*, ou melhor, entre *dever ser* e *ser*, regista-se uma variedade de tipologias de desenvolvimento e, sobretudo, de desenlaces e de conclusões finais dos próprios processos em curso, que é muito diversificada e extraordinariamente rica, em todos os países europeus. De entre as marcas distintivas da Europa, ganha relevo, num contexto mundial, a pluralidade das forças que no seu seio se encontram activas, quer na boca da grande ribalta, quer em cada uma das cenas que se vão representando. Contudo, em Itália essa pluralidade de soluções é ainda maior do que noutros países da Europa, pelo que se poderia até afirmar que a dialéctica entre poder e instituições é como um microcosmos, uma espécie de síntese da dialéctica geral europeia do mesmo género. É necessário, pois, observar esse panorama à distância, para melhor colher permanências e evoluções de longo ou até de longuíssimo alcance, e também para captar algumas das suas características originais. Vem a propósito, recordar o historiador francês Marc Bloch, quando recomenda que se olhem os factos de longe. À margem desse distanciamento, não é possível identificar aquilo a que, em italiano, chamamos *il filo rosso*, o cabo de segurança que separa, organiza e distribui as ligações com outros cabos, diferenciando-se pela sua cor vermelha. Trata-se de uma condição absoluta para uma abordagem das características originais da história italiana, e, conjuntamente, de determinados fenómenos sociais, políticos, económicos, antropológico-culturais e assim sucessivamente.

Tomemos como ponto de partida as Ordenações dadas à Itália, em 554, pelo Imperador Justiniano. Tendo reconquistado parte de

Espanha e alguns territórios em África, parecia votado a ser o obreiro da reconstrução daquela unidade mediterrânica que tinha tido Roma por grande protagonista, ao longo de tantos séculos. A tentativa de Justiniano teve um êxito bastante circunscrito. Em Itália, porém, foi bem sucedida. Toda a Península foi conquistada e, em 554, *ad petitionem Papae Vigili*, quer dizer, a pedido do Papa Vigílio, Pontífice Romano, Justiniano publicou uma *pragmatica sanctio*, uma pragmática sanção, ou seja uma lei para a ordenação da Itália. O Corpus Iuris Civilis foi a lei do Império Romano, a partir de então impropriamente designado como Império Romano do Oriente. Apesar do carácter arbitrário dessa designação, não se trata de um capricho. O Império Romano do Oriente durou até 1453, quando Constantinopla caiu nas mãos dos turcos. Mas esse Império Romano era tão diferente daquele Império histórico que desabou, no Ocidente, em 476, que se poderá compreender porque se qualifica como bizantina a história romana do Oriente, a partir de Justiniano.

Como tal, a Itália encontrava-se então dividida em várias circunscrições, cada uma das quais era chefiada por um *Dux*, um Duque, que geralmente detinha o poder civil e o poder militar. As exigências defensivas e de organização militar eram, de facto, muito prementes, no quadro de um mundo mediterrânico e europeu agitado pelas investidas das populações germânicas, a que se acrescentou, a partir dos séculos V e do VI, a vinda dos eslavos. O facto de que essas ordenações tivessem sido solicitadas pelo Papa Vigílio atesta que a Igreja de Roma já detinha um certo protagonismo na vida civil do país, o que é reconhecido na própria *pragmatica sanctio*. Na verdade, na estrutura da acção governativa por ela prevista, é reservado um campo de competências às autoridades eclesiásticas.

Passados uns escassos 14 anos, em 568, num momento em que a Itália ainda não se encontrava organizada, os Longobardos descem à Península e conquistam cerca de dois terços do seu território centro-setentrional. Em contraste com a estrutura complexa e programada da *pragmatica sanctio* de Justiniano, instaura-se o tradicional ordenamento dos povos germânicos. Com os Longobardos, torna-se ainda mais fluido. O Rei, que é eleito, desempenha funções que o aproximam mais das de um *condottiero*, do que da figura de um soberano estável. O verdadeiro poder encontra-se nas mãos dos grandes chefes tribais,

dos grandes núcleos patrícios ou mesmo étnicos, tendo em linha de conta que cada população germânica era composta por vários grupos específicos. O poder dos chefes, que se chamavam, também eles, *Duces*, ou seja, Duques, é com efeito superior ao do Rei. A luta entre a monarquia e os Duques era contínua. Como é óbvio, por um lado, os Duques pretendiam salvaguardar a sua autonomia e o seu poder, por outro lado, a monarquia queria impor um governo mais efectivo. A história da monarquia longobarda durou dois séculos, desde o ano de 568 ao de 774, quando Carlos Magno conquistou a Itália, pondo fim à teoria autónoma do povo longobardo.

Existe, na história italiana, uma significativa correspondência entre norte e sul, tendo em linha de conta que a Itália centro-setentrional foi conquistada pelos longobardos, e que o meridiano ficou ligado a Bizâncio. Ao longo desses dois séculos, assiste-se ao desenvolvimento da ordenação de Justiniano na Itália meridional e insular, e ao desenvolvimento institucional da monarquia longobarda na Itália centro-setentrional. Ora, é muito significativa aquela correspondência que faz com que a mola de desenvolvimento seja, em ambas as áreas, a mesma, com um forte desenvolvimento de forças particularistas. O *particularismo* torna-se pois, a partir de então, uma conotação omnipresente na história de Itália e, mais do que isso, talvez a sua característica mais constante, ao longo dos tempos. Uso o termo particularismo não em sentido jurídico-institucional, conforme tantas vezes é empregue em toda a história europeia, de Justiniano até 1000. No caso presente, serve para designar a contínua formação de novos núcleos autónomos no seio de uma unidade política superior. Trata-se, portanto, de uma fragmentação da soberania e da criação de novos centros de poder, através de uma desarticulação dos poderes centrais e de uma afirmação dos poderes locais. A esse propósito, bastará considerar como evoluiu a Itália bizantina. Os Ducados da Campânia são um exemplo típico de desenvolvimento particularista. O Ducado de Nápoles constituía uma das circunscrições da Itália bizantina, tal como fora ordenada por Justiniano com a *pragmatica sanctio*. Assim, o Duque continuava a reconhecer a soberania do Imperador de Constantinopla, mas o poder do Imperador, em Nápoles, equivalia a zero. Agia, de facto, como um soberano independente. Contudo, o próprio Ducado de Nápoles acabou por não conservar a sua unidade. Dele nasceram, em pouco

mais de um século, dois outros Ducados, o de Amalfi e o de Gaeta. O Ducado de Amalfi assumirá um papel decisivo, pela forma como dá conta das suas actividades comerciais. Correlativamente, é destacado protagonista da evolução do direito comercial, ao longo de três séculos. Apenas Veneza lhe fará sombra, e só à volta do ano de 1100 começa a dar sinais de retrocesso.

Esses dois Ducados eram considerados, pela antiga historiografia, também como Repúblicas. De facto, Amalfi figura de entre as Repúblicas marítimas italianas. Pisa, Génova, Veneza e Amalfi são tradicionalmente consideradas as Repúblicas marítimas italianas, e ainda hoje participam numa regata, que é rotativamente organizada em cada uma dessas cidades, e cuja vitória é intensamente almejada. Ora, o carácter republicano de Veneza, Pisa e Génova é sem dúvida reconhecido de forma positiva, à diferença de Amalfi. Na verdade, não era uma República mas um Ducado bizantino. O Duque detinha o poder, o povo quase nada contava, e as famílias dos grandes digladiavam-se entre si para conquistarem lugares de domínio. Em Nápoles, a luta pelo poder continua, mesmo depois de Amalfi e Gaeta se terem autonomizado, de tal forma que os Duques tentavam chamar a si o próprio poder religioso. Uma vez ou outra, o Duque é também Arcebispo da cidade, unindo identidade civil e identidade política, identidade religiosa e identidade cultural. Tenha-se em linha de conta que as *poleis* gregas eram mundos isolados, incompatíveis entre si. Ora, entre a esfera comunal italiana e a *polis* grega existe uma diferença essencial. O regime comunal italiano desenvolve-se como poder de facto que nunca ignora a soberania imperial e real. Todavia, é como se ela não contasse para nada. Cria um estado de facto em que, à semelhança da relação mantida entre o Ducado de Nápoles e Constantinopla, o estado de direito formado pela monarquia é reduzido a zero.

Com o regime comunal, o florescimento italiano é extraordinário. Toda a prosperidade que se estende entre o ano de 1000 e os séculos XV ou XVI se fundamenta nos seus impulsos criativos e organizativos. Não é necessário exaltar um modelo, o da civilização italiana da época comunal ao Renascimento, cujos méritos se encontram suficientemente descritos em qualquer manual de história. Importa antes focar a evolução que se processa no âmbito do próprio regime comunal. As comunas tendem, em geral, a ampliar o seu território para um espaço

mais vasto do que o da cidade. Muitas das circunscrições administrativas da Itália de hoje não são mais do que uma continuação ou do que uma modificação de antigas divisões comunais. Calcula-se que, por volta de 1150, existiam na Itália centro-setentrional pelo menos 200 Comunas de uma certa importância, um número bastante elevado, tendo em linha de conta a superfície do território. Essas 200 Comunas representam, já por si, uma selecção, relativamente a uma quantidade ainda superior, tendo também em linha de conta que algumas delas fazem parte de outras maiores, preservando a sua autonomia, no quadro de uma distinção entre Comunas urbanas e rurais. Por conseguinte, o estado comunal adquire uma complexidade cada vez maior, o que pelo seu lado dificulta o desenvolvimento político ordenado da Comuna.

A história do regime comunal italiano é uma história de sangue e de lutas cruéis, num terreno onde não há possibilidades de mediação. Quem vence tem tudo, quem perde está condenado à exclusão. É assim que se afirma a evidente necessidade de instaurar uma ordem mais estável do que aquela a que conduziam as lutas políticas dos partidos e dos grupos que lhe eram internos. Nesse âmbito, distinguem-se duas fases. Num primeiro momento, o governo encontra-se nas mãos de um consulado que é constituído não por dois elementos, como na antiga Roma, mas por muitos elementos. O seu número pode-se alargar, em alguns casos, até vinte. Em vez de cônsules, por vezes intitulam-se priores ou assumem ainda outras designações, o que não altera a substância, que se mantém. Num segundo momento, passa-se ao regime do *Podestà*, quando se tenta estabelecer um acordo entre grupos e partidos, no sentido de desviar os altos cargos das mãos dos grandes expoentes políticos. Encontra-se então um *Podestà* vindo de fora, um técnico da política, como hoje se diria, que assume o poder durante um determinado período. O *Podestà* traz consigo um aparato governativo e, terminado o período estabelecido, pode ser reconduzido ou dispensado dos seus serviços, embora tantas vezes não consiga sequer chegar ao fim do período acordado, ou por ser afastado, ou por ser derrubado, ou por qualquer outra circunstância.

Com a passagem do tempo, à afirmação do regime comunal e do regime do *Podestà* segue-se o do *Signore*, a *Signoria*. A *Signore*, corresponde o latim *dominus*. Esse termo derradeiro da evolução do regime comunal assinala, do ponto de vista historiográfico, o seu falhanço total,

pois a instauração da Senhoria significa que não é possível encontrar um equilíbrio interno. O poder é cedido ao Senhor. As funções que o *Podestà* desempenhava como funcionário, ou quase, contratado pela Comuna, retoma-as o Senhor, em nome do poder político que ele próprio detém, por delegação da Comuna. Da mesma feita, com a Senhoria alcança-se um equilíbrio político que depois conduzirá o estado comunal a um posterior desenvolvimento.

A lógica da Senhoria é uma lição de doutrina política. Quem lê *O Príncipe* de Maquiavel tem de saber que por detrás desse tratado está o mundo das Senhorias italianas. O Senhor chega ao poder graças a um partido. Logo que o alcança, organiza o seu próprio partido, que é, não aquele donde vem, mas um outro. Por vezes, integra mesmo elementos do partido rival, agregando também outros que não são nem do partido vencedor, nem do partido que perdeu. Assim ganha forma, em torno do Príncipe, o partido Senhorial, que tende a criar um novo equilíbrio político e social no seio da Comuna. Consegue-o, porque as Senhorias gozam, geralmente, de uma certa estabilidade, ressalvado o facto de que as lutas internas interferem sempre nas tensões entre as várias Comunas. Assim se vão formando Senhorias ou potências comunais da mais variada índole. Esse sistema de interferências termina, porém, quando o Senhor, com recurso a uma lógica férrea, se transforma em Príncipe. De delegado do partido ao qual originariamente devia o seu poder, passa a soberano detentor de direitos, sem depender da Comuna.

É praxe dos Senhores italianos fazerem com que a sua legitimidade seja reconhecida e o seu próprio direito soberano seja consagrado por aquele Reino de Itália que é o Sagrado Império Romano. Na verdade, apesar de desprovido de qualquer poder prático, a partir de um certo momento passou a ser recordado para obter essa legitimação. A esse propósito, a forma como se processa a evolução de Milão, a partir de uma Senhoria, é bem típico. Primeiro, os Della Torre e os Visconti digladiaram-se entre si, triunfando os segundos. Sob a sua governação, a cidade erigiu-se, durante século e meio, em grande potência política. Em 1395, Giangaleazzo Visconti, graças à enorme cifra que paga em moedas de ouro a Segismundo, Imperador da Alemanha, é nomeado Duque da cidade. A partir de então, os Visconti são soberanos de Milão, sem dependerem da Comuna, devendo apenas prestar contas

ao Imperador, ou melhor, a ninguém, visto que o seu poder se encontra reduzido à ínfima expressão.

As maiores Comunas italianas passam por esse percurso, incluindo Florença, a cidade que resiste à Senhoria até um momento mais avançado no tempo, e cuja dialéctica interna é, por sinal, particularmente complexa. Mas, por fim, também os Senhores de Florença, os Medici, são levados a procurar obter o seu próprio reconhecimento, como Duques, pelo Imperador Carlos V, em 1530. Logo aspiram, porém, a ir mais longe, e a ascenderem a Grão-Duques, dado que o seu poder se estendeu, de Florença, a toda a Toscana. Quando o Império não aceita conceder-lhes tal título, voltam-se para o Papa. E assim lhes é conferido o título, o que irrita, obviamente, o Imperador. Na verdade, uma tal crispação de pouco valia, dada a impossibilidade de a transformar em acto político, o que confirma os contornos deste quadro.

No entanto, quando afirmo que a Comuna consegue, quer através da Senhoria, quer através do Principado, resolver o problema da sua organização interna, logo devo acrescentar que esse processo encerra uma das grandes páginas não só da história do regime comunal italiano, como também da história europeia. Há que reconhecer que as Senhorias e os Principados encarnam o primeiro esboço do Estado Moderno, na Europa. Na verdade, assim o entendia a historiografia tradicional, apesar de nas décadas de 1950 e de 1960 esse ponto de vista ter sido contestado. Haverá muitos motivos para o fazer, mas eu e tantos outros historiadores da actualidade entendemos que a validade daquele antigo juízo deve ser reconhecida. A Senhoria e o Principado procuram instaurar uma certa homogeneidade na administração do território, instituir novos sistemas fiscais, novos procedimentos jurídicos e assim sucessivamente. Acumula-se, pois, uma série de elementos que permite falar de Estado Moderno, no âmbito das Senhorias e dos Principados.

São poucos os casos em que não se verifica a evolução do regime comunal para a Senhoria. Um deles é San Marino, um episódio simpático e interessante da história italiana. Contudo, o exemplo mais gritante será o de Veneza. Criou uma oligarquia com um regime político dos mais complicados que alguma vez existiu, e onde há mais interferências sobre as funções que cabem a cada tipo de poder. Ninguém possui um poder absoluto. O próprio *Doge* é *Signore* enquanto governante de

Veneza, *Delegato* quando se desloca no âmbito da cidade e *Privatus* (isto é, ninguém) quando sai do domínio veneziano. Todavia, essa complexidade da estrutura institucional veneziana, que por vezes toca as raias do paradoxo, explica-se pelo confronto com a terrível experiência comunal. A ferocidade das lutas que a caracterizam, a qual encontra na *Commedia* de Dante um documento poético dotado de uma força extraordinária, enquanto representação viva do que é esse mundo, em muito contribuiu para este incrível jogo entre poderes extremamente fortes, mas que se condicionam reciprocamente. Nenhum deles pode fazer o que quer que seja sem o aval dos outros poderes.

Quando se chega à transformação do Senhor em soberano, esgota-se a fase criativa da civilização política italiana, que vai da Idade Média ao Renascimento. A partir de então, a história institucional italiana passará a ser uma imitação, uma reprodução ou uma variação de modelos europeus. Os Príncipes italianos sentem uma absoluta necessidade de europeização da sua figura. Contudo, entre o Príncipe italiano, por um lado, e o Rei de França, de Castela, de Aragão ou de Portugal, por outro lado, corre uma diferença fundamental. O Rei de França era-o por direito divino, detendo, aliás, poderes taumatúrgicos que ninguém contestava. Na verdade, o feudalismo francês podia infirmar o poder do soberano, comportar rebeliões, apoiar um Rei contra outro, mas o facto de um Rei o ser por direito divino era indiscutível. Diverso era o caso do Senhor italiano, que tinha comprado um título e tinha agido de modo a obter o seu reconhecimento. Sucessivamente, porém, o Senhor e o Príncipe procuram tornar-se soberanos de direito divino. Então, a partir do século XVI, também as ordenações dos Príncipes italianos passam a seguir modelos próprios das monarquias europeias, embora sob forma italiana, como é natural.

Assim sendo, importará acompanhar esse abrandamento da extraordinária criatividade italiana. Retomemos então a outra metade de Itália, a Bizantina e das Senhorias fundiárias. A monarquia feudal do sul, instaurada pelos normandos, tem vindo a ser exaltada, também ela, como primeiro exemplo de Estado Moderno na Europa. Bastará consultar um dos grandes livros da historiografia europeia, o que Jacob Burckhardt dedicou à civilização do Renascimento italiano. O seu primeiro capítulo abre-se com a figura de Frederico II e com a análise da sua obra, exaltando o Reino por ele formado, no que toca à sua estrutura

de Estado Moderno. Na verdade, o Reino da Sicília foi criado pelos normandos. Nele reinaram os suevos, em virtude dos elos de família que àqueles os ligaram. Frederico II alcançou, na Europa do tempo, um extraordinário prestígio. É por sinal bastante singular que tivesse formado uma estrutura governativa a partir de elementos feudais aos quais associou, da mesma feita, elementos da tradição bizantina e da tradição islâmica. Recorde-se, aliás, que a Sicília foi conquistada pelos árabes do Magreb, tendo-se constituído, ao longo de dois séculos, como emirato. Encontrava-se dividida em três partes, que correspondem, nos nossos dias, aos Vales sicilianos, ou seja, Val di Noto, Val di Mazzara e Val d'Emone. Nessa monarquia meridional, o primeiro Estado Moderno coincide com o primeiro modelo de estado multicultural e multiétnico, também em sentido político. A sua força, bem como o seu originalíssimo interesse histórico, estão fora de discussão, mas não se deve de modo algum esquecer que se trata de uma monarquia meridional. Com o correr do tempo, a monarquia meridional vai revelando ser uma monarquia feudal semelhante a muitas outras da Europa, mas que se estrutura de forma extremamente ambiciosa. Aqui reside aquela fatia de modernização que na Itália centro-setentrional foi assumida pela Senhoria e pelo principado.

Em 1281, na sequência de um movimento de rebelião, dividiu-se em dois estados, o Reino da Sicília para além do farol de Messina, e o Reino da Sicília para aquém do farol de Messina, que já em fins do século XIV se chamava Reino de Nápoles. Só quando uma grande monarquia estrangeira impõe a potência de um Rei suficientemente forte para impedir que os feudatários contestem a sua presença, é que o poder monárquico se conseguiu efectivamente impor. Primeiro foi Afonso de Aragão, o Magnânimo, depois a monarquia aragonesa e espanhola de Fernando de Aragão, ou Fernando o Católico, e, seguidamente, o poder imperial de Carlos V de Habsburgo. Deu-se então, também neste caso, um alinhamento pelas monarquias europeias. A sua particularidade reside no facto de, entre o dever ser do Estado monárquico moderno e o ser da vida social e política, concreta, deste país que é a Itália, persistir, da mesma feita, um desvio notável.

No norte, esse espaço é preenchido pela formação de potentes oligarquias cidadinas. Entre os séculos XIV e XV, cria-se em cada cidade um patriciado e, o mais tardar no século XVI, passa-se a um fechamento

oligárquico. Nesse momento, estabelece-se que a nobreza de cada cidade é formada por um determinado número de famílias cujo nome é registado no livro de ouro da aristocracia, sem que mais ninguém possa entrar para as suas páginas, se não através de procedimentos intrincados e difíceis. Essas oligarquias cidadinas constituem a base do poder, em Itália, até à unificação, com repercussões que se estendem pelas décadas sucessivas. Se considerarmos os nomes das famílias de peso em Perugia, em Ferrara, em Mântua, em Cremona, em Milão, em Veneza ou em Génova, verificamos que se mantêm, com poucas inovações, os daqueles clãs que constituíam a antiga oligarquia. Em certas zonas que tinham passado pelo regime comunal, essa força prolongar-se-á mesmo para além da Segunda Guerra mundial. Foi a Itália unida, num primeiro momento, e a Itália republicana, mais recentemente, a assistir ao fim dessa oligarquia. No sul, esse poder é feudal, na medida em que a monarquia impõe o seu, mas não se descarta do poder social do feudalismo, que continua a ser enorme, como aliás acontece quer em Nápoles, quer em muitas outras zonas do resto da Europa. Há quem considere os feudatários grandes proprietários de bens de raiz, perspectiva essa a carecer de revisão. Na verdade, gozavam de poderes administrativos e financeiros que os colocavam numa posição bem diferente da dos antigos latifundiários. A sociedade italiana sofre uma imobilização, entre a esfera oligárquica centro-setentrional e a esfera feudal meridional e também insular.

Os primeiros sinais de ruptura surgem no século XVIII. A Itália mantivera o primado económico ao longo de todo o século XVI, mas nas primeiras décadas do século seguinte perde-o. Mostra-o bem um facto que a nossa época poderá compreender melhor do que as precedentes. Até inícios do século XVII, estudantes de toda a Europa iam para Itália. Contudo, a partir de meados do século, são os italianos que vão estudar para universidades estrangeiras e que importam a sua cultura. A Itália continua a ser meta, para os estrangeiros, mas já não é o país onde se vai para aprender. Viaja-se até Itália para visitar o legado da Antiguidade Clássica, para fazer o *grand tour*, para descrever um percurso de formação e de iniciação, conhecendo o seu imenso património artístico, cultural e histórico, e para contactar com uma sociedade viva e que suscita grande interesse. Para o perceber, bastará ler as cartas que Goethe escreveu de Itália.

Também sob o ponto de vista económico a Itália se reduz a um país marginal da Europa. No início do século XIX, conta bem pouco na sua balança. Os únicos produtos que têm valor no mercado europeu são a seda, que corresponde aproximadamente a três quintos das suas exportações, e o azeite, que é utilizado, em especial, para fabricar sabão, como é o caso do célebre sabão de Marselha, em França. Por sua vez, importa tudo o que tem a ver com metalurgia e mecânica. Todavia, essa situação está em vias de sofrer grandes mudanças, com a renovação da sociedade italiana consubstanciada na unificação.

A declaração do acto de nascimento da Itália deu-se em 1861, ou seja, há 150 anos. É também mais uma manifestação de que continua a adoptar modelos europeus. O Estado italiano é constitucional e segue um regime representativo. Os estatutos do Reino da Sardenha de 1848, que depois passaram a ser a constituição do Reino de Itália, quando se deu a unificação, toma por exemplo a constituição belga de 1831. No entanto, existiam outros modelos constitucionais, com relevo para o francês de 1815 e depois o de 1830. Não se equacionou adoptar o de 1848. Por sua vez, os Estados Unidos regem-se, desde 1787 até hoje, pela mesma constituição, cujo texto se mantém, apesar de terem sido introduzidas algumas emendas importantes. Diferentemente, a França, que é um país muito fértil na produção de textos constitucionais, terá criado, ao longo desse período, e a partir da primeira Constituição de 1790, nascida da Revolução, perto de duas dezenas de constituições. Em Itália, é instaurada uma variação do esquema do Estado liberal representativo próprio da Europa continental, que segue o modelo franco-belga e não o anglo-saxão. Nesse quadro, é ainda possível identificar um ulterior matiz, dada a especificidade do modelo de democracia que se instaura nos países latinos (França, Espanha, Portugal, Bélgica e assim sucessivamente). Ilustrei este conjunto de ideias num livro que escrevi há vários anos, *Poder e instituições em Itália. Da queda do Império romano aos nossos dias*, conforme o título da tradução portuguesa.

Na democracia italiana, o que é fundamental, uma vez mais, é a dialéctica entre as instituições e o poder. Teoricamente, no centro do sistema encontra-se o parlamento e o verdadeiro poder seria por ele detido. Contudo, o parlamento fica comprimido entre duas instâncias, o executivo e a base eleitoral formada pelos municípios e por grupos, a vários títulos potentes, da periferia do país. A democracia latina pode

ser definida, de forma excelente, embora pouco *garibaldianamente*, através do título de uma conhecida novela de Pirandello, *Uno, nessuno e centomila*. Como nas suas páginas, cada um conta por si, mas esse indivíduo deve depois dar contas às cem mil realidades que o rodeiam, pelo que, afinal, acaba por não ser ninguém a governar. Governam os impulsos espontâneos. É uma situação que, felizmente, não leva ao derrame de sangue, e que não se afasta, na sua lógica íntima, dos princípios do dinamismo político do tipo de regime comunal, onde todos exerciam pressão sobre todos, onde todos se tentavam descartar de todos. O equilíbrio político é uma noção que escapa radicalmente a esta conjuntura ou que não existe mesmo. Naturalmente que, no século XIX e no século XX, a situação é muito diversa da que se gera sete ou oito séculos antes, pelo que o paralelo com o regime comunal é relativo. Perde-se o seu carácter sangrento, adquire-se um certo equilíbrio.

O balanço da democracia latina, em Itália, não é negativo. É com este regime que, de país marginal, periférico e atrasado da Europa de Napoleão, de Metternich ou de Bismark, passou a ser um dos países mais industrializados e desenvolvidos. Recuperou, assim, na cena internacional, um peso que não detinha há quatro ou cinco séculos. O Príncipe de Metternich não conseguiu compreender tantos aspectos da vida cultural europeia, nem tinha um ouvido suficientemente sensível para captar as ondas profundas da história. Todavia, era um bom conhecedor da realidade política do seu tempo. Não se enganava, pois, ao afirmar que *Itália* era mais do que uma expressão geográfica. A quem se perguntasse o que era, então, a Itália, muita gente responderia que não era nada. Era, pura e simplesmente, um território a que se chamava Itália, porque na Europa não contava para nada. Recorde-se que, logo depois da unificação em 1861, se realizou o Congresso de Berlim, no ano de 1878, uma conferência europeia de extraordinária importância porque determinou a repartição da África pelas grandes potências europeias. A Itália tentou ser admitida nessa conferência decisiva, mas não o conseguiu. Contudo, algumas décadas volvidas, adquiriu de facto o estatuto de grande potência, sendo ainda, naquele momento, a menor de todas as grandes potências. A partir daí, foi-lhe sendo reconhecido o seu lugar em todas as grandes conferências internacionais, até às mais recentes reuniões do G7, do G8 ou do G20.

Trata-se de um grande sucesso. Essa radical transformação não resolveu todos os problemas e não resolveu sobretudo um, a dualidade entre norte e sul. Todavia, tenha-se em atenção que, se se comparar a situação do sul da Itália nos dias de hoje, com a de 1861, se dirá que não passaram 150 anos, mas que passaram mil anos. Por conseguinte, para captar o dualismo italiano, usando uma imagem, é necessário ser estrábico, como os cavalos, que têm de usar antolhos para caminharem a direito. Ora, o historiador e o político que olham para a realidade da Itália não devem usar antolhos, devem manter o estrabismo. Com um olho, é necessário considerar a distância que corre entre norte e sul e que se vai perpetuando, ora mais acentuada, ora mais mitigada. Com o outro olho, é preciso reconhecer que todas as regiões do país se têm vindo a desenvolver extraordinariamente.

O sistema da democracia latina perpetuou-se para além das transformações que se processaram em Itália, depois de 1946, quando foi instaurada a República. A República logo manifestou particular dinâmica, ao trazer para a luta política as grandes massas e ao criar formações de relevo internacional. Bastará pensar na Democracia Cristã, que foi uma dos maiores agregações do cristianismo político da Europa. Bastará pensar no Partido Comunista Italiano, um dos mais fortes do mundo e talvez até um dos mais preparados e apetrechados, sob o ponto de vista cultural. Sem querer ofender a União Soviética, não se pode esquecer que o Partido Comunista Italiano tinha uma vitalidade e uma força cultural em muito superiores às do próprio Partido soviético e às de outros Partidos Comunistas da Europa. Além disso, se o seu socialismo foi motivo de desespero para os políticos italianos, e não só, foi-o também para os historiadores, pela extrema fragmentação e pela ingovernabilidade absoluta das suas articulações. Geraram-se, no seu seio, formações da democracia laica dotadas de grande nobreza, como o Partido Liberal Italiano, que de Cavour até Luigi Einaudi e Benedetto Croce teve representantes de primeiro plano, ou como o Partido Republicano, que representou a democracia laica de forma mais que digna e relevante. Por consequência, também a história republicana da Itália sofreu um notável desenvolvimento, apesar de não ter extravasado, substancialmente, o esquema da democracia latina, e de haver a considerar a questão da Segunda República.

Há um parêntese sem o qual não posso terminar, que diz respeito a uma outra grande criação, uma infeliz criação, da história política italiana, o fascismo, com o Estado corporativo. Teve também algum mérito histórico no governo da Itália, pelo que toca a algumas providências de política social que foram bastante avançadas. Recorde-se a Obra Nacional Maternidade e Infância ou a Bonificação dos Países Pontinos, que restituiu à Itália uma região próspera. Tudo isso, teve, porém, um preço pesadíssimo, acabando por arrastar a Itália para um conflito mundial, cujo desfecho foi um dos mais clamorosos desastres da história. Quem duvida da unidade italiana, ao considerar como foram ultrapassadas as ciladas do fascismo e da Segunda Guerra mundial, talvez fique um pouco mais otimista. A originalidade do fascismo tem vindo a ser reconhecida no plano internacional. O próprio Hitler, que sabia muito bem o que era o totalitarismo, considerava Mussolini o mestre que lhe ensinara que a democracia não se neutraliza através de um combate frontal, mas a partir de dentro. De facto, quando em 1923 leva a cabo a tentativa de golpe contra o governo da região da Baviera, o Putsch de Munique, faz rir meia Europa, e ainda hoje não se percebe bem como o General Enrich Von Ludendorff, ou seja, o segundo comandante do Estado Maior do exército alemão na Primeira Guerra mundial, nele se deixou envolver. Todavia, a partir de então Hitler mudou de registo, passando a praticar o método mussoliniano.

Acrescente-se que o totalitarismo fascista, em Itália, foi ainda original por uma outra razão. À diferença do alemão e do soviético, que foram vigorosos e plenos, estabeleceu compromissos, obedecendo àquela lógica complexa e particularista da história italiana. O fascismo teve sempre de repartir o poder com mais alguém. Desde logo teve de o partilhar com a monarquia, tanto mais que alguns historiadores se referem a uma diarquia formada pelo Partido Fascista e pela instituição monárquica, que era forte. Quando Hitler visitou a Itália, em 1938, fê-lo como Chefe de Estado. Depois da morte de Hidelberg, não convocou eleições para Presidente da República. Era Chanceler, e como tal assumiu também esses poderes. Foi recebido pelo Rei Vítor Emanuel III, e Mussolini teve de ficar na segunda fila, a remoer-se contra o monarca. Os quadros que faziam parte do séquito de Hitler não deixaram de perguntar aos seus homólogos italianos porque não se viam livres daquele boneco, à semelhança do que eles próprios tinham

feito na Alemanha. Ainda bem que os italianos nunca o fizeram. Aliás, não era possível fazê-lo.

O fascismo também teve de partilhar o poder com a Igreja, dado que a Concordata de 1929 resolveu um grande problema da história italiana. O Estado foi formado contra a vontade da Igreja e com grandes prejuízos para ela e para o seu potentado político. No entanto, era sobretudo a monarquia que detinha um poder limitativo, e esse foi um verdadeiro trunfo. Por entre tantos erros e tantas tragédias, quando se tornou necessário liquidar o fascismo, estava no lugar que lhe competia. Acabou por pôr fim a esse mesmo fascismo, caracterizado pela referida originalidade. A palavra fascismo é uma das duas palavras da esfera política italiana mais conhecidas em todo o mundo. A outra está no título do mais que famoso tratado de Maquiavel, *O Príncipe*, no sentido de potência política. Quem vai à China ou ao Japão e não sabe falar as línguas desses países, se diz uma destas duas palavras, é de imediato compreendido.

Concluo, na esperança de que, depois do regime comunal, da Senhoria e do Principado, e que depois do Fascismo, a Itália de hoje, que tem tantos problemas, consiga inventar uma outra realidade, mais positiva do que a última que criou.



UMA GUERRA SEMÂNTICA INFINITA. O *POLEMO* DA ITÁLIA DOS SÉCULOS XIX E XX ENTRE PÁTRIA, NAÇÃO E REPÚBLICA*

MASSIMO MORIGI

O polemos é pai de todas as coisas e de todas elas é soberano, uns apresenta-os como deuses, outros como homens, de uns faz escravos, de outros homens livres.

HERACLITO

1. ABANDONADA não só aquela perspectiva simplista que dimensiona uma relação mecânica e unidireccional entre estrutura e superestrutura, como também a sua imagem especular invertida pós-moderna, a do *Il n' y a pas de hors-texte*, o filósofo político (valendo estas considerações, da mesma feita, quer para o filósofo puro, quer para o historiador) liberta-se, com toda a certeza, de dois dos mais perigosos ídolos que podem atraiçoar o seu trabalho. Contudo, essa liberdade (re)conquistada é mais do que o início de um processo cognitivo em que a relação entre texto e contexto nunca é um dado eterno, sendo necessário traçar, para cada caso, os mapas e as fronteiras das respectivas esferas de influência.

Se isto é o que comum e vulgarmente sucede com qualquer boa prática exegética, o mesmo não se pode dizer no que respeita à consciencialização teórica. Os relatos das diversas hermenêuticas sociológicas, históricas e filosóficas estão repletos de ótimas interpretações finais, expressas, porém, através de linguagens que deviam pagar o seu tributo àquelas ideologias que se apresentavam como infalíveis. Chegaram a dissipar, em certos casos, profícuas potencialidades cognitivas, cujo alcance tiveram a dois passos. O abandono das chamadas ideologias *prêt-à-porter*, o qual não nos deve fazer resvalar, porém, pela completa indeterminação metodológica, só pode partir de uma reescrita

* Traduzido em colaboração com Ana Cristino.

de mapas e de fronteiras. Sob essa perspectiva, como afirma Pocock¹, os textos são eventos que fazem história, especialmente em dois sentidos. São acções acabadas em contextos linguísticos que tornam possíveis essas mesmas acções, as condicionam e sobre elas têm um papel constrangedor, mas que por elas são também modificados. Os textos, quer sejam individuais, quer cumulativos, têm efeitos sobre as linguagens em cujo âmbito operam. Da mesma feita, informam, propulsionando novas palavras, novos factos, novas percepções e também novas regras de jogo. De um modo que tem tanto de gradual como de catastrófico, a matriz linguística é modificada pelos actos que ela própria leva a cabo. O texto é, na verdade, um actor da própria história e, sendo polivalente, age como uma multiplicidade de *histórias concorrentes*. Trata-se de um aspecto bastante complexo, mas que condensa, com efeito, uma das formas mais fáceis de conceber uma história do discurso público. Pocock vai mais além, quando afirma que, se tivesse de escrever uma história de conjunto sobre o pensamento político da Grã-Bretanha, a organizaria, muito provavelmente, em torno da ascensão, da mudança e do declínio dos vários léxicos através dos quais, ao longo do tempo, foi veiculada.

Por uma questão de clareza expositiva, sublinhamos os pontos mais importantes dessa posição, desenvolvendo as respectivas consequências.

1) Os textos são, eles próprios, eventos, em todas as circunstâncias, mesmo quando as suas recaídas na história *événementielle* são irrelevantes ou nulas. E, enquanto eventos, são contextualizados, ou seja, devem ser avaliados como uma espécie de acção/reacção a um contexto externo.

2) Se os textos são condicionados pelo contexto linguístico e/ou histórico no qual têm a sua génese, por sua vez, não se limitam a reagir a esse contexto passivamente, mas condicionam de forma directa o ambiente linguístico e histórico no qual vêm à luz. Essa acção de reorganização ambiental por parte do texto pode-se processar quer gradual, quer catastroficamente. Em qualquer dos casos, ocorra ela

¹ John Greville Agard Pocock, *Politics, Language and Time. Essays on Political Thought and History* (Chicago, 1989), trad. it. de Giuseppe Gadda Conti, *Politica, linguaggio e storia. Scritti scelti*, prefazione a cura di Ettore A. Albertoni, Milano, Edizioni di Comunità, 1990, em particular p. 251.

suavemente ou de forma mais brusca, a dimensão na qual um texto opera é agonística.

3) Por fim, esta dimensão *polemológica* é também válida no interior do texto, porque um texto é um actor na própria história e um texto polivalente age como uma multiplicidade de histórias concorrentes. Vai nesse sentido o grego *polemos* (confronto, batalha, guerra), presente na citação inicial de Heraclito.

Os critérios aqui ilustrados, desde a porosidade de fronteiras entre texto e evento até à dimensão polemológica do próprio texto e à sua identidade múltipla e fragmentada, são em nossa opinião particularmente adequados à exegese bíblica e configuram de certa maneira uma espécie de inversão da teologia política perfilada por Carl Schmitt², segundo a qual os conceitos políticos derivam em última instância de categorias teológicas. Contudo, num contexto que, na senda de Hobbes, se poderia definir como *bellum omnium contra omnes*, uma guerra de todos contra todos, esses critérios continuam a revelar toda a sua eficácia para a interpretação da história e das ideologias da Itália dos séculos XIX e XX. A sua história, além de ser marcada por um considerável grau de violência, o que é um dado de facto, caracteriza-se também pelo confronto com textos que interagiram com essa própria violência e a inspiraram. Textos que foram, precisamente, eventos, no significado mais literal do termo, e *textos/eventos* que, à dimensão polemológica exterior e às tensões linguísticas e terminológicas que lhes são intrínsecas, aliam uma dimensão de transferência de sacralidade que os torna particularmente adequados a serem submetidos a uma exegese elaborada segundo os critérios enunciados por Pocock.

2. UMA ANÁLISE de cariz polemológico dos textos que fizeram a história política da Itália moderna e contemporânea está ainda por escrever. O primeiro texto/evento sobre o qual nos vamos deter é a obra *Doveri dell'uomo* de Giuseppe Mazzini, uma vez que, em nosso entender, encarna quase na perfeição a natureza agonística, múltipla e religiosa de qualquer comunicação política autêntica.

² Carl Schmitt, *Politische Theologie 2. Die Legende von der Erledigung jeder politischen Theologie*, Berlin, Duncker & Humblot, 1996.

Na vulgata popular, Giuseppe Mazzini continua a ser representado como um pensador de tipo liberal-democrata, como um defensor não apenas da república e da unidade de Itália, mas também da democracia representativa, compreendida a tutela política das minorias. Dela é cúmplice e a ela se associa a existência, até tempos relativamente recentes, na arena política italiana, de um partido político republicano que afirmava inspirar-se nos princípios mazzinianos. Essa ênfase da intrínseca democraticidade do pensamento mazziniano instrumentaliza-o em termos radicais e foi levada a cabo, em boa parte, pelo extinto Partido Republicano Italiano. Na qualidade de herdeiro espiritual de Giuseppe Mazzini, apresentava-se como verdadeiro intérprete, ainda que minoritário, daquela Itália democrática e antifascista saída da segunda guerra mundial. Essa falsificação nunca foi corroborada por quem nas suas investigações científicas se dedicou ao estudo do pensamento do patriota genovês, bastando citar, de momento, e para dissipar semelhantes fantasias, o seguinte passo de *Doveri dell'uomo*³,

L'associazione deve essere progressiva nel fine a cui tende, non contraria alle verità conquistate per sempre dal consenso universale dell'Umanità e della Nazione. Una associazione che s'impiantasse per agevolare il furto dell'altrui proprietà, una associazione che facesse obbligo a' suoi membri della poligamia, una associazione che dichiarasse doversi sciogliere la Nazione o predicasse lo stabilimento del Dispotismo sarebbe illegale. La Nazione ha diritto di dire a' suoi membri: noi non possiamo tollerare che si diffondano in mezzo a noi dottrine violatrici di ciò che costituisce la natura umana, la Morale, la Patria. Escite e stabilite fra voi al di là dei nostri confini, l'associazione che le vostre tendenze vi suggeriscono.

No que diz respeito ao mito da democraticidade do pensamento mazziniano, uma democraticidade que implica a submissão sem restrições a uma espécie de vontade geral disseminada, à maneira de Jean-Jacques Rousseau, pode ser uma definição que colhe certa aceitação. Diferente é o caso, se se dá a esse termo o significado de uma democracia representativa moderna, na qual as minorias, enquanto não agirem

³ Giuseppe Mazzini, *Dei doveri dell'uomo. Fede e avvenire*, Milano, Mursia, 1984, p. 94.

concretamente para derrubarem as instituições através da violência, devem ser respeitadas e defendidas. Isso não é mais, justamente, do que uma profunda mistificação do pensamento mazziniano. De facto, não é por acaso que alguns dos principais líderes (aliás, de entre os mais interessantes sob o ponto de vista ideológico, político e humano) do fascismo italiano irão encontrar inspiração e orientação espiritual na figura, na acção e na personalidade de Giuseppe Mazzini: Dino Grandi, Giuseppe Bottai e assim sucessivamente, até ao mítico aviador Italo Balbo. E também não é por acaso que Mazzini, para além de constituir uma veia permanente de inspiração propagandística ao longo das duas décadas da ditadura fascista, é considerado pela República Social Italiana o seu principal precursor ideológico⁴. À luz da leitura superficial e indulgente do totalitarismo italiano que dominou até há pouquíssimo tempo e que, à margem das suas divisões partidário-ideológicas, considerava o fascismo tão só como um violento e gigantesco *bluff*, imposto pela força à inocente sociedade italiana, todas as interpretações históricas se limitaram a validar essa utilização de Mazzini por parte do fascismo, como se se tratasse de uma instrumentalização. Ora, De Felice, à parte algumas ingenuidades metodológicas, tem o mérito ímpar de ter sido o primeiro crítico a colocar definitivamente de lado todas as interpretações do fascismo que auto-absolviam o nosso país. Nesse âmbito, Mazzini não é propriamente considerado, com toda a justiça, o principal precursor do fascismo. Tenha-se em linha de conta, a esse propósito, a evidente diferença entre a situação histórica em que

⁴ Para uma leitura do pensamento de Giuseppe Mazzini, com referência ao directo e profundo influxo que no campo do autoritarismo e do totalitarismo exerceu sobre a mentalidade e a cultura de muitos sequazes de Mussolini, e que por isso em última análise não é instrumentalizado pelo fascismo, como pretendiam, diferentemente, muitos dos seus interessantes defensores, pode-se ler, finalmente, a análise definitiva (e corajosa) elaborada por Simon Levis Sullam, *L'apostolo a brandelli. L'eredità di Mazzini tra Risorgimento e fascismo*, Roma/Bari, Laterza, 2010. Segundo esta tese, o fascismo não deturpou o pensamento mazziniano, ponto de vista já anteriormente formulado em id., "The Moses of Italian Unity: Mazzini and Nationalism as Political Religion", in C. A. Bayly/Eugenio F. Biagini (eds.), *Giuseppe Mazzini and the Globalisation of Democratic Nationalism (1830-1920)*, Oxford, Oxford University Press, 2008, pp. 107-124.

Mazzini actuou e aquela que acompanhou o nascimento do fascismo, que foi tudo menos um bloco monolítico. Se houve muitos fascistas mazzinianos, também houve muitos outros que, digamos, constituindo a componente mais reaccionária e antipopular do fascismo, consideravam Mazzini como fumo atirado para os olhos. Mas foi, com certeza, um elemento essencial do património cultural e político-ideológico no qual o fascismo encontrou, legitimamente, matéria justificativa para a construção daquele estado autoritário que muito rapidamente se tornou totalitário, *tout court*.

Feito este preâmbulo, necessário para o correcto enquadramento de Mazzini no âmbito de um pensamento fortemente conotado com o sentido da democracia totalitária decorrente de Rousseau⁵, passemos então, à luz dos princípios polemológicos anteriormente expostos, a uma ulterior interpretação da sua principal obra, *Doveri dell'uomo*. Retomaremos oportunamente a refinada lição de Pocock, segundo a qual cada texto que surge no mundo é *de per se* um evento, mesmo que venha à luz pela primeira vez muito tempo depois de ter sido escrito.

Para mostrar que *Doveri dell'uomo* constituiu por si só um evento, basta considerar o êxito que o livrinho teve, em Itália e no estrangeiro. Não foi insignificante o seu contributo para a fortuna póstuma do autor e para aquele nacionalismo romântico onde uma certa facção do fascismo colheu as suas razões, como acabámos de referir. Além disso, Mazzini foi considerado, por essa obra, especialmente nas zonas anglo-saxónicas, um dos maiores escritores morais de todos os tempos, tendo mesmo chegado a inspirar o expoente máximo do movimento anticolonialista indiano, Gandhi. É de igual modo evidente que o texto/evento *Doveri dell'uomo*, e limitando-nos ao caso italiano, gerou uma transformação do ambiente político-cultural no qual veio gradualmente a actuar. Na verdade, proporcionou a difusão de um nacionalismo romântico e ornado de impulsos irracionistas naquelas décadas que se seguiram à unificação e que precederam o fascismo,

⁵ Sobre a influência de Rousseau, em Itália, na formação de um pensamento autoritário que desaguou também no fascismo, é essencial Gianni Belardelli, “Il fantasma di Rousseau: il fascismo come democrazia totalitaria”, *Il Ventennio degli intellettuali. Cultura, politica, ideologia nell'Italia fascista*, Roma/Bari, Laterza, 2005, pp. 237-257.

num precário equilíbrio entre uma visão identitária exclusivista e autoritária, e uma outra, mais atenta ao papel que a Itália devia desempenhar na concertação europeia, alinhando pela harmonização. Se não, veja-se, a esse propósito, a natureza ambígua do conceito mazziniano, recuperado por Fichte, da missão de todas as nações, uma missão que, no que à Itália diz respeito, Mazzini sustentava ser a de assumir a liderança do movimento de libertação das nações oprimidas. Mas nessa transformação do ambiente político-cultural, actua também catastroficamente, tornando-se, por conseguinte, uma das principais fontes de inspiração do fascismo ou, melhor dizendo, de uma facção do fascismo, a menos reaccionária e a mais sensível ao legado do Risorgimento.

Particularmente eficaz e adequado à interpretação de *Doveri dell'uomo*, continuando a seguir o pensamento de Pocock, é considerar este texto como um evento, mas um evento no qual opera uma multiplicidade de histórias concorrentes. São bem conhecidas as influências recebidas por Mazzini, ao longo da sua vida, na formulação do seu pensamento, sem dúvida sugestivo, mas que não é sistemático e cai em contínuas contradições. Vão de Rousseau até de Maistre e Lamennais, mas Mazzini só costumava reconhecer de boa vontade as dívidas contraídas para com Lamennais. Todavia, para lá das várias histórias concorrentes no seu pensamento e em *Doveri dell'uomo*, os diversos estudiosos do exilado genovês nunca colocaram em questão o seu fervoroso republicanismo. Facto é que, em certas ocasiões, quando parecia que este ou aquele soberano podia ser cooptado para a guerra de libertação das potências estrangeiras, se reconhece que Mazzini chegou a descartar publicamente o objectivo de criação de uma república. Mas essa é considerada uma espécie de concessão à *realpolitik*, uma dimensão que, apesar de não lhe ser alheia, não afectou minimamente o seu republicanismo fervoroso.

Será certamente assim (é seguramente assim), mas a análise das ocorrências lexicais em *Doveri dell'uomo* reserva-nos não poucas surpresas, graças à multiplicidade de histórias concorrentes que se movem nesse texto e à sua importância no âmbito da economia semântica que dinamiza. A palavra *Dio* é usada 207 vezes, *Patria* 105, *nazione* 75, *dovere* 55 (*doveri*, no plural, 75), *diritto* 61 (*diritti*, no plural, 78). Até aqui, a análise das ocorrências não nos reservou grandes surpresas. No sistema mazziniano, sabemo-lo bem, a ideia de Deus é central.

À diferença do catolicismo, não encontrava a sua autenticação numa hierarquia sacerdotal, com o Papa no topo, mas na comunhão directa com o povo que, inspirado por Deus, se havia de libertar da escravidão do estrangeiro. Daqui deriva a fórmula “Deus e povo”, a qual, para além de ser o mais famoso slogan mazziniano, inspirou directamente o artigo 32.º da Constituição da República Romana de 1849⁶. Podemos igualmente constatar sem surpresa as 55 ocorrências de *dovere* (e 75 do seu plural) e as 61 ocorrências de *diritto* (e 78 do seu plural), na medida em que, também neste caso, é bem conhecida a convicção da necessidade de fazer prevalecer os deveres sobre os direitos que sempre animou Mazzini, a ser entendida para além do mero cômputo numérico, e que é amplamente desenvolvida no livro em questão, logo a partir do seu título⁷. No que respeita à superioridade do índice de *Patria* (105 vezes) relativamente ao de *nazione* (75 vezes), unicamente a partir deste facto não é de todo lícito asseverar a prevalência, dentro do texto, de um conceito de Pátria entendido no sentido do republi-canismo clássico, sobre um conceito de nação entendido exactamente como ligação exclusivista a uma determinada etnia, a uma determinada religião ou a uma determinada cultura. Como escreve Viroli, a pátria não é entendida como ligação a uma religião, a um grupo étnico ou a uma cultura em particular, mas como adesão aos valores políticos da república e ao modo de vida e à cultura que se inspiram nesses valores⁸.

De facto, tende a prevalecer, em toda a obra de Mazzini, e assim também em *Doveri dell'uomo*, um conceito de Pátria enquanto escolha voluntária e consciente de um povo que se reconhece como tal. Mas é igualmente verdade que nessa escolha de reconhecimento assumem

⁶ Citamos integralmente o artigo 32.º da Constituição da República Romana: “Le leggi adottate dall’Assemblea vengono senza ritardo promulgate dal Consolato in nome di Dio e del popolo. Se il Consolato indugia, il presidente dell’Assemblea fa la promulgazione”.

⁷ Quatro capítulos, do 4.º ao 7.º, começam com a palavra *doveri*: Cap. IV, “Doveri verso l’umanità”; Cap. V, “Doveri verso la Patria”; Cap. VI, “Doveri verso la famiglia”; Cap. VII, “Doveri verso se stesso”.

⁸ Maurizio Viroli, “Discussione americana e caso italiano”, in Martha Nussbaum/Gian Enrico Rusconi/Maurizio Viroli, *Piccole patrie, grande mondo*, Milano, Reset, 1995, p. 18.

não pouca importância, tanto a adesão a valores políticos comuns (a república), como a pertença a uma história cultural comum. Além disso, não se deve esquecer que na fórmula “Deus e povo” o elemento que toma predisposições é efectivamente Deus, o qual constitui a única fonte de soberania política, agindo o povo apenas através dele, na qualidade de seu delegado exclusivo. Com Deus e povo, encontramos quase nos antípodas daquele conceito de pátria politicamente definido que, para Viroli e para a moderna escola neo-republicana, constitui o significado original (e preferível) de Pátria. Contudo, não sendo o pensamento mazziniano dotado de uma coerência íntima, poder-se-ia também muito facilmente afirmar que o conceito de Pátria (ou de nação), em Mazzini, vai constantemente refazendo o seu equilíbrio, entre uma visão de tipo republicano clássico e outra de tipo mais nacionalista e exclusivista, aparentemente temperada pela delimitação do seu sistema, que considera Deus como *prius*, o que tem a precedência relativamente a tudo o resto. Ainda assim, é bastante significativo que, em toda a sua obra e não apenas em *Doveri dell'uomo*, praticamente nunca cite os principais autores do republicanismo clássico, e que mostre uma notória antipatia por Maquiavel, conotada com os obsoletos estereótipos de um antimachiavelismo padronizado.

Trata-se de um elemento moderador dos impulsos exclusivistas implícitos no patriotismo mazziniano, cuja eficácia suscita muitas dúvidas. É perfeitamente evidente que uma nação eleita por Deus tende a perder aqueles polos de ancoragem à realidade e de relação com outras nações que eram garantidos por um amor à pátria de cariz republicano clássico. De todo o modo, neste *polemos* entre o conceito republicano clássico de pátria e o conceito exclusivista de nação, em *Doveri dell'uomo* a escolha de um ou de outro termo não é indicativa da prevalência de um significado sobre o outro, sendo pátria e nação usados indiferentemente. Quanto à ambiguidade do significado de pátria e/ou de nação que emerge de *Doveri dell'uomo*, o confronto entre a multiplicidade de histórias concorrentes perpassa as duas escolhas lexicais em questão. Aparentemente, portanto, a análise das ocorrências vocabulares em *Doveri dell'uomo* não revela muito mais do que já se sabia acerca da dimensão polemológica no interior deste texto (e no seio da obra mazziniana em geral) e no que toca às suas histórias concorrentes.

Todavía, há ainda uma aferição a fazer, a qual conduz a uma conclusão verdadeiramente desconcertante. No interior de *Doveri dell'uomo*, a palavra *repubblica* surge apenas duas vezes e sempre inserida em parágrafos de grande intensidade emotiva, o que, aliás, não é particularmente significativo, tendo em linha de conta o estilo romântico de Mazzini. O seu conteúdo cognitivo é escasso, quanto à estruturação dessa república, o que também podia ser inscrito no estilo literário de Mazzini, mas apenas como uma parte da verdade, já que sobre outros assuntos, como por exemplo o tratamento dado à relação deveres/direitos, o patriota genovês escreve, nas páginas dessa mesma obra, passagens bastante acutilantes. A primeira ocorrência da palavra *repubblica* encontra-se no segundo capítulo, intitulado “Dio”, inserindo-se num breve parágrafo que muito sumariamente procura percorrer a história das repúblicas italianas na Idade Média. A única coisa que se pode dizer a respeito desse passo de *Doveri dell'uomo* é que a profunda desatenção e a leviandade da reconstrução histórica vai de par com o vazio absoluto acerca do que significa república, concretamente, para Mazzini. Apenas se percebe que, em seu entender, é de alguma forma associada à religião, através de uma intuição talvez profunda, mas que merecia considerações mais precisas, em vez do expedito “[gli artigiani fiorentini] elessero, per voto solenne, Cristo capo della repubblica”⁹. A segunda ocorrência de *repubblica* surge no oitavo capítulo, intitulado “Libertà”, e não obstante a ênfase que lhe é profusamente dada, percebe-se unicamente que para Mazzini República se contrapõe a monarquia em virtude de uma diferença de critérios,

⁹ Giuseppe Mazzini, *Dei doveri dell'uomo*, p. 42. Transcreve-se na sua totalidade o período onde se refere Cristo como chefe da república: “Ricorderemo che i repubblicani delle città toscane si radunavano al parlamento nei templi. Ricorderemo gli Artigiani Fiorentini che, respingendo il partito di sottomettere all'impero della famiglia Medici la loro libertà democratica, elessero, per voto solenne, Cristo capo della Repubblica, e il frate Savonarola predicante a un tempo il dogma di Dio e quello del popolo, e i Genovesi del 1746 liberatori, a furia di sassate, e del nome di Maria protettrice, della loro città dall'esercito tedesco che la occupava, e una catena d'altri fatti simili a questi, ne' quali il pensiero religioso protesse e fecondò il pensiero popolare Italiano”.

eleição na república, hereditariedade na monarquia¹⁰. Adicionalmente, no parágrafo em questão mantém-se a ligação entre república e Deus através de um raciocínio na verdade muito estranho e carente de qualquer consistência lógica. Pertencendo a Deus a soberania suprema, este não a poderia ter delegado num único homem mas em toda a humanidade, que a exerce através da eleição *pro tempore* de um seu delegado.

Na verdade, quer em termos de espaço, quer em termos de densidade conceptual, é pouquíssimo o que se lê sobre o conceito de república na principal obra do mais elevado e reconhecido patriota e escritor republicano do século XIX italiano. Parece, pois, que no texto/evento *Doveri dell'uomo* a multiplicidade de histórias concorrentes não passa em absoluto através da palavra república, empregue de forma demasiado esporádica e nunca apoiada por contextos semânticos de densidade significativa. O mesmo se passa, como sabemos, na restante obra mazziniana. A “dificuldade do conceito” cabe, em primeiro lugar, à

¹⁰ *Ib.*, p. 82. É este o passo que descreve, em *Doveri dell'uomo*, a especificidade da república, relativamente a um regime monárquico: “Non v'è libertà dove una casta, una famiglia, un uomo s'assume dominio sugli altri in virtù d'un preteso diritto divino, in virtù d'un privilegio derivato dalla nascita, o in virtù di ricchezza. La libertà dev'essere per tutti e davanti a tutti. Dio non delega la sovranità ad alcun individuo; quella parte di sovranità che può essere rappresentata sulla nostra terra è da Dio fidata all'umanità, alle Nazioni, alla Società. Ed anche quella cessa e abbandona quelle frazioni collettive dell'Umanità, quand'esse non la dirigono al bene, all'adempimento del disegno previdenziale. Non esiste dunque Sovranità di diritto in alcuno; esiste una sovranità dello scopo e degli atti che vi si accostano. Gli atti e lo scopo verso cui camminiamo devono essere sottomessi al giudizio di tutti. Non v'è dunque né può esservi sovranità permanente. Quella istituzione che si chiama Governo non è se non una Direzione: una missione affidata ad alcuni per raggiungere più sollecitamente lo scopo della Nazione; e se quella missione è tradita, il potere di direzione fidato a quei pochi deve cessare. Ogni uomo chiamato al Governo è un amministratore del pensiero comune: deve essere eletto, e sottomesso a revoca ogni qualvolta ei lo fraintenda o deliberatamente lo combatta. Non può esistere dunque, ripeto, casta o famiglia che ottenga il Potere per diritto proprio, senza violazione della vostra libertà. Come potreste chiamarvi liberi davanti ad uomini ai quali spettasse facoltà di comando senza vostro consenso? La Repubblica è l'unica forma legittima e logica di Governo”.

palavra *Dio* (que conta com o maior número de ocorrências, 207, entre todos os substantivos do texto) e também aos dois sinônimos *Patria* e *nazione* (que no seu conjunto são usados 151 vezes), não tanto pelo número de ocorrências, como pela sua densidade e pela sua polivalência semântica. A seguir, na determinação da multiplicidade de histórias concorrentes, vem o binómio *doveri/diritti*, termos que, entre singular e plural, atingem as 269 ocorrências, reafirmando a centralidade desta temática não só no seio do pensamento mazziniano globalmente considerado, mas também nessa obra fundamental do patriota genovês.

Até 1848, a influência de Giuseppe Mazzini, em Itália, foi imensa. Para as potências que se opunham a uma solução unitária e que consideravam a república o pior dos males, tornou-se quase uma obsessão, chegando mesmo a criar, no seio dos serviços diplomáticos e de informação dessas potências, o mito de um Mazzini praticamente ubíquo e em posse de consideráveis meios financeiros. Na verdade, após a queda da República Romana, em 1849, essa influência irá diminuindo progressivamente. Viveu sempre exilado, tendo de enfrentar muitas privações. As suas possibilidades de deslocação, além de serem limitadas pelos condicionalismos económicos com que se defrontava, eram também obstaculadas pela extrema dificuldade, comum a todos os exilados, de conseguir a necessária documentação de viagem. Esta situação não tinha nada a ver com as dezenas de passaportes falsos, cada um com um nome diferente, contra as quais bradavam os serviços secretos e diplomáticos das potências que ocupavam a Itália. Para além de estarem sinceramente preocupados com os efeitos devastadores das prédicas mazzinianas, esses serviços tinham evidentemente que justificar, através de um bode expiatório fácil e agigantado, a sua incapacidade para resolver o problema italiano.

Era claro que, apesar da derrota sofrida pelos Sabóia na primeira guerra da independência, se alguma vez existisse uma solução unitária para Itália, ela passaria pela expansão territorial do Piemonte e da sua casa real. Para os observadores mais sagazes, estava-se a perder, em definitivo, qualquer pequena esperança de tornar a Itália, a um tempo, unida e republicana. É este o quadro da reduzida influência de Mazzini após 1848, um declínio pelo qual ele próprio foi responsável, dada a sua incapacidade de adaptação a essa nova fase política. Incentivava continuamente actividades conspiradoras, o que, se por

um lado contribuiu para dilatar o seu mito, por outro lado roubou-lhe a simpatia dos sectores mais informados do mundo republicano. A esse propósito, basta recordar a desastrosa expedição mazziniana dos irmãos Bandiera, ainda antes de 1848; a subsequente revolta de Milão, sangrenta e falhada; ou a expedição de Carlo Pisacane a Sapri, igualmente frustrada, que apesar de não ser directamente inspirada por Mazzini foi levada a cabo com metodologia mazziniana. Assim se compreende o desespero e o isolamento final do apóstolo de Génova, entre a primeira e a segunda guerras da independência.

Não obstante a progressiva neutralização política de Mazzini, a sua fama continuará a crescer. Permanecerão vivas, em particular, as suas reflexões republicanas. Estavam destinadas a perdurar como objectivo político de vastas camadas da população italiana, em parte pela imprecisão com que as formulava o seu principal e heróico promotor, em parte pela grandeza moral que lhe era publicamente reconhecida, mas sobretudo pelo êxito moderado e antipopular da unificação italiana sob o brasão da casa real de Sabóia. Com as suas prédicas, a criação de uma república italiana, então considerada utópica, recebia prontamente uma ratificação quase sagrada.

Em Mazzini, especialmente em *Doveri dell'uomo*, há que notar uma profunda indeterminação do conceito (a este propósito devia-se falar de mito) de república. É certo que esse é um sinal desfavorável da consistência teórica e dos aspectos e desenvolvimentos nada democráticos do seu apostolado e do seu pensamento político. Mas ofereceu também uma oportunidade para a difusão do mito de república, numa Itália recentemente unificada e dominada pela casa real de Sabóia. Contudo, o mito mazziniano de república não podia viver dos rendimentos para sempre, ou seja, não podia continuar a lucrar à custa das desgraças, presumidas ou reais que fossem, decorrentes da unificação levada a cabo pelos Sabóia. Numa visão retrospectiva, é evidente que o ressentimento popular, que inicialmente encontrou expressão no mito republicano, necessitava de soluções positivas, e que o socialismo nascente, ao corroer cada vez mais a base social do mundo republicano e mazziniano, respondia exactamente a essa exigência.

Não é este o local adequado para recapitular a história da diminuição progressiva da esfera política e associativa dos herdeiros de Mazzini por obra dos epígonos de Karl Marx. Para a nossa exposição,

basta observar que, além da excelente resposta política do mundo mazziniano à ofensiva socialista, se processou também uma redefinição ideológica do que devia ser entendido por república. Foi constituído um partido político estruturado que, apesar de se recusar a enviar os seus representantes ao Parlamento, não se recusava a actuar ao nível da administração local, situando neste plano não só a esperança de um posterior alargamento do movimento, que num futuro desejavelmente não muito longínquo, por evolução natural, podia conduzir à república, bem como a construção de um forte poder clientelar e económico. A dimensão polemológica de *Doveri dell'uomo* revelava-se, no que respeita ao tema da república, como uma espécie de terra de ninguém, onde os conflitos (e os armistícios) entre as várias histórias concorrentes do texto eram reenviados para outras instâncias. Em primeiro lugar, Deus, depois os dois sinónimos pátria e nação, e por fim o par deveres/direitos. O republicanismo pós-mazziniano procurará, na diversidade das soluções adoptadas, ora introduzindo mais socialismo no caldeirão mazziniano, ora acentuando, ao invés, as características identitárias do seu discurso, tornar essa terra de ninguém um lugar privilegiado não só na luta contra as ideologias adversárias, mas também no potenciamento da polivalência desse texto, que age como uma multiplicidade de histórias concorrentes.

3. TODAVIA, se do evento/texto do republicanismo pós-unitário voltarmos aos seus textos/eventos, no nosso minucioso exame polemológico do republicanismo em Itália entre os séculos XIX e XX, desmarcar-nos-emos dos vários líderes políticos republicanos que procuraram restituir uma vida política e ideológica a um republicanismo com crescentes dificuldades. Concentrar-nos-emos antes num autor que, apesar de não pertencer à classe política, durante um certo período foi um intelectual de primeira água no mundo republicano, e possui hoje profundas assonâncias com o neo-republicanismo moderno. Esse autor é Giosuè Carducci e o texto/evento é *La libertà perpetua di San Marino*. Giosuè Carducci foi o primeiro italiano a receber o prémio Nobel da Literatura, em 1906, um ano antes de morrer. Além de possuir dotes poéticos, foi, na primeira parte da sua vida, um dos mais ilustres representantes daquele mundo republicano que não aceitara a solução monárquica e moderada imposta à Itália após a unificação.

Contudo, essa fama de republicano integérrimo e intransigente sofreu um duríssimo golpe quando, em 1878, por ocasião de uma visita da família real a Bolonha, escreveu a *Ode alla Regina d'Italia* em honra da Rainha Margarida, admiradora dos seus versos. Foi por isso acusado de se ter convertido à monarquia. As fortes polémicas suscitadas pelos republicanos, por causa da *Ode*, reacenderam-se em 1882, quando Carducci deu à estampa o *Eterno femminile regale*¹¹, no qual se defendia vigorosamente, com uma linha de argumentação assaz singular, das acusações de se ter vendido à monarquia. Baseava-se na reconstrução do seu encontro, como poeta, com a Rainha, quatro anos antes, quando a soberana lhe apareceu com o seu esplendor quase divino, “spiccante mite in bianco, bionda e gemmata”. Daqui decorre uma espécie de fascinação por esta figura feminina e uma espécie de reconhecimento reverente para com aquela que era, no seu dizer, a mais fulgente e real expressão do eterno feminino, origem do título do livro, *Eterno femminile regale*. Quer se considere o poeta um “vendido” à monarquia, quer se julgue o seu novo posicionamento público apenas consequência de um senil amor platónico pela figura da consorte do Rei, mesmo depois da paixão *femminina* Carducci não esquecerá as suas raízes republicanas.

A 30 de Setembro de 1894, o poeta profere um discurso na República de San Marino, *La libertà perpetua di San Marino*¹², por ocasião da inauguração do novo Palácio do Governo daquela pequena república. Nesse discurso, expressa um profundíssimo sentimento de amor pela República de San Marino, algum tempo depois de ter sido acusado da sua mudança, com armas e bagagens, para o terreno da monarquia. Não é apenas um documento interessantíssimo, que testemunha a posição undívaga do poeta face ao dilema monarquia/república, mas é também de extremo interesse, ao anunciar uma doutrina republicana que já se separara totalmente do mazzinianismo original e que se encontrava directamente relacionada com o filão do republicanismo clássico, tendo

¹¹ Giosuè Carducci, *Eterno femminile regale. Dalle mie memorie*, Roma, Sommaruga, 1882.

¹² Giosuè Carducci, *La libertà perpetua di S. Marino. Discorso al Senato e al popolo, 30 settembre 1894*, Bologna, Zanichelli, 1894. Em virtude da raridade do original, cita-se *La libertà perpetua* de http://www.liberliber.it/biblioteca/c/carducci/la_liberta_perpetua_di_san_marino/pdf/carducci_la_liberta_perpetua.pdf.

portanto profundíssimas assonâncias com o actual neo-republicanismo. Aliás, a posição de incerteza entre monarquia e república, salvaguardadas quaisquer considerações psicológicas acerca de Carducci, afectou naquele período todo o movimento republicano, inseguro entre manutenção da pureza republicana original e aceitação realista da monarquia, numa tentativa de acertar as contas com a realidade. Se Carducci foi a sua expressão poética, o primeiro ministro Crispi, que originariamente era um patriota republicano e depois passou para o lado da monarquia, foi a sua mais estrepitosa manifestação política.

Examinemos, antes de mais, o problema da divindade. Se em Mazzini Deus é definitivamente a fonte última da soberania, a que pode predispor do povo (daí a fórmula “Deus e povo”), por sua vez, *La libertà perpetua di S. Marino* liga-se directamente à concepção maquiaveliana da importância da crença em Deus na vida pública, especialmente no que concerne às repúblicas. Deus não é a fonte da soberania, mas um forte sentimento religioso é o primeiro e indispensável passo para garantir os bons costumes que, segundo Maquiavel, são a pedra-angular sobre a qual se devem fundar aquelas repúblicas que, como se sabe, perduram no tempo¹³:

Iddio dissì, o cittadini: perocché in repubblica buona è ancora lecito non vergognarsi di Dio; anzi da lui ottimo, massimo, si conviene prendere i cominciamenti e gli auspicii, come non pure i nostri maggiori dei comuni, ma usavano gli antichi nostri di Roma la grande e di Grecia la bella. Odio vecchio a una superstizione pestiferamente tirannica, orgoglio nuovo di osservatori troppo fidati nelle vittorie del naturale esteriore, hanno quasi diseducato le genti latine dall’idea divina; ma né la scelleratezza dei sacerdoti né oltracotanza di sofì sequestrerà Dio dalla storia [...]. Ove e quando ferma e serena rifulge l’idea divina, ivi e allora le città surgono e fioriscono; ove e quando ella vacilla e si oscura, ivi e allora le città scadono e si guastano. Dio fu co’ l principio della nostra repubblica, o cittadini.

Que tais reflexões não enganem, pronunciadas com sentida inspiração poética, chegando-se a afirmar, em tom retórico, que “né la scelleratezza dei sacerdoti né oltracotanza di sofì sequestrerà Dio dalla

¹³ *Ib.*, nota 12, pp. 5-6.

storia”. Em *La libertà perpetua di S. Marino*, encontramos em pleno clima maquiaveliano. A par com uma ideia de religião vista como *instrumentum regni*, recupera-se de forma plena uma visão da república que, retomando directamente as fontes clássicas, as declina à luz da conquista dos direitos do homem e do cidadão proclamada pela revolução francesa, numa visão da divindade que, em sintonia com Mazzini, mantém uma certa antipatia, se não mesmo uma profunda aversão, pelo clero, mas já não encara Deus como conclusão lógica (fonte última da soberania) da vida pública e do republicanismo¹⁴:

Onde quella che Aristotele chiamava *isonomia*, e richiedeva nella perfetta repubblica, e che la rivoluzione francese sancì con la *formola Eguaglianza di tutti in faccia alla legge*, qui venne fuori per emanazione spontanea da volontà sincera d'uomini semplici: l'eguaglianza cioè, fu natural conseguenza del libero assembrarsi tutti i capifamiglia nell'aringo, il quale, cresciute poi le famiglie nelle nuove generazioni e per le nuove aggregazioni, delegò la sovranità a un Consiglio tuttora rinnovantesi per elezione. Con la coscienza di tali origini non è meraviglia che in tutti i cittadini vivesse e viva così ingenuo e profondo il sentimento della libertà, così netta e chiara, così recisa l'affermazione – Che è esenzione? – dimandava nel 1296, fiorentino scolare, un chierico delegato da Bonifazio ottavo a risolvere le differenze tra gli uomini di San Marino e il vescovo monte feltrano, e mirava forse a impacciarli. Quei forti e semplici rispondevano – Non esser tenuti a fare ciò che fanno gli altri che sono sottoposti-. – Che è libertà? – E l'uno rispondeva come un spartano – L'uomo esser libero e non tenuto ad alcuno, –; e l'altro cristianamente – L'uomo esser libero, avere il suo, e di quello non esser tenuto a persona se non al signore Gesù. – E quali si affermavano, tali si fecero conoscere e rispettare dai potenti e dai sapienti. Nel secolo decimo quarto un cardinale detto Angelico riferiva al legato pontificio in Bologna: gli uomini di San Marino non ammettono potestà della Chiesa né altra che a nome di lei eserciti giurisdizione, si rendono giustizia da sé in civile e in criminale senza autorità o tolleranza d'ingerenze della Chiesa. E il più latino storico di Venezia menzionando ammirava questa “comunanza di uomini montani che repubblica amministrano né servono ad alcuno”.

¹⁴ *Ib.*, pp. 11-12.

Deus é visto como o mais fortificante tónico do amor à pátria, um amor à pátria não entendido como apego às próprias raízes etno-culturais, mas como fidelidade às instituições republicanas, as únicas que podem garantir a liberdade¹⁵:

In questo fatto, nella congiunzione cioè dell'idea religiosa sì che una sia e ad una riesca la fede la patria la repubblica e se lo stato è prodotto dalla religione la religione divenga a sua volta instrumento dello stato; in questo fatto, che il fondamento delle *politie* greche e della repubblica romana, sta la ragion prima della durata e longevità della repubblica nostra. L'altra è nella natura della sua costituzione, la quale non oscilla su' l bilico pericoloso della tradizione e della rivoluzione, né reggesi nell'incerto equilibrio di forze conspiranti ad un'azione senza pur mai toccarsi, ma, come albero in terren proprio da sue radici profonde, venne su da consuetudini antichissime abituatesi nella vita di picciol popolo. La plebe mariniana, pur avanti che spuntasse il verde dei comuni italiani, già cresceva matura nella libertà: qui il terreno non era da smuovere e fecondare co' travagli e co' l sangue delle pugne feudali, a cui tenesser dietro le vendette de' vincitori e le riotte de' vinti.

De resto, se analisarmos o texto tomando como instrumento o índice de ocorrências, apercebemo-nos ainda melhor da distância entre *La libertà perpetua di San Marino* e o republicanismo mazziniano, em especial *Doveri dell'uomo*. Em primeiro lugar, o escasso número de ocorrências da palavra *repubblica* em *Doveri dell'uomo* contrasta com as suas 40 ocorrências em *La libertà perpetua di San Marino*. O seu significado não é o mesmo que tem nessa obra de Mazzini, na qual refere a simples inexistência de um magistrado supremo hereditário, dado que o governante supremo é eleito. Trata-se de uma verdadeira e própria *Res Publica*, capaz de garantir a liberdade e a participação na vida do estado a todos os cidadãos. Em suma, a terra de ninguém mazziniana assume um significado bastante denso e a república torna-se, desta feita, um texto/evento no qual e através do qual convergem agonisticamente *Italia* (32 ocorrências), *Dio* (12 ocorrências, também numerosas mas com um significado muito diferente do que possuía em *Doveri dell'uomo*), *popolo* (10 ocorrências, e também neste caso com diferenças

¹⁵ *Ib.*, p. 13.

abissais), *patria* (9 ocorrências) e *nazione* (1 ocorrência). O significado de *popolo*, em Carducci, afasta-se astronomicamente do que tem em *Doveri*, pois é um povo que participa na vida das instituições, cuja crença em Deus é fortalecida pelos costumes, e em plena posse da sua soberania, que não foi recebida por delegação divina mas, como diria Cattaneo, porque soube ter mão firme sobre a liberdade.

Chegados a este ponto, convirá determo-nos sobre o binómio pátria/nação. Antes de mais, é significativo que, ao contrário do que acontece em *Doveri dell'uomo*, nos encontremos perante um desequilíbrio radical na relação numérica das ocorrências. Ainda mais significativo é, ou talvez seja uma consequência directa dessa nova relação de forças, a redefinição radical e precisa do significado de pátria. Em 8 dos 9 casos, *patria* significa uma construção identitária que tem como material de amalgamento a participação na vida da república. Ora, em Mazzini e em *Doveri dell'uomo*, destaca-se um profundo amor às próprias raízes etno-culturais, tornado ainda mais sólido pela convicção de que Deus confiou à Itália uma missão particular, a qual havia de ser, especificamente, a libertação de todos os outros povos. Conta-se, no texto de Carducci, uma única ocorrência com um significado que poderemos talvez aproximar de um conceito de nação entendida como a terra que deu origem à cultura italiana e do seu povo, em sentido étnico: “E d'altra parte questo mio discorso non è senza valida intenzione d'essere ascoltato nella maggior patria, L'Italia, della cui storia nei tristi annali della servitù non è poca gloria né picciol conforto la luce della vostra giornata 25 ottobre 1739, o Sammarinesi”¹⁶.

Para completar este quadro de drástica deslocação semântica, rumo a uma concepção de pátria entendida em sentido republicano clássico, note-se que o único caso em que a palavra nação é usada surge num contexto não particularmente significativo. É desprovido das valên-

¹⁶ *Ib.*, p. 20. Seria ousado afirmar que Carducci, ao definir como pátria a Itália, se queira referir a uma instituição republicana, e por isso podemos afirmar que, neste passo, estamos perante um *poemos* que ainda não foi resolvido entre um amor à pátria entendido como apego a instituições republicanas e um amor à pátria entendido em termos nacionalísticos (livremo-nos da acusação de querer com isto sugerir que Mazzini era nacionalista).

cias etno-culturais que, primeiro com Mazzini e depois cada vez mais resolutamente com o nacionalismo italiano de finais do século XIX e inícios do século XX¹⁷, por hábito associamos ao termo nação¹⁸:

Eccellentissimi capitani reggenti, signori del Consiglio, cari cittadini, il mio discorso affrettasi alla fine, senza apparato di peregrina e vana eloquenza, co' l fatto che più alto incorona la vostra istoria e pianamente la ricongiunge al risorgimento della nazione.

Nos finais do século XIX, o evento/texto do republicanismo italiano atravessava dificuldades crescentes. O seu primeiro ponto de retorno catastrófico foi o intervencionismo democrático e o segundo foi a subida do fascismo ao poder. Para lá de qualquer outra consideração, durante o primeiro conflito mundial a melhor e a mais aguerrida classe dirigente republicana foi colhida pela morte, em combate. Na sua ingenuidade, tinha acreditado que, acorrendo voluntariamente à guerra, em conformidade com os preceitos mazzinianos, poderia acelerar a queda da Áustria e a libertação dos povos por ela subjugados, e com isso pôr em crise, indirectamente, mas de forma definitiva, a monarquia conservadora dos Sabóia. O texto/evento carducciano, *La libertà eterna di San Marino*, testemunhava um republicanismo que, pelo menos no plano da teoria política, conseguira ultrapassar os impasses da predicação mazziniana e se soubera relacionar com os filões mais autênticos e fecundos do republicanismo clássico. Desta feita, fez emergir o binómio pátria/república, o qual, se decerto constituía uma

¹⁷ No nacionalismo italiano, diferentemente do que se passa com Mazzini, da definição do conceito de nação encontrava-se de todo ausente o elemento voluntarista e/o espiritualista, em prol de um sentido de identidade e pertença de tipo positivista-naturalista. Noutras palavras, para Mazzini o povo italiano descobria a sua identidade na medida em que aceitava conscientemente a missão que lhe fora confiada por Deus e não porque, segundo a óptica nacionalista, a natureza lhe tinha conferido características que por si próprias, e sem necessidade de passar por uma autoconsciencialização reflexiva, o distinguiam de outros povos. Mas entre “Deus quer” e “a natureza quer”, as fronteiras são delicadas.

¹⁸ *Ib.*, p. 25.

utopia para a contemporaneidade, era também, decerto, um legado promissor para uma Itália unificada de forma insatisfatória pela solução moderada dos Sabóia, e que procurava a cada passo uma ordenação mais congruente.

4. A PRIMEIRA TENTATIVA de fuga à ordenação pós-unitária, que foi inábil e levou a uma deterioração do estado de coisas gerado depois da unificação, procedendo em sentido ulteriormente conservador, foi o fascismo. A segunda, foi a República, proclamada a 2 de Junho de 1946. A Constituição da República Italiana, promulgada em 27 de Dezembro de 1947¹⁹, foi a lei fundamental da república, segundo a incontestável doutrina de direito público. Mas, para além disso, foi o texto/evento de todas as contradições dos subsequentes quarenta anos de vida da Itália e também uma clara manifestação do violentíssimo *polemos* que o evento/texto do republicanismo italiano foi incapaz de solucionar, seja pela incapacidade política de impor a sua agenda a uma Itália pós-fascista, seja pelas suas debilidades culturais. Residiam, antes de mais, numa emancipação insuficiente face à doutrina mazziniana, uma emancipação da qual *La libertà eterna di San Marino* constituiu o exemplo mais bem sucedido e teoricamente mais afinado, apesar de não ter sido retomado, através de uma linha de continuidade, no momento em que foi redigida a Constituição.

Iniciemos, entretanto, a análise da lei fundamental com uma constatação de base. O índice de ocorrências mostra que a palavra *patria* surge duas vezes e *nazione* três, sempre em contextos insuficientemente significativos para conotar semanticamente estes lemas. Para sermos mais precisos:

La difesa della Patria è sacro dovere del cittadino. (art. 52.º)

È senatore di diritto e a vita, salvo rinunzia, chi è stato presidente della Repubblica. Il Presidente della Repubblica può nominare senatori a vita cinque

¹⁹ A Constituição da República Italiana foi aprovada pela Assembleia Constituinte na sessão de 22 de Dezembro de 1947, foi promulgada pelo Chefe de Estado provisório, Enrico De Nicola, a 27 de Dezembro de 1947 e entrou em vigor a 1 de Janeiro de 1948.

cidadini che hanno illustrato la Patria per altissimi meriti nel campo sociale, scientifico, artistico e letterario. (art. 59.º)

La Repubblica promuove lo sviluppo della cultura e la ricerca scientifica e tecnica. Tutela il paesaggio e il patrimonio storico e artistico della Nazione. (art. 9.º)

Ogni membro del Parlamento rappresenta la Nazione ed esercita le sue funzioni senza il vincolo di mandato. (art. 67.º)

I pubblici impiegati sono al servizio esclusivo della Nazione. Se sono membri del Parlamento, non possono conseguire promozioni se non per anzianità. Si possono con legge stabilire limitazioni al diritto d'isciversi ai partiti politici per i magistrati, i militari di carriera in servizio attivo, i funzionari ed agenti di polizia, i rappresentanti diplomatici e consolari all'estero. (art. 98.º)

À parte o apelo retórico ao “sacro dovere del cittadino” de defender a Pátria, um dever sagrado que se percebe ser o de defesa armada, mas que, evidentemente por causa da derrota militar, com todo o cuidado se evita chamar pelo nome (em casa de enforcado não se fala de corda), em todos estes artigos nos quais são mencionadas as palavras *patria* ou *nazione* é absolutamente impossível compreender se se está a fazer referência a uma pátria (e/ou uma nação) de tipo naturalista (no sentido de Herder e dos nacionalistas italianos), ou de tipo cultural-naturalista/voluntarista (no sentido de Mazzini), ou de tipo republicano clássico, numa acepção política (no sentido de Carducci). Se em *Doveri dell'uomo* o papel da suspensão do *polemos* no interior do texto/evento pertencia à palavra *repubblica*, na Constituição italiana, pelo contrário, é reservado ao par *patria/nazione*.

Uma ulterior confirmação desse facto surge na primeira parte da Constituição, formada pelos artigos 1.º a 12.º, que se intitula “Princípios Fundamentais”. Aparentemente, protagonista absoluto desta secção da Constituição é a República, citada muitas vezes para enumerar as suas características e atribuições. Mais relevante, porém, é que a República destes 12 primeiros artigos da Constituição não consiga minimamente assumir o papel de substituto, nem em relação ao conceito de nação (no sentido que lhe dão Herder ou Mazzini), nem em relação a um

conceito de pátria na clássica acepção republicana. Apesar da sua insistente recorrência, também neste caso o termo república é, em definitivo, um termo vazio, se não mesmo deteriorado relativamente a qualquer tradição política que tenha abordado o tema da república. A isso se faz referência no artigo 1.º da Constituição, que tem a seguinte redação: “L’Italia è una Repubblica democratica, fondata sul lavoro. La sovranità appartiene al popolo, che l’esercita nelle forme e nei limiti della Costituzione.” Ora, para além da banalíssima consideração de que nem a república, nem a monarquia podem prescindir da vida material e económica dos seus cidadãos ou dos seus súbditos, o erro fundamental, em matéria de filosofia política, que se concretiza no artigo primeiro, é o de confundir o conceito de vida pública com o de organização económica.

Sem invocar as considerações fundamentais que sobre o assunto podiam ser feitas a partir de *The Human Condition* de Hannah Arendt²⁰, e perspectivando a questão apenas sob o ponto de vista histórico, tratou-se de uma concessão feita ao Partido Comunista. Na prática, tendo em linha de conta as relações de força no plano interno e internacional, não era possível a construção de um socialismo soviético em Itália. A propósito da cultura política resultante do segundo pós-guerra, que encontrou uma expressão consequente na Constituição italiana, escreveu Gian Enrico Rusconi²¹:

²⁰ Recorde-se, porém, o passo em que Arendt nota que a verdade mais desconsoladora é a de que o triunfo alcançado pelo mundo moderno sobre as necessidades mais prementes foi conseguido pela emancipação através do trabalho. Ao *animal laborans*, foram dadas condições para ocupar a esfera pública. Todavia, tendo em linha de conta o tempo que o *animal laborans* dedica ao trabalho, não pode haver uma verdadeira esfera pública, mas apenas actividades particulares exibidas de forma aberta (Hannah Arendt, *Vita activa. La condizione umana*, introduzione di Alessandro dal Lago, Milano, Bompiani, 2005, trad. Sergio Finzi, pp. 95-95).

²¹ Gian Enrico Rusconi, *Possiamo fare a meno di una religione civile?*, Roma/Bari, Laterza, 1999, p. 25. Todavia, pelo que diz respeito à extinção, de algum tempo a esta parte, de “ogni memoria del repubblicanesimo classico”, acabámos de mostrar, através da exegese de *La libertà eterna di San Marino*, a inconsistência histórica dessa afirmação.

Uno dei risultati di questa riflessione è stata la constatazione che proprio nel momento storico in cui si instaurava la Repubblica, si interrompeva il già fragile legame della cultura politica italiana con la tradizione repubblicana dell'età dei Lumi e con quella radical-democratica del mazzinianesimo (essendosi già estinta da tempo ogni memoria del repubblicanesimo classico quattro-cinquecentesco). Il repubblicanesimo sembrava dissolversi nel nuovo paradigma della democrazia.

Antes de terminar, uma última consideração sobre o artigo 1.º. Quando no segundo parágrafo se lê que “la sovranità appartiene al popolo, che l’esercita nelle forme e nei limiti della Costituzione”, é evocado, através de uma referência oblíqua às formas e aos modos pelos quais a soberania do povo é exercida, mas evitando com cuidado nomeá-lo neste artigo, o sistema de partidos que, desde 1945 até ao fim da denominada Primeira República, governará os destinos da democracia parlamentar italiana. Na Constituição Italiana, há duas ocorrências do plural *partiti* e uma do singular *partito*, sem descer (ou melhor, sem querer descer) ao detalhe dos deveres e dos direitos desses partidos para com a coisa pública. Evocados no artigo 1.º, e sumária e rapidamente tratados em mais alguns, que são aliás escassos, os partidos apresentam-se como verdadeiros e próprios convidados de pedra do texto/evento da Constituição italiana e também do evento/texto da vida pública italiana do segundo pós-guerra. *Game over*, portanto, para o *polemos* bi-secular entre pátria, nação e república? Não exactamente. Do ponto de vista histórico, o sistema de partidos entrou em crise depois da queda do Muro de Berlim, a 9 de Novembro de 1989, e com a eclosão de Tangentópolis²², em 1992. Essa derrocada dos partidos

²² *Tangentopoli* é um neologismo introduzido pela linguagem jornalística desse período e que significa, literalmente, a cidade das *tangenti*, ou seja, dos subornos. Quando, a 17 de Fevereiro de 1991, o Procurador do Ministério Público Antonio Di Pietro deu ordem de prisão ao Engenheiro Mario Chiesa, Presidente do Pio Albergo Trivulzio e expoente da nomenclatura milanesa do Partido Socialista Italiano, pôs a descoberto a corrupção que de forma alargada e difusa dominava o financiamento dos partidos políticos. Consequência da acção judiciária desencadeada pela Procuradoria de Milão para debelar Tangentópolis, foi o colapso definitivo do velho sistema partidário, dada a impossibilidade de encontrar fontes de financiamento alternativas.

foi também acompanhada pela explosão da Lega Nord, sob a palavra de ordem de um federalismo para a Itália. Com efeito, o fim do Muro, colocando definitivamente em crise a ordem política internacional resultante da Conferência de Yalta, que se baseava na divisão entre bloco comunista e bloco capitalista liberal-democrata, tornava obsoleto o velho sistema de partidos saído da Itália da resistência. Comemora-se, em 2011, o centésimo quinquagésimo aniversário da unificação, o que, diga-se, coloca em terríveis dificuldades o actual governo de centro-direita, assente no apoio de uma maioria da qual também a Lega faz parte, e que não é capaz de encontrar uma forma digna de o celebrar.

Em confronto com esta ulterior dissolução político-pública dos conceitos de pátria, nação e república, que nos últimos anos sofreu uma aceleração, assiste-se, na vertente filosófico-política, a uma espécie de contrapasso salutar, a uma revitalização do republicanismo clássico que pretende levar a cabo, especialmente com Viroli, uma síntese rigorosa dos conceitos de república, pátria e nação. Sob o firmamento das múltiplas histórias dos eventos/textos e dos textos/eventos da vida pública italiana, renova-se, recuperando força e vigor, a grande confusão (e luta) para a qual não se vislumbra um fim. O *polemos* republicano está de novo no centro da arena e, para terminar com a paráfrase de uma citação não muito neo-republicana, mas que talvez não desagradasse de todo a Maquiavel, a situação é, pois, excelente.



SUBSÍDIOS PARA A COMPREENSÃO DO FENÓMENO MÁFIA EM ITÁLIA

MARCO GOMES

CONTRARIANDO CONSISTENTES interpretações dotadas de profundidade histórica, tem-se revelado sempre mais acutilante a perspectiva que recusa abordagens simplistas do fenómeno máfia em Itália. Para compreender a organização e os instrumentos subjacentes ao sistema mafioso, afigura-se necessário coligir diferentes manifestações e comportamentos nocivos à sociedade: criminalidade, terrorismo, corrupção sistémica ao nível político e institucional, economia paralela, distorção do mercado legal, extração de recursos e tráficos ilícitos. E ainda ter bem presente determinados conceitos: punição, protecção, normas, controlo territorial, capital social, aparelho militar, cultura cúmplice, desinformação, óbices culturais, monopólio da violência, instrumentalização de códigos culturais e construção de consensos. Este conjunto de noções remete, por conseguinte, para um exercício metadiscursivo, porque trata a cultura ilícita através da própria ilegalidade, voltando-se para os seus elementos constitutivos.

Só em tempos relativamente recentes este campo de estudo foi analisado com maior acuidade e minudência científica no âmbito das ciências sociais italianas. Rocco Sciarrone¹ salienta que, associada à crítica do antropólogo Anton Blok sobre o baixo desenvolvimento e desajustamento metodológico das ciências sociais em Itália para abordar a questão da máfia, até meados da década de oitenta do século XX, permaneceu “una resistenza a considerare la mafia un tema appropriato per l’indagine sociale o interessante per l’analisi delle condizioni del Mezzogiorno”. Muitos observadores recusaram, por um longo período, delimitar as fronteiras do fenómeno máfia,

¹ Rocco Sciarrone, *Mafie vecchie, mafie nuove*, Roma, Donzelli, 2009, 2.^a ed., p. XII.

conferir-lhe um lastro tangível. Giovanni Falcone², o mítico herói da luta anti-máfia, relembra, em 1979, a (falta de) crença de alguns seus colegas magistrados quando lhe perguntavam, “Ma tu credi davvero che la mafia esista?”.

São visões que, mesmo em boa fé, rotulavam o fenómeno de obsoleto, integrando-o em contextos sociais atrasados. Ou ainda que sustentam tratar-se de mais uma forma de criminalidade organizada. Ao invés, as mesmas ideias nunca deixaram de ser energeticamente defendidas por outro viés nada ingénuo, a classe do poder (políticos, intelectuais, jornalistas). Como refere o juiz Roberto Scarpinato³, “il sapere sociale non è mai innocente”. Dois esquemas interpretativos coabitaram então ao longo de várias décadas: a versão *cultural* que tende a “ridurre la mafia alla cultura diffusa dei contesti in cui si è sviluppata”; e a perspectiva *organizzativa* que acentua a “delinquenza organizzata”⁴. Quando extremada, esta interpretação binária acaba, segundo Rocco Sciarone, por “negare la specificità del fenomeno”⁵. O sociólogo italiano propõe antes um modelo de leitura que equacione uma “*network di organizzazioni criminali*”, direccionado para acompanhar a capacidade *multidimensional* da máfia, de expansão territorial e de conexão relacional com os grupos internos e externos ao sistema⁶.

O nosso objectivo consiste em reconstruir uma imagem tanto quanto possível holística do fenómeno máfia, tentando não capitular diante da vertigem hiperbólica ou, em último caso, arraigar representações mediáticas que acentuem o pendor mitológico. Isto é, procurar individualizar, citando Nando dalla Chiesa⁷, os “‘punti di verità’ da una storia per tanti

² Giovanni Falcone / Marcelle Padovani, *Cose di Cosa Nostra*, Milano, BUR, 2009, 10.ª ed., p. 104.

³ Roberto Scarpinato / Saverio Lodato, *Il ritorno del Principe*, Milano, Chiarelettere, 2008, p. 17.

⁴ Rocco Sciarone, *Mafie vecchie, mafie nuove*, p.19.

⁵ Analistas mais atentos optam, no entanto, por uma *posizione intermedia* que relacione os conceitos da organização criminal e a sua natureza social, ver *ib.*

⁶ *Ib.*, passim, pp. 19-22.

⁷ Nando dalla Chiesa, *La convergenza. Mafia e politica nella seconda repubblica*, Milano, Melampo, 2010, p. 13.

aspetti ancora opaca e incorniciata da uno scontro ideologico che tocca da tempo livelli di asprezza inediti”. Definimos o *corpus* da pesquisa em função dos conteúdos apresentados no ciclo de seminários “Mafia, Stato, Società nella Storia della Repubblica Italiana”, que teve lugar na Università degli Studi di Milano⁸, entre Fevereiro e Maio de 2010. É, sobretudo, através dos testemunhos e do património bibliográfico dos intervenientes que edificamos a síntese de uma salubre iniciativa no contexto do panorama académico italiano.

1. GÊNESE E TENTATIVA DE DELIMITAÇÃO CONCEPTUAL

NENHUMA DEFINIÇÃO SUCINTA sobre máfia é comumente partilhada. O que não significa que seja impossível esboçar linhas convergentes. Antes pelo contrário. As alusões intensificam-se no último quartel do século XIX: indivíduo malandro, bandido, fora-da-lei, arrogante, prepotente, delinquente, que utiliza a violência e intimidação para alcançar os seus objectivos, hostil às regras e funcionários do Estado. À medida que o tema suscitava debates ao nível local e nacional, nas instâncias judiciais, governamentais e na própria Câmara dos Deputados do Reino de Itália, oscilava-se entre considerar a máfia enquanto comportamento individual ou, pelo contrário, fenómeno munido de capacidade organizacional. Discutia-se se estava presente um pouco por toda a península ou apenas localizado em determinadas zonas da Sicília. E se constituía o cunho distintivo da cultura e mentalidade arcaica da população da ilha, adversa ao aparelho estatal e incrustada ainda num espírito feudal.

⁸ O ciclo, dividido em 12 encontros, foi organizado pela Student's Union Scienze Politiche e contou com a presença dos seguintes intervenientes: Nicola Tranfaglia (historiador), Paolo Pezzino (historiador), Francesco Forgione (político e jornalista), Roberto Scarpinato (magistrado), Rocco Sciarrone (sociólogo), Gian Carlo Caselli (magistrado), Nando dalla Chiesa (político e sociólogo), Gherardo Colombo (magistrado), Alberto Nobili (magistrado), Salvatore Borsellino (activista). Todas as sessões estão disponíveis em formato podcast: <http://podstudy.spolitiche.unimi.it/groups/SeminarioSusp> (Agosto-2011).

Paolo Pezzino⁹ situa em 1865 a primeira referência oficial ao vocábulo máfia, num relatório do representante do Estado na região o *prefetto* de Palermo, Filippo Gualterio. A terminologia reportava, além das características mencionadas, à “complicità ed appoggi che banditi e malfattori trovavano spesso presso ambienti insospettabili e ceti elevati”. Já no célebre romance de Alessandro Manzoni, *I promessi sposi*, editado pela primeira vez em 1827¹⁰, o método mafioso emergia como prática das classes populares e das classes dirigentes. Manzoni retrata uma península que, no século XVII, é dominada pela intimidação e sujeição difusa da população aos homens que constituíam uma espécie de arcótipo, onde sobressai a personagem de D. Rodrigo. Esses sujeitos faziam-se valer de influentes relações sociais e de um comando especializado que exercia violência, personificado na figura dos *bravi*, os capatazes, executantes de crimes a mando de senhores.

A discussão em redor da configuração mafiosa está intimamente associada às dificuldades políticas, sociais e económicas que o Reino de Itália encontrou logo a seguir à unificação, em 1861. Obstáculos diversos revelavam profundas assimetrias entre várias regiões do país. O sul era especialmente marcado pelo desequilíbrio na distribuição da propriedade e riqueza, bem como por lutas sociais e políticas. É neste contexto disfuncional, caracterizado pelo avanço das forças da esquerda histórica, que Leopoldo Franchetti¹¹ e Sidney Sonnino se deslocaram à Sicília para averiguar a recrudescência da criminalidade e as sempre mais decadentes condições de ordem pública. A incursão dos dois políticos deu origem a um minucioso relatório publicado, autonomamente, em 1877.

Leopoldo Franchetti concluiu que o fenómeno máfia remetia para um “sentimento medioevale”. Especificando: “Mafioso è colui che crede di poter provvedere alla tutela e alla incolumità della sua persona

⁹ Paolo Pezzino, *Una certa reciprocità di favori*, Milano, Franco Angeli Libri, 1990, p. 37.

¹⁰ Teve uma outra edição revista em 1840, a qual, além do mais, aproximava o texto da linguagem que então era falada em Florença. Logo foi traduzido para português com o título *Os noivos*.

¹¹ O relato de Franchetti permaneceu como referência ao longo do tempo em virtude de uma clarividência que lhe confere actualidade.

e dei suoi averi mercè il suo valore e la sua influenza personale indipendentemente dall'azione dell'autorità e delle leggi"¹². O intelectual toscano relaciona a figura do mafioso com os *facinorosi*, sujeitos agressivos cuja principal ocupação consistia em ministrar violência. São também visados os senhores que contratavam estes indivíduos para certos serviços (execução de práticas ilícitas, administração da submissão do *outro*, actividades criminais, protecção). Ou seja, que com eles mantinham “relazioni dirette e continuate”. Uns e outros, utilizando as redes e os vínculos de protecção, perpetuavam assim a sua própria impunidade. Entre os *bravi* de Manzoni e os *facinorosi* de Franchetti, parece existir consonância conotativa.

A Sicília adquire a imagem de região nociva no interior do Estado italiano. A máfia desenvolve-se a partir do confronto que opõe duas realidades, de um lado, o aparelho estatal e, do outro, uma zona que gozava de consideráveis margens de autonomia política e possuía uma classe dirigente munida de formas de controlo e de condicionamento da sociedade local¹³. Foi este o cenário que presidiu à sempre maior prevalência de práticas ilícitas na ilha (económicas, políticas, sociais), conduzidas por grupos ou indivíduos que, chegando até aos nossos dias, se adaptaram aos contextos espaciais e temporais. Pezzino¹⁴ individualiza o caso siciliano, dizendo tratar-se de uma forma de criminalidade organizada que tende a exercer uma soberania regional. A máfia pratica um tipo de poder que se assemelha ao do Estado moderno. Dispõe de um aparelho militar, possui um sistema normativo (não explícito) destinado aos que se encontram sob a sua soberania, aplica um sistema punitivo para os incumpridores (faz lembrar o sistema judiciário), pretende extrair um determinado conjunto de recursos generalizados do território, podendo-se comparar a um sistema fiscal¹⁵.

Mas o termo máfia extravasa a realidade dos vários grupos ilícitos e violentos oriundos da Sicília. A sua utilização, no singular, ocorre somente por comodidade expositiva. De facto, a noção reenvia para

¹² Leopoldo Franchetti, *Condizioni politiche e amministrative della Sicilia*, Roma, Donzelli, 2000, 2.ª ed., p. 43.

¹³ Paolo Pezzino, *Una certa reciprocità di favori*, p. 78.

¹⁴ *Ib.*

¹⁵ *Ib.*

diversas máfias em actuação noutras zonas da Península Itálica. É um fenómeno que goza de plena expansão nos séculos XX e XXI. Aliás, o mesmo Leopoldo Franchetti constatou, na Calábria, a existência de particularidades sociais que remetiam para o fenómeno mafioso por ele já observado na Sicília, ainda na década de setenta de Oitocentos¹⁶.

Actualmente, o mapeamento da máfia em Itália apresenta a seguinte forma: Cosa Nostra (Sicília), ‘Ndrangheta (Calábria), Camorra (Campânia) e Sacra Corona Unita (Apúlia). Os quatro géneros comportam importantes aspectos diferenciadores. As particularidades manifestam-se ao nível dos contextos de origem, do modelo organizativo e das novas áreas de expansão. Por exemplo, a Cosa Nostra baseia-se numa estrutura mais hierárquica. A ‘Ndrangheta dispõe-se preferencialmente na horizontal, com muitos grupos que exercem autonomia sobre um território circunscrito (mas dentro destes também se encontram fortes hierarquias). A Camorra talvez seja uma mistura dos dois ordenamentos, dependendo se os grupos operam na zona urbana de Nápoles ou nas províncias limítrofes¹⁷. Por outro lado, todas as práticas mafiosas e formas de organização mudam no tempo e no espaço em função da actuação das autoridades. Este é, sem dúvida, um denominador comum. Outro aspecto habitual consiste na imposição do *pizzo*, taxa que incide sobre os comerciantes em troca de uma suposta protecção da actividade. Esta prática de extorsão corresponde afinal a uma institucionalização do poder que pode adquirir diferentes modalidades. Todos os géneros mafiosos se interrelacionam.

Numa perspectiva global, socorremo-nos da conceptualização formulada por Sciarrone¹⁸ para caracterizar as quatro famílias: rede de organizações criminais cujo objectivo é acumular “ricchezza, sicurezza e protezione”; fenómeno localizado mas com capacidade para se difundir, principalmente, através do emprego de “capitale sociale” e permitindo a gestão de redes e recursos interrelacionados com fins individuais ou colectivos; possuem traços de uma “industria della protezione privata”; fazem uso do “esercizio della violenza” e da “strumentalizzazione di

¹⁶ Nando dalla Chiesa, *La convergenza. Mafía e politica nella seconda repubblica*, p. 51.

¹⁷ Rocco Sciarrone, *Mafie vecchie, mafie nuove*, passim.

¹⁸ *Ib.*, pp. 22-23.

specifici codici culturali tradizionali e manipolazione delle relazioni sociali e politiche”; modelo de “società segreta” onde imperam vínculos de lealdade; dedicam-se ao tráfico ilícito com ramificações tanto nos mercados ilegais como legais.

2. O ANÁTEMA DE UM TRAÇO CONGÉNITO

O FINAL DO SÉCULO XIX revelou a vitalidade que a actividade mafiosa foi adquirindo. Intensificaram-se as ligações à vida política e económica, bem como a capacidade de expansão territorial. É a partir do assassinato de Emanuele Notarbartolo, em 1893, na Sicília, que o miasma granjeou *ressonância* ao nível da opinião pública. A matriz política do atentado ao director da Banca della Sicilia lançou um importante debate sobre o conúbio entre máfia e política. Ao mesmo tempo que se sedimentava o carácter profundamente homicida e sanguinário da máfia, dando origem a tipificações de crueldade e eliminações físicas que nenhum outro país europeu viria a conhecer, começaram a intensificar-se procedimentos que ainda hoje gozam de pujança – clientelismo, práticas transformistas¹⁹, alterações regulares do local onde decorrem processos judiciais. Só quando dobrada a centúria é que o sistema jurídico conheceu novos instrumentos de luta anti-máfia. A forma asténica que o Estado italiano assumiu no confronto com a criminalidade decorreu do seu fragmentário sentido de unidade política e estrutural – provocado pelo longo período de denominação estrangeira – e da incapacidade manifestada pela classe política em se emancipar dos aglomerados mafiosos.

O processo de construção da memória colectiva arraigou a ideia de que o Estado liberal foi incapaz de minimizar o rasto exicial do sistema mafioso, ao contrário da época fascista, que tinha anulado o fungo maléfico. Estudos mais atentos têm demonstrado, porém, que nem a veemência de Mussolini causou os efeitos apregoados. Apenas deslocou o fenómeno para uma posição recôndita, não obstante os

¹⁹ Conotação negativa que recaí sobre os políticos no momento em que passam, sem preconceitos, de um sector parlamentar ou partido para outra facção da assembleia ou partido.

poderes extraordinários delegados ao *prefetto* Cesare Mori para restabelecer a autoridade na Sicília. O *prefetto di ferro*, como ficou conhecido, celebrizou-se pela miríade de detenções e obrigou muitos mafiosos a emigrar para os Estados Unidos, onde se ocuparam do contrabando de álcool. Mas imolou somente os braços armados, a classe popular, não chegando às cúpulas organizativas.

Nicola Tranfaglia²⁰ sustenta que, em troca do apoio político dos agrários, o fascismo conservou o equilíbrio económico e social existente na Sicília, apropriou-se dos instrumentos da máfia e institucionalizou os seus homens, conferindo-lhes nova roupagem. O fascismo não derogou os labirintos da ilegalidade. A presença da cumplicidade mafiosa persistiu através do espírito feudal da classe dirigente siciliana e isso explica, segundo Pezzino²¹, a rápida regeneração de circuitos criminais no período imediato à queda do regime. Essas agregações colaboraram no desembarque dos aliados em 1943 e muitos dos seus elementos foram conduzidos pelas forças anglo-americanas²² a ocupar cargos públicos. A vetusta ligação que une a máfia e a classe política italiana reforçou o pendor idiossincrásico a partir de 1943, desenvolvendo-se sempre em maior escala o paradigma anti-estado que se prolonga ao século XXI.

O pós-guerra propiciou a refundação do Estado italiano. E a máfia não enjeitou a oportunidade de reaparecer numa lógica atávica. Isto é, plasmada enquanto expressão das classes populares (*bravi, facinorosi*, executantes dos crimes) e das classes dirigentes (burguesia, políticos). Preocupados em eleger interlocutores, os grupos ilícitos aproximaram-se estrategicamente das facções políticas hegemónicas, primeiro apoiando o movimento separatista siciliano (1943-1945/6), depois, em função do esvaziamento independentista, o Partido Católico e, por longo período, a Democracia Cristã (DC). Os mecanismos democráticos (partidos, votos, sistema político) serviram então de trampolim para a afirmação apodíctica da máfia, através dos quais sistematizou as suas estruturas, desenvolvendo-as e eliminando qualquer resquício de debilidade causado pela época fascista. A luta pela terra aguçou

²⁰ Nicola Tranfaglia, *Mafia, politica e affari (1943-2000)*, Bari, Laterza, 2001, 2.ª ed., pp. 32-33.

²¹ Paolo Pezzino, *Una certa reciprocità di favori*, p. 187.

²² Nicola Tranfaglia, *Mafia, politica e affari*.

igualmente o apetite mafioso. Muitos braços armados assumiram uma função autónoma em relação aos vários poderes dominantes, ajudando mesmo os pequenos agricultores.

A concessão da autonomia regional (1946) à Sicília potenciou fortemente as actividades ilegais. No final dos anos quarenta, a máfia era, na ilha, um sujeito colectivo composto por vários grupos. Mas ainda não apresentava uma estrutura articulada. A consolidação chegou na década seguinte através da acção dos próceres mafiosos americanos. A organização, então conotada com o nome de Cosa Nostra, tornou-se mais funcional, impulsionando o tráfico de estupefacientes e crescendo ao nível internacional. São anos de acentuada transformação do tecido económico e social italiano, de desenvolvimento das cidades. Factores que obrigaram a estrutura deslocar-se para zonas urbanas da Sicília, dando origem ao arquétipo do empresário mafioso, bastante activo nas grandes obras públicas e ancorado à Democracia Cristã.

O arco temporal que medeia o início da década de sessenta e o ano de 1994 representa uma época singular, trágica, na história coeva da Península Itálica. Distinguimos três aspectos intimamente interligados. Primeiro, a Cosa Nostra empenhou-se em combater o Estado e os políticos, colocando no terreno uma verdadeira indústria de carnificina e terror, aspecto que sempre acompanhou o seu percurso, com maior ou menor intensidade. Esforçou-se por eliminar todos os obstáculos: cidadãos, jornalistas, funcionários públicos, sindicalistas, titulares de cargos públicos, expoentes políticos, forças policiais, magistrados. Especula-se ainda que terá participado na tentativa de golpe de estado conduzida por Valerio Borghese, em 1970.

Segundo, o fenómeno mafioso alcançou o estatuto de flagelo nacional. É neste período que as autoridades adquiriram mais instrumentos legais na luta anti-máfia e conseguiram, pela primeira vez, com o sacrifício de vidas humanas, note-se, atingir o coração da organização siciliana. Na década de sessenta, foram ditadas algumas sentenças contra figuras mafiosas proeminentes, conseguido-se individualizar traços específicos da estrutura e actividade da Cosa Nostra. Depois, a partir de meados dos anos oitenta, surgiu a mais eficiente ofensiva estatal que colocou a máfia siciliana em grandes dificuldades e perto de capitular, dando origem ao *Maxiprocesso*. Os atentados fatais aos magistrados Giovanni Falcone e Paolo Borsellino, em 1992, os grandes

artífices da luta contra a Cosa Nostra, demonstram que o poder ilegal novamente respondeu e resistiu aos óbices. Gian Carlo Caselli revela-se lapidar quando aborda esta realidade: “Lo Stato ha saputo vincere la sua guerra al terrorismo ‘storico’. Contro la mafia, invece, lo Stato (più esattamente alcuni suoi consistenti) ha accettato di perdere una guerra che si sarebbe potuto vincere”²³.

O terceiro factor reside nas lutas internas e nos problemas relacionais que assolaram a Cosa Nostra, apesar do exponencial crescimento. Enquanto a ‘Ndrangheta e a Camorra afinavam processos negociais, redimensionando-se internacionalmente, dois conflitos (em princípios das décadas de sessenta e oitenta) debelaram a espinha dorsal da organização siciliana, revelando divergências narcocomerciais entre grupos e disputas de poder. Assistiu-se, por conseguinte, a uma matança interna. Para agravar a situação, a Cosa Nostra deparou-se com progressivas dificuldades em perpetuar vínculos *contratuais* com a Democracia Cristã. Por isso, ripostou no teatro da chacina. Em 1987 fez confluír, nas eleições legislativas, os votos que controlava para o Partido Socialista.

A dissolução do tradicional braço político (Democracia Cristã) em 1994 acentuou a crise de capital social. A partir da segunda metade dos anos oitenta, a Cosa Nostra reposicionou-se no contexto da classe política e da magistratura, procurando novos referentes e interlocutores. O ano de 1994 ficou ainda marcado pela edificação da designada Segunda República, consequência do processo *Tangentopoli* (*Mãos Limpas*) que abalou todo o sistema partidário e democrático italiano devido às práticas de corrupção, conluio e financiamento ilícito.

3. “A FORÇA DA MÁFIA ESTÁ FORA DA MÁFIA”

A CHAMADA SEGUNDA REPÚBLICA nasceu sob o espectro da ubiquidade sentina. Nove anos de executivos de Silvio Berlusconi²⁴, de centro-

²³ Gian Carlo Caselli, *Le due guerre. Perché l'Italia ha sconfitto il terrorismo e non la mafia*, Milano, Melampo, 2010, 6.ª ed., p. 29.

²⁴ Várias facções da extinta Democracia Cristã incorporaram, primeiro, Forza Italia e, depois, Il Popolo della Libertà, os agrupamentos edificados por Berlusconi com outras tendências políticas de centro-direita.

-direita, e outros tantos governos de esquerda conduziram a Itália ao novo milénio. Mas nem por isso a problemática da corrupção política se manteve na ordem das prioridades da acção pública. Depois da captura de dezenas de perigosos mafiosos em consequência dos tumultos dos anos noventa, as forças políticas, da esquerda à direita, têm vindo a isolar progressivamente as iniciativas da magistratura. O combate anti-máfia perpetrado pelas instâncias judiciais, conotado com a vontade de uma ou outra facção política (*os juízes jacobinos!*, *os juízes fascistas!*), esbarra frequentemente na instrumentalização. Mesmo se a luta à actividade mafiosa persiste. Na verdade, as suspeições continuam a pairar sobre os partidos políticos. Berlusconi enfrenta, actualmente, processos judiciais por alegadas ligações a grupos mafiosos aquando da formação da Forza Italia.

Efectivamente, várias perguntas assomam a mente do cidadão comum que se interroga sobre o fim do período conflituoso e sangüinário, compreendido entre inícios da década de sessenta e meados dos anos noventa. Será então possível que a máfia já não exista ou que a sua acção esteja reduzida? Ou, ao contrário, alargou a esfera de influência política, renovando a equipa de colaboradores e não necessitando, por isso, da chacina enquanto instrumento de pressão? Vigora algum tipo de negociação entre determinados sectores do Estado e grupos mafiosos? Vale a pena recordar as palavras do magistrado Gian Carlo Caselli: “Il suo potere vero sta altrove, nelle complicità e nelle coperture. Altrimenti non saremmo qui a parlare di mafia dopo duecento anni”²⁵. Nando dalla Chiesa corrobora da mesma ideia e fala em *cultura cúmplice*: “La forza della mafia sta fuori dalla mafia”. Este sociólogo e político italiano afirma que é impossível perceber a natureza das relações entre Estado e máfia, sociedade e máfia, se não se assumir esta “tesi come propria (e prima) bussola mentale”²⁶. A força da máfia está, portanto, na cumplicidade e nas convergências que se realizam a partir de condutas concretas. Podem-se manifestar através de delitos premeditados, de trocas de favores, ou, por outro lado, residir no felino manto da opacidade. Esta instância silenciosa aloja as conivências inocentes

²⁵ Gian Carlo Caselli, *Le due guerre. Perché l'Italia ha sconfitto il terrorismo e non la mafia*, p. 53.

²⁶ Nando dalla Chiesa, *La convergenza. Mafia e politica nella seconda repubblica*, p. 17.

que vão desde os filões culturais aos sentimentos colectivos. Evidenciar comoção diante de crimes mafiosos e, ao mesmo tempo, votar num político corrupto dificulta a disseminação da cultura da legalidade e, em último caso, a luta contra a criminalidade²⁷.

Os episódios que atestam a permanência e proliferação dos tentáculos ilícitos multiplicam-se. Exponentes da indústria criminal seguem, a partir do interior das próprias sedes judiciais e políticas, o curso das investigações que se destinam a capturá-los. Em Julho de 2007, a Comissão Parlamentar Anti-Máfia efectuou uma audição aos magistrados que se ocupavam da máfia em Palermo. Durante oito horas não foi efectuada uma única pergunta sobre relações entre máfia e política, numa altura em que alguns dos mais altos titulares de cargos políticos, em Palermo, tinham sido detidos por prática e associação mafiosa. Roberto Scarpinato²⁸ explica o sucedido: “Un componente della Commissione, l’onorevole Orazio Licandro, ha fatto poi sapere che durante le audizioni gli era stato discretamente recapitato un bigliettino con il quale si raccomandava di non fare domande su mafia e politica”.

Não se afigura ocioso pensar que a Itália se encontra mergulhada numa cultura política incapaz de combater eficazmente a realidade existencial experimentada pela sua sociedade. Porém, para as máfias italianas, o mundo já é um país e Itália uma cidade. Elas representam uma das principais *holdings* económico-financeiras criminais do planeta²⁹, evidência que não se formou apenas com base nos elementos constitutivos. Ou melhor, é seguramente uma realidade que encontra na classe política um importante elemento constitutivo. Recorrendo ao testemunho de Francesco Forgione, é possível ilustrar um pouco melhor os meandros do “unico prodotto Made in Italy che non conosce crisi, ma che nelle crisi economiche e sociali e in tutti i grandi passaggi epocali ha avuto la capacita di rinnovarsi, [...] di conquistare nuovi territori e nuovi mercati”³⁰.

²⁷ *Ib.*, p. 256.

²⁸ Roberto Scarpinato / Saverio Lodato, *Il ritorno del Principe*, p. 199.

²⁹ Francesco Forgione, *Mafia export. Come 'Ndrangheta, Cosa Nostra e Camorra hanno colonizzato il mondo*, Milano, Baldini Castoldi Dalai, 2009, p. 23.

³⁰ *Ib.*, p. 39. O livro recorre, sobretudo, a fontes primárias: documentos, actas processuais e materiais de investigações judiciais.

A actividade mafiosa regista um volume de negócios, por exemplo, superior à soma do produto interno bruto da Eslovénia, Estónia e Croácia. É uma riqueza que corresponde a cerca de 5-7% do PIB italiano. Emprega 10% da população activa das principais regiões do sul de Itália. Gere, controla e coloniza mercados em todo o planeta, da América do Sul ao Canadá e África, da Europa (onde Alemanha, Bélgica, Holanda, Espanha e Portugal ocupam lugar de destaque) ao médio Oriente e à Austrália, dos Estados Unidos à Grã-Bretanha e Balcãs³¹. Abarca um infindável campo de negócios, entre obras públicas, restauração, turismo, saúde, sector imobiliário, transportes marítimos, indústrias naval, portuária, farmacêutica, têxtil e automóvel, ou de resíduos domésticos e industriais. Dedicar-se ao sequestro de pessoas, tráfico de armas, cigarros, álcool e estupefacientes. Influencia os sistemas de crédito, a regulação dos mercados ou as escolhas dos governos, por exemplo, segundo Forgione, para comprar vacinas para crianças. Detém consistentes participações em sociedades financeiras ou de exploração de gás natural. Ocupa-se da reconstrução de países em fase pós-bélica, como a Bósnia. Financia campanhas eleitorais³². Mantém relações privilegiadas com dirigentes bancários, advogados, homens das finanças, políticos, sempre com o objectivo de depurar dinheiro e de o fazer circular na economia legal.

Os capitais do crime assumem peso importante nos processos de privatização de sectores estratégicos dos demais estados em resultado de políticas liberais. As ramificações da máfia italiana reproduzem, no exterior, a cultura das comunidades de origem. Controlam bairros inteiros. Financiam projectos humanitários³³. Este é o panorama que rege a actividade criminal da 'Ndrangheta, Camorra e Cosa Nostra em esferas geográficas, económicas e sociais distintas. A Sacra Corona Unita também conquistou função relevante em Itália, com réplicas além fronteiras. Das quatro organizações, a 'Ndrangheta possui um traço de identidade singular no contexto mundial, conjugando, a milhares de quilómetros da Calábria, a tradição dos códigos culturais de origem com a dimensão económico-financeira planetária.

³¹ *Ib.*

³² *Ib.*

³³ *Ib.*

A principal dificuldade consiste em criar uma linha de demarcação entre o mercado legal, o mercado ilícito e a actividade criminal. É mais fácil capturar os criminosos do que os seus capitais. Mas a Itália continua a ser o ninho do *virus*. A dimensão social da luta anti-máfia constitui ainda um ponto de nuclear interesse. A diacronia da retórica política e da linguagem dos media influi sobremaneira na construção do saber social. Eis alguns exemplos³⁴,

La mafia esisteva vent'anni fa forse, adesso è tutto finito. Ma voi giornalisti insistete...Buffoni, siete buffoni! (Calogero Volpe, deputado da Democracia Cristã nos anos setenta)

La Cassazione³⁵ assolve Andreotti: non è mafioso. (*La Stampa*, 2004)

Siamo costretti a convivere con la mafia come con altre realtà: per esempio, i settemila morti sulle strade. (Pietro Lunardi, Ministro das Infraestruturas, Agosto 2001)

São notórios os esforços de inquinamento cultural por parte da classe política, comprometida ou não com o poder mafioso. A imprensa difunde imagens entrópicas que dificultam a luta anti-máfia, deturpando o imaginário colectivo e a realidade histórica. Um dos exemplos citados diz respeito à comprovação, pela justiça, da estreita ligação de Giulio Andreotti (sete vezes presidente do Conselho) ao mundo mafioso até 1980. Depois dessa data, foi absolvido por insuficiência de provas. A moldura judicial da prescrição foi decisiva. Uma leitura muito diferente daquela veiculada pelos principais órgãos da imprensa italiana.

No confronto que opõe a cultura das regras ao poder ilegal, torna-se imperativo, como sustenta Gian Carlo Caselli, satisfazer os direitos fundamentais dos cidadãos. Caso contrário, “i mafiosi li intercettano e li trasformano in favori che elargiscono per rafforzare il loro potere”³⁶.

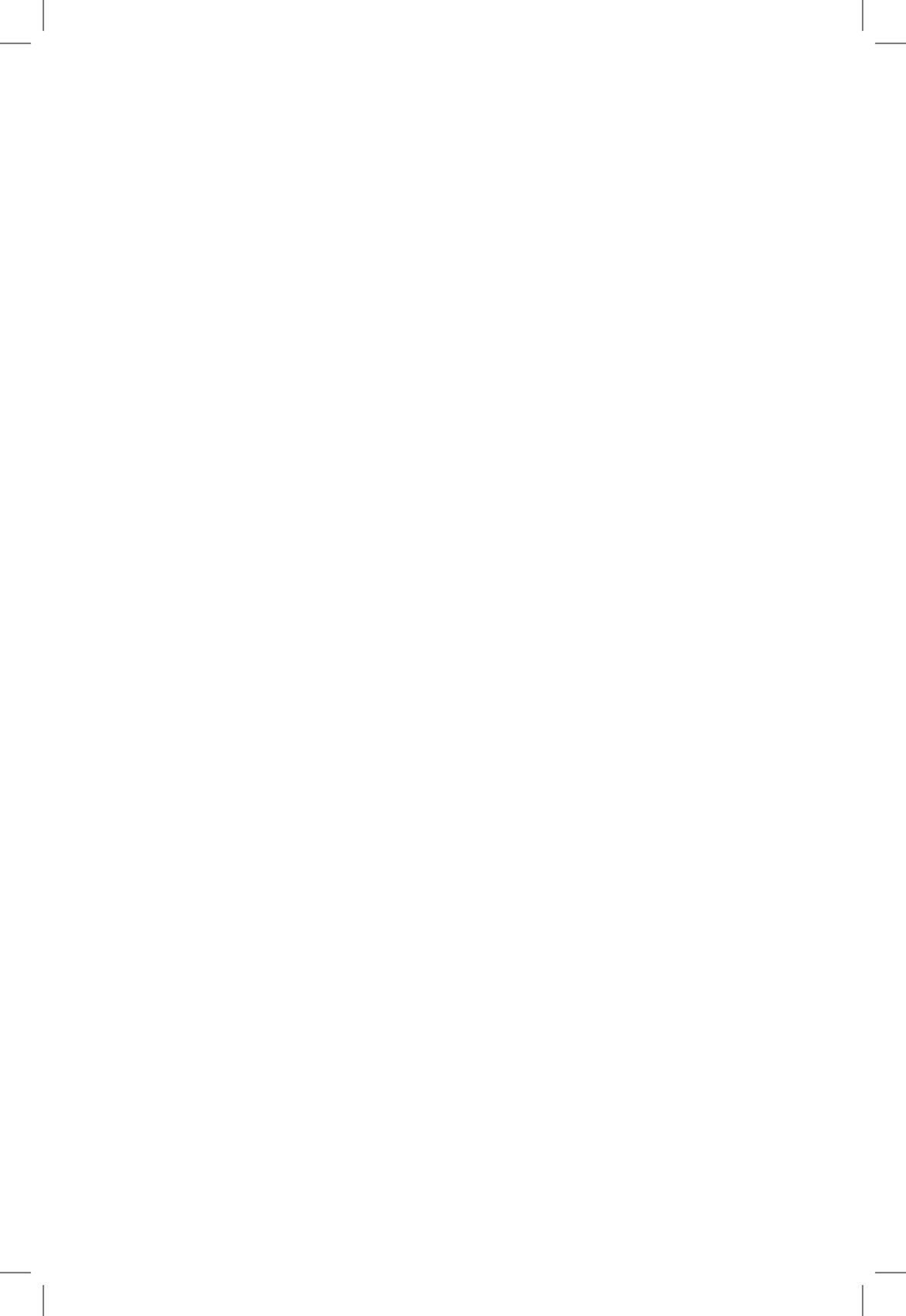
³⁴ Cit. por Nando dalla Chiesa, *La convergenza. Mafía e política nella seconda repubblica*, passim.

³⁵ Supremo Tribunal de Justiça em Itália.

³⁶ Gian Carlo Caselli, *Le due guerre. Perché l'Italia ha sconfitto il terrorismo e non la mafia*, p. 59.

Por outras palavras, substituem o próprio Estado, inscrevem no seu código genético, na *Constituição mafiosa*, a parábola que Marx³⁷ dedicou a Luís Bonaparte: “Não conseguem representar-se a si mesmos; têm de ser representados”.

³⁷ Karl Marx, *O 18 brumário de Louis Bonaparte*, Coimbra, Centelha, 1975, trad. M. Teresa de Sousa, 2.^a ed., p. 43.



A LEGALIDADE DIFÍCIL. SOBRE POLÍTICA E JUSTIÇA (E NÃO SÓ) NA ITÁLIA REPUBLICANA

NANDO DALLA CHIESA

La giustizia è amministrata in nome del popolo. I giudici sono soggetti soltanto alla legge, Artigo 101.º

La magistratura costituisce un ordine autonomo e indipendente da ogni altro potere, Artigo 104.º

I magistrati sono inamovibili, Artigo 107.º

L'autorità giudiziaria dispone direttamente della polizia giudiziaria, Artigo 109.º

Il pubblico ministero ha l'obbligo di esercitare l'azione penale, Artigo 112.º

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA ITALIANA

BASTA LER ESTA SEQUÊNCIA de princípios esculpidos no Título IV da segunda parte da Constituição italiana, que entrou em vigor em 1948, para ter uma ideia da particular atenção que a Assembleia Constituinte, eleita em 1946, entendeu dispensar à independência da magistratura. E com razão. A Itália conhecera, durante o vinténio da ditadura fascista, a pressão do poder político sobre a justiça, constringida a ser, em larga medida, *função* do poder executivo. Tinha passado pela experiência dos tribunais especiais, criados *per la difesa dello Stato* e reservados aos chamados delitos políticos. O sistema de garantias tinha sido sacrificado nos seus mais elementares aspectos, a começar pela esfera da liberdade pessoal, às exigências e às directrizes do governo de Mussolini.

O regresso à democracia e sobretudo a instauração de uma nova democracia republicana não podiam deixar de implicar a vontade de um radical afastamento do conceito de administração da justiça que tinha vindo a ser praticado pelo regime ditatorial. Daí a necessidade de instaurar uma magistratura plenamente independente, obrigada

ao exercício da acção penal face a qualquer delito, à margem de condicionamentos e pressões do poder político. Foi dotada de um órgão de autogoverno próprio, o Conselho Superior da Magistratura, presidido pelo mais alto órgão de garantia, o Presidente da República. Em síntese, um magistrado independente que tutela liberdades e garantias de *todos* (Galante Garrone, 1994). Nesse sentido, bem se pode dizer que o Título IV da Constituição lançou as mais fortes premissas para realizar e garantir, no âmbito do edifício republicano, aquela separação de poderes que Montesquieu e Tocqueville elegeram como defesa das democracias modernas.

Mas teria bastado esculpir esse corpo de regras para garantir um feliz ou, pelo menos, um bom equilíbrio entre poder político e poder judiciário? A resposta que nos é dada pela história das décadas subsequentes foi francamente negativa. Na realidade, as preocupações da Assembleia Constituinte mostraram-se fundamentadas. O fascismo tinha subordinado a justiça e as garantias às suas próprias razões, desenforçando leis autoritárias e encorajando a violação das suas próprias leis por parte de funcionários com farda e, sobretudo, da sua organização militar, a Milícia voluntária para a segurança nacional (Chabod, 1961). Todavia, o fascismo não foi um estrangeiro na história da cultura italiana. Talvez tivesse sido mesmo, segundo a expressão de Piero Gobetti, uma *autobiografia della nazione*. Por isso, nem as barreiras edificadas com escrupulo e previdência pela Carta suprema bastaram para impedir, nas décadas subsequentes, tentativas de violação do espírito constitucional ou agressões à autonomia da magistratura. Não foram suficientes para formar um alvéolo de relações funcionais de cooperação entre esfera política e esfera judiciária. Diferentemente, com a passagem do tempo, a intolerância da política para com uma magistratura independente manifestou-se através de formas cada vez mais explícitas e brutais, a ponto de pressionar, repetidamente, a própria fundamentação constitucional. De facto, numa progressão dotada de cadências histórico-políticas muito precisas, essas barreiras foram postas em discussão, tendo em vista o seu derrube, com o argumento de que, sendo elas consignadas pela segunda parte da Constituição (considerada mais facilmente modificável, por não incidir sobre os ditos princípios fundamentais), podiam ser sacrificadas no altar de uma *grande reforma* da justiça.

O que nos perguntamos é como foi possível que isso tivesse acontecido. O que é que teria agido, e continua a agir, nas profundezas da vida pública italiana. Que entrecchos de culturas políticas e cívicas, que sedimentações históricas, que comportamentos sociais, que dinamismos específicos de poder se reuniram e se alimentaram mutuamente. Tais perplexidades convergem numa dupla pergunta que incide sobre a) o controle político da magistratura; b) a redução do controle da legalidade sobre os titulares do poder político.

Neste ensaio, procuraremos desembaraçar o nó de factores que pesou, historicamente, sobre o sentimento de legalidade detido por uma relevante quota-parte das elites nacionais e locais italianas, com o objectivo de o tornar mais inteligível. Abordaremos, pois, o défice do espírito de legalidade, em relação a três grandes ordens de causas ou de planos de análise: a) a razão de Estado; b) a razão política; c) a razão social. Trata-se, como desde logo se vê, de três planos de análise que em parte se sobrepõem e que são, por certo, correlatos e comunicantes, mas que, para as nossas finalidades, como também desde logo se vê, possuem uma especificidade explicativa *própria*, que tem tanto de indubitável como de fértil.

1. LEGALIDADE E RAZÃO DE ESTADO

HÁ VÁRIOS MOMENTOS, na história italiana, em que se criam condições decisivas para a corrupção do espírito de legalidade das classes dirigentes. Momentos, que podem ser longos períodos, nos quais a razão de Estado contrasta a primazia da lei. Deles decorre uma espécie de legitimação tácita, quando não explícita, de comportamentos ou mesmo de ordenações ilegais.

a) O primeiro desses momentos é, significativamente, o da *unificação do país* ao constituir-se em nação. Esta observação retrospectiva adquire uma importância tanto mais relevante, que não raro tem vindo a ser subvalorizada, quando considerada na sua correlação com as celebrações dos 150 anos de história unitária da Itália. A unificação processou-se, como se sabe, consertando, no âmbito de um mesmo quadro institucional que é o do Estado liberal, regimes políticos e sistemas sócio-económicos diferentes. O Estado do Piemonte alicerçava-se

sobre um capitalismo agrário recente. A Lombardia e o Vêneto faziam-se herdeiros da boa administração dos Habsburgo. Havia o moderno Grãducado da Toscana, ao passo que o Reino das Duas Sicílias, marcado pelo governo dos Bourbon, se encontrava numa situação de atraso.

A rapidez com que essa unificação foi levada a cabo implicou o enxerto, no seio de um mesmo quadro institucional, de relações sociais e tipos de vida pública profundamente diversos e muitas vezes contrastantes. Direitos e deveres reconhecidos, formas de gestão da ordem pública, modelos de controle social e do território, desde logo se apresentaram munidos de fortes especificidades locais, dificilmente reconduzíveis, a curto prazo, a um denominador comum de peso. Rebeliões e movimentos sociais, em particular os que se geraram no sul do país, menos acostumado a uma actuação orgânica dimanada de um governo central, requereram, face às pressões centrípetas, práticas repressivas que contrastavam com as regras do Estado liberal.

Em nome das superiores exigências do Estado, ao princípio de legalidade sobrepuseram-se várias formas do próprio poder que o devia encarnar. Isso aconteceu, sem dúvida, para garantir as vitórias militares e políticas da *revolução garibaldina*, que no Reino das Duas Sicílias foi decisiva para levar a bom termo a tarefa de unificação. Na sua recente *Storia della camorra*, Francesco Barbagallo (2010) enfatiza o papel desempenhado pela camorra em apoio da ordem social, no período de transição para o novo Reino (2010: 19),

Nell'autunno del 1860 e nei primi mesi del '61, fra la dittatura garibaldina e le prime luogotenenze piemontesi, la camorra esercitò con efficacia il controllo dell'ordine pubblico, ma ancor meglio sviluppò i suoi tradizionali affari nell'esazione dei dazi e nel contrabbando di terra e di mare. [...] I camorristi sostituivano i gabellieri, esigendo i dazi al grido di *E' roba d'o zi' Peppe*, che era naturalmente Garibaldi, sotto le cui insegne s'erano arruolati, a ogni buon fine, i camorristi: per la città, ma innanzitutto per se stessi e i propri affari.

Aconteceu que os bandos da camorra foram enquadrados na polícia da cidade, que lhes confiou funções de chefia, no objectivo de fazer face, segundo o testemunho do escritor ítalo-suíço Marc Monnier, à *canaglia sanfedista*, pronta para aticar revoltas e pilhagens. A designação dada, no século XVIII, às milícias organizadas pelo Cardeal Ruffo, para

combater a revolta da *Repubblica partenopea* em defesa da *Santa Fede*, passou então a ser utilizada com referência àquelas forças reaccionárias que resistiam à unificação da Itália.

Poder-nos-íamos perguntar se, em Nápoles, foi indolor essa concessão de poderes policiais à má vida local para obter, em troca, a ordem necessária ao triunfo do Reino dos Sabóia. A resposta é óbvia. Não foi, de modo algum, indolor. A camorra sentiu-se potente e legitimada. Procurou então levantar a garimpa, mais de quanto lhe era fisiologicamente permitido, o que deu lugar a vagas de actividades repressivas por parte do Estado unitário. Mas ficou bem inserida na vida napolitana, até que sofreu os primeiros reveses efectivos, políticos e judiciários, em inícios do século XX, apesar de continuar pronta para vir de novo à tona de água, como sucedeu a seguir à segunda guerra mundial.

Foi análoga a razão de Estado que se manifestou na Sicília durante o período que vai de 1860 a 1866, embora através de formas mais complicadas, pelo que a sua leitura histórica é mais difícil. As *squadre di azione* apoiaram a expedição de Garibaldi, numa mistura entre espírito de revolta democrática e espírito mafioso. Na sua obra clássica *Storia della mafia*, de 1963, Salvatore Francesco Romano nota como o representante do Estado na região, o *prefetto* Gualtiero, em Palermo, no ano de 1865, redigiu um relatório sobre a máfia para denunciar o escasso ascendente moral que “le autorità esercitavano sui cittadini influenti” e para mostrar como, nessas condições, se tinha facilitado o alastramento da máfia, entendida como *associazione malandrinesca* que na Sicília desde sempre tinha mantido relações directas com a vida política, *specie nei momenti di rivoluzione*. “I liberali nel 1848”, escreve Gualtiero (1963: 143), “i Borboni nella restaurazione, i garibaldini nel 1860, ebbero tutti la necessità medesima, si macchiarono tutti della istessa colpa”. A culpa é a de terem entrado em relação com essa associação de malandragem, de tal forma que “l’abitudine e la necessità di questa trista associazione la tenne sempre mai dipendente dai partiti”.

De facto, importantes áreas geográficas do novo Estado foram anexadas, à espera de uma confirmação pelo plebiscito de 1861, com recurso a forças sociais que depois imergiram nas vicissitudes do Reino unitário uma parcela de ilegalidade imune. A imunidade havia de sorrir, em particular, àqueles estratos dominantes cuja sintonia com essas forças era mais estrita.

Foram esses estratos, no fundo, os mais conscientes apoiantes da ideia de sociedade, de autoridade e de lei que provinha da experiência histórica dos Bourbon e, especificamente na Sicília, do latifúndio. Dois deputados liberais, Leopoldo Franchetti e Sidney Sonnino, conduziram, nesse âmbito, por meados da década de 1870, um magistral inquérito sobre a Sicília. Fizeram-no autonomamente da comissão especial de inquérito nomeada pelo Parlamento, em seu entender inquinada pela presença, no seu seio, de personalidades demasiado ligadas aos agricultores sicilianos. No fundo, aquela comissão, que tinha sido formada com generosidade, era o primeiro sinal de que o novo Estado quase se vira constringido a sobrepor as razões dos seus equilíbrios às da legalidade.

A esse propósito, Franchetti legou-nos, em *Condizioni politiche e amministrative della Sicilia*, páginas extremamente modernas (1993: 14, 7),

Qui l'amministrazione governativa è come accampata in mezzo ad una società che ha tutti i suoi ordinamenti fondati sulla presunzione che non esista autorità pubblica. [...] Non v'ha nulla di misterioso in questi delitti. Molti fra i loro autori sono, è vero, persone pregiudicate, che si nascondono alle ricerche della giustizia. Ma la giustizia è sola a non sapere dove sono. Peraltro è di notorietà pubblica che il tale o il tal altro, persona agiata, proprietario, fittaiuolo di giardini, magari consigliere nel suo Comune, ha formato ed accresce il suo patrimonio intromettendosi negli interessi dei privati, imponendovi la sua volontà e facendo uccidere chi non vi si sottometta. Che quest'altro, il quale va passeggiando tranquillamente per le strade, ha più di un omicidio sulla coscienza.

Uma década volvida, o Comissário da Polícia Giuseppe Alongi deu-lhe razão, em *La Maffia nei suoi fattori e nelle sue manifestazioni. Studio sulle classi pericolose della Sicilia* (1886), ao denunciar a distância que corre, na Sicília, entre a lei do Estado e a lei efectiva da ilha. Notava Alongi, referindo-se ao cobrador que imperava no latifúndio e ao homem de bem (1977: 23), que este último

Non può capire, per esempio, perché i funzionari d'oggi debbano occuparsi delle violenze gravi che un galantuomo fa ad un servo o ad un borghese, cosa che gli antichi ufficiali di polizia non facevano; anzi si univano al

galantuomo per dare delle severe lezioni al contadino. [...] Quel che più lo urta, è l'insistenza con cui giudici e funzionari vogliono sapere da lui certe cose intorno ai reati di fresco successi, quasicché si debba incomodare un galantuomo... citarlo per dire quello che sa come un semplice mortale! *Ma che? Se il giudice o il delegato han bisogno di lui, vadano a trovarlo in casa!* Ve n'è poi di semi-ingenui che strabiliano nel vedere che un Governo debba cercar prove, far tante formalità e spese per mandare un miserabile in galera. *Fatelo sparire senza tanti complimenti!*

Em suma, cultura e formas organizadas de ilegalidade entraram no código genético do Estado unitário, partindo sobretudo de latitudes meridionais. Cortá-las pela raiz implicava o altíssimo risco de deixar de poder reunir, sob o mesmo tecto estatal, uma vasta panóplia de sistemas sociais diferenciados. Foi a aceitação plena dessa *razão de Estado* que levou sucessivos governos, mesmo os mais abertos às reformas e à inclusão social, como era o caso dos governos chefiados por Giovanni Giolitti, a renunciarem à pretensão de unificar verdadeiramente o país. Foi também essa a razão que levou os melhores conhecedores do meridiano a denunciarem com vigor as responsabilidades dos governos de Roma. O deputado e dirigente republicano Napoleone Colajanni chegou a usar, referindo-se à Itália, a expressão *Regno della mafia* (1900). Por sua vez, Gaetano Salvemini, o mais profundo conhecedor do sul pertencente à ala socialista, acusou Giolitti de praticar dois tipos de direito diametralmente diferentes, um no norte, outro no sul, apodando-o, por isso, numa invectiva que ficou para a história, como *il ministro della malavita* (ver a antologia dos seus escritos, 1955).

b) O segundo dos momentos a que aludimos é então o da *constituição e do desenvolvimento do regime fascista*. Na *vulgata* não só apolo-gética desse vinténio, sobressai a imagem de uma Itália que finalmente é reconduzida ao domínio da lei. O princípio *law and order*, típico de qualquer verdadeiro regime autoritário, teria encontrado nesse período, segundo uma certa argumentação, perfeita aplicação e cidadania plena. Um país desde sempre esquivo à aceitação da legalidade teria sido levado a conformar-se com ela por uma ditadura finalmente capaz de o unificar e que, além disso, incluiu na vida social massas que anteriormente eram alheias a qualquer ideia de Estado. Daqui decorre, aliás, a

visão de uma via autoritária para a modernização, segundo o conhecido esquema de Germani (1975). Em apoio dessa tese, são recordados os sucessos alcançados pelo regime precisamente contra as mais estrondosas manifestações de ilegalidade metabolizadas pelo Estado burguês liberal, no sul do país, a camorra e a máfia.

A primeira foi sem dúvida pressionada e teve de se defender. Na realidade, dava-se continuidade e endurecia-se a acção repressiva já iniciada com sucesso pelo próprio Giolitti, no início do século XX. A segunda, por sua vez, foi enfrentada com o envio para Palermo do célebre *prefetto di ferro*, Cesare Mori. Dirigiu a luta contra a máfia com muita dureza, através de medidas excepcionais, tais como buscas e rusgas em inteiros povoados, exercendo uma violência de massas que nem a própria lei fascista autorizava (de grande interesse Duggan, 1986). A máfia baixou a garimpa, vários *bosses* foram desterrados para ilhas onde estavam também expoentes da oposição política, outros procuraram novos espaços para além do Atlântico.

Contudo, uma questão permanece, que é a de se saber se a ordem fascista ofereceu à Itália, em troca da redução da liberdade política, classes dirigentes que respeitassem a lei. Na realidade, o fascismo subiu ao poder através de uma insolente demolição da legalidade burguesa. O seu triunfo deu-se à sombra do mote, *me ne frego*. Quer dizer, *estou-me nas tintas* para as convenções, para os deveres, para os vínculos institucionais e jurídicos, numa palavra, para a lei. Foi um movimento subversivo que destruiu todo um quadro institucional (salvaguardada a monarquia, aliás inofensiva e assustada), apesar de ter saído vitorioso da prova eleitoral de 1924. Consolidou a convicção de que a lei podia não ser respeitada e de que o poder político podia reduzir a justiça às suas próprias razões, quer com a emanção de leis liberticidas, quer criando tribunais especiais, quer praticando e autorizando, de forma difusa, comportamentos ilegais. Se, como afirmava Giambattista Vico, “la natura delle cose sta nel loro nascimento”, o fascismo foi um regime que pretendia que a lei fosse respeitada, ao mesmo tempo que ensinava a desprezá-la. Com certeza que o período que corre entre 1919 e o fim do Parlamento, na prática em 1925, passando pelo assassinio do dirigente socialista Giacomo Matteotti em 1924, representou um *nascimento* suficiente para delinear bem o espírito do novo regime. Com certeza que o exercício da força e

da disciplina inculcou a certas gerações um respeito pela autoridade superior ao que vigorava na história italiana, em média, antes e depois desse regime. Mas um olhar atento mostra que o vinténio reproduziu *de uma outra forma* a própria crise do direito que se encontra na mira do presente ensaio.

Uma nota suplementar merece, pois, sob uma tal perspectiva, a relação entre o regime e a máfia (para além do já citado Duggan, ver, com uma outra óptica, Lupo, 1987, 1993). Já se observou, na verdade, que muitas das razões em virtude das quais a aristocracia terratenente ou os chamados homens de bem do campo apoiavam a máfia foram por assim dizer automaticamente satisfeitas pelo fascismo. Se a máfia tinha de facto servido para controlar quer as reivindicações dos camponeses, quando se deu a revolta dos Fasci siciliani em 1893 e 1894, quer as reivindicações socialistas dos anos que precederam a primeira guerra mundial, o fascismo chegava e sobrava para exercer essa função repressiva. Além disso, o próprio *prefetto di ferro* foi alvo de uma tentativa de atentado, e passados alguns anos foi chamado a Roma como senador, por pressão de quadros mafiosos que se tinham inserido no partido. Com efeito, a máfia, *sradicata dal fascismo* (como em 1966 se podia ler no dicionário da língua italiana Zingarelli), ficou bem aninhada nas pregas do sistema, pronta a colocar-se ao serviço dos Aliados a seguir ao desembarque na Sicília, em 1943.

A reflexão que prioritariamente se impõe elaborar, de momento, diz respeito à relação formal entre os dois poderes, o político e o judicial, e à sua substância. Na realidade, nunca nenhum regime despótico mostrou saber honrar as suas próprias leis, a não ser para sancionar os delitos cometidos pelo comum cidadão ou, acima de tudo, pelos expoentes da oposição e de um dissenso político mais ou menos clandestino. Cada regime despótico produz constituições inspiradas em grandes princípios (valha por todas a de Estaline) que depois espezinha quotidianamente, confiando na força aniquiladora do poder político. O fascismo não se comportou diversamente. A violação da lei foi consentida aos membros do regime, através de uma rede de corrupção que hoje é reconhecida por qualquer filão historiográfico. E a própria actividade repressiva foi muito além dos limites fixados pela legislação (recorde-se o assassinio, no estrangeiro, dos irmãos Carlo e Nello Rosselli, que pensavam estar resguardados ao exilarem-se em França).

Se se devesse traçar, no âmbito do perfil que presentemente nos interessa estabelecer, a parábola do fascismo, seria possível representá-la através de dois extremos. O primeiro, inicial, é como se disse o da subversão de massas, do *me ne frego*. O segundo, final, é o da pressão sobre os magistrados para que peçam o cartão do *Fascio*, obrigatório para os trabalhadores do Estado desde 1933. Mantém-se, pois, na história italiana, a indecisão de um regime que primeiro, em nome da tomada do poder político e do *restabelecimento da legalidade*, espezinhou a legalidade, e que, depois, em nome do próprio poder conquistado, pediu fidelidade política (ou melhor, *partidária*) a quem devia aplicar as próprias leis. Essa relação de submissão, além do mais psicológica, ao poder político, legou, pois, uma herança de peso às gerações de magistrados e de funcionários que se formaram no tempo do fascismo e que foram chamadas a administrar justiça na democracia reconquistada, passando a habitar uma nova e diversa, mas igualmente potente, *razão de Estado*, a do campo ocidental.

c) O terceiro momento é então o do *nascimento e do desenvolvimento da democracia republicana*, assinalado pelo posicionamento da Itália naquele mundo dividido em dois, resultante dos acordos de Yalta. Trata-se de uma história mais próxima e portanto mais conhecida e discutida, que já foi analisada sob diversas angulações. Não é possível enunciar, no presente contexto, todos os seus principais capítulos. Bastará porém recordar os essenciais. 1) A natureza de fronteira da democracia italiana, sendo a Itália o confim mediterrânico do ocidente europeu, no longo *confronto* com o bloco comunista de obediência soviética (ou não alinhado, como no caso da Jugoslávia). 2) A presença, no sistema político deste país de fronteira, do partido comunista mais forte do ocidente, um partido além do mais historicamente legitimado pelo papel de protagonista que desempenhara na Resistência à ocupação nazi, durante a segunda guerra mundial, e pela sua participação na fundação da República, bem como na redacção da Constituição. 3) A sujeição de uma Itália, que na segunda guerra fora vencida, aos Estados Unidos, libertadores do país e moralmente credores, nos seus confrontos, da reconstrução económica nacional promovida com os fundos do plano Marshall.

A soma destas três premissas fez com que qualquer processo social, qualquer projecto político, qualquer actor individual ou colectivo, e

também qualquer feito ou crime fosse julgado, antes de mais, à luz da função que podia desenvolver no quadro de alianças delineado. Era avaliado, em especial, pelas vantagens e pelos inconvenientes na luta contra o comunismo, através de critérios naturalmente exaltados em momentos cruciais e de maior tenção política. A razão de Estado acabava assim por se erigir em razão cívica à escala mundial, entre ocidente e comunismo, liberdade e totalitarismo. Nesse âmbito, até uma razia podia assumir um valor salvífico (ou não trágico), sobre o pano de fundo dos grandes cenários mundiais.

A legalidade voltou a ser escrava *não* da política (correctamente entendida como função legislativa do Parlamento), mas de interesses políticos específicos. Episódios devastadores para a qualidade da democracia e para o espírito da lei foram encarados política e judiciariamente, numa lógica autónoma distinta da constitucional. Às vezes era inconfessável, às vezes tranquilamente confessada. Mas voltando à máfia, como exemplo basta recordar que em 1955, isto é, depois do grande massacre de camponeses sindicalistas (mais de quarenta) levado a cabo pelos bandos mafiosos na Sicília, o Procurador-Geral do Supremo Tribunal de Justiça, que é o mais alto representante de acusação na Justiça italiana, Giuseppe Guido Lo Schiavo, escreveu o seguinte numa revista de doutrina jurídica, a seguir à morte de Calogero Vizzini, o *boss* histórico de Villalba (Caltanissetta) e interlocutor à altura do exército americano na Sicília, nos anos do pós-guerra,

Si è detto che la mafia disprezza polizia e magistratura: è una inesattezza. La mafia ha sempre rispettato la magistratura, la Giustizia, e si è inchinata alle sue sentenze e non ha ostacolato l'opera del giudice. Nella persecuzione ai banditi e ai fuorilegge [...] ha affiancato addirittura le forze dell'ordine... Oggi si fa il nome di un autorevole successore nella carica tenuta da Don Calogero Vizzini in seno alla consorteria occulta. Possa la sua opera essere indirizzata sulla via del rispetto alle leggi dello Stato e del miglioramento sociale della collettività.

A máfia como componente do *sistema da legalidade*, portanto. Fora precisamente na Sicília que em 1947 a Itália inaugurara o longo período das chacinas, com o massacre de Portella delle Ginestre. No dia 1 de Maio, os homens do bandido Salvatore Giuliano tinham disparado sobre a multidão de camponeses reunida para celebrar a festa dos

trabalhadores. Por trás de Giuliano, foi identificado um complicado e fugidio entrelaçado de máfia, governo e serviços secretos, talvez também americanos. Em circunstâncias cuja explanação requeria um espaço que não é o de aqui se dispõe, a chacina permaneceu impune. Era o início daquela que já foi definida como *la lunga stagione delle stragi*.

Com efeito, um dos preços que a Itália pagou pela sua posição de fronteira da democracia na guerra fria planetária, foi uma sucessão de massacres que não encontra paralelo em nenhum outro país ocidental. Se noutros pontos do tabuleiro mediterrânico, como na Grécia ou na Turquia, foi possível, no pós-guerra, levar a cabo golpes de Estado militares, em Itália nunca passaram de tentativas, de projectos abortados. Em virtude quer da especificidade do sistema político, quer da força dos partidos e dos movimentos antifascistas, a forma assumida pela subversão política de direita contra o perigo comunista foi a da chacina (ver o relatório da Comissão parlamentar para os massacres, 1997). A acabar com a inocência (no sentido de que as bombas anónimas substituíram pela primeira vez a repressão armada), foi, em Milão, a chacina de Piazza Fontana, com uma explosão dentro da Banca Nazionale dell'Agricoltura, a 12 de Dezembro de 1969. Estava-se num momento culminante das lutas sindicais e estudantis, que em Itália foram mais longas e ideologicamente mais significativas do que noutros países. A partir de então, foi uma cadeia decenal, até à bomba da estação de Bolonha, a 2 de Agosto de 1980 (os massacres seguintes foram atribuídos à máfia).

No apuramento das responsabilidades desses gravíssimos delitos e na administração da justiça, nos relativos processos ficou manifesta a cobertura de que gozavam, no plano político, os ambientes terroristas de extrema direita. Assim se foi progressivamente esclarecendo a função não propriamente desestabilizadora, mas antes *estabilizadora*, que tinha sido conferida a esses massacres por determinada instância do poder. A razão de Estado exprimiu-se também através da constituição de modelos precisos, nas suas variantes, de *exit strategies* para os imputados. Era possível, sem dúvida, que os expoentes da primeira leva de magistrados, cientes por formação da independência do seu próprio ministério, levassem a cabo investigações sem terem em linha de conta pressões ou conselhos políticos, procurando afirmar, através dos seus actos, o primado da lei. Assim aconteceu. Logo foram obstaculados pela

destruição de provas, pela supressão (sempre misteriosa) de testemunhas, pela construção de provas ou de testemunhos falsos. E quando isso já não bastava, foram estudadas estratégias que respeitavam formalmente o direito de transferir o processo para outra comarca *competente*, para decidir a repetição do processo numa outra instância, com a saída de cena de alguns culpados e o ingresso de novos culpados, os quais, por sua vez, iam saindo de cena sucessivamente, em viagens estonteantes através das três instâncias processuais (ao que há a acrescentar as repetições) previstas pela ordenação italiana. Por vezes, os autores do crime evadiam-se da prisão onde estavam e desapareciam em países longínquos. Um investigador pode identificar, nesses dédalos jurídicos, uma verdadeira e própria *ciência da impunidade*, demonstrando o envolvimento, na estratégia da chacina, de importantes sectores do poder político (também pela mão dos famosos serviços secretos *deviati*, uma característica bem italiana, a começar pelo eufemismo através do qual se designa um *desvio*, a cumplicidade com serviços secretos de outros países; ver, sobre o assunto, De Lutiis, 1991).

Eis como, na vida republicana, se exprimiu da forma mais dramática o conflito entre legalidade e razão de Estado. E eis porque se manifestou várias vezes, no fio desta história, uma intolerância de fundo, por parte do poder político, pela afirmação judicial da verdade ou pela escrupulosa aplicação da lei. E também porque foi deste ponto que partiram as campanhas selectivas de deslegitimação lançadas contra a magistratura, que mostraram como se põem em prática modalidades de pressão, tão crepitantes como refinadas, contra os juízes mais inflexíveis nos inquéritos à máfia, depois da acção de desmantelamento iniciada pelo malogrado Giovanni Falcone.

Além disso, tem seguramente o seu significado o facto de a razão de Estado *se ter casado* com a legalidade, de forma diferente, na luta contra o terrorismo vermelho que foi quase contemporânea a esses massacres. Neste caso e de uma forma geral, razão de Estado e legalidade coincidiram (Rognoni, 1989). Na verdade, a repressão funcionou e o Estado, por oportuna solicitação, respondeu com rigor. Efectivamente, os terroristas acabaram na cadeia e os processos não foram refeitos por sofismas jurídicos, nem as comarcas onde deviam ser apresentados foram mudadas. Em conclusão, foi praticada *uma outra justiça* (Caselli, 2009).

2. LEGALIDADE E RAZÃO POLÍTICA

UM SEGUNDO CAPÍTULO da nossa análise é constituído pelo condicionamento do princípio de legalidade pela razão política. Sem dúvida, razão de Estado e razão política são conceitos em certos aspectos aparentados. É evidente, por exemplo, que no primeiro dos dois momentos históricos a que acima se aludiu as concessões feitas à *legalidade mafiosa* visavam garantir o equilíbrio possível no seio de uma recente estrutura estatal, mas que, ao mesmo tempo, pretendiam conservar a maioria governamental que então se encontrava no poder. É também evidente que a razão de Estado, no vinténio fascista, coincidia imediatamente com a razão do partido-regime e com as suas estratégias de poder. Ou ainda que a mais alta razão de Estado, na Itália republicana, acabou tantas vezes por coincidir com as necessidades político-eleitorais da Democracia Cristã, o partido estruturante de todas as coligações governamentais.

A razão política inclui, porém, uma tipologia específica de fenómenos histórico-culturais. A primeira questão a sublinhar, a esse propósito, é a do peculiar relacionamento entre partidos e instituições, entre partidos e Estado. Na democracia italiana, os partidos não nasceram dentro de um Estado sedimentado por uma experiência secular. Foram eles, depois do fascismo, a *fundar* o Estado, a plasmá-lo com base nos seus próprios valores de referência (democráticos, entenda-se), elaborando uma das constituições mais avançadas do mundo. Uma Constituição *nascida da Resistência* que, por sua vez, foi muito discutida por formações partidárias ligadas, em especial, a ideologias de esquerda. Temos, portanto, um Estado como criação dos partidos, que, assim, deles é considerado geneticamente devedor. E, à semelhança do Estado, as instituições. Naturalmente, não há nenhum texto escrito que estabeleça esse princípio, nem nenhum congresso de nenhum partido pode formular um tal enunciado. A ideia de uma superioridade do partido desvela-se, porém, em contraluz, através do atento estudo de declarações e actos públicos, representando uma espécie de registo invisível da vida política. Apesar de invisível, encontra-se tenazmente presente. Por conseguinte, um partido político detém, ou pretende deter, um campo de legalidade e de licitude de comportamentos mais amplo do que o previsto para os cidadãos e para as suas associações.

Esta situação é tanto mais legitimada, quanto mais o partido político se considera portador de uma visão geral do mundo, quase uma missão terrena, a cuja nobreza e a cuja superioridade no fundo tudo pode ser sacrificado. Assim acontece, apesar de todas as mediações históricas, com o Partido Comunista, que durante muito tempo se arvorou em testemunho e vate da sociedade dos *livres e iguais*, quer dizer, sem exploradores. O mesmo acontece com a Democracia Cristã, testemunha e vate do verbo de Deus ou da fé católica na política, se não em todas as suas correntes, pelo menos em algumas. Perante uma missão superior, o delito desaparece. O mal como doloroso preço a pagar pelo Bem. É este o (fiel) raciocínio feito por Giulio Andreotti, no recente filme *Il Divo* de Paolo Sorrentino, quando tem de explicar ao seu interlocutor o envolvimento pessoal em numerosos escândalos da República. Aqui tem origem a *dualidade* dos partidos políticos italianos (porque não existiu apenas a famosa dualidade comunista), acostumados a professar a sua fidelidade aos textos constitucionais com a mesma predisposição com que praticam uma lealdade de ordem superior (revolução, cultura católica, anticomunismo...), mesmo quando repudiavam com horror a noção de Estado herético, segundo Hegel (dalla Chiesa, 1996).

Além disso, a forma como se desenrolou o debate constitucional esclareceu a complexidade que viria a assumir a relação entre política e legalidade, ao mais alto nível. As resistências à instituição de um Tribunal superior que ajuizasse a legitimidade constitucional das leis tiveram por protagonista, entre outros, Palmiro Togliatti, o chefe carismático do Partido Comunista. O Tribunal Constitucional foi então considerado como uma ameaça, um limite abusivo à soberania popular, identificada com o primado da vontade política expressa no Parlamento pelos partidos. Não por acaso, a sua instituição foi protegida por vários anos, até 1955.

Coerente, sem dúvida, com essa visão *superior* da política, é o uso exorbitante, por vezes absolutamente escandaloso, do artigo 68.º da Constituição, relativo à imunidade parlamentar. Esse artigo, recorde-se, definia na sua redacção original algumas prerrogativas especiais dos membros do Parlamento, individualmente considerados, no objectivo de tutelar a sua liberdade de opinião e de os proteger, em qualquer circunstância, de eventuais perseguições policiais ou judiciais motivadas por razões de hostilidade política. Na realidade, foi continuamente

utilizado, mesmo depois da reforma restritiva de 1993, salvo raras exceções, para garantir aos deputados uma generalizada impunidade face aos mais diversos crimes (dalla Chiesa, 2000).

A ideia de uma política que vai para além da lei, *extra legem*, atravessa, pois, toda a história republicana da Itália, numa confluência para onde escorrem diversas fontes. Intersecta-se com outros filões bastante extensos do pensamento político nacional. De entre eles, destaca-se a herança de Nicolau Maquiavel e do seu corpo doutrinário, em particular da mais que famosa teoria segundo a qual o fim justifica os meios, na variante (na verdade a menos fiel a *Il Principe*, que é também a mais radicada e difundida) que considera fim não a salvação da *cidade*, mas a defesa e a continuidade do poder. Conta igualmente, para o desenvolvimento dos condicionalismos e dos reenvios culturais, a prática especial e patológica dos segredos de Estado, os *arcana imperii*, expressão essa que, por sua vez, encerra uma noção patológica de poder público. Sobre esse tema, escreveu páginas límpidas e incisivas o filósofo da política e do direito Norberto Bobbio, um mestre do pensamento italiano do século XX (1980; 2009). Nas suas reflexões de ordem científica e civil, denunciou reiteradamente o modo segundo o qual, na cultura política italiana, o direito ao segredo, fisiologicamente indispensável a uma boa acção governativa quando se penetra naquelas zonas de decisão mais delicadas e nevrálgicas, de alcance nacional, foi entendido como um direito permanente de constituir zonas francas e de se subtrair aos deveres de transparência e de responsabilidade.

Com efeito, a história da República italiana é marcada pela recorrente presença de centros de poder ocultos, formados com recurso a modalidades diversas e transversais por expoentes das instituições políticas, militares e judiciárias, que se aliam a homens de negócios ou a aventureiros. Eram e continuam a ser organizações e redes que pretendem orientar a vida da nação através de critérios e procedimentos a situar para além de qualquer legitimação e de qualquer visibilidade públicas. De entre elas, destaca-se o caso da chamada P2, que eclodiu no início da década de 1980, e que foi objecto de um inquérito instaurado por uma comissão parlamentar específica, a qual chegou à conclusão de que era uma verdadeira e própria associação subversiva. Facto é que o investigador ou o observador que se dedicam ao seu estudo quase sempre se deparam com uma história paralela, a qual

se intersecta com a das instituições, pelo menos em alguns períodos, dotada de um forte secretismo (Galli, 1983; Di Giovacchino, 2005; e em sentido muito específico, Lodato e Scarpinato, 2008).

Há um episódio, de entre tantos e tantos, que se presta a ilustrar plasticamente como razão política, o pior maquiavelismo e prática dos *arcana imperii* podem levar o poder político para fora da área de legalidade, imergindo-o numa tensão insanável com essa própria legalidade. Passa-se (novamente) em inícios da década de 1980. Esses acontecimentos ficaram conhecidos como *caso Cirillo*. *Cirillo* era o potente assessor de urbanismo para a Região da Campânia, sendo Presidente da comissão para a reconstrução, na sequência do terramoto de Irpinia, em 1980. Era um homem muito ligado a Antonio Gava, napolitano, que era um dos maiores líderes da Democracia Cristã e foi várias vezes ministro. Em virtude do seu lugar de charneira, *Cirillo* conhecia bem os bastidores e os acordos em curso entre política e empreendimentos da camorra, a qual se estava a apoderar da parte mais substancial da reconstrução. As Brigadas Vermelhas raptaram-no em Abril de 1981. A Democracia Cristã decidiu estabelecer contactos com os terroristas com vista à sua libertação, fazendo, neste caso, o que se tinha recusado a fazer pelo seu Presidente nacional, Aldo Moro, sequestrado e morto por essas mesmas Brigadas, três anos antes. Ao querer salvar, com o homem, segredos inconfessáveis, gerou outros piores. Para obter a libertação do refém pelos terroristas, dirigiu-se ao chefe da nova camorra organizada, Raffaele Cutolo, dando-lhe carta branca para entrar (ou mandar entrar os seus homens) nas prisões, envolvendo, da mesma feita, homens das instituições e acabando por conseguir, num contexto misterioso, a libertação daquele alto expoente. Com toda a certeza, como o mostra a acção judiciária, deu em troca, às Brigadas Vermelhas, dinheiro, e às empresas da camorra de Cutolo, bons negócios. A razão de partido tinha pois arrastado consigo as instituições, levando ao financiamento de dois inimigos do Estado diferenciados. Os fins (salvar o partido-Estado) tinham justificado os meios. A área de segredo a ser protegida tornou-se, entretanto, incomensuravelmente maior (Sales, 1986).

Se se organiza num quadro geral o conjunto de factores e de factos chamados à colação, logo se percebe porque é que o partido ou o homem político, e obviamente, antes de mais, o líder político, espe-

cialmente quando tem responsabilidades no governo, considera tendencialmente como uma invasão de campo indevida qualquer iniciativa da magistratura que pretenda apurar responsabilidades judiciárias próprias ou de um determinado expoente do partido. Com efeito, à medida que a magistratura se ia libertando do modelo herdado do fascismo (o de um poder judiciário submetido ou susceptível de ser condicionado pelo poder executivo), à medida que a magistratura alargava o campo daqueles comportamentos públicos sujeitos a um controle de legalidade, o *establishment* político desenvolveu verdadeiras e próprias estratégias de deslegitimação do poder judiciário e de defesa, em paralelo, do controle de uma legalidade que incidia sobre os seus próprios comportamentos, sobre os seus próprios quadros e sobre os seus próprios expoentes. Tratava-se de estratégias complexas e articuladas que criaram profundas convergências com interesses mais declaradamente ilegais. Basta pensar nas intervenções que visavam a impunidade de certos delitos, através de medidas de amnistia e de indulto, ou de certos actos ilegais que ainda não tinham sido realizados ou descobertos, abolindo o relativo dolo (sobre essas estratégias e o seu manejo na actualidade, ver Caselli, 2006; e Spataro, 2010).

O conflito que até aqui foi apresentado assumiu características inéditas, quase acabando por escapar ao controle, no período histórico vulgarmente designado como Segunda República. Resultou, já lá vão vinte anos, dos grandes inquéritos acerca da corrupção em Milão, por inícios da década de 1990, com a investigação designada como *Mani Pulite* ou *Tangentopoli*. Entre 1992 e 1993, desabaram, na sequência desse e de outros inquéritos, os partidos que tinham governado a Itália da chamada Primeira República, para deixar lugar à Lega Nord e a Forza Italia, o movimento fundado pelo empresário do ramo imobiliário e da televisão Silvio Berlusconi. Com a sua *entrada em campo*, por via eleitoral, em 1994, introduziu-se no sistema político italiano um especialíssimo factor B., destinado a engrandecer e a tornar espectáculo, para além de qualquer medida, os fenómenos que até este momento temos vindo a descrever.

De facto, Berlusconi encontrou-se e encontra-se envolvido, juntamente com destacados expoentes do seu *milieu* negocial e partidário, em casos judiciários de alto impacto político e institucional. Optou por usar o próprio controle das redes de televisão privadas (e de uma parte

das públicas) para responder a um tal envolvimento, na tentativa de influenciar a posição dos italianos, face às acusações formuladas contra ele e contra o estado da justiça em Itália. Essa anomalia foi, aliás, exasperada nas suas consequências, pelo facto de ter subido ao poder, com Berlusconi, uma aliança de novos partidos que diziam representar *o norte* ou *a sociedade civil* (aos quais inicialmente se juntou o partido de direita herdeiro da velha tradição fascista). Essa aliança era efectivamente estranha à história da fundação da República e à génese do espírito constitucional. Por consequência, a tensão entre política e justiça tem-se vindo a avolumar, nos últimos anos, atingindo níveis muito altos, a tal ponto que só a força da Constituição e dos organismos de garantia previamente instituídos, a começar pela Presidência da República e pelo Tribunal Constitucional, a conseguiram conter.

O envolvimento de destacados nomes da política em crimes como a falsificação de contas, a corrupção em actos judiciais ou o envolvimento externo em associação mafiosa, aliado à hostilidade de Silvio Berlusconi e do seu partido pelo esquema constitucional (definido como *soviético*) e pela relativa separação dos poderes, produziu, na realidade, um choque institucional sem precedentes, no qual, como o revelou toda a imprensa internacional, se concentraram as energias e as atenções do governo de Berlusconi. Sob o ponto de vista adoptado no presente ensaio, pode-se dizer que a razão *pessoal* se transformou em razão *política* graças à indiscutível liderança de Berlusconi, no âmbito da própria aliança que formou e da sua anómala identidade de fundador-proprietário do maior partido de centro-direita (Ginsborg, 2003).

A razão política também se tornou razão *de Estado* em algumas ocasiões. Assim aconteceu quando se aprovaram medidas de tutela judiciária para Berlusconi, o qual, enquanto chefe de governo no activo, se preparava para assumir a presidência temporária do Conselho de Ministros europeu. Exerceu-se sobretudo razão social, graças à força quotidiana da propaganda televisiva. Este meio de comunicação transformou uma tensão interna da esfera político-institucional num conflito mais geral, numa contraposição directa de largas áreas sociais, em relação à magistratura, culpada de querer *destruir os resultados eleitorais* através do exercício arbitrário das suas funções. Naturalmente que, nessa contraposição, logo se reconheceram, pela sua *própria* vocação, aquelas culturas ilegais ou refractárias ao princípio de legalidade

profundamente radicadas na experiência histórica italiana e que, ao longo de décadas, foram descritas e indagadas por uma densa série de estudos (valham por todos, Banfield, 1958; Putnam, 1993; Ginsborg, 1998; e Crainz, 2003 e 2009).

3. LEGALIDADE E RAZÃO SOCIAL

É RETOMANDO as características de fundo da sociedade italiana que é possível enquadrar, por fim, o tema deste ensaio, ou seja, o permanente conflito entre política e justiça na história da República. Na verdade, a prática metódica e abusiva da razão de Estado não teria sido plausível (uma prática às vezes cômica, como aconteceu quando foi evocado e ampliado o segredo de Estado também para as obras de reestruturação da residência de veraneio, na Sardenha, do Chefe de Governo...), se a política fosse portadora de uma ética pública mais séria e rigorosa, e que além disso respeitasse o sentido e a imagem das instituições. Isso requeria, porém, que ela fosse por sua vez submetida a um exigente *controle de qualidade* por parte da sociedade civil. O problema é o de que a sociedade civil, em Itália, se encontra muitas vezes diluída numa sociedade política hipertrofiada e envolvente, ou melhor, *invasora* de muitas esferas da vida pública, desde as fundações bancárias à saúde, desde os meios de comunicação mediática ao mundo sindical, desde a indústria estatal até às experiências associativas.

Sociedade política e sociedade civil não são, pois, mundos funcionalmente separados. Os confins que os delimitam reciprocamente são extremamente frágeis e os *inputs* que trocam entre si com maior eficácia são geralmente de natureza viciada, mais do que virtuosa (Della Porta-Vannucci, 1994 e 2007; ver também, enquanto caso exemplar, a conhecida e dramática experiência de Sindona-Ambrosoli, em Stajano, 1991). Se a razão política dá lugar a violações do direito ou dos direitos e até dos princípios fundamentais da Constituição, dificilmente a sociedade civil se insurge autonomamente, lançando críticas e pressionando o nível político. Pelo contrário, na maior parte das vezes assiste inerte e cínica aos golpes desferidos contra o espírito público. Reciprocamente, se a sociedade civil reclama pela concessão de privilégios, por abusos ou anulações de processos em massa, por desprezo do direito e dos

princípios de uma correcta administração, a sociedade política inclina-se mais para a contentar com motivações condescendentes e generosas, na realidade com a única motivação do consenso eleitoral. Dificilmente defenderá com firmeza a estrada larga da equidade ou do mérito, seja em nome dos interesses colectivos, seja em nome das futuras gerações.

Certo é que a história italiana foi muitas vezes percorrida, e continua a sê-lo hoje, pelos ventos da chamada *anti-política*, caracterizados por comportamentos forte e visceralmente hostis à política, aos seus privilégios e às suas injustiças. Todavia, não dão mostras de uma distância cultural e de interesses, nem, tendencialmente, de uma superioridade ético-civil relativamente à classe política (apesar de se poder dizer que *o melhor* da sociedade civil tem uma maior consciência do interesse público do que a que o poder político mostra ter...). Mais facilmente nascem de uma indignação pelas possibilidades de vida reconhecidas aos expoentes da política, à chamada *casta*, como há alguns anos o mostrou o espantoso sucesso editorial de um livro escrito por dois conhecidos jornalistas do *Corriere della Sera* (*La casta*, precisamente, Stella/Rizzo, 2007). Mais raramente os movimentos de indignação se voltam contra comportamentos desvolutos e desinibidos da administração pública, quer estejam em causa prepotências na gestão de licenças e autorizações, usos para fins privados de recursos públicos, dissipação de rendimentos fiscais ou transmissão de informação distorcida por redes de televisão estatais. Pode-se então sustentar que no caso italiano se regista uma especial (e interessante) combinação entre apatia-demagogia da sociedade civil, que representa definitivamente, nessas duas vertentes, um alimento envenenado para a ética e para a política.

Há, nesse âmbito, duas estimativas oficiais recorrentes, ou melhor, que *deviam ser recorrentes* no debate público nacional. A primeira, é a do aumento da corrupção em Itália. Segundo o Tribunal de Contas, ronda os sessenta biliões de euros por ano, uma quantia que só podia ser pedida aos italianos por uma legislação fiscal mais dura (a clássica lei de *lágrimas e sangue*). A segunda, é a do aumento da evasão fiscal. Neste caso, as estimativas (provenientes até de várias fontes) apontam para cerca de cento e vinte biliões de euros, também neste caso anuais. São, com toda a evidência, cifras enormes, ao lado das quais se amontoa uma outra, mais incerta, da *facturação* económica do crime, que oscila em torno dos cento e cinquenta milhares de milhões anuais, conforme é

reiteradamente dito pela Procuradoria nacional anti-máfia. Esses números exprimem fenómenos profundos e preocupantes de distorção do desenvolvimento, anulação de valores e direitos, confiscação de recursos públicos, desordem nos critérios de distribuição do rendimento.

Contudo, para além de cumplicidades e de *razões* da política, esses dados condensam comportamentos e valores de uma parte relevante da sociedade não política, mesmo daquela sociedade mais ferozmente crítica para com a política. Há, precisamente, *a razão social* da tensão entre política e justiça. Há a hostilidade instintiva para com as regras e a tendência, não para as defender e para as fortalecer, mas para as violar a fim de poder tutelar, por sua vez, também os próprios direitos legítimos, por exemplo cedendo à tentação da corrupção ou da protecção clientelar (sobre esses temas, Magatti, 1996).

Quase há trinta anos, em 1984, saiu um livro intitulado *Corrotti e corruttori. Dall'Unità d'Italia alla P2*. Escreveu-o um jornalista muito corajoso, conhecedor da história de Itália, Sergio Turone. O livro logo foi alvo de um processo judiciário, com pedido de apreensão, pelo que contava acerca de factos e crimes cometidos à data da sua edição. Mas, para além das contingências, o seu teor era surpreendente pela continuidade do fenómeno de corrupção, na história nacional, assim posta a descoberto. Parlamento e bancos, governos e indústria, criminalidade organizada e imprensa, polícia e exército, profissões liberais e magistratura (dado que as tensões, obviamente, apenas se estabelecem com a justiça que cumpre o seu dever) iam-se intersectando através de formas e com intensidades muito diversas numa interminável trama de casos. Difícil não ficar aterrorizado perante a extensão das raízes sociais, bem como perante a continuidade de episódios de corrupção, quer se trate do escândalo da Banca Romana, em finais do século XIX, das bananas, por meados do século XX, ou dos aviões Lockheed, nos anos setenta, o que também envolveu o Presidente da República Giovanni Leone, que teve de se demitir, apesar de ter vindo a ser posteriormente absolvido pela justiça penal.

Da corrupção republicana, a Itália carrega, entre outras coisas, um preço vertiginoso, ou seja, o débito público mais alto em relação com o Produto Interno Bruto de todos os grandes países avançados, fruto não só de políticas sociais pouco rigorosas, mas também, precisamente, de um processo cumulativo de clientelismo e corrupção (Forti, 2003). Não

é por acaso que a sua dimensão registou um clamoroso incremento nos anos oitenta, a década do fulminante poder das elites de Tangentópolis, e que ressurgiu nos últimos anos, na cena das novas e surpreendentes manobras levadas a cabo pelo *lobby* político-negocial.

Legalidade difícil, portanto. Mas, e é esta a tese que se pretende suster, não por o *virus* ter partido dos planos baixos para contaminar os mais altos, como o diria aquele princípio segundo o qual instituições e política não são mais do que um fiel espelho da sociedade civil. Nem tão pouco porque *il pesce puzza dalla testa*, como o diria o princípio contrário, o de que foram as instituições e a política *romanas* a *estragar* a sociedade civil, apesar de ser certamente verdade que a história nacional teve um défice da função pedagógica (no sentido da virtude) a desenvolver pela classe política dirigente. Na realidade, a tensão entre política e justiça que se repercute com tanta e tão frequente impetuosidade mesmo nos pilares constitucionais nasce de uma relação de intercâmbio gradual entre as três *razões* (de Estado, política e social), conforme indicado pela imagem:



As três razões (que correspondem aos três planos de análise que adoptámos) sobrepõem-se por graus, conforme a descrição que elaborámos. De facto, a razão de Estado incorpora necessariamente uma quota-parte de razão política (e vice-versa), precisamente em virtude das íntimas relações existentes, na experiência italiana, entre instituições e partidos, especialmente nas fases em que o sistema político confere

a um só partido a função de partido-Estado, quer na versão totalitária do fascismo, quer na versão democrática da alternância impossível (o famoso *bipartidarismo imperfeito* de Giorgio Galli, 1966), com a *condenação* da Democracia Cristã a governar por causa do factor K, entendido como o fantasma iminente do comunismo. Por sua vez, a razão política incorpora uma parcela da razão social (e vice-versa), em virtude da profunda interpenetração entre política e sociedade, particularmente (mas não só) nas áreas geográficas em que a política é o tradicional e o principal distribuidor de recursos económicos e de oportunidades de trabalho.

Em ambos os casos, as influências exercem-se nos dois sentidos, de cima para baixo e de baixo para cima, dando lugar a uma construção social à qual têm de se adaptar, ou com a qual são de toda a maneira constrangidas a estabelecer mediações, mesmo as elites burocráticas e políticas mais iluminadas, pelo menos naqueles períodos em que sobem à ribalta. A área da razão política, como resulta deste esquema, entropõe-se como mediação necessária e natural entre as outras duas áreas de tensão com a legalidade. O papel-chave desempenhado pelos partidos nesta construção indica, pois, por um lado, o extraordinário relevo que teria uma hipotética escolha, pela sua parte, de orientações culturais radicalmente novas. Por outro lado, explica porque é que a tensão com a justiça encontra o seu próprio porta-voz orgânico na política, para além da presunção dessa mesma política de se mover num território *extra legem*.

Podemo-nos então perguntar se esta representação do problema não pode levar a uma visão da legalidade não tanto como uma dimensão difícil, mas como uma dimensão *impossível*, pelo menos na plenitude da sua acepção. Perguntar se legalidade e justiça não estão destinadas a terem um papel precário e a serem quem perde, como se fossem um testemunho, para além da homenagem retórica que a maior parte das autoridades presta ciclicamente ao empenhamento da magistratura, em particular dos seus expoentes sacrificados em defesa das instituições. Perguntar se não existe uma espécie de condenação nos ciclos históricos, ou seja, nos *baptismos* de todas as novas fases da história deste País (dalla Chiesa, 2010). De imediato a máfia passa a ser precioso aliado de quem vence, em qualquer *novo início*, desde a vitória de Garibaldi até ao desembarque dos Aliados ou ao nascimento da coligação vencedora,

na Segunda República. A resposta é que, realisticamente, a legalidade continuará a ser *difícil* no contexto esboçado. Mas com um importante esclarecimento. Ao longo das últimas décadas, a sociedade italiana formou novos movimentos a favor da legalidade, dotados de uma inédita e importante estabilidade, que tiveram o seu baricentro nas escolas e que, de alguns anos a esta parte, envolvem também as universidades, prosperando através de novas modalidades associativas e experiências colectivas. A construção apresentada terá pois de medir forças com o alargamento das jazidas de ética pública presentes na sociedade, exactamente tal como teve de se confrontar com uma nova vaga de magistrados independentes. A história do futuro republicano, afinal, não está já inscrita naquela construção.

BIBLIOGRAFIA

- Alongi, G., *La mafia*, Palermo, Sellerio, 1977 [1.^a ed. Torino, Bocca, 1886, *La mafia nei suoi fattori e nelle sue manifestazioni. Studio sulle classi pericolose della Sicilia*].
- Banfield, C., *Il familismo amorale. Le basi morali di una società arretrata*, Bologna, Il Mulino, 1976 [1.^a ed. 1958].
- Barbagallo, F., *Storia della camorra*, Roma/Bari, Laterza, 2010.
- Bobbio, N., “La democrazia e il potere invisibile”, *Rivista italiana di scienza politica*, 10, 1980, pp. 181-203.
- Id., *Democrazia e segreto*, Torino, Einaudi, 2009.
- Caselli, G. C., *Un magistrato fuori legge*, Milano, Melampo, 2006.
- Id., *Le due guerre*, Milano, Melampo, 2009.
- Chabod, F., *L'Italia contemporanea (1918-1948)*, Torino, Einaudi, 1961.
- Colajanni, N., *Nel Regno della Mafia*, Palermo/Milano, Sandron, 1900.
- Commissione parlamentare di inchiesta sul terrorismo e sulle cause della mancata individuazione dei responsabili delle stragi, *L'Italia delle stragi*, Milano, Il Minotauro, 1997, 2 vols.
- Crainz, G., *Il paese mancato. Dal miracolo economico agli anni ottanta*, Roma, Donzelli, 2003.
- Crainz, G., *Autobiografia di una Repubblica. Le radici dell'Italia attuale*, Roma, Donzelli, 2009.
- dalla Chiesa, N., *La politica della doppiezza*, Torino, Einaudi, 1996.

- Id., “Dall’immunità all’impunità”, *Micromega*, 2000, 1.
- Id., *La Convergenza. Mafia e politica nella seconda Repubblica*, Milano, Melampo, 2010.
- Della Porta, D./A. Vannucci, *Corruzione politica e amministrazione pubblica. Risorse, attori, meccanismi*, Bologna, Il Mulino, 1994.
- Id., *Mani impunte. Vecchia e nuova corruzione in Italia*, Bari, Laterza, 2007.
- De Lutiis, G., *Storia dei servizi segreti in Italia*, Roma, Editori Riuniti, 1991.
- Di Giovacchino, R., *Il libro nero della prima Repubblica*, Roma, Fazi, 2005.
- Duggan, C., *La mafia durante il fascismo*, Soveria Mannelli, Rubbettino, 1986.
- Forti, G. [ed.], *Il prezzo della tangente*, Milano, Vita e Pensiero, 2003.
- Franchetti, L., *Condizioni politiche e amministrative della Sicilia*, Roma, Donzelli, 1993 [1.^a ed. Firenze, Barbera, 1877].
- Galante Garrone, A., *Il mite giacobino*, Roma, Donzelli, 1994.
- Galli, G., *Il bipartitismo imperfetto*, Bologna, Il Mulino, 1966.
- Id., *L’Italia sotterranea. Storia, politica e scandali*, Roma/Bari, Laterza, 1983.
- Germani, G., *Autoritarismo, fascismo e classi sociali*, Bologna, Il Mulino, 1975.
- Ginsborg, P., *L’Italia del tempo presente*, Torino, Einaudi, 1998.
- Id., *Berlusconi*, Torino, Einaudi, 2003.
- Lodato, S./R. Scarpinato, *Il ritorno del Principe*, Milano, Chiarelettere, 2008.
- Lupo, S., “L’utopia totalitaria del fascismo (1918-42)”, in M. Aymard/G. Giarrizzo [ed.], *La Sicilia*, Torino, Einaudi, 1987.
- Id., *Storia della mafia dalle origini ai giorni nostri*, Roma, Donzelli, 1993.
- Magatti, M., *Corruzione politica e società italiana*, Bologna, Il Mulino, 1996.
- Putnam, R. D., *La tradizione civica nelle regioni italiane*, Milano, Mondadori, 1996 [em colaboração com R. Leonardi e R. Nannetti; 1.^a ed 1993].
- Rognoni, V., *Intervista sul terrorismo*, Roma/Bari, Laterza, 1989.
- Romano, S. F., *Storia della mafia*, Milano, Sugar, 1963.
- Sales, I., *La camorra, le camorre*, Roma, Editori Riuniti, 1986.
- Salvemini, G., *Scritti sulla questione meridionale*, Torino, Einaudi, 1955.
- Spataro, A., *Ne valeva la pena*, Roma/Bari, Laterza, 2010.
- Stajano, C., *Un eroe borghese*, Torino, Einaudi, 1991.
- Stella, G. A./S. Rizzo, *La casta*, Milano, Rizzoli, 2007.
- S. Turone, *Corrotti e corruttori dall’Unità d’Italia alla P2*, Roma/Bari, Laterza, 1984.

3.
ITÁLIA E PORTUGAL
CONFLUÊNCIAS



OS FUTURISTAS E A REPÚBLICA

JORGE PAIS DE SOUSA

AO COMEMORAR o Centenário da República em Portugal em 2010 e cumprido que foi também, no ano pretérito, um século sobre a publicação do *Manifesto futurista* de Marinetti, no jornal parisiense *Le Figaro*, a 20 de Fevereiro de 1909, julgamos oportuno ensaiar uma breve reflexão, no que respeita aos fundamentos políticos e ideológicos da vanguarda futurista italiana e à sua influência na intervenção política e estética dos intelectuais modernistas portugueses ligados à revista *Orpheu*.

Ensaio que se inscreve numa perspectiva comparada de história cultural e intelectual e de história das ideias políticas. Portanto, a leitura dos manifestos e dos escritos políticos futuristas de Marinetti é feita no campo historiográfico e não no literário. É fundamental sublinhar esta circunscrição e delimitação temática do território analítico a desenvolver, na medida em que, entre nós, os escritos de natureza futurista produzidos pelo denominado primeiro modernismo português são, de um modo geral, resultantes dos estudos literários e artísticos. Numa perspectiva comparada, propomo-nos relacionar os textos de tipo ultimato futurista, com os menos conhecidos e tão ou mais importantes textos políticos e doutrinários publicados por Marinetti. O que significa passar em revista as circunstâncias históricas em que Marinetti fundou o Partido Futurista Italiano e estabeleceu uma relação inicial de colaboração política estreita com o movimento fascista de Mussolini. Num segundo momento, estudamos a conjuntura histórica, política e social, em que o futurismo português vem a público em Portugal. A fechar, analisamos o conteúdo político dos textos dos autores da geração de *Orpheu* com uma marca futurista e que tiveram militância política, de forma a identificar o tipo de doutrinas e de ideologias pelo qual se bateram.

Em termos cronológicos, cingimos a análise comparada da realidade histórica italiana e portuguesa ao denominado *período heróico* que a vanguarda futurista conheceu, ou seja, ao arco de tempo com-

preendido entre 1909 e 1921. O que significa que fica de fora o ano de 1922, no qual, a 28 de Outubro, tem lugar a Marcha Fascista sobre Roma. É que, a partir da chegada ao poder de Mussolini e do Partido Nacional Fascista, coloca-se o problema de saber em que medida a estética do fascismo não foi inspirada e é herdeira da vanguarda futurista. Independentemente da resposta a tal interrogação, o problema sai do âmbito deste ensaio. Entretanto, permanece em vigor a tese da identificação progressiva dos dois fenómenos, prescindindo-se de investigar as respectivas *nuanças*¹. Em Portugal, importa-nos estudar a relação histórica entre a afirmação das ideias futuristas na conjuntura da I Guerra Mundial e o seu imediato prolongamento para o período do pós-guerra.

1. A ESTETICIZAÇÃO DA GUERRA E DA POLÍTICA PELA VANGUARDA FUTURISTA DE MARINETTI

UMA LEITURA ATENTA do *Manifesto futurista* de Marinetti (1872-1945) mostra que o texto fundador da primeira vanguarda (assim autodenominada) surgiu dotado de uma ideologia global, com fronteiras muito pouco claras e distintas, entre o registo estético-literário e o registo político propriamente dito. Eis um exemplo flagrante de contaminação política no texto que se apresenta como fundador da estética futurista, onde se poder ler no § 9²,

Noi vogliamo glorificare la guerra – sola igiene del mondo – il militarismo, il patriotismo, il gesto distruttore dei libertari, le belle idee per cui si muore e il disprezzo della donna.

¹ Cf. Luciano De Maria, “Introduzione”, Filippo T. Marinetti, *Teoria e invenzione futurista*, Milano, Arnaldo Mondadori, 2005, ISBN 88-04-22037-6, p. L.

² *Fondazione e Manifesto del futurismo*, Filippo T. Marinetti, *Teoria e invenzione futurista*, p. 11. “Queremos glorificar a guerra – única higiene do mundo – o militarismo, o patriotismo, o gesto destruidor dos libertários, as belas ideias pelas quais se morre e o desprezo pela mulher”, *Antologia do futurismo italiano. Manifestos e poemas*, Lisboa, Vega, 1979, trad. José Mendes Ferreira, p. 50. Citaremos primeiro o original em italiano e, em seguida, a sua tradução portuguesa, editorialmente referenciada sempre que existir.

Em consequência, um dos primeiros momentos de afirmação da *heroicidade* da vanguarda futurista foi o alistamento em grupo do escritor Filippo T. Marinetti, dos pintores Umberto Boccioni, Pitti e Sironi, e do arquitecto Sant'Elia, no Batalhão Lombardo de Voluntários Ciclistas e Automobilistas (BLVCA), em Junho de 1915, não passara um mês sobre a entrada da Itália na I Guerra Mundial. Este acto de voluntarismo para fazer a guerra não surgiu isolado e outros futuristas alistaram-se, posteriormente, em diferentes unidades de combate por todo o país³. O que significa que os intelectuais e os artistas futuristas italianos foram coerentes e consequentes com o seu ideário guerrista, político e estético, ao alistarem-se como voluntários para combaterem na frente de batalha do primeiro conflito mundial.



Os pintores Boccioni e Pitti, Marinetti, o pintor Sironi e o arquitecto Sant'Elia

O ano de 1917 é absolutamente dramático para a Itália em guerra. Com efeito, entre 24 de Outubro e 9 de Novembro, tem lugar a longa Batalha de Caporetto, onde se defrontaram os exércitos austro-húngaro e o seu aliado alemão, contra o exército italiano. O confronto traduziu-se numa pesada derrota militar para a Itália, em que as perdas foram enormes, com 11 mil mortos, 20 mil feridos e 275 mil prisioneiros de guerra.

³ Cf. *Patriotismo futurista. Il Battaglione Lombardo Volontari Ciclisti Automobilisti*, Milano, Gabriele Mazzota, 2007, ISBN 978-88-202-1841-6, p. 24.

A I Guerra Mundial determina uma reconfiguração das forças políticas e sociais em confronto na sociedade italiana, tal como no resto do mundo, e Portugal não foi exceção. Não admira, deste modo, que tenha sido ainda no decurso do conflito que, a 11 de Fevereiro de 1918, Marinetti publique o *Manifesto del partito futurista italiano*⁴. Nele se inscrevem as grandes linhas programáticas do Partido Futurista que se previa ser organizado no final do conflito. Em Setembro de 1918, no entanto, Marinetti, Settimelli e Carli fundam *Roma Futurista*, o jornal oficial do Partido. E o ano não termina sem que, durante o mês de Dezembro, sejam organizados os primeiros Fâscios Políticos Futuristas nas cidades de Ferrara, Florença e Roma⁵. Portanto, importa reter e sublinhar que as células organizativas futuristas com a denominação de *fascio* surgiram no contexto da estruturação e organização do Partido Futurista Italiano fundado por Marinetti e virá, posteriormente, a ser adoptada também pelo movimento fascista de Mussolini.

No ano de 1919, e logo a 11 de Janeiro, Marinetti e alguns futuristas participam com Mussolini num sarau organizado no Teatro Scala, em Milão, para se oporem às posições intervencionistas democráticas de Bissolati. A 23 de Março, ainda na cidade milanesa e na Praça do Santo Sepulcro, elementos do Fâscio Futurista milanês e da Associação Arditi (corpo especial do exército italiano) manifestam-se em público. Marinetti e Mussolini discursam em conjunto. Registe-se que a consequência política mais visível da manifestação na Praça do Santo Sepulcro foi Mussolini fundar os Fasci Italiani di Combattimento (Fâscios Italianos de Combate), o movimento político que está na base da posterior criação, cerca de quatro anos depois, em Outubro de 1922, do Partido Nacional Fascista (PNF). É também em 1919 que Marinetti publica *Democrazia futurista. Dinamismo politico*, um livro que abre referindo que o Partido Futurista Italiano nasce da “grande corrente spirituale del movimento artistico futurista”⁶, facto

⁴ *Manifesto del partito futurista italiano*, Filippo T. Marinetti, *Teoria e invenzione futurista*, pp. 153-158; *Manifesto do Partido Futurista Italiano*, em *Antologia do futurismo italiano. Manifestos e poemas*, p. 50

⁵ Cf. “Cronologia”, Filippo T. Marinetti, *Teoria e invenzione futurista*, p. CVIII.

⁶ Cf. *Democrazia futurista. Dinamismo politico*, *ib.*, p. 345.

político que o tornava único na história, pois estribava-se na acção de um grupo de escritores, pintores, arquitectos e músicos, entre outros intelectuais. Nacionalistas, os futuristas italianos definem-se política e ideologicamente como pertencendo a um “movimento ultra-violento, anticlericale, antisocialista e antitradizionale”⁷. E Marinetti acrescenta e precisa o seguinte⁸,

Il Futurismo, nel suo programma totale, era un’atmosfera d’avanguardia; la parola d’ordine di tutti gli’innovatori o franchi-tiratori intellettuali del mondo; l’amore del nuovo; l’arte appassionata della velocità; la denigrazione sistematica dell’antico, del vecchio, del lento, dell’erudito e del professorale; un nuovo modo di vedere il mondo; una nuova ragione di amare la vita; una entusiastica glorificazione delle scoperte scientifiche e del meccanismo moderno; una bandiera di gioventù, di forza, di originalità ad ogni costo...

Em relação à forma de governo, ou de regime, os futuristas declaram-se nitidamente antimonárquicos, mas como também consideravam *frouxo* o regime republicano preconizavam um “governo tecnico di 30 o 40 giovani direttori competenti senza parlamento, eleggibili da tutto il popolo mediante sindacati”⁹. Defendiam, portanto, um governo de tipo tecnocrático e de base corporativista.

No ano seguinte, em 1920, é a vez de Marinetti continuar a aprofundar o seu pensamento político e de publicar o livro *Al di là del comunismo*, onde reflecte sobre o tipo de relação política internacional a estabelecer entre os diversos movimentos futuristas nacionais e escreve que “tutti i Futuristi del mondo sono figli del Futurismo italiano, creato da noi a

⁷ *Ib.*, p. 346.

⁸ *Ib.*, p. 346. O Futurismo, no seu programa total, era uma atmosfera de vanguarda; a palavra de ordem de todos os inovadores ou franco-atiradores intelectuais do mundo; o amor do novo; a arte apaixonada da velocidade; a denegrição sistemática do antigo, do velho, do lento, do erudito e do professoral; um novo modo de ver o mundo; uma nova razão de amar a vida; uma entusiástica glorificação da descoberta científica e do mecanismo moderno; uma bandeira de juventude, de força, de originalidade a todo o custo...

⁹ *Ib.*, p. 351. Um governo técnico de 30 ou 40 jovens directores competentes e sem parlamento, elegíveis pelo povo e através dos sindicatos.

Milano dodici anni fa. Tutti i movimenti futuristi sono però autonomi”¹⁰. O que significa que Marinetti considerava existir um vínculo de afinidade, política e estética, na gênese entre os movimentos futuristas, ainda que cada um deles fosse no seu país autónomo no que respeita à acção.

Portanto, e a título de conclusão sobre a realidade histórica e social em que emergiu o futurismo italiano, verificamos que, em termos históricos, a ideologia política e a estética futuristas estruturam-se e afirmam-se durante o decurso da I Guerra Mundial, ou seja, o guerrismo está subjacente à intervenção futurista. É também na parte final do conflito que Marinetti funda e organiza, no ano de 1918, o Partido Futurista Italiano (PFI), criando os Fâscios Políticos Futuristas como as suas células políticas de base. Por outro lado, os futuristas desenvolvem, desde a fundação do Partido Futurista e em concreto na cidade de Milão, acções políticas comuns com Mussolini. Inclusivamente, é neste contexto de um combate umbilical e conjunto na defesa de uma política guerrista consequente, entre o Partido Futurista e a Associação Arditi, que Mussolini e Marinetti discursam em conjunto, como se disse, e os “Fasci Italiani di Combattimento” (Fâscios de Combate Italianos) correspondem ao movimento político que está na base da posterior criação, em Outubro de 1922, nas vésperas da Marcha sobre Roma, do Partido Nacional Fascista (PNF).

No plano ideológico, Marinetti definiu o movimento futurista como “ultra-violento, anticlericale, antisocialista e antitradizionale”¹¹ e como, quanto à forma de regime, os futuristas se afirmam antimonárquicos mas consideravam a república um regime *frouxo*, defendiam a criação de um governo forte constituído por tecnocratas, eleitos pelo povo e pelos sindicatos, e sem parlamento, ou seja, defendiam uma república corporativista e com um governo de base tecnocrática. Verificamos que, em termos programáticos, a ideologia do Partido Futurista de Marinetti antecede e inspira as propostas políticas iniciais do movimento fascista criado por Mussolini.

¹⁰ Filippo T. Marinetti, *Teoria e invenzione futurista*, p. 481. Todos os [futuristas] do mundo são filhos do Futurismo italiano, criado por nós em Milão há doze anos. Todos os movimentos futuristas são no entanto autónomos. Atente-se ao título completo deste livro, *Al di là del comunismo. Il cittadino heroico – Scuole di coraggio. Gli artisti al potere. Le case del genio – La vita festa*.

¹¹ Cf. *Democrazia futurista. Dinamismo politico*, *ib.*, p. 346.

2. A INTERVENÇÃO POLÍTICA DOS FUTURISTAS E O PROTOFASCISMO CATEDRÁTICO DE SIDÓNIO PAIS

É, SOBRETUDO, NO QUADRO histórico da participação portuguesa na I Guerra Mundial que a vanguarda futurista vem a público. Recorde-se que para o teatro de guerra africano tinham partido, desde o Verão de 1914, cerca de 55 mil homens para combater nos palcos de guerra, de Angola e de Moçambique, a fim de defender a integridade dos territórios coloniais.



Embarque de tropas expedicionárias para Angola

Em Janeiro de 1915, tem lugar o denominado *Movimento das Espadas* que consistiu numa intentona militar contra o governo do Partido Republicano Português, também conhecido como *Partido Democrático* (PRP/PD), de Vítor Hugo Azevedo Coutinho. As causas profundas da movimentação castrense derivavam da participação na I Guerra Mundial, mas a contestação de alguns oficiais serviu de pretexto para o presidente da República Manuel de Arriaga nomear Pimenta de Castro presidente de um ministério que se pretendia de unidade nacional e preparar as próximas eleições legislativas. A curto prazo, o general dissolve o parlamento e adia as eleições reivindicadas pelos *democráticos*, colocando o país em ditadura durante quase cinco meses. Entretanto, amnistia muitos dos oficiais monárquicos. Estava iniciada a tendência, que haveria de marcar os últimos anos da

República, para o aumento do protagonismo e do poder dos militares de intervenção na vida política. A 3 de Março, a subida das tabelas do preço do pão provoca assaltos às padarias e tumultos em vários pontos do país. Acontecimentos que se repetem nos dias seguintes.

É neste período dramático, de guerra e de uma gravíssima crise de subsistências, que se assiste à primeira intervenção da vanguarda futurista no espaço público lisboeta. José Augusto França considera como primeiro marco da intervenção futurista a publicação, em Abril de 1915, da revista *Orpheu* que reproduz quatro composições futuristas de Santa-Rita pintor. Este regressara de Paris, devido à guerra, e vinha com a intenção de publicar os diversos manifestos futuristas de Marinetti e liderar o movimento em Lisboa. Projecto que nunca conseguiu concretizar¹².

A 14 de Maio de 1915, estala na capital do país um violentíssimo movimento revolucionário, afecto ao *Partido Democrático* (PRP/PD) liderado por Afonso Costa, com o objectivo de derrubar a ditadura pimentista e repor a legalidade democrática, através da realização de eleições. O movimento saldou-se em centenas de mortos e em elevados prejuízos materiais em toda a cidade. O caso mais grave de uso da violência, até pelas repercussões políticas que vem a assumir na mobilização e participação dos cadetes na realização do golpe de Estado de Sidónio Pais em Dezembro de 1917, como escreveu António José Telo, teve lugar na Escola de Guerra, pois corriam boatos na cidade de que os cadetes eram monárquicos. Milícias armadas dirigiram-se para o portão do estabelecimento militar e abateram a tiro as sentinelas, enquanto no interior se formavam barricadas para tentar resistir e deter os assaltantes¹³. O major Norton de Matos, membro da Junta Revolucionária, ainda se dirigiu para a Escola de Guerra e tentou acalmar os ânimos das milícias de civis armados em fúria mas sem qualquer resultado prático. Entretanto os “cadetes são obrigados a formar na parada e a entregar as poucas armas que têm, mas, assim que o fazem, começa uma fuzilaria tremenda, que não se sabe ao certo de onde parte. Há vários mortos e

¹² José Augusto França, *O modernismo na arte portuguesa*, Lisboa, ICLP, 1991, 3.^a ed., ISBN 972-566-157-5, p. 19.

¹³ Cf. António José Telo, *Primeira República I. Do sonho à realidade*, Lisboa, Presença, 2010, ISBN 978-972-23-447-13, p. 325.

feridos nesse dia... Os cadetes, agredidos e enxovalhados, são levados pela multidão em fúria para o arsenal [...]”¹⁴.

É precisamente no decorrer destes acontecimentos revolucionários que Almada Negreiros (1893-1970) escreve e dedica a Álvaro de Campos um extenso poema com o sugestivo título *A cena do ódio*, com a menção expressa de que este “foi escrito durante os três dias e as três noites que durou a revolução de 14 de Maio de 1915”¹⁵. Trata-se de um texto cujo alvo, segundo Luís Trindade, “é ainda político, em sentido estrito (que naquele momento queria dizer anti-republicano). A longa diatribe, porém, vai mais longe e mais fundo. Trata-se no essencial, de um violento insulto à burguesia e à sua civilização”¹⁶. Eis um exemplo desta crítica dupla, à burguesia portuguesa e ao seu ideário político republicano, neste poema de Almada Negreiros¹⁷,

Ó Horror! os burgueses de Portugal
têm de pior que os outros
o serem portugueses!

A Terra vive desde que um dia
deixou de ser bola de ar
pra ser solar de burgueses.
Houve homens de talento, génios e imperadores.
*Precisaram-se de ditadores,
que foram sempre os maiores.*

A consequência política imediata da revolução de 14 de Maio de 1915 foi obrigar o presidente Arriaga a demitir o governo do general

¹⁴ *Ib.*

¹⁵ José de Almada Negreiros, *Poemas*, ed. Fernando Cabral Martins et al., Lisboa, Planeta De Agostini, 2006, ISBN 978-989-609-535-2, p. 272 (ed. original Assírio & Alvim).

¹⁶ Luís Trindade, “A vanguarda das letras”, *25 olhares sobre a I República. Do republicanismo ao 28 de Maio*, Lisboa, Público, 2010, ISBN 978-989-619-203-7, p. 228.

¹⁷ *A cena do ódio*, José de Almada Negreiros, *Poemas*, p. 37. As palavras em itálico são da nossa responsabilidade.

Pimenta de Castro e nomear João Chagas para novo presidente de ministério, cargo de que este não chega a tomar posse porque foi alvo de um atentado a tiro, no Entroncamento, executado pelo senador evolucionista João de Freitas. Na sequência do atentado a João Chagas, o governo é remodelado, tendo José Ribeiro de Castro assumido a chefia do ministério¹⁸. A 13 de Junho, decorrem as eleições legislativas em que o *Partido Democrático* PRP/PD obtém a maioria absoluta nas duas Câmaras. Toma posse a 18 de Junho o 11.º governo constitucional e o 2.º presidido por José de Castro que dura até 29 de Novembro. No dia 3 de Julho, Afonso Costa, o líder dos *democráticos* PRP/PD, sofre um grave acidente de viação nas ruas de Lisboa. Ao ouvir um grande estrondo, e por recear estar a ser vítima de um ataque bombista, salta do eléctrico em movimento, tendo efectuado uma fractura do crânio¹⁹. Três dias depois do acidente de Afonso Costa, Fernando Pessoa (1888-1935) envia uma carta para ser publicada no jornal *A Capital*, onde se pode ler, a propósito da reverberação futurista da revista *Orpheu*, que o poeta não rejeita as ligações a esta vanguarda estética e aproveita para manifestar a sua antipatia política para com Afonso Costa, terminando a carta e assinando-a em nome do seu heterónimo futurista, o engenheiro Álvaro de Campos, do seguinte modo²⁰,

Seria de mau gosto repudiar ligações com os futuristas numa hora tão deliciosamente dinâmica em que a própria Providência Divina se serve dos carros eléctricos para os seus altos ensinamentos.

Porém, a crítica que os futuristas fazem à burguesia e à sua ideologia republicana encontra o seu auge no campo literário. É que entre os críticos do movimento futurista encontrava-se o escritor Júlio Dantas (protótipo do académico) defensor dos cânones estéticos dominantes e

¹⁸ Noémia Malva Novais, *João Chagas. A diplomacia e a guerra 1914-1918*, Coimbra, Minerva, 2006, ISBN972-798-189-9, pp. 91-95.

¹⁹ Cf. António Simões Rodrigues (coord.), *História de Portugal em datas*, Lisboa, Temas & Debates, 2000, 3.ª ed., ISBN 972-759-043-8, p. 281.

²⁰ Fernando Pessoa, *Correspondência 1905-1915*, ed. Manuel Parreira da Silva, Lisboa, Planeta De Agostini, 2006, ISBN 978-989-609-522-2, p. 167 (ed. original Assírio & Alvim).

que, ainda neste ano de 1915, publicara um artigo a atacar os poetas da revista *Orpheu* e fizera subir ao palco a peça *Soror Mariana*. Responde-lhe Almada com o *Manifesto anti-Dantas e por extenso, por José de Almada Negreiros, poeta d'Orpheu, futurista e tudo*²¹. Manifesto que só vem a ser publicado em 1916 e que é dos poucos texto escritos em língua portuguesa que se aproxima, do ponto de vista literário e (orto) gráfico, dos preceitos do *Manifesto tecnico della letteratura futurista*²² que Marinetti preconizara em 1912.

Em termos político-militares, a nomeação do major Norton de Matos, primeiro como ministro das Colónias e depois como ministro da Guerra nos governos que se vão seguir, faz com que o país passe a ter, finalmente, uma política de guerra coerente e determinada. Algo que nunca tinha acontecido até então. Política guerrista que fica conhecida para a história como o *Milagre de Tancos*, através da concentração e preparação de tropas em manobras militares, com a criação do campo de Tancos. Recorde-se que a declaração de guerra da Alemanha a Portugal data de 9 de Março de 1916 e que esta origina a formação do 1.º governo designado de *União Sagrada*, uma fórmula política que vinha sendo seguida com êxito em França e que visava a unidade nacional,



Soldados portugueses em exercícios na Flandres

²¹ José de Almada Negreiros, *Manifestos e conferências*, ed. Fernando Cabral Martins et al., Lisboa, Planeta De Agostini, ISBN 978-989-609-543-7, pp. 9-16.

²² Cf. Filippo T. Marinetti, *Teoria e invenzione futurista*, pp. 46-54.

perante o esforço de guerra, sob a presidência do republicano evolucionista António José de Almeida. Finalmente, Portugal recorre também na *frente interna* à forma política da coligação governamental entre os dois principais partidos republicanos (democráticos e evolucionistas) e com o apoio no Parlamento dos unionistas de Brito Camacho, com o objectivo de procurar estabelecer uma base política nacional. É neste quadro político e militar de um país em guerra com a Alemanha que, a partir de Janeiro de 1917, é enviado para a Flandres um contingente de cerca de 55 mil homens que integra o Corpo Expedicionário Português (CEP) preparado para combater no teatro de guerra europeu.

Na *frente interna*, e durante o Verão de 1917, tem lugar uma nova e gravíssima crise de subsistências. Verifica-se em Lisboa mais uma violenta vaga de assaltos a mercearias e a armazéns, acompanhada de tumultos por toda a cidade. Ao estar o país em estado de guerra, reage o 2.º governo da *União Sagrada*, presidido por Afonso Costa, usando da violência e da repressão nas ruas, tal como o fez perante as diversas greves que eclodiram um pouco por todo o país ao longo deste ano crítico de guerra e de revolução nas frentes interna e externa. A base social e política do governo de Afonso Costa é agora bastante mais reduzida, face ao descontentamento popular e ao enorme esforço de guerra exigido a um pequeno país de 6 milhões de habitantes a combater, em simultâneo, em três palcos de guerra. Neste contexto completamente adverso, não admira que o historiador Oliveira Marques considere o período da guerra de 1914-1918 o “mais difícil da história portuguesa do século XX”²³.

A segunda investida pública de envergadura e, porventura, a mais importante da vanguarda futurista tem lugar, a 14 de Abril de 1917, no Teatro República de Lisboa, hoje Teatro de São Luís, com a organização da 1.ª Conferência Futurista. Almada Negreiros apresenta-se em palco vestido com um fato-macaco que é um misto de roupa de operário e de aviador. Depois de ser pateado pelos presentes, procede a uma leitura performativa do seu *Ultimatum futurista às gerações portuguesas do*

²³ José Mendes Ribeiro Norton, em A. H. Oliveira Marques (coord.), *Parlamentares e Ministros da 1.ª República 1910-1926*, Lisboa, Assembleia da República, 2000, p. 293.

*século XX*²⁴. Atenda-se a alguns dos considerandos políticos feitos por Almada Negreiros, a propósito da experiência democrática republicana e da participação da juventude portuguesa no esforço da guerra²⁵,

Nós vivemos numa pátria onde a tentativa democrática se compromete quotidianamente. A missão da República portuguesa já estava cumprida desde antes de 5 de Outubro: mostrar a decadência da raça. Foi sem dúvida a República portuguesa que provou conscientemente a todos os cérebros a ruína da nossa raça, mas o dever revolucionário da República portuguesa teve o seu limite na impotência da criação [...]

Ide buscar na guerra da Europa toda a força da nossa nova pátria. No *front* está concentrada toda a Europa, portanto a Civilização actual.

A guerra serve para mostrar os fortes mas salva os fracos.

A guerra não é apenas a data histórica de uma nacionalidade; a guerra resolve plenamente toda a expressão da vida. *A guerra é a grande experiência.*

Portanto, duas ideias políticas fundamentais estão explícitas nestes dois passos do *Ultimatum futurista* do jovem Almada. Por um lado, a revolução republicana e democrática de 5 de Outubro de 1910 surge como um sinal de “decadência da raça” portuguesa, por outro a guerra europeia é apontada às novas gerações como a “grande experiência” que iria possibilitar (re)construir uma “nova pátria”. Era, no fundo, a concepção de guerra que Marinetti expusera no *Manifesto futurista* de 1909, entendida como a “higiene do mundo”, num lance de tipo nietzschiano.

Também o *Ultimatum* de Álvaro de Campos, o heterónimo futurista de Fernando Pessoa, foi apresentado no decurso da 1.ª Conferência Futurista, sendo que o poeta não teve a coragem de comparecer no Teatro República. Em determinado passo do texto defende uma “intervenção cirúrgica anticristã” na sociedade portuguesa, de forma que entre “os resultados desta operação” seja possível em termos políticos²⁶,

²⁴ Cf. *Ultimatum futurista às gerações portuguesas do século XX*, José de Almada Negreiros, *Manifestos e conferências*, pp. 25-32.

²⁵ *Ib.*, pp. 25 e 26.

²⁶ *Ultimatum de Álvaro de Campos*, Fernando Pessoa, *Prosa publicada em vida*, ed. Richard Zenith Lisboa, Assírio & Alvim, 2006, ISBN 978-972-37-1123-3, p. 289.



Almada Negreiros na 1.^a Conferência Futurista,
em Abril de 1917

1. (a) *Em política*: abolição total do conceito de democracia, conforme a Revolução Francesa, pelo qual dois homens correm mais do que um homem só, o que é falso, porque um *homem que vale por dois é que corre mais que um homem só!* Um mais um não são mais do que um, enquanto um e um não formam aquele Um a que se chama Dois. - Substituição, portanto, à Democracia, da Ditadura do Completo, do Homem que seja, em si próprio, o maior número de Outros: que seja, portanto A Maioria. Encontra-se assim o Grande Sentido da Democracia, contrário em absoluto ao da actual, que, aliás, nunca existiu [...]
3. a) *Em política*: Monarquia Científica, antitradicionalista e anti-hereditária, absolutamente espontânea pelo aparecimento sempre imprevisível do Rei-Média. Relegação do Povo ao seu papel cientificamente natural de mero fixador dos impulsos do momento.

Portanto, em termos políticos, propõe o “engenheiro futurista” a abolição “total” do conceito de democracia vigente em Portugal, enquanto concepção política herdeira dos princípios da Revolução Francesa. Em alternativa política, propõe uma ditadura, por ele designada de “Ditadura do Completo”, que deveria ser exercida por

uma espécie de Super-Homem. A crítica à República é uma evidência, no entanto, contrapõe este heterónimo de Fernando Pessoa uma “Monarquia Científica” que deveria ser antitradicionalista e anti-hereditária. Esta monarquia deveria ser “coroada” por um designado “Rei-Média”. A terminar o *Ultimatum*, o engenheiro Álvaro de Campos anuncia a vinda da “Humanidade dos Engenheiros”, a qual seria constituída por Super-Homens. Estes representam uma humanidade “matemática e perfeita”, nos seguintes termos²⁷,

Faço mais: *garanto absolutamente a vinda da Humanidade dos Engenheiros!*
 Proclamo, para um futuro próximo, a criação científica dos Super-homens!
 Proclamo a vinda de uma Humanidade matemática e perfeita!
 Proclamo a sua Vinda em altos gritos!
 Proclamo a sua Obra em altos gritos!
 Proclamo-A, sem mais nada, em altos gritos!
 E proclamo também: Primeiro:
O Super-Homem será, não o mais forte, mas o mais completo!
 E proclamo também: Segundo:
O Super-Homem será, não o mais duro, mas o mais complexo!
 E proclamo também: Terceiro:
O Super-Homem será, não o mais livre, mas o mais harmónico!

Em síntese, quer o *Ultimatum futurista às gerações portuguesas do século XX* de Almada Negreiros, quer o *Ultimatum* de Álvaro de Campos, constroem-se em torno de um referente político que é a guerra e organizam-se sistematicamente em forma de doutrina. Num como noutro, o motivo é a guerra e o objectivo saber o que fazer com ela. No segundo ultimato, trata-se de uma invectiva detalhada (em secções e alíneas) contra os escritores, os intelectuais, os estadistas, as nações e as classes sociais que dividiram a Europa, contra uma concepção democrática de república burguesa, bem como a apologia de uma ditadura em nome de uma reconstrução científica (“um acto de cirurgia sociológica”) capaz de fazer nascer os Super-Homens de uma “humanidade matemática e perfeita”, cuja vinda, e aqui reside a sua particularidade

²⁷ *Ib.*, p. 292.

literária, Álvaro de Campos proclama “em altos gritos!”²⁸. Note-se a referência expressa, no ultimato do heterónimo futurista de Fernando Pessoa, ao pensamento filosófico de Friederich Nietzsche (1844-1900) e à sua concepção de Super-Homem (*Ubermensch*)²⁹. Américo Enes Monteiro, que estudou a recepção da obra do filósofo de Röcken em Portugal, é categórico e escreve que a “rejeição da democracia e dos conceitos que lhe andam ligados, igualdade e socialismo, é comum às [...] grandes figuras do primeiro modernismo”³⁰.

É de registar que, entre a 1.^a Conferência Futurista que teve lugar a 14 de Abril e a edição da revista *Portugal Futurista. Publicação Eventual* que surge apenas no mês de Novembro de 1917 e que inclui, entre outros textos, os dois ultimatums futuristas, decorreu cerca de meio ano. Revista que constitui a terceira intervenção pública mais importante da vanguarda futurista. Não admira que ao estar o país em estado de guerra e sendo as autoridades republicanas conhecedoras do conteúdo político, crítico e provocatório dos dois ultimatums, em particular para Afonso Costa, presidente do ministério e líder do PRP/PD, que a revista futurista tenha suscitado a sua imediata apreensão pelas autoridades policiais. Como tal, tendo presente o sentido político último das intervenções públicas dos futuristas desde 1915 e o conteúdo dos seus ultimatums, é de estranhar que o crítico de arte José Augusto França tenha escrito que “*Portugal Futurista* foi apreendido nas vésperas da revolução sidonista, por razões morais ou políticas, nunca se soube, logo ao sair da tipografia”³¹. A nosso ver, foram razões políticas objectivas que ditaram a apreensão da revista futurista pelas autoridades republicanas.

²⁸ Luís Trindade, “A vanguarda das letras”, p. 226.

²⁹ Sobre os desenvolvimentos mais recentes do debate em torno da concepção nietzschiana de Super-Homem e o seu aproveitamento político pelas ideologias do nazismo e do fascismo, ver, respectivamente: Abir Taha, *Nietzsche, Prophet of Nazism. The Cult of the Superman*, Bloomington, Authorhouse, 2005, ISBN 1-4208-4121-1; Jacob Golomb/Robert S. Wistrich (ed.), *Nietzsche, Godfather of Fascism? On the Uses and Abuses of a Philosophy*, Princeton, Princeton University Press, 2002, ISBN 0-691-00710-1.

³⁰ Américo Enes Monteiro, *A recepção da obra de Friederich Nietzsche na vida intelectual portuguesa (1892-1939)*, Porto, Lello, 2000, ISBN 972-48-1801, p. 334.

³¹ José Augusto, *O modernismo na arte portuguesa*, p. 36.

Chegados a este ponto do ensaio, vale a pena caracterizar e destacar três aspectos relativos à forma como se apresentou o futurismo em Portugal.

Primeiro, Almada Negreiros e Fernando Pessoa não foram conseqüentes com a apologia da guerra que fazem nos seus ultimatoss e, ao contrário do que fizeram Marinetti e os futuristas italianos, não se alistaram como voluntários para combater no *front*. Tão pouco as suas convicções políticas e estéticas e o seu impacto na sociedade portuguesa foram suficientemente importantes para se empenharem na organização de um movimento ou partido político futurista. O que não significa que cada um deles não venha a ter militância e empenhamento político³².

Segundo tópico, a polémica suscitada pelo futurismo desenvolve-se sobretudo no campo literário e não no campo das artes plásticas³³. Em termos comparativos, é notória e evidente a pobreza do meio artístico português em relação à Itália futurista. Pobreza que é visível numa análise comparada de qualquer catálogo relativo às artes plásticas desta vanguarda nos dois países. Neste sentido, não admira que o impacto da obra do pintor “ultramonárquico e reaccionário”³⁴ Guilherme Santa Rita (1889-1918) e a de Amadeo de Souza Cardoso (1887-1918) tenham sido, à época, algo lendárias e relativamente marginais. E não foi por acaso que estes artistas plásticos foram estudar ou aprender pintura em Paris, sendo certo que para a efemeridade da marca futurista na sua obra contribuiu o facto de terem tido uma vida muito curta que os impediu de aprofundar a sua trajectória artística. Neste aspecto particular, vale a pena determo-nos sobre a trajectória do pintor Amadeo

³² Como veremos, Fernando Pessoa vai ter militância política numa organização sidonista, enquanto Almada Negreiros vem a trabalhar para o SPN dirigido por António Ferro e a tornar-se o artista plástico a quem são encomendadas pinturas para as obras públicas mais emblemáticas do Estado Novo, terminando a sua vida como procurador à Câmara Corporativa, entre 1965-1969, integrado na 3.ª Subsecção de Belas-Artes. Cf. “José Sobral de Almada Negreiros (1893-1970)”, em Manuel Braga da Cruz/António Costa Pinto, *Dicionário biográfico parlamentar 1935-1974 (M-Z)*, Lisboa, ICS/Assembleia da República, 2005, ISBN 972-671-154-1, pp. 212-213.

³³ José Augusto França, *O modernismo na arte portuguesa*, p. 20.

³⁴ *Ib.*, p. 26.

de Souza Cardoso que, no ano de 1905, tem uma fugaz passagem pela Real Academia de Belas Artes de Lisboa para estudar arquitectura. Segundo as suas biógrafas, “Lisboa tem pouco mais para oferecer a Amadeo do que política de café e o enraizamento dos ideais republicanos (que, sendo profundamente monárquico, não lhe interessavam), acabando por ser para ele uma decepção. Na Academia de Belas Artes o panorama não era melhor. Anquilosados na tradição naturalista do século passado, os mestres do Grupo do Leão pouco têm para oferecer a um jovem talentoso sedento de novidade”³⁵. No ano seguinte, segue para Paris a fim de iniciar nesta cidade estudos em arquitectura. É na capital francesa que conhece o pintor italiano Amedeo Modigliani (1884-1920) e de quem recebe influência de carácter impressionista e cubista. A maior marca futurista na pintura de Amadeo, encontramos-a no “lado dinâmico da representação visual” do quadro *Procissão Corpus Christi* pintado no ano de 1913. Pintura em que o desenho é “estruturante para a composição, define planos, realça figuras, transforma o quadro num labirinto poético de pessoas, animais, árvores e casas”³⁶. Entretanto, com o desencadear da guerra, Amadeo regressa a Portugal e sente-se “fascinado, pelo menos à distância,” com o conflito bélico e declara-se militarista. Neste sentido, escreve para Paris, a 18 de Setembro de 1915, ao pintor Robert Delaunay (1885-1941)³⁷,

Que a guerra seja encantadora – é um pouco literário, mas enfim [...] que ela deve ser emocionante, não tenho qualquer dúvida. Confesso-vos que tenho pena de me encontrar tão longe. Gostaria de a sentir mais de perto, de vivê-la mais. Que a paz se tenha tornado tão cara, concordo convosco – pagamo-la. Mas se não se participa, por pouco que seja, na guerra, também nos enfada. Precisamos de qualquer coisa forte – eu sou militarista!

Em 1916, quando Amadeo de Souza Cardoso procede a um retorno tardio ao desenho realiza, provavelmente, uma das melhores sínteses do

³⁵ Margarida Cunha Belém/Margarida Magalhães Ramalho, *Amadeo de Souza-Cardoso*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2009, ISBN 978-972-42-4463-1, p. 29.

³⁶ Cf. reprodução *ib.*, p. 96.

³⁷ Transcrito de Margarida Cunha Belém/Margarida Magalhães Ramalho, *Amadeo de Souza-Cardoso*, p. 140.

que se designa de cubofuturismo. Consegue neste registo, ao mesmo tempo figurativo e abstracto, dotar os seus “desenhos da (des)construção cubista aliada ao movimento que rege os princípios do futurismo”³⁸. É também no final deste ano que, entre 4 e 18 de Dezembro, Amadeo de Souza Cardoso expõe na Liga Naval. Uma exposição em que o pintor conseguiu vender apenas um pequeno quadro.

Foi durante a apresentação da sua obra em Lisboa que Amadeo de Souza Cardoso recebe o melhor elogio que lhe foi feito em vida, numa espécie de manifesto escrito e publicado por Almada Negreiros, a 12 de Dezembro de 1916, com o título de *Exposição Amadeo de Souza-Cardoso Liga Naval de Lisboa*. O folheto abre com um ataque à opinião dominante do historiador e crítico de arte José de Figueiredo. Almada Negreiros, que assina como “Poeta Futurista”, alude depois e de forma crítica ao conflito mundial, “[...] estou muito triste com esta fúria de incompetência com que Portugal participa na Guerra Europeia”³⁹. Apela para a importância da contemporaneidade da obra pictórica de Amadeo, na medida em que este vem de Paris para a apresentar em Lisboa,

[...] quando um Português, genialmente do século XX, desce da Europa, condoído da pátria entrevada, para lhe dar o Parto da sua Inteligência, a indiferença espartilhada da família portuguesa ainda não deslaça as mãos de cima da barriga. Pois, senhores, a Exposição de Amadeo de Souza-Cardoso na Liga Naval de Lisboa é o documento conciso da Raça Portuguesa no século XX [...] A Descoberta do Caminho Marítimo prà Índia já não nos pertence porque não participamos deste feito fisicamente e mais do que a Portugal este feito pertence ao século XV.

Nós, os futuristas, não sabemos História só conhecemos da Vida que passa por Nós. Eles têm a Cultura, Nós Temos a Experiência – e não trocamos!

[...] Amadeo de Souza-Cardoso é a primeira Descoberta de Portugal no Século XX. O limite da Descoberta é infinito porque o sentido da Descoberta muda de substância e cresce em interesse – por isso que a Descoberta do Caminho Marítimo prà Índia é menos importante que a Exposição de Amadeo de Souza-Cardoso na Liga Naval de Lisboa.

³⁸ Cf. desenhos reproduzidos *ib.*, pp. 178-179.

³⁹ José de Almada Negreiros, *Manifestos e conferências*, p. 19.

A título de conclusão, a influência futurista na obra de Souza-Cardoso foi relativamente ténue e efémera no Portugal do seu tempo, facto a que não foi estranho o pintor ter vivido em Paris e ter vindo a falecer logo em 1918.

Terceiro, colocada que foi sobretudo a polémica futurista no campo literário, é importante reflectir sobre a observação de Luís Trindade segundo a qual uma das características e marcas distintivas do futurismo português foi a utilização da palavra *ultimatum* como título de dois dos seus manifestos⁴⁰. É sabido que um texto de tipo manifesto tem um carácter de intervenção no espaço público e adopta, como tal, um registo de estrepitude para se impor ao leitor. Além de que, é um texto pensado e escrito para se fazer ouvir mais do que ser lido. O seu valor político e literário encontra exemplos célebres, respectivamente, no *Manifesto comunista* de Marx e Engels, e no próprio *Manifesto futurista* de Marinetti. E Luís Trindade acrescenta que, naquele início do século XX, o “significado político da forma manifesto não devia andar longe, desde a crise do Mapa Cor de Rosa de 1890, do da palavra *ultimatum*”⁴¹. Recorde-se que o *Ultimato* britânico obrigara a uma humilhante cedência dos territórios coloniais compreendidos entre Angola e Moçambique, passando a assumir esta palavra uma carga dramática e um sentido nacionalista específico na vida política portuguesa de que Almada Negreiros e Fernando Pessoa (Álvaro de Campos) se apropriaram para escreverem os textos que são publicados na revista *Portugal Futurista* no final de 1917.

Como já foi referido, acabara de vir a público a revista futurista e Sidónio País (1872-1918), professor catedrático de Matemática da Universidade de Coimbra e major de Artilharia, um político ligado à União Republicana de Brito Camacho e que tinha desempenhado as funções de ministro Plenipotenciário de Portugal em Berlim entre 1912 e 1916, desencadeia e consuma um golpe de Estado, entre 5 e 8 de Dezembro de 1917, que submete o país em guerra a uma nova *situação* de ditadura. Recorde-se que *Situação* é o título do principal jornal sidonista e que é dirigido pelo então alferes Jorge Botelho Moniz, entre 1918 e 1922, também ele um dos militares golpistas.

⁴⁰ Luís Trindade, “A vanguarda das letras”, p. 225.

⁴¹ *Ib.*, p. 225.

E que medidas ditatoriais toma de imediato o catedrático e oficial do Exército Sidónio Pais, que surge na cena político-militar de um país em guerra, com um carisma político que se assemelha a uma espécie de “Super-Homem” nietzschiano português e expoente político da “humanidade matemática e perfeita”, para utilizar a linguagem de Fernando Pessoa? A 11 de Dezembro, constitui uma Junta Revolucionária que assume o governo da nação, depois de destituir o governo legítimo e mandar prender o presidente do Ministério Afonso Costa, dissolve o Congresso da República, e exila o presidente da República Bernardino Machado. Assume as funções de Chefe do Estado por decreto de 27 de Dezembro⁴². Entretanto suspende a Constituição da República, ele que fora um dos deputados da Assembleia Constituinte de 1911. Em consequência, coloca o país em ditadura e governa como um ditador.

E que posição política toma Fernando Pessoa perante estes acontecimentos golpistas e, particularmente, face ao derrube e exílio do presidente da República, prisão e posterior exílio do presidente do Ministério, e a suspensão da Constituição? Recorremos aos textos de natureza poética que Fernando Pessoa escreveu naquela altura, mas que não publicou em vida como aliás o fez com a maior parte da sua obra literária, e que expressam a sua leitura política destes acontecimentos. *Marcha Fúnebre [RPRIP – República Portuguesa Requiescet in Pace]* é o título significativo de um desses poemas e que os especialistas na obra pessoana têm como certo que foi escrito no próprio dia 5 de Dezembro ou nos dias subsequentes. Procedemos à sua transcrição para análise e reflexão⁴³,

Marcha Fúnebre [RPRIP – República Portuguesa Requiescet in Pace]

Com lixo, dinheiro dos outros, e sangue inocente,
Cercada por assassinos, traidores, ladrões (a salvo)

⁴² Cf. Armando Malheiro da Silva, *Sidónio e sidonismo. História de um caso político*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006, ISBN 972-8971-32-X, vol. 2, p. 400.

⁴³ Fernando Pessoa, *Poesia 1915-1917*, ed. Manuela Parreira da Silva et al., Lisboa, Planeta De Agostini, 2006, ISBN 989-609-518-3, pp. 163-164 (ed. original Assírio & Alvim).

No seu caixão francês, liberalissimamente,
Em carro puxado por uma burra (a do estado) seu alvo,

Passa para além do mundo, em uma visão desconforme,
A República Democrática Portuguesa.
O Lenine de capote e lenço,
Afonso anti-Henriques Costa.
Mas o Diabo espantou-se: aqui entram bandidos
Até certo ponto e dentro de certo limite.

Assassinos, sim, mas com certa inteligência.
Ladrões, sim, mas capazes de uma certa bondade.
Agora vocês não trazem quem tivesse tido a decência
De ao menos ter uma vez dito a razão ou verdade

Creemos que a seguir ao *Ultimatum*, do heterónimo futurista Álvaro de Campos, não existir um poema mais crítico e demolidor em termos políticos, no que respeita à concepção de “República Democrática Portuguesa”. Nele Fernando Pessoa *celebra*, na sequência do golpe de Estado sidonista, o *funeral* da República. Naquela que supostamente seria a derradeira cerimónia fúnebre da I República, o caixão surge rodeado, no imaginário político e poético de Fernando Pessoa, por “assassinos”, “traidores” e “ladrões”. E que personagem histórico encabeça integralmente, segundo Fernando Pessoa, esta ideia *criminosa* de “República Democrática”? Afonso Costa, ou seja, o presidente do governo que acabara de ser afastado e preso ilegalmente por um golpe de Estado, surge neste poema, paradoxalmente, comparado a um “Lenine de capote e lenço”. Estava presente na mente de Fernando Pessoa o papel decisivo que o líder comunista russo desempenhara durante os acontecimentos revolucionários de Outubro de 1917 neste dramático ano, de guerra e de revolução, para a Rússia e para Portugal. Nesta sequência, Pessoa joga com as palavras e considera Afonso Costa um traidor da pátria portuguesa, ao escrever que ele era um “Afonso anti-Henriques”, numa alusão ao rei fundador da nacionalidade.

O ódio pessoal e político do poeta órfico à “República Democrática” e em particular ao presidente do governo Afonso Costa, ministro das

Finanças e líder do *Partido Democrático* PRP/PD, é de tal forma que lhe dedica um poema escrito na mesma data e conjuntura histórica de *Marcha Fúnebre*⁴⁴,

Afonso Costa

O Afonso é miguelista,
 Meu amigo integralista...
 Não arrepanhe os cabelos!...
 Miguelista, porque é ele
 Partidário do Miguel –
 Do Miguel de Vasconcelos.
 Em francos estrangeiros
 Quanto é trinta dinheiros?

Quis a Finança (a Internacional)
 Entregar-lhe Portugal.
 Formou em Coimbra a ciência e a maneira.
 Oh, Judas, Coimbra é perto da Figueira!

Poema em que Afonso Costa é expressamente denominado de “miguelista”. Com este vocábulo Pessoa não se refere aos defensores de uma monarquia de tipo absolutista e que ficaram deste modo conhecidos para a história durante a guerra civil que assolou o país e que opôs liberais e miguelistas. Este qualificativo designa agora o traidor Miguel de Vasconcelos, o português secretário de Estado da duquesa de Mântua, vice-rainha de Portugal, na dependência de Filipe III, e que foi defenestrado na sequência dos acontecimentos de 1 de Dezembro de 1640 que dão origem ao movimento de Restauração da independência de Portugal. Veja-se, a este propósito, como para Fernando Pessoa os acontecimentos políticos de 5 de Dezembro de 1917 assumem para ele uma reverberação claramente nacionalista e de sentido restauracionista.

Porém, o *traidor* Afonso Costa também é apodado no poema de *Judas* e, neste sentido, é acusado de ter vendido Portugal à finança

⁴⁴ *Ib.*, pp. 164-165.

estrangeira, tal como o *judeu* Judas Iscariotes no conhecido episódio bíblico vende Jesus por “trinta dinheiros”⁴⁵. A razão de ser deste comportamento de traição reside, segundo insinua o poeta órfico, no facto de Afonso Costa ter estudado, formado a sua personalidade e ter sido professor catedrático de Economia Política na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. E termina o poema aludindo a que a Figueira da Foz, que festeja a *Queima do Judas*, está próxima de Coimbra.

Há que reconhecer o mérito de Afonso Costa ter sido, do ponto de vista da história das políticas de finanças públicas portuguesas, o primeiro responsável pela pasta das Finanças no século XX que conseguiu dois *superavites* sucessivos, a partir dos exercícios orçamentais de 1912-1913 e 1913-14⁴⁶. Fora preciso decorrer mais de meio século de vigência de Monarquia Constitucional, para Afonso Costa ser o primeiro político português a demonstrar capacidade política e competência técnica para provar a viabilidade económica e financeira da jovem República portuguesa, tendo efectuado a reforma saneadora das finanças com recurso também à denominada *lei travão*⁴⁷. Numa análise comparada entre a trajectória universitária de Afonso Costa e Sidónio Pais, é curioso verificar que este último estudara e fora professor catedrático na Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra. Em termos de cargos governamentais, começou por assumir a pasta do Fomento do segundo Ministério presidido por João Chagas durante os breves três meses de Setembro a Novembro de 1911. No terceiro Ministério assume a pasta das Finanças, de Novembro de 1911 a meados de 1912, mas sem qualquer resultado positivo para o país. Por outro lado, se havia político que passava férias na Figueira da Foz era justamente Sidónio Pais, facto este que ficou, aliás, celebrizado

⁴⁵ *Bíblia*, Mt. 26,14-16.

⁴⁶ Cf. Filipe Ribeiro Meneses, *Afonso Costa*, Alfragide, Texto, 2010, ISBN 978-972-47-4183-3, p. 45.

⁴⁷ Cf. Mário Júlio de Almeida Costa/Rui Manuel de Figueiredo Marcos, *A Primeira República no direito português*, Coimbra, Almedina, 2010, ISBN 978-972-40-4290-9, pp. 42-45.

pelo escritor Miguel de Unamuno que o conheceu, pessoalmente, nesta estância balnear⁴⁸,

Naquele mesmo Verão de 1914 conheci e conversei com Sidónio Pais, militar e catedrático – de cálculo diferencial e integral –, logo ditador e que viria a ser assassinado.

Em relação ao carácter, ou ao que Fernando Pessoa considera ser a “maneira”, de Afonso Costa e de Sidónio Pais, é possível estabelecer um paralelo histórico, com a respectiva trajectória enquanto membros da maçonaria. Referimo-nos, em concreto, à relação e ao comportamento político que ambos tiveram com a ortopraxis maçónica⁴⁹.

Afonso Costa, que é iniciado mação em 1905, na loja O Futuro, com o nome simbólico de Platão, segundo Oliveira Marques ascendeu a todos os graus da hierarquia do Rito Escocês Antigo e Aceite (REAA). Ao falecer no ano de 1937, encontrava-se no exílio na oposição ao Estado Novo e estava indigitado para ser eleito Grão-Mestre da maçonaria. Afonso Costa foi iniciado na maçonaria durante a fase da luta antimonárquica, ou seja, foi o que se pode designar um mação histórico. O que significa que não precisou da instauração da República para exercer cargos da mais alta responsabilidade política no novo

⁴⁸ “Nueva Vuelta a Portugal (1)”, Miguel de Unamuno, *Obras Completas. Paisajes y ensayos*, Madrid, Escelcier, 1966, vol. I, p. 723. E que o encontro teve lugar na praia da Figueira de Foz podemos comprová-lo lendo a correspondência que Miguel de Unamuno estabeleceu com Eugénio de Castro e que se encontra disponível na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra no *Epistolário Eugénio de Castro*. Recorde-se que Miguel Unamuno escreveu este texto em 1935, na sequência da sua última visita a Portugal, efectuada a convite do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) dirigido por António Ferro. Sobre a relação entre Eugénio de Castro e o futurismo, cf. Rita Marnoto, “Eugénio de Castro entre simbolismo e futurismo”, *Biblos*, n.s., ISSN 0870-4112, 7, 2009, pp. 349-362 (Coimbra, FLUC).

⁴⁹ Sobre o conceito de ortopraxis maçónica, ver o desenvolvimento que fizemos dele, a propósito do estudo da trajectória maçónica e carbonária do catedrático de Cirurgia Bissaya Barreto e mentor de uma obra social no campo da saúde pública em Portugal, em Jorge Pais de Sousa, *Bissaya Barreto. Ordem e progresso*, Coimbra, Minerva, 1999, ISBN 972-8318-75-8, pp. 59-74.

regime com a auréola prestigiante e a *custódia política* da maçonaria. Talvez por isso, e exilado em Paris a partir de 1917, em coerência com os seus princípios, continua a fazer a sua trajectória maçónica até ao fim da sua vida, ao ponto de estar indicado para ser eleito Grão-Mestre numa altura em que a maçonaria portuguesa tinha passado à clandestinidade⁵⁰.

E o que se passa com Sidónio Pais em matéria de comportamento maçónico? Foi iniciado a 20 de Fevereiro de 1911, na loja Estrela de Alva, de Coimbra, com o nome simbólico de Carlyle⁵¹. O que significa que é iniciado na maçonaria a tempo de integrar as listas de deputados do Partido Republicano (PRP) às eleições para a Assembleia Constituinte e que vão ter lugar a 28 de Maio de 1911. A partir daqui será titular, como já foi referido, das pastas do Fomento e das Finanças, antes de ser nomeado em 1912 ministro Plenipotenciário de Portugal em Berlim. O ano de 1912 é aquele em que, precisamente, resolve colocar um termo à sua curta e efémera actividade maçónica. Uma vez chefe de Estado, deu cobertura às perseguições contra o Grande Oriente Lusitano Unido (GOLU) que culminaram com o assalto à sua sede, a 9 de Dezembro de 1918, pouco depois de registado o primeiro atentado contra a sua vida⁵². Ao analisar o tempo histórico em que teve actividade maçónica, reparamos que esse curto período coincide com a sua nomeação para o exercício de importantes cargos políticos e diplomáticos, em plena I República, de forma que terá existido um aproveitamento meramente instrumental da sua relação com a obediência maçónica, na medida em que, ao contrário de Afonso Costa que foi um maçõo histórico, Sidónio Pais precisou de ver implantada a República em Portugal para fazer a sua iniciação maçónica. Por outro lado, no

⁵⁰ Cf. Afonso Augusto da Costa, em A. H. Oliveira Marques, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, Lisboa, Delta, 1986, vol. I, pp. 419-421.

⁵¹ A iniciação maçónica de Sidónio Pais teve lugar a 20 de Fevereiro de 1911. Reproduzimos pela primeira vez, no Anexo 1, os dois documentos de iniciação, respectivamente, o “Testamento maçónico” e as “Instruções para o candidato”. Estes documentos são pertença da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

⁵² Cf. Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais, em A. H. Oliveira Marques, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, Lisboa, Delta, 1986, vol. II, pp. 1075-1076.

exercício das funções de chefe de Estado, permitiu o assalto ao Palácio Maçónico do Grande Oriente em Lisboa. Do ponto de vista estrito dos princípios maçónicos (liberdade, igualdade, fraternidade), verifica-se que Sidónio Pais traiu os compromissos assumidos no momento da sua iniciação como maçã, como se pode ler, quer no Testamento que escreveu naquela altura, quer sobretudo nas Instruções para o Candidato que subscreveu a 20 de Fevereiro de 1911 que agora se reproduzem e tornam públicos pela primeira vez para a investigação no Anexo 1.

Quanto à situação político-militar, Sidónio Pais assina com os ingleses, e sob a influência do general Bernardiston, a Convenção de 21 de Janeiro de 1918, onde se compromete a retirar para a retaguarda uma das duas Divisões militares que os governos da *União Sagrada* haviam preparado para combater na frente da Flandres. Recorde-se que a Frente Oriental tinha acabado como resultado da assinatura, em Março de 1918, do Pacto de Brest-Litovski, sendo que as negociações já decorriam desde Novembro de 1917, entre as autoridades alemãs e o novo poder dos soviets russos. Portanto, o processo negocial e a rectificação do Pacto deixavam antever a concentração de artilharia, das tropas e de todo o esforço de guerra, alemão e austro-húngaro, na Frente Ocidental, pelo que a grande ofensiva do Somme da Primavera do ano seguinte era previsível para qualquer estratega militar. Portanto, a retirada da Rússia da Tríplice Entente foi vista como a grande oportunidade para as potências centrais fazerem um esforço suplementar para vencerem o conflito mundial. É neste quadro geoestratégico que Sidónio Pais se compromete a retirar uma Divisão da frente de combate.

Na frente interna, e à margem da Constituição de 1911, é publicada a 30 de Março de 1918 uma nova lei eleitoral, que vem legislar sobre matéria constitucional e neste sentido permite perspectivar as grandes linhas sobre o que viria a ser o projecto de constituição sidonista, pela qual são instituídos: o sufrágio universal; a representação regional e corporativa para o Senado; e a eleição directa do presidente da República. Sidónio Pais cria também um partido de governo, designado de Partido Nacional Republicano⁵³.

⁵³ Sobre o PNR e o direito durante a ditadura sidonista ver, respectivamente: Ernesto Castro Leal, *Partidos e programas. O campo partidário republicano português 1910-1926*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2008, ISBN

A 9 de Abril de 1918, integrada na grande ofensiva alemã do Somme, tem lugar a Batalha de La Lys, na Flandres. A única Divisão portuguesa que se encontrava na linha da frente de combate, comandada pelo general Gomes da Costa, é dizimada perante o avanço de 55 000 soldados alemães. A estimativa de baixas do CEP sofrida durante a Batalha de La Lys é a seguinte, 1341 mortos, 4626 feridos, 1932 desaparecidos e 7740 prisioneiros.⁵⁴

O desastre político-militar de La Lys é habilidosamente ocultado, em Portugal, da opinião pública. E fazendo uso da sua popularidade junto dos católicos e monárquicos, a 28 de Abril de 1918, Sidónio Pais foi eleito presidente de República e do ministério, por sufrágio directo dos cidadãos eleitores, obtendo 470 831 votos. Uma votação sem precedentes, todavia, em eleições não concorrenciais. Foi proclamado presidente da República a 9 de Maio do mesmo ano.

Em matéria de propaganda, Sidónio Pais criara, logo em Janeiro de 1918 e sob proposta de Homem Cristo Filho, a Direcção dos Serviços de Informação e Propaganda da República Portuguesa nos Países Amigos e Aliados (DSIPRPPAA). Deve-se, pois, a Sidónio Pais a fundação em Portugal do primeiro organismo estatal vocacionado para fazer a propaganda de um governo ditatorial e sob a direcção do jornalista Francisco Homem Cristo Filho (1892-1928)⁵⁵. O assassinato de Sidónio Pais fez com que Francisco Homem Cristo Filho abandonasse o seu trabalho pioneiro, enquanto responsável pela propaganda do organismo estatal português e regressasse à sua actividade jornalística no período que se segue à guerra. Publica com a chancela da FAST

978-989-8074-48-5, pp. 63-71; Marcelo Rebelo de Sousa, *Os partidos políticos no direito constitucional português*, Braga, Livraria Cruz, 1983, pp. 178-179; Mário Júlio de Almeida Costa/Rui Manuel de Figueiredo Marcos, *A Primeira República no direito português*, pp. 32-35.

⁵⁴ Cf. Manuel Themudo Barata/Nuno Severiano Teixeira (dir.), *Nova história militar de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, ISBN 972-42-3209-3, vol. 4, p. 30.

⁵⁵ Cf. Jorge Pais de Sousa, *Guerra e nacionalismo. Na I República e no Estado Novo, entre a democracia e a ditadura (1914-1939)*, Coimbra, FLUC, 2009, vol. I, pp. 166-169 (tese de doutoramento com edição no prelo pela Imprensa da Universidade).

(a sua editora sediada em Paris) no ano de 1919, um livro dedicado ao nacionalista Luigi Federzoni (1878-1967)⁵⁶, em que escreveu algumas páginas sobre Sidónio Pais, com destaque para⁵⁷,

A multidão não chora somente nele o primeiro magistrado da República, mas também e sobretudo o seu bemfeitor. O homem universal que tinha sido um soldado leal, o professor rigoroso, o sábio matemático, a quem Portugal deve o sentido de organização, o esboço de uma expansão panlusitana, reformas felizes no campo do ensino, este homem foi o amigo dos infelizes, o *Pai dos pobres*.

O retomar em pleno da actividade jornalística e de escritor de Homem Cristo Filho torna-o porventura o português mais famoso, para o seu tempo, em Paris e no estrangeiro. O poeta modernista António Ferro (1895-1956) trabalhou de perto com Homem Cristo Filho e vê nele uma espécie de modelo de homem “cosmopolita” para se iniciar nas lides do jornalismo e da propaganda⁵⁸.

⁵⁶ Sobre a relação entre Luigi Federzoni (ministro do Interior de Mussolini de 1924 a 1926, membro do Grande Conselho do Fascismo e presidente da Real Academia de Itália) e Portugal, e à forma como, em fuga de Itália, Salazar lhe concede cidadania portuguesa e permite que ocupe uma cátedra de italiano nas universidades de Coimbra e de Lisboa entre 1947 e 1951, ver o estudo que lhe dedicámos, em Jorge Pais de Sousa, *Uma Biblioteca fascista em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2007, ISBN 978-989-8074-10-2, pp. 32-39.

⁵⁷ Homem Christo, *Les porte flambeaux*, Paris, Fast, 1919, p. 257. Francisco Homem Cristo Filho vai aderir ao fascismo logo no ano de 1923, depois de ter ido a Roma entrevistar Mussolini ao Palácio Chigi. Viagem de que resulta um dos primeiros livros publicados sobre Mussolini e o fascismo, cf. id., *Mussolini. Bâtitseur d'avenir. Harangue aux foules latines*, Paris, FAST, 1923, p. 2. Após a publicação deste livro, torna-se um colaborador político directo do Duce e quando morre a caminho de Roma, no ano de 1928, num desastre de automóvel nunca esclarecido, Mussolini ordenou que lhe fosse feito um funeral fascista. Mais tarde, manda erigir um monumento fúnebre no cemitério de Orte.

⁵⁸ Sobre o convívio de Ferro com Homem Cristo, veja-se o depoimento da mulher e escritora Fernanda de Castro, *Ao fim da memória. Memórias (1906-1939)*, Lisboa, Verbo, 1986, vol. I, pp. 205-223. Quanto à sua relação como jornalista, ver os seguintes trechos de um perfil biográfico necrológico que tra-

E que o carisma e a imagem do *chefe* de tipo cesarista de Sidónio Pais funcionaram em pleno para o seu tempo e arrastaram multidões não restam dúvidas. Para este efeito, recorremos ao testemunho do próprio António Ferro, o editor dos dois números publicados da revista *Orpheu* no ano de 1915 e posterior especialista em propaganda, que escreveu no final da sua vida sobre o impacto que a figura de Sidónio lhe provocara nos seus tempos de jovem estudante de Direito, no sentido de o ter aliciado para a acção política e lhe ter transmitido a primeira lição nacionalista de chefe⁵⁹,

Foi Sidónio Pais, a figura esbelta de Sidónio, o nosso primeiro republicano sem barrete frígio, quem me arrancou a este adormecimento, a esta modorra. A primeira vez em que o vi – lembro-me bem! – encontrava-me precisamente no Martinho, no quartel general da minha indolência. Sidónio regressava do Porto. Grande multidão o aguardava diante da estação do Rossio e suas imediações. Como sempre, diante do meu deslavado café com leite, insípida água benta dos meus paradoxos e trocadilhos, falsamente irónico, indiferente, julgava-me bastante céptico para me defender daquela onda de entusiasmo que já transpusera as portas do Martinho, que pretendia molhar-me. Mas quando Sidónio Pais assomou à porta da estação, com o seu perfil já lendário, com aquela máscara de traços finos mas nítidos onde se espelhava a nossa própria vontade, rodeada pelos seus ajudantes, impecáveis e juvenis nas suas fardas novas, algo de magnético se passou, algo de misterioso aconteceu – asa de anjo que me sacudiu, de anjo viril [...] – que me obrigou a subir para uma cadeira e a dar palmas, a dar vivas, freneticamente, como todos os outros [...]

çou, em que escreve: “Gostava-se de trabalhar como Homem Cristo, como um estudante gosta de trabalhar com o professor justo e imparcial, que lhe dá hoje um zero e amanhã vinte valores. [...] Agora mesmo – Deus me perdoe! – estou a escrever esta crónica e a pensar no que ele irá dizer-me, se a achará boa, se a achará fraca, se franzirá a testa. Homem Cristo acamaradou sempre com os ditadores, porque foi sempre um ditador. Fazia ditadura insensivelmente, em todos os seus negócios, nas suas iniciativas, nos jornais onde trabalhava dentro da sua casa [...]”, António Ferro, “Um mês depois. O perfil de Homem Cristo Filho”, *Diário de Notícias*, 5.ª feira, 12 de Julho de 1928, p. 2.

⁵⁹ António Ferro, *D. Manuel II. O Desventurado*, Lisboa, Bertrand, 1954, pp. 24-27.

Simple electricidade daquele instante, simples onda de entusiasmo contagioso, momento histórico? Não! Apenas a visão rápida, milagrosa da distância profunda, abismal, daquele homem fardado, com olhos de sonho e de conquista, síntese de todas as nossas aspirações, da nossa ânsia de viver, e aqueles tribunos da nossa revolução bem intencionada, para nos seus intuitos, no seu ideal, mas logo traída, sem querer, pelo veneno da eloquência fácil, pelo vírus da demagogia.

E foi então que senti, pela primeira vez, a beleza, o sentido poético da palavra chefe [...] A imagem de Sidónio Pais, 'viva estátua equestre', como alguém lhe chamou, ainda me deslumbrou, me fascinou em diversas paradas e desfiles onde o seu perfil magnetizava sempre as multidões. E a ele devo esta certeza que nunca mais me abandonou: A poesia das nações, a sua poesia heróica, não está nas alfurjas, nas associações secretas, ou até nos parlamentos, mas nos seus chefes ou nos seus reis, naqueles que podem ser derrubados, mortos, mas deixam as suas pátrias bem erguidas, mais altas, nos próprios pedestais donde foram apeados, violentamente, pelas paixões dos homens.

Confirma-se que António Ferro nasce para a política durante o sidonismo, na fase em que era estudante na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e é mobilizado para Angola como oficial miliciano, nos primeiros meses de 1918. Nesta altura, Sidónio Pais havia nomeado para governador geral de Angola o capitão-de-Fragata Filomeno da Câmara (1873-1934). Este último, por sua vez, escolhe António Ferro para seu oficial às ordens e, em seguida, faz dele secretário-geral do maior território colonial português. É preciso ler, uma vez mais, o depoimento de Ferro sobre a relação de admiração política que criou ao trabalhar em Angola com Filomeno da Câmara, e no decurso da ditadura sidonista. Uma vez mais, é no prefácio do livro que escreveu com o título de *D. Manuel II* que encontramos o seu depoimento pessoal, sobre os três políticos que mais o marcaram, em termos da sua formação política e ideológica, e que contribuíram para criar nele a ideia de *chefe*⁶⁰,

A minha partida para Angola, alguns meses depois da aparição de Sidónio, o meu encontro com Filomeno da Câmara, outro republicano português sem

⁶⁰ *Ib.*, pp. 27-29.

barrete frígido, que fora nomeado governador da nossa maior colónia, foi a prova dos nove, a realidade depois do possível sonho, a lição prática depois da teoria. [...] Sidónio podia ter-me enganado, no deslumbramento do seu aparato, do seu empolgante panache. Mas em Filomeno da Câmara, de quem fui oficial às ordens, eu tive finalmente a oportunidade de presenciar o espectáculo edificante de um grande chefe em acção, de um grande homem completamente despido de baixas preocupações políticas, apenas animado pelo desejo de bem servir a sua pátria, de torná-la maior ou mais alta. Medi então, definitivamente, a distância entre os politiqueiros de profissão e os homens que não vivem da pátria mas para a pátria, entre os chamados liberais (sobretudo para eles...) e os chamados autoritários (sobretudo, também, para eles, pois nada se concedem...), entre os apagados e iluminados.

Admirável personalidade essa de Filomeno da Câmara que não foi ainda compreendida, vista na sua plena luz, demolida, roída, hora a hora, minuto a minuto, pela inveja, pelo rancor, pela mesquinhez dos homens. Filomeno, colaborador próximo de Sidónio, um dos precursores indiscutíveis da revolução do 28 de Maio, possuía todas as qualidades indispensáveis a um grande chefe: honestidade impecável, o dom de saber mandar, energia invencível, a generosidade oportuna, a capacidade infinita de trabalho, a iluminação interior aliada ao sentido prático, a visão realista dos acontecimentos, a reflexão demorada e a decisão rápida, a própria linha física do comando. Filomeno foi assim o meu grande professor de nacionalismo prático, o meu grande *mestre de energias*, o meu *comandante*, aquele que despertou, definitivamente, a minha alma passiva, doente, mole, que a obrigou a ser corpo, a ser vida [...].

Portanto, Filomeno da Câmara tornou-se o segundo “grande professor de nacionalismo prático” de António Ferro, ou, e para usar a sua linguagem, terá sido durante aquilo a que chamou a “minha escola de África” que a ideia de chefe passou a ter consistência política e ideológica, porquanto “a palavra chefe começou a perder a sua expressão individual, policial, tirânica, para ganhar, pouco a pouco, a consistência de uma ideia”⁶¹.

⁶¹ *Ib.*, p. 32. O terceiro “professor” que marcou e, de uma forma decisiva, o comportamento político de António Ferro foi Salazar, na medida em que, segundo ele, transformou a ideia de Chefe em sistema, cf. *ib.*, p. 46. Em relação, ainda, à cumplicidade política de Ferro com Filomeno da Câmara, é de

Passados que foram em revista os principais momentos históricos em que a vanguarda futurista se afirmou em Portugal durante os anos de 1915 e 1917 e em vésperas da emergência da ditadura sidonista, parece ser claro afirmar, como o fez Alberto De Bernardi para a realidade italiana, que com a guerra, e conjugada com o nacionalismo, emergiu a ideologia da modernidade. O movimento modernista português na sua vertente futurista, mais do que o mito industrialista, a velocidade e a fé na técnica, exaltou entre nós a paixão pelo novo⁶². A ideologia política do futurismo, assente, essencialmente, na ideia do Super-Homem nietzschiano, está também subjacente e expressa nos ultimatums de Almada Negreiros e de Fernando Pessoa, e tinha todas as condições para se afirmar como a estética do sidonismo caso esta experiência ditatorial tivesse tido tempo para se consolidar.

Afigura-se oportuno proceder a uma síntese sobre o significado histórico e político da experiência dezembrista de poder. No essencial, e como escreveu António José Telo, a experiência de ditadura de Sidónio Pais constitui uma tentativa de resposta à crise do Estado e à necessidade de repor a sua autoridade. Crise que, no nosso entender, eclode com o Ultimatum de 1890 e após a implantação da República conhece desenvolvimentos específicos com as duas incursões monárquicas de 1911 e 1912. Às incursões segue-se a participação portuguesa na I Guerra Mundial, com o envio de tropas expedicionárias em 1914 para combater em Angola e Moçambique e, posteriormente à declaração de guerra da Alemanha a Portugal de 9 de Março de 1916, é a vez do envio do Corpo Expedicionário Português (CEP) para combater na Flandres francesa. Acontecimentos estes que vieram agravar a crise do Estado. Portanto, é num quadro de um país a combater numa guerra mundial que o militar e catedrático Sidónio Pais instaura uma ditadura que, de um ponto de vista rigoroso da

assinalar que António Ferro se envolveu em duas tentativas de golpe de Estado chefiadas por Filomeno da Câmara. Referimo-nos ao 18 de Abril de 1925 e ao denominado *Golpe dos Fifis* (Filomeno da Câmara e Fidelino de Figueiredo) de 12 de Agosto de 1929.

⁶² Cf. Alberto De Bernardi, *Una dittatura moderna. Il fascismo come problema storico*, Milano, Bruno Mondadori, 2006, 2.^a ed., ISBN 88-424-9646-4, pp. 40-41.

história das ideias políticas, caracterizamos como um profascismo catedrático⁶³.

Para caracterizar o profascismo catedrático subjacente à acção política de Sidónio Pais, utilizamos a síntese recentemente efectuada por António José Telo que estrutura o significado da experiência histórica da ditadura dezembrista em “sete pilares”⁶⁴. O primeiro destes pilares é a valorização da Pátria. O patriotismo dos republicanos é vivido fervorosa e intensamente, desde o Ultimatum e da implantação da República, de forma que a pátria se encontra constantemente ameaçada a partir do exterior. Pelo facto de a República portuguesa constituir, em 1910, a terceira experiência política republicana na Europa e porque os territórios coloniais vinham sendo objecto de cobiça e disputa pelas grandes potências coroadas, desde a Inglaterra, à Espanha, passando pela Alemanha e pelo Império Austro-Húngaro, os republicanos sentiam a necessidade de engrandecer e regenerar a pátria face às permanentes ameaças externas. Enquanto o patriotismo de Sidónio é diferente em dois aspectos, primeiro porque surge “intimamente associado a uma noção de crise, de grave crise para a nacionalidade que exige medidas extraordinárias para obter a salvação – pois de salvação se trata, de conseguir resgatar a Pátria que está à beira do abismo”⁶⁵. O segundo aspecto que diferencia o patriotismo de Sidónio e o dos republicanos é que, para o primeiro, o perigo para a Pátria é essencialmente interno e não externo. “O inimigo principal para Sidónio é o que chama a *demagogia*, o elemento que divide, que abala, que quer arrastar todos à força para o caminho que diz ser da salvação, mas é o da perdição”⁶⁶.

O segundo pilar político do sidonismo é a “valorização do papel do Estado como a única instituição que, apoiada nas Forças Armadas, pode salvar a nação em perigo. O Estado em Sidónio adquire novas funções na sociedade, alarga a sua acção e afirma-se como o elemento

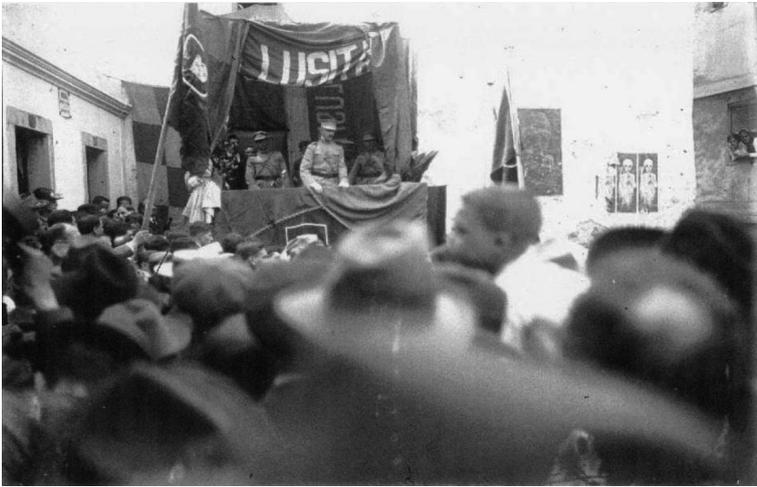
⁶³ Cf. Jorge Pais de Sousa, *Guerra e nacionalismo. Na I República e no Estado Novo, entre a democracia e a ditadura (1914-1939)*, vol 1, pp. 403-412.

⁶⁴ António José Telo, “Sidónio Pais e os sete pilares do futuro”, p. 206.

⁶⁵ *Ib.*

⁶⁶ *Ib.*

de arbitragem dos conflitos e divergências”⁶⁷. Este alargamento da acção do Estado ocorre, e nunca é demais sublinhá-lo, durante o decurso da guerra e verifica-se em três domínios: na economia, porque o Estado é chamado a ter um papel fundamental na resolução do problema das subsistências, tendo Sidónio nomeado, para este efeito, o alferes Jorge Botelho Moniz como director-geral dos Abastecimentos; na assistência social, ao organizar para os mais desfavorecidos, ainda que de uma forma muito débil, a Assistência 5 de Dezembro que origina as célebres *Sopas do Sidónio*; no campo da saúde pública, para responder às epidemias da pneumónica e do tifo que, no ano de 1918, provocaram mais de 60 mil mortes em Portugal.



Sidónio Pais em acção de propaganda, em Lisboa, da Assistência 5 de Dezembro

O terceiro pilar da acção política de Sidónio Pais é a “valorização das Forças Armadas e de segurança como as únicas instituições com legitimidade para exercer a violência”⁶⁸. Não foi em vão que o seu consulado ditatorial foi marcado pela organização de imponentes paradas

⁶⁷ *Ib.*, p. 207.

⁶⁸ *Ib.*

militares. Enquanto o próprio Sidónio surge em público, na sua qualidade dupla de presidente da República, que é também o comandante supremo das Forças Armadas, e de presidente do ministério, a envergar o uniforme militar. Sidónio que é, em simultâneo, militar de carreira com o posto de major de Artilharia, embora sem nunca ter tido qualquer experiência de combate, graduado em general, e catedrático de Matemática (professor de Cálculo Diferencial e Integral). Para utilizar a metáfora do *Ultimatum* do engenheiro Álvaro de Campos, o heterónimo futurista de Fernando Pessoa, Sidónio Pais encarnava a prometeica vinda da “Humanidade dos Engenheiros” ou a “criação científica dos Super-Homens”. Em termos históricos, tratava-se de um militar catedrático e, do nosso ponto de vista, este duplo estatuto reforça-lhe a autoridade e o carisma político perante as multidões, designadamente, em tempo de guerra.

É no exercício da acumulação dos cargos políticos de presidente da República e do Ministério, e fruindo do seu estatuto duplo de militar e de catedrático, que se enquadra o reforço do papel do *Chefe* de Estado que também é o comandante supremo das Forças Armadas e a valorização consequente da instituição castrense, enquanto quarto pilar em que assenta a política sidonista. “O *Chefe* é o presidente, a cabeça do Estado, com autoridade e carisma, que suscitam respeito e obediência”⁶⁹. Com Sidónio o *Chefe* de Estado passa a ter uma ligação directa ao povo, através da eleição directa do presidente da República – não esquecer, no entanto, que o sufrágio universal masculino decretado pela lei eleitoral sidonista foi exercido em eleições não concorrenciais. O “chefe legitima o regime e o partido do governo que ele criou – o Partido Nacional Republicano –, porquanto vai buscar a legitimidade directamente ao povo, e não o contrário como decorria da Constituição de 1911, em que o presidente da República era eleito a partir do Congresso da República. Trata-se de uma concepção de *chefe* “muito próxima da tradicional visão sebastianista portuguesa e da ideia de um salvador, de um messias que, por escolha quase divina, tinha de aparecer do nada nos momentos de grande crise para salvar a Pátria da queda no abismo, através de um mecanismo que tinha muito de transcendente

⁶⁹ *Ib.*

e místico”⁷⁰. É esta dimensão sebástica do comportamento político de Sidónio Pais que vai ser construída e mitificada pelo poeta Fernando Pessoa, logo a seguir ao seu assassinato, na fase em que este se torna um militante sidonista activo durante os anos de 1919 e 1920.

O quinto pilar da acção de Sidónio é a diferente função que confere aos partidos políticos. Para ele a legitimidade vinha directamente do povo para o chefe, através do voto directo, sem os partidos de permeio. As consequências para o sistema político sidonista são: primeiro, é o chefe que legitimava o partido e lhe entrega funções, pelo que o partido deveria ser nacional, daí a designação do partido do governo sidonista como Partido Nacional Republicano (PNR) e como forma de expressão da unidade nacional à volta do chefe; em segundo lugar, o *povo* passa a ter uma outra forma de representação diferente da proporcionada pelos partidos, em conformidade com as teorias de Oliveira Martins da representação orgânica que deve reflectir a estrutura social e económica da sociedade. É neste sentido que a organização da segunda câmara sidonista constitui o primeiro ensaio político de representação orgânica das corporações em Portugal e, neste sentido, é precursora da Câmara Corporativa. O PNR surge, portanto, subordinado ao chefe e constitui um instrumento deste para a salvação da pátria⁷¹.

A tendência para Sidónio Pais superar as dicotomias e antagonismos tradicionais em que assentou a sociedade liberal portuguesa constitui o sexto pilar da sua acção. Desde logo a dicotomia entre República e Monarquia. “Sidónio reafirma sempre o carácter republicano do regime, mas não hesita em apoiar-se fortemente nos monárquicos, não só porque eles também eram necessários no equilíbrio de forças existentes, mas também porque, para ele, a questão do regime estava ultrapassada, tinha deixado de ser importante perante os reais problemas da sociedade”⁷². O segundo problema que Sidónio se propôs ultrapassar foi o do anticlericalismo republicano. Neste sentido, reafirma o princípio da separação, mas aproxima-se da Igreja Católica, não através de uma nova legislação mas com actos políticos de amistosidade⁷³.

⁷⁰ *Ib.*, pp. 207-208.

⁷¹ Cf. *ib.*, p. 208.

⁷² *Ib.*, p. 209.

⁷³ Cf. *ib.*

O sétimo pilar da acção política de Sidónio assenta na recuperação dos valores tradicionais da sociedade portuguesa. Num certo sentido, ele já está contido nos outros pilares, como foi o caso dos valores que presidiram à reforma da instituição militar, ou na mudança da relação do Estado com a Igreja Católica. Porém, desenvolve uma acção em favor dos valores familiares, do “papel tradicional da mulher, a favor da moral, contra o aumento da prostituição provocado pela guerra, contra a ostentação do luxo dos especuladores e dos novos-ricos. Tem igualmente uma acção a favor do mundo rural e tradicional, da valorização da terra e do trabalho agrícola como o berço da tradição – é nas aldeias que vivem os valores nacionais, diziam os sidonistas”⁷⁴.

2.1. A MILITÂNCIA SIDONISTA DE FERNANDO PESSOA OU A GÊNESE DA CONSTRUÇÃO DO MITO DO *PRESIDENTE-REI*

EM TERMOS COMPARATIVOS com o futurismo italiano, constatámos que os futuristas portugueses não foram coerentes com o seu ideário guerrista, excluindo o caso de António Ferro que foi mobilizado para Angola e que mesmo assim não teve experiência de combate. A I Guerra Mundial foi para eles a *grande experiência*, mas apenas e só no plano doutrinário. É que o sacrifício do combate propriamente dito ficou para os *serranos*, ou seja, os portugueses socialmente mais desfavorecidos e oriundos em grande parte do país rural, na medida em que os intelectuais futuristas não tiveram coragem pessoal para irem combater como voluntários nas trincheiras. Ao contrário até, neste ponto, de diversos deputados do *Partido Democrático* PRP/PD que, defendendo a intervenção de Portugal nos diferentes teatros de guerra africano e europeu, decidiram em coerência alistarem-se como voluntários para irem para a frente de combate. E, todavia, o facto de serem deputados servia-lhe de argumento para não serem mobilizados. Foi o caso de Jaime Cortesão (1887-1960), deputado que integrava o grupo parlamentar democrático e um escritor ligado ao movimento da Renascença, que nos deixou um impressionante testemunho, do ponto de vista político e

⁷⁴ *Ib.*, pp. 209-210.

literário, intitulado *Memórias da Grande Guerra (1916-1919)*⁷⁵, enquanto capitão médico que combateu na Flandres e cujos actos de bravura lhe valeram ser condecorado com a Cruz de Guerra.

Por outro lado, o facto de a experiência ditatorial sidonista ter assentado numa política de contramobilização veio reforçar a crítica à política guerrista levada a cabo pelos governos da *União Sagrada* e, particularmente, ao *Partido Democrático* PRP/PD liderado por Afonso Costa, contra quem o golpe de Estado foi organizado. Exemplo da crítica impiedosa e desumana feita aos “serranos” desmobilizados e mutilados de guerra é o poema de Fernando Pessoa *Este vem trôpego e cego/lá das Flandres e das Franças*⁷⁶. Poema que, segundo os especialistas na obra pessoana, terá sido escrito após o Armistício de 11 de Novembro e o assassinato de Sidónio Pais de 14 de Dezembro de 1918, e a partir do momento em que as tropas do CEP iniciaram o processo do regresso lento de França a Portugal para serem desmobilizadas. É de registar que não conhecemos poemas da autoria do cidadão Fernando Pessoa que critiquem igual processo de desmobilização e regresso a casa, mas das tropas expedicionárias portuguesas que combateram nas colónias de Angola e de Moçambique. E no entanto, como é sabido, o número registado de baixas de soldados portugueses foi superior no teatro de

⁷⁵ Na sequência da sessão do Congresso da República, de 9 de Março de 1916, em que o parlamento tomou conhecimento da declaração de guerra da Alemanha a Portugal e na qual os deputados proclamaram em uníssono, *Viva a República!* e *Viva a Guerra!*, o deputado e intelectual Jaime Cortesão escreveu: “Decido oferecer-me para partir, e no dia seguinte, em carta ao ministro da Guerra, Norton de Matos, declaro-lhe sacrificar a essa grande obrigação os sagrados deveres de família, pois entendo que esta guerra terá para o bem da Humanidade consequências tamanhas, quais ninguém mesmo pode prever desde já”. Em Jaime Cortesão, *Memórias da Grande Guerra (1916-1919)*, Porto, Renascença, 1919, p. 14. Sobre o comportamento político do historiador Jaime Cortesão ver Jorge Pais de Sousa, “Jaime Cortesão. O escritor combatente na I Guerra Mundial e a defesa intransigente de uma república democrática e inclusiva”, *Biblos*, n.s., ISSN 0870-4112, 8, 2010, pp. 175-206 (Coimbra, FLUC).

⁷⁶ Cf. Fernando Pessoa, *Poesia 1918-1925*, ed. Manuela Parreira da Silva et al., Lisboa, Planeta De Agostini, 2006, ISBN 989-609-519-1, pp. 31-44 (ed. original Assírio & Alvim).

guerra africano do que o congénere verificado na frente europeia. No poema *Este vem trôpego e cego/lá das Flandres e das França*s, o cidadão e poeta órfico lamenta a morte de Sidónio Pais e inicia o processo de construção e envolvimento da sua figura na auréola do mito sebástico. Não sem expressar a crueldade e a impiedade do seu próprio carácter, ao jogar com o enorme sofrimento e os sacrifícios de toda a natureza vividos pelo regresso a Portugal dos soldados seus compatriotas combatentes em França na I Guerra Mundial e pelas respectivas famílias, enquanto vítimas, muitas vezes mutiladas, do esforço de guerra e do abandono a que a política sidonista injustamente os submetera. Este poema constitui um exercício poético que prepara, na nossa interpretação, a escrita do conhecido *À Memória do Presidente-Rei Sidónio Pais*.

Regressemos, porém, à análise do poema pessoano, pouco conhecido e analisado, *Este vem trôpego e cego/lá das Flandres e das França*s. Para notar que um outro tópico que avulta no poema é a condenação, pessoal e mordaz, dos mentores da política intervencionista na Flandres, designadamente, os responsáveis políticos ligados ao *Partido Democrático* PRP/PD e também membros dos governos da *União Sagrada*. Por exemplo, João Chagas é alvo deste comentário racista: “Esse outro que tudo esquece/assim vem/só para que o Chagas pudesse/passar por branco também”. O ministro da Guerra Norton de Matos é acusado de desonestidade criminosa: “Sem braços vem um a gemer/já não tem maneiras jovens;/só para o Norton vender/caixotes por automóveis”. Já Leote do Rego, o antigo comandante da Divisão Naval de Lisboa, é acusado de ser responsável pelas mutilações de guerra: “O teu filho veio cego,/pobre mãe com dores aos molhos./ Olha pede ao Leote do Rego/que lhe arranje outros dois olhos”. E o inevitável ataque ao presidente do governo legítimo deposto pelo golpe de Estado sidonista surge explícito, em mais de que um verso do poema, porém escolhemos aqueles onde Afonso Costa, o pólo do mal em política para o cidadão Fernando Pessoa, é, curiosamente, comparado e qualificado de uma forma maniqueísta com Sidónio Pais, o polarizador do bem em política: “Quem é bom nunca é feliz,/quem é mau é que tem razão;/o Afonso está em Paris/e o Sidónio num caixão”. E mais à frente deparamo-nos com uma formulação poética do juízo político de valor nacionalista e sidonista de Pessoa sobre a República: “É inglesa a constituição,/e a república é francesa./É de estrangeiros a

nação,/só a desgraça é (que é) portuguesa./Venderam a Portugal/para ter dinheiro em notas./Meteram-nos na guerra a mal/só para termos derrotas”. E conclui num registo sebástico-profético, em que Pessoa *anuncia* já um terceiro ditador *Encoberto*, cujo nome, à semelhança dos dois anteriores, Pimenta e Sidónio, também se escreveria apenas com sete letras. E é por se tratarem dos últimos versos deste poema pouco conhecido de Fernando Pessoa que procedemos à sua transcrição⁷⁷,

[...]

Eu não quero nenhum estrangeiro,

Francês e inglês é o demónio.

Cuidado com o **Terceiro**

Que não é o Pimenta ou o **Sidónio**. [...]

Toco o fado por ter fome,

Canto à noite por estar só,

Sete letras tem o seu nome.

Minha esquerda é a direita

De quem corre para mim.

Do futuro alguém me espreita,

Portugal não terá fim.

Se tenho fim me aqueço

Só com pensar o **Encoberto**.

Com o fim da experiência ditatorial dezembrista, que se desmorona com o assassinato de Sidónio Pais a 14 de Dezembro de 1918, o país mergulha numa enorme crise institucional e política. O almirante Canto e Castro sucede-lhe na chefia do Estado, ou seja, é um oficial monárquico e o penúltimo ministro da Marinha de Sidónio Pais que assume o compromisso de exercer com lealdade as funções de Presidente da República. O mandato presidencial de Canto e Castro é muito curto (tendo sido eleito pelo Congresso, dominado pelo PNR sidonista, a 16 de Dezembro termina as suas funções a 5 de Outubro de 1919), além de

⁷⁷ *Ib.*, p. 44. As palavras em negrito são da nossa responsabilidade.

ter sido bastante conturbado dada a agitação política que o país conhece durante igual período e que esteve muito próxima da guerra civil. Basta afirmar que, durante os dez meses em que o oficial monárquico Canto e Castro exerceu as funções de presidente da República, teve que dar posse a cinco efémeros governos à razão da duração de um governo por cada dois meses. Uma vez que, logo a 19 de Janeiro é proclamada a monarquia no Norte e organizada uma Junta Governativa Provisória que integrava, entre outros oficiais do Exército, o coronel Henrique de Paiva Couceiro, na sua qualidade de presidente da Junta. Seguiram-se os acontecimentos de Monsanto, de 20 a 23 de Janeiro, e a tentativa de restauração monárquica a Sul. Coube ao tenente-coronel Ernesto Vieira da Rocha cercar as forças monárquicas sob imenso tiroteio e obter delas a rendição.

É no seguimento destas graves convulsões políticas decorrentes das várias tentativas de restauração monárquica que se compreende que, no início de Maio deste ano de 1919, os sectores sidonistas se procurem reorganizar, com vista ao recrudescimento da sua actividade de propaganda política como foi o caso do Núcleo de Acção Nacional, ao lançar um novo jornal. Portanto, é no decurso de uma gravíssima crise social e de uma enorme instabilidade política interna, as quais colocam em causa as instituições republicanas, que o cidadão e poeta Fernando Pessoa dedica cerca de dois anos da sua vida à militância sidonista.

E fá-lo redigindo na íntegra e assumindo na prática a direcção efectiva do jornal *Acção. Órgão do Núcleo de Acção Nacional*. Esta organização nacionalista de orientação doutrinária sidonista é financiada por Soares Franco, um capitalista e homem de negócios lisboeta. Coube, portanto, a este Soares Franco financiar também a publicação do jornal *Acção*, entre 1919 e 1920, com uma tiragem de 10 mil exemplares e uma periodicidade irregular, como se pode ler na correspondência pessoana⁷⁸.

⁷⁸ Cf. Carta a Geraldo Coelho de Jesus de 9 de Agosto de 1919, Fernando Pessoa, *Correspondência 1916-1925*, ed. Manuela Parreira da Silva, Lisboa, Planeta De Agostini, 2006, ISBN 978-989-609-523-9, p. 102 (ed. original Assírio & Alvim). O Núcleo de Acção Nacional é a mesma organização sidonista que vem a financiar também a publicação, em 1928, portanto dois após o golpe de Estado de 28 de Maio de 1926, do opúsculo redigido por Pessoa para justificar



O jornal sidonista *Acção*. *Órgão do Núcleo de Acção Nacional*, redigido por Fernando Pessoa

A leitura e a análise da correspondência de Fernando Pessoa deste período permite concluir que ele era o mentor ideológico desta organização sidonista. Cabe-lhe pensar a estratégia e a linha política editorial adoptada pelo jornal, bem como redigi-lo na íntegra e tratar dos detalhes relativos à sua impressão e distribuição. É certo que, formalmente, o jornal nacionalista *Acção* tem como director o engenheiro Geraldo Coelho de Jesus e que este, por sua vez, trabalhava para Soares Franco, na qualidade de director de umas minas de que este último era proprietário em Porto de Mós.

É no n.º 2 do jornal *Acção* que encontramos, a encimar o artigo de Fernando Pessoa, *A Opinião Pública*, e com toda a probabilidade também da autoria do poeta órfico, um texto que constitui as bases programáticas para a acção política desta organização sidonista, sob o seguinte título *Núcleo de Acção Nacional* [NAN]. *Os seus fins*. Trata-se

politicamente a razão de ser da continuidade da ditadura instaurada pelos militares, cujo título é inequívoco e é o seguinte: “O interregno. Defesa e justificação da ditadura militar”, Fernando Pessoa, *Prosa publicada em vida*, pp. 353-373.

de um texto curto e composto por apenas cinco linhas de acção. A primeira aponta para a promoção de uma opinião pública “destinada pela força que adquira, a criar uma atmosfera pouco propícia à política meramente partidária”⁷⁹. O que significa que esta organização nacionalista não pretendia intervir directamente no campo da política partidária, ao contrário, visava criar junto da opinião pública uma sensibilidade pouco favorável, se não hostil, à política e à acção partidárias. A segunda linha de acção propunha orientar a opinião pública para os problemas da organização comercial e industrial do país, uma vez que o objectivo era conquistá-la para a causa da “reconstrução económica” e da “revitalização financeira” de Portugal. A terceira linha de orientação visa promover a “coordenação de competências em todos os campos de actividade nacional, fazendo com que uma constante força patriótica seja a força íntima de que resulte essa coordenação”. A penúltima linha de acção nacionalista pretende a “valorização profissional do indivíduo português” e também a “valorização patriótica das classes organizadas que resultem dessa intensificação do valor prático do indivíduo. Esta linha de acção do NAN subsumia no plano social aquilo que no fundo já havia sido ensaiado durante a experiência ditatorial sidonista ao conferir e dar representação política na Câmara do Congresso às corporações, ou seja, às “classes organizadas”, para utilizar a terminologia desta organização sidonista a que Fernando Pessoa pertence. Por último, pretendia o NAN “pugnar” por uma política internacional que desse ênfase aos problemas da “reconstrução económica” e da “revitalização financeira” do país e que, em consequência, procedesse a uma valorização externa de Portugal “como entidade comercial” em detrimento da “nossa valorização puramente política”⁸⁰.

Vejamos o que escreve Fernando Pessoa, a 10 de Agosto de 1919, em carta dirigida ao engenheiro Geraldo Coelho de Jesus, após a saída do n.º 3 de *Acção* dois dias antes e do efeito de provocação política do jornal que saíra impresso com o retrato de Sidonio Pais em toda a primeira página, legendado com a frase de Shakespeare “Era um Homem, tomando-o tal qual era. Não tornarei a ver outro como ele”:

⁷⁹ “Núcleo de Acção Nacional. Os seus fins”, *Acção. Órgão do Núcleo de Acção Nacional*, n.º 2, 19 de Maio de 1919 [Lisboa], p. 2.

⁸⁰ Para todas as citações, ver *ib.*

Não sei se o jornal terá que fazer segunda edição: é assunto para decidir amanhã. V. compreende. [...] O chefe da venda calcula entre 1 000 e 2 000 o número de exemplares queimados pelos vários formigas no Rossio. Depois se verá. (Devo dizer que me parece que vários tipos fizeram do jornal *bandeira*, isto é, andaram agitando o retrato do Sidónio por toda a parte, e foi naturalmente qualquer coisa dessas que fez nascer a ideia de dar cabo dos exemplares a alguém.) Em suma: um grande êxito, e creia v. que O JORNAL ESTÁ LANÇADO. Agora são precisas as seguintes coisas:

1. Arranjar outra redacção [...] constante de uma mesa de pinho e um banco em um quinto andar, para poderem ir lá destruir aquilo. Digo isto porque tenho um projecto esplêndido, mas arriscado, para o número 4. V. nem calcula o que é! [...]
2. Organizar a empresa do jornal.
3. Fazer um número 4 sensacional e forte, e um pouco menos *revista* do que estes têm sido, tendo só de pesado o fim do meu artigo “A Opinião Pública” [...] Vou amanhã à redacção às 11 horas, para orientar a empregada na dobragem dos jornais, etc. O jornal tem de ser dobrado ao contrário, com a primeira página para dentro, para o não roubarem no correio; a cinta também não deve levar carimbo da *Acção*.

Os democráticos que eu conheço estão indignadíssimos comigo. Um que foi secretário do Leonardo Coimbra, manifestou-se muito desgostoso... por lhe constar que eu não só era da *Acção*, mas andava a fazer as vezes do director [...] ⁸¹

Dois dias decorridos após o terceiro número do *Acção* ter saído para as bancas e ser apregoado pelos ardinas nas ruas de Lisboa, Fernando Pessoa regista em carta os detalhes sobre o seu proselitismo enquanto escritor e jornalista comprometido politicamente com o ideário sidonista que constitui em Portugal, do ponto de vista da história das ideias políticas, o primeiro ensaio ou experiência política de fascismo cate-drático. Podemos concluir que, em primeiro lugar, Fernando Pessoa redigira o número três deste jornal sidonista a pensar em provocar, concretamente, os elementos radicais da “formiga branca”. E o objetivo político terá sido atingido em pleno, a julgar pelo comportamento destes ao queimarem o jornal no Rossio, face à publicação em toda a primeira página da fotografia de Sidónio Pais, o homem que ilegítima-

⁸¹ Fernando Pessoa, *Poesia 1918-1925*, pp. 31-44.

mente afastara do poder e exilara o presidente do ministério Afonso Costa e o presidente da República Bernardino Machado. Recorde-se que as tentativas de restauração monárquica que se seguiram ao assassinato de Sidónio Pais ainda estavam bem presentes na memória de todos. Segundo, era o poeta órfico o director de facto deste jornal e daí a sua correspondência revelar pedidos de financiamento para o jornal, de forma a, neste caso, arranjar uma redacção fantasma para evitar retaliações que passassem por uma eventual tentativa de assalto às instalações do órgão de imprensa sidonista.

Fernando Pessoa anuncia, entretanto, que tem “ideias fortes” para a publicação do próximo número do jornal, o qual só vem a público a 20 de Fevereiro do ano seguinte. É neste quarto número de *Acção. Órgão do Núcleo de Acção Nacional* que o poeta órfico publica a famosa ode presidencial *À Memória do Presidente-Rei Sidónio Pais*. Em termos de datação, sabemos pelos estudos da crítica pessoana que este poema começou a ser redigido em Março e conhece-se depois uma segunda versão em Julho de 1919, todavia, Fernando Pessoa só o considerou pronto para publicação cerca de um ano depois⁸². Ao nível da concepção política, o conceito de “Presidente-Rei” expresso neste poema, se não foi uma das “ideias fortes” que o sidonista Fernando Pessoa anuncia na sua correspondência, a verdade é que a história o tornou uma verdadeira *ideia força* em relação à leitura-síntese que o poeta órfico fez do comportamento político de Sidónio Pais, enquanto *Chefe de Estado*⁸³, quando o designou de Presidente-Rei

⁸² A versão original do poema, que foi publicada pelo poeta órfico pela primeira vez no jornal sidonista *Acção. Órgão do Núcleo de Acção Nacional*, de 27 de Fevereiro de 1920, encontra-se hoje vertida em Fernando Pessoa, *Ficções do Interlúdio 1914-1935*, ed. Fernando Cabral Martins, Lisboa, Planeta De Agostini, 2006, ISBN 9896095132 (ed. original Assirio & Alvim), pp. 52-62.

⁸³ Salazar tem a oportunidade de reconhecer e consagrar, oficialmente, a importância política e histórica da ditadura sidonista para o Estado Novo, ao promover, a 14 de Dezembro de 1953, a trasladação dos restos mortais de Sidónio Pais para a Sala do Capítulo do Mosteiro dos Jerónimos, trinta e cinco anos passados sobre a data do seu assassinato. Cerimónia em que Salazar participou a par dos mais altos hierarcas e dignitários do Estado Novo presentes neste acto solene de homenagem a Sidónio Pais que depusera pela força, o presidente

À Memória do Presidente-Rei Sidónio Pais

Longe da fama e das espadas,
 Alheio às turbas ele dorme.
 Em torno há claustros ou arcadas?
 Só a noite enorme. [...]

Soldado-rei que oculta sorte
 Como em braços da Pátria ergueu,
 E passou como o vento norte
 Sob o ermo céu. [...]

da República Bernardino Machado e o presidente do governo Afonso Costa, em plena I Guerra Mundial. Esta cerimónia contou também com a presença do corpo diplomático acreditado em Lisboa, ou seja, teve o reconhecimento oficial na ordem externa das chancelarias que mantinham relações diplomáticas com o Estado Novo. Coube ao cardeal patriarca de Lisboa, Manuel Gonçalves Cerejeira, celebrar o momento solene da trasladação da urna de Sidónio Pais para a Sala do Capítulo, tendo esta ficado significativamente colocada no lado oposto e defronte ao sarcófago onde estava o marechal Carmona. Além da presença da família de Sidónio Pais, e mais importante do ponto de vista político, estiveram também presentes na cerimónia dos Jerónimos antigos ministros sidonistas, como foi o caso do então coronel Álvaro Mendonça, antigo ministro da Guerra, os oficiais de engenharia militar, Mendes do Amaral, antigo titular sidonista para a pasta das Finanças e Comércio, e Pinto Osório, também ele antigo ministro do Comércio nos governos dezembristas. Também marcaram presença alguns dos oficiais do Exército que haviam protagonizado o golpe de Estado sidonista de 5 de Dezembro de 1917. Referimo-nos ao major Jorge Botelho Moniz, aos capitães Teófilo Duarte e Santos Romão, entre outros. Não sendo de olvidar que Salazar entregara a Botelho Moniz o comando da secção de Combate dos *Viriatos* durante a Guerra Civil de Espanha entre 1937 e 1939 e tornara-o deputado à Assembleia Nacional desde 1945, enquanto Teófilo Duarte também era deputado e acabara há pouco tempo de ser ministro das Colónias de Salazar, entre 1947 e 1950. Ao nível do cerimonial de Estado e da prestação das honras militares, nenhum pormenor escapou à organização desta cerimónia, por exemplo, dentro dos Jerónimos coube aos cadetes do Exército, antiga Escola de Guerra no tempo de Sidónio, velar a urna e prestar continência dentro do templo, enquanto foi celebrada a missa de requiem.

Precursor do que não sabemos,
 Passado de um futuro a abrir
 No assomo de portais extremos
 Por descobrir. [...]

E no ar de bruma que estremece
 (Clarim longínquo matinal!)
 O DESEJADO enfim regresse
 A Portugal!

Do ponto de vista musical, a trasladação contou com a presença da orquestra sinfónica da Emissora Nacional dirigida pelo maestro Pedro de Freitas Branco, cujo repertório terá sido escolhido e interpretado a preceito, ao executar um andamento da *Sinfonia Heróica* de Beethoven e um trecho do *Crepúsculo dos Deuses* de Wagner, sugerindo a melomania germanófila que o militar e catedrático Sidónio Pais cultivou em vida. Cf. “No Mosteiro dos Jerónimos a trasladação da urna do presidente Sidónio Pais para a Sala do Capítulo teve grande solenidade”, *Diário de Notícias*, terça-feira, 15 de Dezembro de 1953, pp. 1 e 4. No entanto, a sidonofilia de Salazar e do Estado Novo voltam a ser reafirmadas sete anos depois com a iniciativa política de promover uma segunda trasladação dos seus restos, mortais, desta vez para o Panteão Nacional de Santa Engrácia, acontecimento que ocorreu a 7 de Dezembro de 1966. Neste ano, o Estado Novo comemorava os 40 anos da *Revolução Nacional* (portanto é muito claro que as fases de movimento e de regime propriamente dito integram o conceito salazarista de *Revolução Nacional*), desencadeada com a Ditadura Militar instaurada a 28 de Maio de 1926. Não obstante, é sintomático, nos planos do simbolismo histórico e político sidonistas, que tenha sido no dia 6 de Dezembro que se procedeu à inauguração solene do novo Panteão Nacional. Uma vez mais, coube ao cardeal patriarca de Lisboa Manuel Gonçalves Cerejeira celebrar a missa com toda a solenidade. E tal como em 1953, o protocolo de Estado implicou a presença dos mais altos responsáveis do Estado Novo na ordem da sua política interna, mas também contou com a presença de todo o corpo diplomático acreditado em Lisboa, ou seja, teve uma vez mais o reconhecimento oficial na ordem externa das chancelarias que mantinham relações diplomáticas com o Estado Novo. Estiveram presentes o presidente da República, o almirante Américo Tomás (1894-1987), o próprio Salazar na sua qualidade de presidente do Conselho, o presidente da Assembleia Nacional, o também catedrático Mário de Figueiredo (1891-1969), o presidente da Câmara Corporativa Luís Supico Pinto (1909-1986), bem como todos os membros que

PARA CONCLUIR

EM PORTUGAL, as ideias políticas e as propostas estéticas futuristas tiveram um impacto muito reduzido e circunscrito em comparação com o protagonismo e o papel que esta vanguarda assumiu em Itália. Com efeito, no período compreendido entre 1909 e 1921, Marinetti dotou o futurismo de um corpo programático de textos de natureza distinta, quer de doutrina política, em que defende, por exemplo, a formação de um governo constituído por tecnocratas e também de uma câmara corporativa, quer de teoria estética. Textos que tiveram um efeito directo na produção artística do seu tempo, bem como um impacto sociológico e político significativo, de tal forma que o movimento futurista vem a organizar-se e a constituir, no final da I Guerra Mundial, o Partido Futurista Italiano, cujas células de base tinham a designação de *fascio*. Mas não sem antes os futuristas terem acorrido a alistarem-se, por toda a Itália, para voluntariamente irem combater para a frente de batalha. É no início do ano de 1919 que, na cidade de Milão, Marinetti e Mussolini iniciam uma colaboração política que está na origem da constituição do movimento fascista.

Por sua vez, em Portugal e no período em análise, o modernismo na sua vertente futurista cingiu-se, praticamente, ao círculo literário de intelectuais ligados às revistas publicadas em Lisboa, primeiro com

compunham o governo. Assim, e finda a missa, o último acto que assinalou a inauguração do Panteão Nacional de Santa Engrácia consistiu na deposição de flores na sala onde *repousam* os restos mortais dos presidentes que Salazar determinara que seriam para ali trasladados, ou seja, Teófilo Braga, Sidónio Pais e o marechal Carmona. Cf. “O Panteão Nacional de Santa Engrácia foi inaugurado solenemente com a presença do Chefe de Estado, do Governo, do Corpo Diplomático e de outras individualidades. O Cardeal-Patriarca, na sua homilia, exaltou a Pátria e enalteceu as figuras que a engrandeceram”, *Diário de Notícias*, 8 de Dezembro de 1966, p. 7. Para uma análise factual destas trasladações do corpo do Presidente-Rei, ver Armando Malheiro da Silva/António Limpo Trigueiros, *Sidónio Pais. De Caminha ao Panteão Nacional*, Viana do Castelo, CER, 1999, ISBN 972-9397-32-5, pp. 33-38. Para uma leitura em termos de história das ideias políticas destes acontecimentos, ver Jorge Pais de Sousa, *Guerra e nacionalismo. Na I República e no Estado Novo, entre a democracia e a ditadura (1914-1939)*, vol. 1, pp. 218-225.

Orpheu (1915), e depois com o número único de *Portugal Futurista* (1917). Constata-se, portanto, que também foi no decurso da I Guerra Mundial que Fernando Pessoa e Almada Negreiros associam a produção de diferentes escritos e dos seus ultimatós de natureza futurista, bem como as suas intervenções públicas, às duas experiências ditatoriais que nela tiveram lugar. Primeiro, com a ditadura do general Pimenta de Castro em 1915, e, em seguida, com a ditadura instaurada por Sidónio Pais, catedrático de Cálculo Diferencial e Integral e major de Artilharia, em Dezembro de 1917. Importa ter presente que, entre outros objectivos comuns, estas ditaduras organizaram-se em oposição aberta à acção política de Afonso Costa e do *Partido Democrático* (PRP/PD) à frente do 2.º governo da União Sagrada que vinham sustentando e desenvolvendo uma política intervencionista consequente, de apoio aos corpos expedicionários enviados para combater e defender, desde 1914, os territórios coloniais de Angola e de Moçambique, e que levava o Corpo Expedicionário Português (CEP) a combater na Flandres francesa a partir de Janeiro de 1917.

Como escreve José Carlos Seabra Pereira, a vanguarda futurista portuguesa “descobre-se débil quanto ao suporte de grupo e à dinâmica de movimento, desmotivada pela fugaz e medíocre reacção do público (mesmo adversarial) e pela inércia do ambiente sociocultural”⁸⁴. Com efeito, e na análise comparativa com o *berço* futurista italiano, é possível concluir que o *período heróico* de afirmação política e estética do futurismo português coincide também com o decurso da I Guerra Mundial e os anos imediatos do pós-guerra. Por outro lado, a produção poética de matriz política de Fernando Pessoa reflecte a sua identificação com a ditadura sidonista no que respeita à recusa de uma concepção democrática de República. É o caso dos poemas, *Marcha Fúnebre* (RPRIP – *República Portuguesa Requiescet in Pace*) e *Afonso Costa*, escritos durante os dias que durou o golpe de Estado dezbribista de 5 a 8 de Dezembro de 1917. O mesmo podemos dizer para o período da sua militância sidonista na redacção do jornal *Acção. Órgão do Núcleo de Acção Nacional*, entre 1919 e 1920, onde vem a publicar pela primeira vez o seu conhecido poema *À Memória do Presidente-Rei*

⁸⁴ José Carlos Seabra Pereira, “Literatura de intuítos no tempo republicano”, *Biblos*, n.s., ISSN 0870-4112, 8, 2010, p. 406 (Coimbra, FLUC).

Sidónio Pais. Neste sentido, é historicamente correcto sustentar que Fernando Pessoa foi de facto o arauto poético e o militante político mais emblemático do profascismo catedrático sidonista.

A verdadeira entrada da Europa no século XX acontece com a I Guerra Mundial. O historiador Alberto De Bernardi observou que a guerra conjugada com as ideias nacionalistas fez emergir a ideologia da modernidade em Itália. Também em Portugal foi durante o período da guerra, que mediou as duas experiências ditatoriais de carácter nacionalista, como foram o pimentismo em 1915 e o sidonismo em 1917-1918, que a vanguarda futurista veio a público. Sidónio Pais, que surge no contexto de guerra, como o catedrático de Matemática e o oficial de Artilharia, uma espécie de Super-Homem e, segundo a terminologia do *Ultimato* de Álvaro de Campos, o heterónimo futurista de Fernando Pessoa, aquele que anuncia a vinda da “Humanidade dos Engenheiros” em política, que acumula em si as funções de presidente da República, presidente do Governo e de comandante das Forças Armadas, anunciando uma República *Nova*. A paixão pelo *Novo* é a marca mais reconhecível dos movimentos modernistas e do futurismo em particular. A ditadura sidonista representou uma experiência política, ainda que efémera, de profascismo catedrático em Portugal, até porque organizou pela primeira vez entre nós um partido de governo, o Partido Nacional Republicano (PNR), cujos candidatos foram eleitos para o parlamento sidonista durante um processo eleitoral não concorrencial e constituíram uma primeira câmara com representação corporativa.

Entretanto, a experiência de guerra *total* acelerara e enfatizara o processo de massificação das sociedades europeias, por se ter baseado num processo de mobilização colectiva, e assumira um carácter *total* que era incompatível e estranho ao modelo, até então vigente, de uma sociedade liberal. Nesta óptica, a Grande Guerra surge não só como a expressão máxima de uma crise de civilização e do Estado, mas também como prefiguração da nova ordem totalitária, na qual a sociedade se vê inteiramente incluída dentro do Estado⁸⁵.

O carácter marcial que Sidónio Pais introduziu na acção política em Portugal, através da organização de frequentes paradas militares

⁸⁵ Cf. Alberto De Bernardi, *Una dittatura moderna. Il fascismo come problema storico*, p. 40-41, 51.

e do surgir em público envergando sempre o uniforme do Exército, projecta em definitivo os militares para a vida política, mas no seu caso acumulando o prestígio e a autoridade científica de ser um catedrático. Utilizou, de forma consciente, e criou organismos de propaganda, colocando-os ao serviço da construção da sua imagem política na ordem externa e interna. Por outro lado, o seu assassinato trágico originou a criação de um culto a Sidónio Pais, cujo rito foi assegurado, durante décadas, por uma Comissão de Exéquias anuais constituída por oficiais do Exército e antigos cadetes sidonistas. Assim se construiu o mito do “Presidente-Rei”, no dizer político-poético do sidonista Fernando Pessoa, cultivado e reconhecido pelo Estado Novo de Salazar, ao promover oficialmente, por duas vezes, a trasladação da sua urna no ano de 1953 e, mais tarde, quando da celebração dos 40 anos da “Revolução Nacional”, em 1966.

Entretanto, durante a década de 20, assistiu-se à introdução no cerimonial de Estado do culto ao Soldado Desconhecido, e ao desenvolvimento do culto aos mortos da Grande Guerra, com a criação da Comissão dos Padrões da Grande Guerra (CPGG), entre 1921 e 1936, responsável pela construção de monumentos e de memoriais de guerra em todo o continente e nos territórios coloniais. Por sua vez, a enfatização política da experiência de guerra dos antigos combatentes deu lugar à criação da Liga dos Combatentes da Grande Guerra (LCGG) no ano de 1924. Estas iniciativas políticas ajudaram a criar entre nós um imaginário colectivo nacionalista, próximo daquele que foi designado pelo historiador George Mosse como de “sacralização da política”⁸⁶, favorável à constituição e acção, durante o período de entre guerras, de organizações paramilitares no seio dos partidos políticos de tipo fascista.

⁸⁶ Cf. George L. Mosse, *Fallen Soldiers. Reshaping the Memory of the World Wars*, New York, Oxford University Press, 1991, ISBN 0-19-507139-5.

TESTAMENTO

Qual é o vosso nome? Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais
 Idade? 38 annos
 Estado? casado
 Profissão? professor da Universidade
 Naturalidade? Lamimha
 Residencia? Coimbra
 Que religião professaes? Nenhuma

Que politica tendes? (na accepção mais elevada da terra) A forma de governo mais
 perfeita que conheço actualmente é a republicana. Por isso sou e sem-
 pre fui republicano. A politica que prefiro sempre é a quella que
 se refere ao bem da humanidade.

Qual é o dever do homem para consigo mesmo? (adaptação da vida physica, intellectual, moral)
Sabe o ponto de vista physico - o desenvolvimento de seu organismo, pelo estudo da physica,
do ponto de vista intellectual o desenvolvimento de sua intelligencia, estudando a
o mais possível - Sob o ponto de vista de moral - Praticar a virtude e se
corrigir-se pela auto-educacão.

Qual é o dever do homem para com os seus semelhantes? Sacrificar-se
pelo bem d'elles. O heroísmo, no sentido mais largo do
termo, deve ser o seu ideal. (N. B. Este sentido é para
minim o de sacrificio pelo collectividade na defesa de justiça, de
verdade e de Deus.)
 Que deve o homem á patria? O seu esforço máximo, até ao ponto
de dar por elle a sua vida.

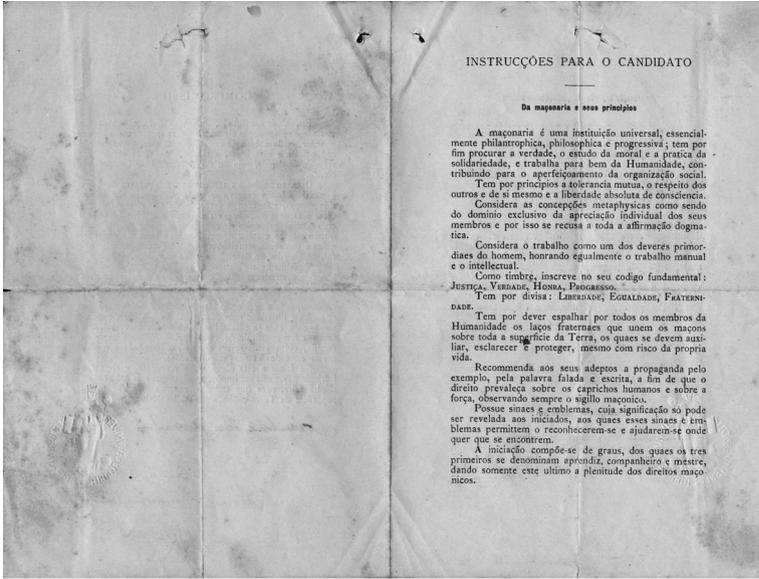
Que merece o traidor? O desprezo.

Que nome symbolico desejase adoptar? Carlyle

Data Coimbra, 20 de fevereiro de 1911

Nome Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais

Cem anos decorridos sobre a iniciação maçónica de Sidónio Pais, reproduzem-se, os documentos por ele autografados a 20 de Fevereiro de 1911, o "Testamento" e "Instruções para o Candidato". Esta documentação é pertença da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.



INSTRUÇÕES PARA O CANDIDATO

Da maçonaria e seus princípios

A maçonaria é uma instituição universal, essencialmente philanthropica, philosophica e progressiva; tem por fim procurar a verdade, o estudo da moral e a pratica da solidariedade, e trabalha para bem da Humanidade, contribuindo para o aperfeiçoamento da organização social.

Tem por principios a tolerancia mutua, o respeito dos outros e de si mesmo e a liberdade absoluta de consciencia. Considera as concepções metaphysicas como sendo do dominio exclusivo da apreciação individual dos seus membros e por isso se recusa a toda a affirmação dogmatica.

Considera o trabalho como um dos deveres primordiales do homem, honrando igualmente o trabalho manual e o intellectual.

Como timbre, inscreve no seu codigo fundamental: JUSTICA, VERDADE, HONRA, PROGRESSO.

Tem por divisa: LIBERDADE, IGUALDADE, FRATERNIDADE.

Tem por dever espalhar por todos os membros da Humanidade os laços fraternales que unem os maçons sobre toda a superficie da Terra, os quaes se devem auxiliar, esclarecer e proteger, mesmo com risco da propria vida.

Recommenda aos seus adeptos a propaganda pelo exemplo, pela palavra falada e escrita, a fim de que o direito prevaleça sobre os caprichos humanos e sobre a força, observando sempre o sigillo maçonico.

Possue sinaes e emblemas, cuja significação só pode ser revelada aos iniciados, aos quaes esses sinaes e emblemas permitem o reconhecerem-se e ajudarem-se onde quer que se encontrem.

A iniciação compõe-se de graus, dos quaes os tres primeiros se denominam aprendiz, companheiro e mestre, dando somente este ultimo a plenitude dos direitos maçonicos.

Aquisição e perda da qualidade de maçon

- Para se ser admitido maçon é necessario:
- 1.º Ter 21 annos de idade ou achar-se emancipado.
 - 2.º Ter reputação e costumes irreprehensíveis.
 - 3.º Ter profissão honesta que assegure os meios de subsistencia.
 - 4.º Ter instrução necessaria para comprehender os fins da Ordem e energia moral para os cumprir.
 - 5.º Obrigat-se ao pagamento da quota e mais encargos pecuniaros estabelecidos nos regulamentos.

Os direitos dos maçons suspendem-se pela admissao de um acto accusatorio, podendo recuperar-se quando tenham cessado as causas que deram logar á suspensao ou por sentença absolutoria, mas perdem-se definitivamente, depois de julgamento, por expulso da Ordem, fundada em alguma das seguintes causas:

- 1.º Por acção deshonrosa.
- 2.º Por violação dos compromissos tomados.
- 3.º Por perturbar a harmonia e a fraternidade que deve haver nos trabalhos.
- 4.º Pelo exercicio de uma profissão notoriamente desconsiderada.
- 5.º Por manifestações contrarias aos preceitos da maçonaria.
- 6.º Por falta de cumprimento dos deveres pecuniaros nos termos das leis e regulamentos.

Obrigação pecuniaría

O candidato deve, antes da iniciação, entregar ao thesoureiro da loja a importancia de **1 \$ 000** réis que lhe será restituída se porventura não for admittido.
Pelo facto da iniciação obriga-se á quota mensal de **2 \$ 000** réis.

COMPROMISSO

Eu, abaixo assinado, de minha livre e espontanea vontade e sem coacção alguma, vosso, pela minha honra, guardar sigillo acerca de tudo o que vi e ouvi quando me conduziram a este logar, e tambem nada revelar do que vi e ouvir depois, seja ou não admitido na Ordem maçonica.

DECLARO tambem SOLAMENTE, sob palavra de honra e sem nenhuma reserva mental, que desejo ser admitido maçon, não com a intenção de combater ou prejudicar a Ordem maçonica ou os seus membros, mas sim com o firme proposito de consagrar a minha intelligencia, o meu esforço e até a propria vida ao bem dos meus irmãos e dos meus semelhantes, em prol da instrução moral, da liberdade e da civilização da sociedade.

Egualmente me obrigo, sob a minha consciencia de homem, a empregar todos os meios ao meu alcance para bem da Ordem maçonica, da Humanidade e da Patria, contribuindo quanto em mim caiba para combater toda a tyrannia, toda a opressão e todo o obscurantismo que se opponha á liberdade politica e social do individuo, coadjuvando com toda a efficacia a fraternidade universal, que tem por fim constituir de todos os homens uma immensa familia, cujos laços sejam o amor, a liberdade e o progresso em todas as suas manifestações.

Se faltar a esta obrigação e promessa, e chegar a infringir o que ella me impõe, consinto que seja publicada a minha falta, para que todos os maçons espalhados pela superficie da Terra conheçam a minha deshonra.

Coimbra, 20 de fevereiro de 1914.

O Candidato,

Antonio de Almeida Costa

A PRESENÇA ITALIANA NA EVOLUÇÃO DO DIREITO PORTUGUÊS

RUI MANUEL DE FIGUEIREDO MARCOS

1. O TEMA ELEITO para a minha intervenção procura retratar a presença italiana na história do direito português. Um caminho que se encontra povoado por radiosas expressões italianas. Não sucumbirei à tentação de as elevar á derradeira minúcia. Nem um propósito exaustivo caberia no possível. Só assim ficarei habilitado a cumprir o sábio alvitre de Duarte: manter, em razoado tempo, bem disposto quem me ouve.

2. A INFLUÊNCIA ITALIANA em Portugal começou bem cedo. Não irei ao ponto de lembrar a romanização jurídica da Península Ibérica que ocorreu, sobretudo, com a concessão da latinidade aos habitantes da Península, devida a Vespasiano em 73/74 d.C., e com a concessão da cidadania romana aos súbditos do Império, em geral, no tempo de Caracala (212 d.C.). Mas afirmarei, sem reбуço, a essencialidade da matriz italiana do período do direito português de inspiração romano-canónica, ou seja, de meados do século XIII à segunda metade do século XVIII. Um enorme arco temporal.

3. A CIÊNCIA JURÍDICA medieval exhibia um esplendente pavilhão italiano. Na verdade, o renascimento do direito romano despontou, no início século XII, com a Escola de Bolonha, também conhecida por Escola dos Glosadores. Nasceu muito à custa do prestígio de Irnério, a *lucerna iuris*, a candeia do direito. O cognome que então lhe atribuíram.

Com objectivos eminentemente práticos, a Escola de Bolonha perfilhou uma orientação teórica, venerando o código de Justiniano. Não admitia senão meras interpretações aclaradoras do *ius* contido no Dígesto. O direito justinianeu, pelo seu valor formal e pelo seu intrínseco conteúdo ético-jurídico, constituiu uma autêntica bíblia jurídica. Inquestionável, porque demasiado complicada ante o olhar

ainda perplexo dos Glosadores. E irretocável, porque demasiado perfeita para uma ciência jurídica medieva que, titubeante, dava os primeiros passos.

A excelência dogmática e o refinamento técnico-jurídico do *Corpus Iuris Civilis* incutiu no espírito dos Irnerianos a ideia deveras avisada de que só uma mediação doutrinal elaborada por uma classe de juristas, cientificamente preparados em torno de uma corporação universitária, poderia cumprir a instantânea tarefa de conseguir transformar as normas romanas em direito vigente. Deste modo, o propósito dos Glosadores não foi inovar, mas, essencialmente, o de reproduzir, com fidelidade, as construções jurídicas romanistas. Os limites que se assinalam a uma análise exegético-jurídica com estas características forçaram o esgotamento metodológico da Escola Irneriana.

4. A FAMA CIENTÍFICA da Escola de Bolonha voejou pela Europa, transpondo os limites da cidade e do País. De toda a parte vinham estudantes em elevado número. Ascendera a norma de vida, na formação universitária medieva, a *peregrinatio* académica. O mesmo se instilou no ânimo dos estudantes portugueses.

Desde começos do século XIII que existem testemunhos de uma presença significativa de estudantes peninsulares, com predomínio de eclesiásticos, em centros italianos e franceses do ensino do direito. As preferências favoreciam de longe a Universidade de Bolonha.

Estes legistas e canonistas, procedentes de varias regiões da Península, aparecem, via de regra, apenas qualificados como Hispanos, pelo que nem sempre se mostra nítida a sua exacta naturalidade cis-pirenaica. Entretanto, devido à grande afluência de peninsulares, a nação dos *Hispani* acabaria por se fraccionar, dentro do corpo universitário bolonhês, designadamente, nas de Portugal, Castela, Aragão, Catalunha e Navarra.

Alguns dos juristas peninsulares atingiram grande notoriedade, ocupando cátedras de direito romano e de direito canónico. Disso se tornou figura paradigmática o canonista João de Deus, porventura, o nosso mais insigne jurisconsulto medievo e mestre português em Bolonha, no século XIII. Os juristas portugueses de formação bolonhesa, normalmente, regressavam ao País, após a conclusão dos estudos. Tais letrados estavam destinados a assumir postos cimeiros na

administração pública, na carreira eclesiástica, política, ou no ensino. E tornavam-se, sem dúvida, arautos do direito romano e da cultura jurídica italiana.

Em sentido inverso, detecta-se também o movimento paralelo da vinda de jurisconsultos estrangeiros para a Península. Foi igualmente expressivo. Esses jurisconsultos desempenharam funções importantes junto dos monarcas, *maxime* como chanceleres e conselheiros ou exerceram a docência universitária.

5. A TAL PROPÓSITO, forjou-se um novo elo com a Itália. É que o surto universitário europeu não tardou a comunicar-se à Península e serviu-lhe de modelo a estrutura bolonhesa de ensino. Por aí enfileirou a Universidade portuguesa fundada por D. Dinis. Ainda que a sua criação possa recuar a um dos dois anos anteriores, sempre a bula confirmatória do Papa Nicolau IV, de 9 de Agosto de 1290, representa o momento decisivo que oficializou o Estudo Geral. Ora, este texto faz referência expressa à obtenção dos graus de licenciados em direito canónico e em direito civil.

Mas com uma prerrogativa jurídica de tremendo relevo. Os diplomados pela Universidade portuguesa, ao abrigo do chamado *ius ubique docendi*, podiam ensinar por toda a Cristandade, sem exigência de novo exame. O ensino autóctone não estancou, porém, a atracção pelas Universidades estrangeiras famosas, em especial as italianas.

Há, de resto, prova irrefutável de pedidos de pareceres jurídicos por parte de portugueses a doutores de Bolonha. Recentemente foi objecto de publicação um manuscrito autêntico em que oito juristas bolonheses emitiram pareceres sobre a sucessão do Morgado de Góis. Uma atestação inequívoca das nossas relações com Itália, ainda por cima reforçada pela presença de três estudantes portugueses que figuraram como testemunhas diante do notário bolonhês que autenticou o documento quatrocentista.

6. À ESCOLA DOS GLOSADORES sucedeu, com grande estridor, no século XIV, a Escola dos Comentadores. Teve como *caput scholae* Bártolo de Sassoferrato, o jurista do século, ao ponto de correr o aforismo de que *nemo bonus iurista nisi sit bartolista*. Ou seja, ninguém é bom jurista se não for bartolista.

Os Comentadores afirmaram progressivamente a ideia de lei romana como *ratio scripta* de um conjunto de princípios que o jurista prático se devia encarregar de reelaborar e desenvolver. O direito romano assumia o papel de constituir, acima de tudo, o fundamento sólido para a construção de um direito rigoroso e que se pretendia unissonante com a época.

Mercê da utilização da nova metodologia derivada da doutrina aristotélico-escolástica, os Bartolistas conseguiram, em larga medida, a almejada revitalização do direito romano. Usufruindo de uma maior liberdade na *interpretatio* dos preceitos contidos no código justiniano, a elaboração doutrinal levada a cabo a partir desta compilação de *ius* e de *leges* transformou-se numa autêntica teia de construtivismo jurídico.

A *scientia iuris* surge agora envolta numa manta de teorias e princípios que, dedutivamente, permitiam a resolução de muitos problemas. Bártolo e bartolismo conheceram uma projecção espantosa no *inter evolutionis* do direito português. E em diversos planos. Convém mantê-los impressos na nossa lembrança.

Bártolo e a Escola Bartolista conheceram um esplendor secular no percurso do direito português. Perante um tecido irremediavelmente lacunoso como era o nosso direito nacional, a opinião de Bártolo, a par da Glosa Magna de Acúrsio, figuraram entre as fontes do direito subsidiário dentro de um edifício jurídico que se manteve de pé desde o século XV até à Lei de Boa Razão de 1769.

No entanto, a asfixiante influência do Bartolismo italiano não se quedava por aqui. Dominava igualmente uma literatura jurídica, onde sobressaíam obras de acentuado teor casuístico. Não se achava menos notória a interferência da Escola Bartolista no método de ensino universitário adoptado pelas duas Faculdades Jurídicas: a Faculdade de Leis e a Faculdade de Cânones. Via de regra, certos passos do *Corpus Iuris Civilis* ou do *Corpus Iuris Canonici* eram lidos, analisados e comentados, sem nunca esquecer um minucioso cotejo das opiniões expressas pelos doutores mais ilustrados. A própria jurisprudência dos tribunais superiores fez suas muitas das teses de Bártolo de Sassoferrato.

7. O HUMANISMO JURÍDICO quinhentista não conseguiu destronar o secular esplendor bartolista em Portugal. Ainda assim, porém, quando, no ano de 1537, D. João III fixou definitivamente a Universidade em

Coimbra, deparou-se-lhe o ensejo de organizar um ensino jurídico digno dos tempos renascentistas. Procurou instalar as orientações procedentes da chamada Escola Histórico-Crítica ou Escola Cujaciana.

Nesse sentido, depositaram-se fortes esperanças na acção dos mestres trazidos do estrangeiro, com especial saliência para os italianos. Impõe-se recordar o famoso canonista Martín de Azpilcueta arrancado à Universidade de Salamanca a peso de ouro, bem como os grandes civilistas Fábio Arcas de Narni e Ascânio Escoto. Este último fora recomendado pelo célebre humanista milanês Andrea Alciato, que, embora sem êxito, também se tentou atrair ao nosso País.

A feição erudita do humanismo jurídico, em especial na sua vertente filológico-crítica, não cativou os juristas portugueses. Apenas tremeluziu na Universidade de Coimbra, mas tratou-se de um lampejo demasiado fugaz para ensombrar o clarão bartolista.

8. ATINGIMOS O PERÍODO da formação do direito português moderno. O seu começo coincide com o consulado do Marquês de Pombal. A chamada Lei da Boa Razão, de 1769, e os Estatutos da Universidade, de 1772, concretizaram uma viragem expressiva, tanto da ciência e da prática do direito, como da pedagogia jurídica. Estas constituem as datas carismáticas.

Na raiz do movimento transformador do direito português setecentista estiveram o Iluminismo e o racionalismo jurídico, veiculado pela Escola Racionalista do Direito Natural. O primeiro, voltado para uma certa compreensão do mundo e da vida, que colocava no seu centro o homem, ainda não inteiramente despido da ideia de transcendência, mas julgando-se já inteiramente senhor de si próprio e do seu destino. Por seu turno, a Escola Racionalista de Direito Natural, em sintonia com o Iluminismo, viu na razão humana, hipertrofiando-a, a instância crítica e aferidora de toda a juridicidade.

Ora, é precisamente na peculiar feição do Iluminismo português que, de novo, surgiu um retrato italiano. O quadro estava assinado. Tinha nome famoso o seu autor. Foi ele Lodovico Antonio Muratori. Mercê da sua ligação íntima ao estrangeirado português Luís António Verney, o qual estanciara longamente em Roma, conheceu uma enorme projecção em Portugal. Houve, de resto, uma rica profusão epistolar entre ambos.

O notável erudito de Modena fez publicar, em 1742, o importante livro que intitulou *Dei Difetti della Giurisprudenza*. Pugnava, em nome da razão e do direito natural, contra as moléstias que afectavam a cultura jurídica e a jurisprudência do seu tempo.

Não se recusa que, mesmo os Iluminismos católicos, com centro de irradiação em Itália, registaram também influências do racionalismo e da filosofia moderna, assistindo-se à renovação da actividade científica, a progressos pedagógicos, a uma certa difusão do espírito laico e à reforma das instituições sociais e políticas. De qualquer modo, o reformismo e o pedagogismo não tiveram um carácter revolucionário, anti-histórico e irreligioso, idêntico ao apresentado em França. Foi este doce Iluminismo italiano que Verney instilou na mentalidade portuguesa. Como um dia sublinhou, em Roma, o notável professor da Faculdade de Coimbra, Luís Cabral de Moncada, “il nostro Illuminismo è figlio del vostro”.

Derivadas do Iluminismo, há que mencionar as correntes humanistas que produziram uma autêntica refundação do direito penal e do tratamento penitenciário. Desvincularam o direito penal de todos os pressupostos religiosos e afirmaram a ideia de necessidade ou de utilidade como critério decisivo do *ius puniendi*. Significava isto elevar a fim cimeiro das penas o da prevenção geral. Punia-se agora, não com o puro sentido de expiação retributiva, mas, sobretudo, para que a generalidade de pessoas não cometesse crimes.

Esta nova construção do direito penal setecentista teve, em Itália, como expoentes mais destacados Beccaria e Filangieri. As suas concepções transmitiram-se ao direito penal português muito por força dos estudos doutrinários de Mello Freire.

9. NO SÉCULO XIX, a Itália não conservou idêntico nível de penetração, quer doutrinal, quer legislativo, em Portugal. Ainda assim, porém, o movimento codificador italiano oitocentista não passou despresentido no nosso País. Entretanto o panorama mudou. Ao expirar o século XIX e na alvorada do século XX, os autores portugueses evidenciaram um apreciável esforço de actualização, mediante o recurso à doutrina estrangeira, sobretudo italiana. Disso mesmo constituem exemplos Abel de Andrade e José Tavares.

10. CHEGAMOS À PRIMEIRA REPÚBLICA, cujo centenário agora comemoramos. Da presença italiana no direito português da Primeira República, sobrepuja-se o profícuo embate da Escola Positiva na legislação penal do primeiro quartel do século XX.

Como não se ignora, Lombroso ergueu uma explicação antropológica do crime, sustentando que haveria um certo tipo de homem, com determinadas características físicas e anímicas, que o conduziriam inevitavelmente ao crime. O delinquente nato. Já Garofalo e Ferri faziam incidir o foco explicativo nos elementos psicológicos e sociológicos que estariam na base do crime. A cada tipo de criminoso ligava-se uma forma especial de perigosidade.

Pertenceu a Ferri o esforço de construir um edifício científico que assentava na prevenção especial, erigindo um verdadeiro sistema de defesa social. Só que o imperativo de defesa da sociedade apenas se cumpriria se se agisse tanto sobre o criminoso e a sua perigosidade, como também se se actuasse contra todos os factores que animassem essa mesma perigosidade.

No ensino do direito criminal e das ciências criminais da Faculdade de Direito de Coimbra, coube a Henriques da Silva o papel de destacado introdutor da orientação positivista e sociológica da escola de Ferri. Aderiu, com entusiasmo, às teses italianas durante os cerca de vinte anos da sua docência. Também as viriam a partilhar Dias da Silva e Caeiro da Mata. Até meados da década de vinte do século passado, a linha italiana marcou o magistério do direito penal conimbricense.

11. A EDIFICAÇÃO JURÍDICA do Estado Novo ergueu-se na década de trinta do século XX. Um Estado que se intitulava uma República corporativa, pois concitava à participação dos diversos elementos estruturais da Nação. Para o retrato corporativo da organização portuguesa muito contribuíram os préstimos legislativos e doutrinários vindos de Itália. Apenas deixamos aqui um apontamento ilustrativo que tem sido muito justamente salientado. Alude-se ao flagrante paralelismo entre o Estatuto do Trabalho Nacional de 1933, uma das fontes jurídicas matriciais do corporativismo português, e a *Carta del Lavoro* de 1927.

No segundo quartel do século XX, a reunião das normas objectivas respeitantes ao direito privado português culminou no surgimento de um único corpo legislativo: o Código de Processo Civil de 1939. Fora

seu mentor uma personalidade influentíssima na vida académica e política do País. Refiro-me ao Doutor José Alberto dos Reis. Para o que nos ocupa, o ponto é que se modificou então o sistema processual no sentido da acentuação do aspecto inquisitório, por influência do Código do Processo Civil Austríaco de 1895 e da doutrina italiana nele inspirada.

Na verdade, a doutrina processual italiana, realçando-se Ludovico Mortara, Alfredo Rocco e Giuseppe Chiovenda – este último fortemente marcado pelas directrizes austríacas de Franz Klein – penetrara no espaço jurídico português. Os novos horizontes processuais vinham, num alto grau, os poderes de intervenção do juiz. Recordar-se que o próprio Afonso Costa já se escorara muito nos escritos de Mortara.

12. GOSTARIA DE ENCERRAR este cativante *excursus* italianístico com breves apontamentos repletos de actualidade. Sopros que colhi no direito das obrigações e no direito constitucional.

Do perfume italiano que se comunicou ao direito das obrigações português decidimos respigar três aspectos de vulto. O primeiro toca os horizontes da responsabilidade pré-negocial e da *culpa in contrahendo*. O Código Civil Italiano, nos seus artigos 1337.º e 1338.º, foi uma das codificações que abandonaram a placidez restritiva de antigos modelos legislativos e adoptaram expressões, através das quais se pode considerar inteiramente admitida a defesa da boa fé dos contraentes durante as fases antenegociais. Enfileirou, em idêntico entendimento, o artigo 227.º, n.º 1, do Código Civil Português.

Respeita o segundo aspecto à visão pioneira, com projecção entre nós, que o direito privado italiano teve das *condizioni generali di contratto* e dos *contratti per adesione*. Ora, o primeiro corpo legislativo que se ocupou deste instituto foi o actual Código Civil Italiano (artigos 1341.º e 1342.º). Em Portugal, uma disciplina normativa sobre as cláusulas contratuais gerais só surgiria bem mais tarde.

O terceiro sopro italiano reporta-se à eficácia real dos contratos. A significar que a constituição ou transferência de direito reais sobre coisa determinada se dá por mero efeito do contrato (artigo 408.º, n.º 1 do Código Civil). Uma solução, aliás, que remonta aos princípios jusnaturalistas do século XVIII.

A despeito do grande teor de originalidade que repassa a Constituição Portuguesa de 1976, conseguem-se descobrir alguns

vislumbres estrangeiros. Para além do rosto visível da *Grundgesetz* de 1949, afirma-se também marcante a presença do texto constitucional italiano de 1948. A notoriedade transalpina revela-se em alguns aspectos da arquitectura dos direitos fundamentais, *maxime*, no que toca aos direitos fundamentais de formações sociais, e, muito em especial, pelo que respeita aos estatutos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira correspondentes às regiões de “estatuto especial” da Constituição italiana.

De uma cintilância irradiadora, a monumentalidade do direito italiano ficou bem expressa nos traços legislativos e doutrinários que foram marcando o rosto do direito português em cada época. As grandes obras jurídicas são como as grandes montanhas. De longe, vêem-se melhor.



AUTORES

ARMANDO GNISCI foi Professor de Literatura Comparada da Universidade de Roma, La Sapienza. Licenciado em Filosofia, trabalhou com Emilio Garroni, Giulio Carlo Argan e Mario Costanzo Beccaria. Representante da escola comparatista italiana, tem-se vindo a dedicar aos estudos coloniais, no quadro de uma área de referências à escala mundial. Através de uma metodologia hermenêutica e comparatista, perspectiva a cultura como rede de alteridades, à margem de um centro polarizador. Autor de mais de quarenta livros, os seus trabalhos encontram-se traduzidos em romeno, francês, húngaro, eslovaco, espanhol, inglês chinês, mandarim, árabe, macedónio, sérvio e português.

RITA MARNOTO é Professora da Faculdade de Letras e do Colégio das Artes da Universidade de Coimbra. As suas investigações têm vindo a incidir prioritariamente sobre a literatura italiana, a literatura portuguesa e as relações entre as duas literaturas. Mais recentemente, publicou o volume *História crítica da literatura portuguesa. Neoclassicismo e Pré-Romantismo* (2010).

CLELIA BETTINI (Livorno, 1978) é licenciada em Filologia Românica pela Universidade de Pisa e doutorada em Literaturas Comparadas pela Universidade de Siena (2007), com a tese *Elio Vittorini e il neo-realismo portoghese* (no prelo). Tem-se vindo a dedicar à literatura contemporânea, ao cinema e à tradução, bem como às relações entre Portugal e Itália no século XVI. Actualmente, é bolsreira de Pós-Doutoramento no Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos e Leitora de Italiano na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

OMAR CALABRESE (Florença, 1949) é Professor de Semiótica na Universidade de Siena. Foi Professor convidado na École des Hautes Études e nas Universidades de Madrid, Barcelona, Bilbao, Londres, Zurique, Berlim, Aarhus, Yale, Harvard, Buenos Aires, etc. Desenvolve actividade jornalística e tem vindo a colaborar com a Rai, a Mediaset e a TvEspaña. Conselheiro Cultural de várias

instituições autárquicas, governamentais e privadas, foi Presidente da Mediateca Toscana e da Associazione Italiana di Studi Semiotici. Das várias revistas que tem vindo a dirigir, recordem-se *Alfabeta*, *Carte Semiotiche*, *Metafore* ou *Viceversa*. Em 2010, recebeu o Prix Bernier da Académie des Beaux Arts de França, pelo melhor livro do ano sobre história da arte, *L'art du trompe-l'oeil*.

GIUSEPPE GALASSO (Nápoles, 1929) foi Professor das Universidades de Salerno, Cagliari e Nápoles, e ensina na Universidade Suor Orsola Benincasa. Assumiu numerosos cargos na administração universitária, autárquica e governamental. De 1982 a 1988, foi Presidente da Bienal de Veneza. É Presidente da Società Napoletana di storia patria e membro da Accademia dei Lincei. Preparou a edição das obras de Benedetto Croce (Adelphi), dirigiu a *Storia del Mezzogiorno d'Italia* em colaboração com Rosario Romeo, coordenou a *Storia d'Europa*. Faz parte da direcção da *Rivista Storica Italiana*, dirige a revista *L'Acropoli* e mantém intensa actividade jornalística.

MASSIMO MORIGI (1957) é doutorado em História pela Universidade de Bolonha. Membro da Società Italiana per lo Studio della Storia Contemporanea, tem estudado, nos últimos anos, o fascismo e a estetização da política nos regimes totalitários e nas democracias representativas modernas. Foi signatário do *Manifesto di Ottobre*, que pretende trazer para o centro das atenções do debate político italiano os temas do republicanismo. Colabora com a Universidade de Coimbra e com o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX num projecto internacional sobre o republicanismo.

MARCO GOMES (Santarém, 1978) é Mestre em História das Ideologias e Utopias Contemporâneas, tendo publicado em 2009 o volume *Comunicação política na revolução de Abril (1974-1976)*. Actualmente, é bolsheiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia e investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX. O seu Doutoramento, que está a desenvolver na Universidade de Milão, visa a análise, através da imprensa, do impacto do 25 de Abril em Itália. Colabora também com o Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra.

NANDO DALLA CHIESA é Professor de Sociologia da Criminalidade Organizada e de Sociologia da Organização na Universidade de Milão. Fez três mandatos como deputado do Parlamento italiano, tendo sido Subsecretário

para as Universidades do segundo governo dirigido por Romano Prodi. Escreveu numerosos artigos sobre Máfia, legalidade e justiça, bem como obras de ficção com temática cívica, algumas das quais passaram aos palcos e ao ecrã. Editor de *Fatto Quotidiano* e *Europa*, colabora com várias revistas científicas e de militância cívica. É Presidente Honorário de *Libera*, a principal associação antimáfia italiana. Mais recentemente, publicou *La Convergenza. Mafía e politica nella seconda Repubblica* (2010).

JORGE PAIS DE SOUSA é doutorado em História Contemporânea pela Universidade de Coimbra, onde também realizou o seu mestrado e a sua licenciatura em Filosofia. Bibliotecário de profissão, é investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX. Integra o grupo de investigação internacional “Intelectuais e poder no mundo ibero-americano”. Em volume, publicou *Bissaya Barreto. Ordem e progresso* (1999) e *Uma biblioteca Fascista em Portugal* (2007). Tem no prelo *O Fascismo Catedrático de Salazar*.

RUI MANUEL DE FIGUEIREDO MARCOS, doutorado em Direito (1997) e Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, é autor de vastos estudos de incidência histórico-jurídica. Dirige a Biblioteca desta Faculdade. É membro da Academia das Ciências de Lisboa, da Academia Portuguesa da História, da Sociedade de Geografia de Lisboa, do Instituto de História de Direito e do Pensamento Político da Faculdade de Direito de Lisboa, do Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos da Universidade de Coimbra, da Sociedade Científica da Universidade Católica, do Conselho Editorial da Imprensa da Universidade de Coimbra, da Société d’Histoire du Droit, da Associação Ibero-Americana de Direito Romano e do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro.



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
1. LÍNGUA E LITERATURA	
Armando Gnisci, “De que falamos quando falamos de Literatura Comparada. Uma disciplina para a República”	9
Rita Marnoto, “O italiano, uma língua para a Itália unida”	23
Clelia Bettini, “Italia Anno Zero. Breve storia di una letteratura fondata sul lavoro”	47
Omar Calabrese, “Dieci parole che hanno confuso l’Italia”	65
2. HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES	
Giuseppe Galasso, “Poder e instituições em Itália”	101
Massimo Morigi, “Uma guerra semântica infinita. O <i>polemos</i> da Itália dos séculos XIX e XX entre pátria, nação e república”	117
Marco Gomes, “Subsídios para a compreensão do fenómeno máfia em Itália”	143
Nando dalla Chiesa, “A legalidade difícil. Sobre política e justiça (e não só) na Itália republicana”	159
3. ITÁLIA E PORTUGAL. CONFLUÊNCIAS	
Jorge Pais de Sousa, “Os futuristas e a República”	187
Rui Manuel de Figueiredo Marcos, “A presença italiana na evolução do direito português”	241
AUTORES	251

